LUPO S.A.

Formulário de Referência

Ano: 2026 Versão: 2

Sumário

LUPO S.A.

1. Atividades do emissor 03

2. Comentário dos diretores 04

3. Projeções 05

4. Fatores de risco 06

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos 07

6. Controle e grupo econômico 08

7. Assembleia geral e administração 09

8. Remuneração dos administradores 10

9. Auditores 12

10. Recursos humanos 13

11. Transações com partes relacionadas 14

12. Capital social e Valores mobiliários 15

13. Responsáveis pelo formulário 16

Índice

1. Atividades do emissor

1.1 Histórico do emissor 17

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas 19

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais 28

1.4 Produção/Comercialização/Mercados 29

1.5 Principais clientes 34

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal 35

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior 41

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira 42

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG) 43

1.10 Informações de sociedade de economia mista 45

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante 46

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital 47

1.13 Acordos de acionistas 48

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios 49

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas 50

1.16 Outras informações relevantes 51

Índice

2. Comentário dos diretores

2.1 Condições financeiras e patrimoniais 52

2.2 Resultados operacional e financeiro 59

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases 62

2.4 Efeitos relevantes nas DFs 63

2.5 Medições não contábeis 64

2.6 Eventos subsequentes as DFs 68

2.7 Destinação de resultados 69

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs 70

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados 71

2.10 Planos de negócios 72

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional 74

Índice

3. Projeções

3.1 Projeções divulgadas e premissas 75

3.2 Acompanhamento das projeções 76

Índice

4. Fatores de risco

4.1 Descrição dos fatores de risco 77

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco 111

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado 114

4.4 Processos não sigilosos relevantes 117

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes 123

4.6 Processos sigilosos relevantes 124

4.7 Outras contingências relevantes 125

Índice

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado 127

5.2 Descrição dos controles internos 133

5.3 Programa de integridade 136

5.4 Alterações significativas 141

5.5 Outras informações relevantes 142

Índice

6. Controle e grupo econômico

6.1/2 Posição acionária 143

6.3 Distribuição de capital 191

6.4 Participação em sociedades 192

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico 193

6.6 Outras informações relevantes 194

Índice

7. Assembleia geral e administração

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 195

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 198

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração 199

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal 200

7.4 Composição dos comitês 210

7.5 Relações familiares 213

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle 214

7.7 Acordos/seguros de administradores 216

7.8 Outras informações relevantes 217

Índice

8. Remuneração dos administradores

8.1 Política ou prática de remuneração 219

8.2 Remuneração total por órgão 223

8.3 Remuneração variável 226

8.4 Plano de remuneração baseado em ações 227

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações) 228

8.6 Outorga de opções de compra de ações 229

8.7 Opções em aberto 230

8.8 Opções exercidas e ações entregues 231

8.9 Diluição potencial por outorga de ações 232

8.10 Outorga de ações 233

8.11 Ações entregues 234

8.12 Precificação das ações/opções 235

8.13 Participações detidas por órgão 236

8.14 Planos de previdência 237

8.15 Remuneração mínima, média e máxima 238

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização 240

Índice

8. Remuneração dos administradores

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração 241

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado) 242

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado) 243

8.20 Outras informações relevantes 244

Índice

9. Auditores

9.1 / 9.2 Identificação e remuneração 245

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores 247

9.4 Outras informações relevantes 248

Índice

10. Recursos humanos

10.1A Descrição dos recursos humanos 249

10.1 Descrição dos recursos humanos 251

10.2 Alterações relevantes 253

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados 254

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados 256

10.4 Relações entre emissor e sindicatos 257

10.5 Outras informações relevantes 258

Índice

11. Transações com partes relacionadas

11.1 Regras, políticas e práticas 259

11.2 Transações com partes relacionadas 260

11.2 Itens 'n.' e 'o.' 268

11.3 Outras informações relevantes 270

Índice

12. Capital social e Valores mobiliários

12.1 Informações sobre o capital social 271

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras 272

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil 273

12.4 Número de titulares de valores mobiliários 274

12.5 Mercados de negociação no Brasil 275

12.6 Negociação em mercados estrangeiros 276

12.7 Títulos emitidos no exterior 277

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas 278

12.9 Outras informações relevantes 279

Índice

13. Responsáveis pelo formulário

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE 280

13.1 Declaração do diretor presidente 281

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores 282

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a 283

1. Atividades do emissor

1.1 - Descrever sumariamente o histórico do emissor

Em 12 de abril de 1921, Henrique Lupo fundou a Fábrica de Meias Araraquara (nome fantasia), onde realmente a história da Lupo começou. Em 1947, a Companhia já despontava no cenário brasileiro como a maior fabricante de meias masculinas, todas produzidas em 100% algodão e com alta qualidade. Nesse mesmo ano, a Lupo recebeu as primeiras amostras do fio sintético que iria revolucionar o mercado de meias no mundo inteiro, o nylon.

Já nos anos 1960, o nosso grande desafio foi adquirir as primeiras máquinas para a fabricação de meias femininas. Essas máquinas produziam as meias finas e elegantes. Finalmente, em 1980, foi inaugurada a primeira construção chamada "fábrica nova", um conjunto de edifícios industriais com mais de 20 mil m² localizado às margens da Rodovia Washington Luiz, em Araraquara/SP. Com esta iniciativa, a Lupo expandiu sua área de produção e iniciava sua modernização fabril.

Em 1987, preparando-se para ingressar em novas linhas de produto, a razão social da Companhia muda de "Meias Lupo S.A." para "Lupo S.A.", nome utilizado até os dias atuais. Neste mesmo ano, foi inaugurada a unidade autônoma de produção de meias femininas, uma moderna construção de 4 mil m² que passou a abrigar os modernos teares circulares, todos eles importados da Itália. Já as máquinas de costura automáticas foram importadas do Japão. No ano seguinte, em 1988, foi lançada a meia da Loba, que contou com forte campanha publicitária e levou a Lupo a aumentar significativamente sua participação no mercado de meias femininas.

Em 1992, chega o momento da diversificação dos nossos produtos. Nesta época, foi lançada uma moderna e confortável coleção de cuecas. O produto respondeu às expectativas dos consumidores e abriu uma nova e importante fase para o crescimento da empresa. Dois anos depois, as atividades fabris foram unificadas na unidade existente na Rodovia Washington Luiz, em Araraquara/SP, e, em 2002, o antigo prédio do relógio sofreu adaptações e transformou-se no Shopping Lupo, oferecendo à população lazer, compras e entretenimento. Dez anos após a inauguração da primeira loja Lupo, em 2004, é inaugurada no Shopping Iguatemi, em São Paulo, a centésima loja.

Em 2010 a Lupo redesenha sua logomarca e inicia uma nova fase. Em 2011 a Lupo completa 90 anos no mercado e lança uma coleção de produtos esportivos: a Lupo Sport. Em 2012, no contexto da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e das Olimpíadas de 2016, que ocorreriam no Brasil, a Lupo inaugura uma megastore em Araraquara-SP.

A segunda década do século XXI foi marcada por importantes realizações, as quais marcaram de forma indelével nossa história. Em 2013, a Lupo implanta o SAP, software de Gestão Empresarial (ERP Enterprise Resources Planning) que promoveu uma melhor gestão dos processos empresariais do negócio. Já no ano seguinte, a Lupo cria o canal de vendas "Tudo Lupo", no qual nossos franqueados passam a não ter marca concorrente em produtos do portfólio Lupo.

Em 2016, como parte do seu processo de desenvolvimento, a Companhia adquire o Grupo Scalina, detentor das marcas TriFil e Scala, aumentando significativamente sua participação no mercado.

Em 2018 é inaugura uma creche em sua fábrica em Itabuna, na Bahia, com o objetivo de oferecer apoio às famílias de seus colaboradores.

Em 2020, em resposta à pandemia provocada pela Covid-19, o Grupo Lupo inicia a produção de máscaras de proteção. Mesmo sem o *know-how* prévio de produção deste tipo de item, a Companhia foi capaz de desenvolver um produto de alta qualidade em um espaço relativamente curto de tempo, encerrando o ano com 18,8 milhões de unidades produzidas.

No segundo semestre de 2021 a Companhia prepara sua oferta pública inicial de ações (IPO) e adesão ao segmento 'Novo Mercado' da bolsa de valores B3, mas desiste em função das condições adversas de mercado naquele momento. Em 17 de Dezembro de 2021, obtém seu registro de emissor categoria A junto a CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

Em abril de 2022 a Companhia assume a operação de sua terceira unidade fabril, localizada em Pacatuba-CE, com capacidade para produzir cerca de 22 milhões de peças/ano.

Em janeiro de 2023, o Grupo Lupo conclui a aquisição de sua quarta unidade produtiva, uma malharia localizada em Maracanaú-CE, com capacidade produtiva de 600 toneladas de malha por mês. Mais recentemente, em fevereiro de 2025, a Lupo deu início à implantação de uma unidade produtiva no Paraguai, que será dedicada à produção de meias e terá capacidade de 20 milhões de pares por ano.

Buscando ampliar sua capacidade produtiva, a Companhia implementa em 2025 uma fábrica no Paraguai, a primeira unidade produtiva do Grupo fora do Brasil. Dedicada à produção de meias, a planta possui capacidade de até 20 milhões de pares ao ano, exercendo um papel fundamental no plano de expansão do Grupo.

1.2 - Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

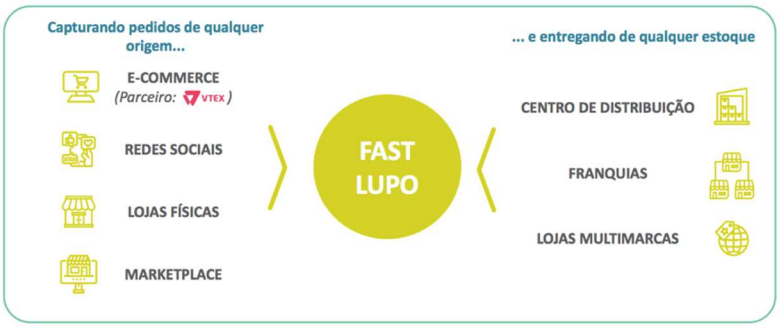
Visão Geral

Somos uma empresa centenária da indústria têxtil com essência inovadora e relacionamento familiar e longínquo com os brasileiros. Nossa missão é prever e atender as necessidades dos clientes e consumidores, transformando desejo em produto, sempre agregando valor por meio de nosso portfólio de produtos, que inclui artigos esportivos, *underwear*, meias, meias-calças, lingeries, pijamas e outros, produzidos com qualidade, tecnologia e design diferenciado. Para nós, sermos listados como marca de Alto Renome, título atualmente detido por poucas empresas no Brasil, conforme o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), é um reconhecimento pelo empenho e cuidado que dedicamos a cada peça produzida.

Em 31 de dezembro de 2024 estávamos presentes em todos os 26 Estados brasileiros e no Distrito Federal, por meio de uma base de 862 franquias e lojas próprias, mais de 34 mil pontos de vendas, 78 lojas exclusivas, presença em grandes lojas de departamento e uma plataforma de *e-commerce* gerida pela Companhia e com alcance nacional, o que possibilita um crescimento robusto e sustentável.

Atualmente, nosso portfólio é composto por 4 marcas: Lupo, Lupo Sport, Scala e TriFil. Em 2016 adquirimos o Grupo Scalina, um grupo da indústria têxtil, detentor das marcas TriFil e Scala. Essa aquisição aumentou significativamente nossa participação na fabricação e comercialização de produtos da indústria de fiação, tecelagem, malharia e confecção de produtos têxteis em geral, bem como a exploração do comércio varejista de confecção.

Embora sejamos uma empresa centenária, estamos sempre muito atentos às tendências e novas tecnologias para atender melhor nosso cliente. Durante o ano de 2020, adotamos o checkout mobile (loja sem caixa), com atendimento capaz de realizar todas as etapas da venda com apenas um equipamento móvel, que funciona integrado às máquinas de cartão de crédito. Adicionalmente, durante a pandemia da Covid-19, desenvolvemos treinamento de vendas por WhatsApp, fator relevante para que as lojas continuassem a vender mesmo com o fechamento do comércio nas fases mais restritivas da pandemia, o que promoveu nossa transformação digital. Aproveitamos as oportunidades trazidas pela pandemia da Covid-19 para acelerar o nosso processo de inovação, concentrando nossos esforços na implementação de diversas iniciativas de omnicanalidade com foco no melhor atendimento à distância aos nossos consumidores.



Procuramos atingir as nossas metas combinando consistentemente desempenho, inovação e competência, privilegiando a ética nos negócios, a transparência em nossas ações, o menor impacto ambiental possível e uma ótima satisfação dos nossos clientes. Como resultado, desde 2017 obtemos excelentes resultados em pesquisas de satisfação de nossos clientes. Acreditamos que conseguimos atender às necessidades cotidianas de nossos clientes através da nossa proposta de produtos, na qual buscamos priorizar os conceitos *comfy* (conforto), *wellness* (bem-estar), *lifestyle* (estilo de vida) e, também, artigos esportivos.

Nossa base atual de clientes abrange todas as idades e gêneros, e é composta majoritariamente pelo público adulto, que representara aproximadamente 92% das vendas. De acordo com estimativas baseadas em dados do IBGE e do IEMI - Inteligência de Mercado, somos uma marca acessível para a maioria da população brasileira, com 51% das vendas de 2022 advindas das classes sociais de A e B. Dos nossos produtos comercializados em

2025, cerca de 50% eram voltados para o público feminino e 37% para o público masculino, com os demais 13% compostos por produtos unissex.

Possuímos um portfólio de produtos bastante diversificado. Contamos com aproximadamente 18 mil SKUs (*Stock Keeping Unit* ou Unidade de Manutenção de Estoque), distribuídos em: i) lingerie, com 4,1 mil; ii) meias, com 3,1 mil; iii) roupas, com 2,2 mil; iv) cuecas, com 2,4 mil; v) artigos esportivos, com 4,0 mil; vi) meias-calças, com 1,0 mil; e vii) pijamas, modeladores, acessórios e máscaras de proteção, com 1,1 mil.

Ainda em 2025, nosso faturamento ficou distribuído da seguinte forma: (i) meias, com 20%; (ii) cuecas, com 23%; (iii) artigos esportivos, com 25%; (iv) lingerie, com 15%; (v) meias-calças, com 6%; e (vi) demais produtos, com 11%.

Nossa abrangente rede de distribuição, com alcance nacional e internacional, era composta, em 31 de dezembro de 2025, por: (i) lojas de varejo (multimarcas), que incluem mais de 34 mil pontos com vendas; (ii) 65 lojas de varejo qualificado e 857 franquias e lojas próprias, que totalizam 922 lojas; (iii) lojas de departamento; (iv) exportações para 20 países; (v) *private label*, que inclui a confecção de produtos para outras marcas; e (vi) *e-commerce* próprio. Em 2025, nossos principais canais tiveram a seguinte representação na receita líquida total da Companhia: as lojas de varejo multimarcas representaram 58%, as franquias e lojas próprias 31% e as lojas de departamento 7%.

Em nossa visão, contamos com um modelo de negócios verticalizado com alta tecnologia e uma estrutura de distribuição com capilaridade nacional e eficiente. Nessa linha, nossas lojas estão estrategicamente localizadas em locais de fluxo relevante de pessoas, com alta visibilidade, incluindo shopping centers, ruas e *outlets*. Acreditamos que nossas lojas físicas fornecem uma experiência de compra diferenciada ao cliente e alinhada com os interesses cotidianos da família brasileira, além de contar com um layout compatível com os conceitos e a imagem da nossa marca, apresentando padrões estabelecidos para toda a rede.

Nossa ampla presença nacional é evidenciada pelo tempo médio de relacionamento que estabelecemos com nossos franqueados, de aproximadamente 11 anos (não incluindo as lojas que, em 2024, migraram do antigo modelo Muito Lupo para o modelo de franquia Lupo), e pelo modelo de franquias desenvolvido pela Companhia ao longo de mais de 100 anos de existência, que acreditamos ser capaz de captar os interesses de todos os envolvidos (franqueados, clientes e Companhia) com diferenciais claros em relação ao modo de gerir franquias comumente adotado por outras empresas no Brasil, dentre os quais se destaca: (i) gestão e supervisão da rede de franquias; (ii) treinamento de franqueados e seus funcionários; (iii) auxílio na escolha de ponto, layout e padrões arquitetônicos; (iv) isenção de taxa inicial para abertura de novas lojas; (v) definição de regras operacionais e mercadológicas a serem adotadas pela rede de franquias; (vi) lojista tem liberdade para definir os meios de publicidade e o respectivo investimento para a divulgação; e (vii) integração com o e-commerce da marca.

Nosso processo decisório para a abertura de franquias leva em consideração fatores como potencial de vendas, performance recente e limitação à concentração de lojas por franqueado. Nosso processo seletivo para franqueados considera fatores como sua identificação com a marca, seu histórico de operações (no caso de franqueados que já possuam experiência com produtos do Grupo Lupo) e sua capacidade de adaptar o nosso modelo de negócios às particularidades regionais por meio do relacionamento desenvolvido com os consumidores locais.

Nossa plataforma de e-commerce atende todo o território brasileiro, e hoje é integrada com nossa rede física de franquias. Ainda, investimos em diversas iniciativas para alavancar nossa omnicanalidade, dentre elas a plataforma Fast Lupo, que aproxima centro de distribuição, franquias e lojas multimarcas, marketplace e redes sociais, reduzindo assim custos de logística e de controle de estoque.

Como parte de nossa estratégia digital buscamos manter uma forte interação com os clientes através de mídias sociais. Estamos presentes nas maiores plataformas (Instagram, Facebook, TikTok, Youtube, X, entre outras) e fechamos 2025 com um total aproximado de 3,8 milhões de seguidores em nossos perfis, e com cerca de 230 publicações por mês em média, o que promove uma maior interação com o público-alvo, a melhoria da plataforma de omnicanalidade e a maior visibilidade para a divulgação de nossos produtos e experiências.

Acreditamos que nossa plataforma de omnicanalidade possua ainda um grande potencial de crescimento, engajando nosso consumidor em todos os canais disponibilizados.

Em decorrência do fechamento de nossas lojas físicas devido à pandemia da Covid-19 no primeiro semestre de 2020, aproveitamos a necessidade apresentada para alavancar nossa iniciativas de omnicanalidade e, devido à situação enfrentada, concentramos nossos esforços para acelerar sua implementação em 2021. Dessa maneira, conseguimos nos adaptar rapidamente às novas tendências digitais, e dentre as soluções digitais já implementadas em nossa rede de lojas físicas, destacamos: (i) Buy Online / Ship From Store; (ii) Checkout Mobile, aplicativo que possibilitou a venda em loja sem a necessidade de caixas físicos, promovendo assim um atendimento mais flexível e dinâmico; e (iii) adoção do aplicativo WhatsApp, que viabilizou vendas remotas com a força de trabalho ociosa durante a pandemia.

A Companhia possui iniciativas estratégicas para todas as categorias de seu portfolio de marcas, dentre as quais destacamos: (i) *Sportswear*, com aumento da linha *comfy* (conforto), *wellness* (bem-estar), *lifestyle* (estilo de vida) e *athleisure* (junção das palavras "atlético" e "lazer") para uso de vestimentas de categoria casual, mantendo nossa presença ativa no cotidiano de nossos clientes e nos adaptando aos novos hábitos do consumidor; (ii) *Underwear*: linha masculina, feminina e infantil de artigos como pijamas, cuecas e meias, já consolidados no quotiano do brasileiro; e (iii) Acessórios: expansão de artigos esportivos com eventos e patrocínios promovidos pela Companhia.

Acreditamos estarmos bem posicionados para continuar crescendo em nosso mercado de atuação, nos orientando por fatores que norteiam a dinâmica desse mercado, tais quais: (i) relacionamento de longo prazo com o consumidor: nossos mais de 100 anos de atuação permitiram uma maior interação com consumidores em diferentes etapas do ciclo de vida da compra, o que, na nossa visão, nos permite obter uma compreensão mais profunda dos nossos clientes; (ii) engajamento: as marcas mais adaptáveis atualmente envolvem e interagem com consumidores de diferentes maneiras, oferecendo programas de lealdade via influenciadores e através de múltiplas plataformas de mídia social; (iii) comunidade: o desenvolvimento de uma base forte de consumidores não vinculada a um gênero e/ou classe social específica é imperativo para a construção e fidelização de consumidores que se identifiquem não só com nossos produtos, mas com a missão e objetivos da marca em si; (iv) inovação: novos produtos e tecnologias digitais, bem como mudanças nos hábitos e gostos do consumidor, alimentam novos ciclos e criam oportunidades no desenvolvimento de novos produtos; e (v) rapidez: a evolução nas expectativas dos consumidores requer uma infraestrutura moderna, ágil e móvel para evoluir de acordo com a velocidade do mercado, já que as companhias mais adaptáveis às demandas dos consumidores estão conquistando novos clientes em mercados distintos através do avanço na comercialização dos produtos.

Acreditamos que nossa expansão ocorrerá principalmente de forma orgânica, favorecida pela capacidade da Companhia em inovar, acompanhar tendências de mercado, desenvolver novos conceitos no segmento *comfy* (conforto), *wellness* (bem-estar), *lifestyle* (estilo de vida) e atualizar conceitos existentes, em linha com o que a Companhia tem feito com êxito em seus mais de 100 anos de história. De maneira integrada às nossas lojas físicas, nossa cadeia produtiva busca ser eficiente e responsiva às necessidades de nossos clientes. Vislumbrando garantir a alta qualidade dos nossos produtos, participamos ativamente de todo o processo produtivo através do desenvolvimento das peças, pilotagem, compra de materiais, auditoria, controle de qualidade, visitas técnicas, dentre outros. Em adição, nossas operações são apoiadas por cinco parques fabris localizados em: i) Araraquara-SP (cerca de 85 mil m^2 de área construída); ii) Itabuna-BA (cerca de 45 mil m^2 de área construída); iii) Pacatuba-CE (cerca de 40 mil m² de área construída); iv) Maracanaú-CE (cerca de 25 mil m² de área construída); e v) Paraguai (cerca de 5 mil m² de área construída).

O desenvolvimento da cadeia de suprimentos e fornecimentos é entendido como extensão de nossa operação. A nossa gestão de fornecedores tem como objetivo promover o desenvolvimento de nossas atividades e o alinhamento dos valores da nossa empresa com os de nossos fornecedores. Nossos fornecedores são majoritariamente voltados ao suprimento de matéria-prima, e estavam distribuídos, por grupo de materiais, considerando nossas unidades no Brasil, da seguinte maneira em 2025:

Materiais	Unidades			
	Araraquara-SP	Itabuna-BA	Pacatuba-CE	Maracanaú-CE
Aviamentos	5,76%	11,62%	10,37%	0,00%
Embalagens	11,13%	13,35%	6,86%	0,10%
Fios / Plumas	72,17%	60,25%	32,53%	87,63%
Malhas	1,39%	0,30%	50,10%	0,00%
Químicos	9,55%	14,48%	0,14%	12,27%

Nosso processo de desenvolvimento de produtos e produção é orientado por dados, sendo as peças testadas antes de seu lançamento. Além das duas principais coleções lançadas no ano (inverno e verão), realizamos o lançamento de pelo menos duas coleções adicionais por ano, buscando prontamente identificar as principais tendências nacionais e internacionais e atualizar a nossa variedade de produtos. Primamos por desenvolver tecnologias e tecidos exclusivos de ponta para melhorar a performance esportiva e aumentar o conforto de nossos clientes. Entre as principais tecnologias e tecidos exclusivos utilizados em nossas coleções estão o *Water Repellent* (tecnologia que impede que o tecido absorva água), *Sensil Heat* (tecido que retém o calor do corpo, impedindo a perda de temperatura), *Amni Virus Bac Off* (poliamida antiviral e antibacteriana), *Lycra Xtra Life* (tecido resistente ao cloro) e *Emana* (tecido que absorve o calor do corpo humano e emite raios infravermelhos longos de volta ao corpo).

Lupo Sport

Lançada em 2011, a Lupo Sport é a marca do Grupo focada em artigos esportivos, voltada principalmente para a tecnologia sem costura. Essa tecnologia consegue tecer as peças a partir do fio, com compressões de tecido diferenciadas ao longo do produto, gerando assim maior conforto aos usuários para atividades do dia a dia. Em 31 de dezembro de 2025 contávamos com um total de 51 lojas Lupo Sport e enxergamos ainda inúmeros meios pelos quais a marca pode continuar sua expansão, dentre os quais podemos destacar: (i) aumento de vendas por meio do e-commerce, (ii) ampliação da rede de lojas Lupo Sport, (iii) ampliação de nossa presença no varejo multimarcas e (iv) aumento de exportações. Dentre os variados diferenciais que os produtos Lupo Sport apresentam, destacamos:

- **Ventilação estratégica**: localizadas em zonas críticas de suor para proporcionar roupas confortáveis e com uma sensação térmica agradável.
- ***Seamless dry***: roupa sem costura, que oferece toque mais macio e confortável e diminui os pontos de fricção.
- **Tecido antimicrobial**: com tratamento de higienização que impede a proliferação de microorganismos e bactérias causadores de odores.
- **Jaquetas *windbreaker***: tratamento especial com cobertura que repele a água, evitando sua absorção pelo tecido.
- **Roupas para corrida com detalhes refletivos**: Consistem na aplicação de materiais que refletem luz e permitem a prática de exercícios durante a noite com segurança.

A credibilidade da Lupo Sport fez com que, em menos de 10 anos de mercado, a linha passasse a fornecer materiais esportivos para equipes profissionais de futebol, demonstrando nossa capacidade de oferecer produtos de qualidade e tecnologia para o melhor desempenho de seus usuários.

Nossas Vantagens Competitivas

Acreditamos que as seguintes vantagens competitivas nos diferenciam dos concorrentes e contribuem para nosso sucesso:

Marca forte e reconhecida no mercado

Nossa marca Lupo está há mais de 100 anos no mercado de vestuário *underwear* e desde 2011 em experiências esportivas. Acreditamos que nossa marca é referência em estilo de vida confortável e saudável, e, em nossa visão, é bem-sucedida em estabelecer vínculos com os clientes pois visa a relação de longo prazo e o engajamento de nossos clientes.

Acreditamos que a pandemia da Covid-19 acelerou o processo de fortalecimento da marca e do reconhecimento da Companhia no mercado, ampliando a capacidade de atuação em um mercado em transformação com foco em inovação, seja através de produtos alinhados aos novos hábitos do consumidor, seja através de soluções digitais desenvolvidas para melhor atender o cliente, reforçando o legado e a qualidade da entrega com o consumidor.

Conhecimento do nosso público-alvo e proposta de valor adequada

A Companhia possui público-alvo em todas as faixas etárias e todos os segmentos de renda, oferecendo uma proposta de valor customizada para entregar o melhor ao consumidor. Nosso posicionamento de mercado segue o conceito de democratização da moda, oferecendo para todas as classes sociais atributos da moda a preços competitivos, que sejam altamente utilizados pela população e ampliem o relacionamento de longo prazo com consumidores.

Modelo de franquias referência no setor

Em 2004, optamos pelo investimento em um modelo que é composto por lojas franqueadas. Uma das vantagens competitivas apresentada por nosso modelo de negócios é o relacionamento diferenciado que estabelecemos com nossos franqueados, onde não é cobrada uma taxa inicial para abertura de novas franquias e royalties.

O suporte para nossos franqueados começa antes da abertura de suas lojas, e envolve o auxílio na negociação de aluguéis, orientação em frentes como elaboração do projeto de arquitetura e acompanhando da montagem da loja (*visual merchandising*). Fornecemos ao longo do nosso relacionamento consultoria e cursos voltados para melhoria da performance no varejo.

Nossa estrutura de suporte aos franqueados foi fortalecida por uma série de medidas adotadas no enfrentamento à pandemia da Covid-19, que teve o franqueado em posição central em nossa estratégia. Nossos parceiros de franquias representam uma fortaleza da marca e possuem o conhecimento local necessário para adaptar nosso modelo às particularidades regionais.

Nossos modelos de franquia são referência no mercado, e apresentam bons períodos de retorno do investimento, tais como: i) Lupo, com 36 meses; ii) Lupo Sport, com 36 meses; iii) Lupo Quiosque, com 16 meses; e iv) Scala, com 36 meses. Além disso, o modelo de negócios é vencedor, registrando apenas 47 franquias que encerraram suas atividades de 2023 a 2025.

Investimos ainda em nosso relacionamento com os franqueados existentes, priorizando esses no momento de abertura de novas lojas, o que permite que o *know-how* da operação seja mantido e aperfeiçoado.

Nossa presença nacional, por meio de nosso modelo de franquias, possibilitou que aprendêssemos sobre as particularidades de cada região, abordando as necessidades de moda e experiências específicas de cada uma.

Potencial de inovação e desenvolvimento de tecnologias

Acreditamos que o sucesso de nossos negócios está intimamente relacionado com a cultura de fomento à pesquisa e inovação, presente na Companhia desde o início de suas atividades. Ao longo de nossa história, nos posicionamos como pioneiros em diversos iniciativas, com a utilização de diferentes tecnologias em nossas peças. Além disso, focamos na constante verticalização, inovação e modernidade de nossas operações, de nossos maquinários por meio de novos sistemas e automatizações, processos produtivos mais eficientes, sob constante

revisão, buscando trazer agilidade e flexibilidade para o nosso processo produtivo. Isso inclui o uso de instalações com alta capacidade de produção e de processos integrados no desenvolvimento de produtos, os quais buscam imprimir maior eficiência a nossa cadeia de suprimentos e ao nosso relacionamento com fornecedores.

Julgamos ter desenvolvido uma estrutura para nosso processo de produção e distribuição que visa garantir o fornecimento adequado de produtos a custos favoráveis, e para isso realizamos investimentos em inovação, pesquisa e desenvolvimento e em área de testagem, principalmente relacionados à pesquisa aplicada, pesquisa básica dirigida, desenvolvimento experimental e serviço de apoio técnico. Alguns exemplos de inovação tecnológica desenvolvidas *in-house*, são: (i) eficiência contra a proliferação de bactérias e vírus (*Amni Vírus Bac Off*); (ii) reaproveitamento do tecido descartado para confecção de cabides; (iii) composição do tecido fino e resistente na linha *Performance;* e (iv) reaproveitamento da água corrente descartada. Dessa forma, acreditamos sermos uma das empresas com equipamento têxtil de tecnologia mais avançada e que, em nossa visão, permite transformar o desejo de nossos consumidores em produto.

Em nossa visão, as tecnologias inovadoras que usamos possuem altas barreiras de entrada a possíveis competidores, e, dentre elas, podemos destacar: (i) o relacionamento de longa data com fornecedores de renome; (ii) expertise e tecnologia da fábricação sem costura; e (iii) funcionários diretamente envolvidos com pesquisa e desenvolvimento de produtos.

Time de gestão experiente com foco em governança

Nossa CEO, primeira mulher da família fundadora a assumir cargos de gestão na empresa, conta com mais de 35 anos de experiência no mercado do varejo *underwear* e está ativamente presente na rotina diária da Companhia, além de ser responsável pela transformação da marca Lupo e condução da empresa em diversos momentos ao longo de sua trajetória. Atrelado a isso, buscamos manter os mais altos padrões de governança dentro da Companhia, contando com a auditoria das demonstrações financeiras por empresa de auditoria mundialmente reconhecida.

A experiência e o engajamento de nossa administração são elementos cruciais para a expansão e estratégia de nossos negócios, estando comprometida com a missão de integrar nosso *core business* e tecnologia a fim de promover uma plataforma que propicie aos nossos clientes um estilo de vida mais confortável e saudável em diversos âmbitos de suas vidas pessoais. Além disso, nosso time de gestão está constantemente engajado em questões sociais através de ações e projetos, tais como:

(i) **Treinamentos SENAI Lupo:** Mantemos convênio com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) para formar profissionais especializados em processos industriais. Na formação, o conteúdo teórico é transmitido por meio de aulas no SENAI e a parte prática consiste na realização de estágio e atividades em diferentes setores das nossas unidades fabris.

(ii) **Curso de Libras para funcionários:** O Grupo Lupo investe na formação didática e inclusiva, levando os seus colaboradores a conhecer os conceitos e aspectos básicos da Linguagem Brasileira de Sinais com o intuito de estabelecer uma comunicação assertiva entre os funcionários surdos e os ouvintes, favorecendo assim uma melhor compreensão da cultura e possibilidades de interação com a comunidade surda.

(iii) **Programa Lupo Lilás:** Focado no público feminino, o programa oferece atendimento médico e psicológico para as colaboradoras, abordando com sensibilidade e sigilo questões delicadas como assédio, abuso e violência doméstica e de gênero. O programa investe na capacitação permanente de equipes do RH, segurança e ambulatório para amparo às vítimas, além de promover palestras de prevenção ministradas por psicólogas em todos os turnos de trabalho e ações conjuntas com o Centro de Referência da Mulher.

Adicionalmente, nossa gestão preza muito pelos colaboradores da companhia, que totalizam 8.900, dos quais cerca de 6.700 são funcionários diretos. Pensamos que construímos o futuro cuidando do presente e os nossos funcionários não fogem disso. Como uma de nossas iniciativas, oferecemos treinamentos dentre os quais podemos destacar: i) treinamentos especializados para cada função; ii) desenvolvimentos aos funcionários no decorrer de suas carreiras; e iii) parceria com SENAI para formação técnica. Além disso, possuímos um robusto

programa de retenção, suportado por programas de remuneração variável e benefícios aos empregados. Temos também baixas taxas de doenças ocupacionais, lesões, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho.

Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças à Companhia, seus negócios e condição financeira estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados em nossos fatores de risco, ocorrendo de maneira combinada, descritos na Seção 5 deste Formulário de Referência.

Nossa Estratégia

Dentre os objetivos de longo prazo da Companhia, tem-se: (i) o fortalecimento e expansão do reconhecimento da nossa marca (*brand awareness*), não só como protagonista no setor de varejo de vestuário, mas como uma plataforma líder na propagação de um estilo de vida ativo e saudável, focada em produtos e experiências *comfy* (confortável); (ii) acelerar o crescimento inorgânico; (iii) expansão do total do mercado endereçável; e (iv) o fortalecimento da marca Lupo Sport. Trabalhamos através de nossa sólida estratégia e ecossistema para atingir esses objetivos.

Buscamos a fidelização de nossos clientes por meio da integração tecnológica de nossos canais físico e digital, para que o público possa obter uma experiência Lupo completa. Vislumbramos grandes oportunidades de continuar aumentando o engajamento perante todos os públicos através do desenvolvimento da nossa plataforma de omnicanalidade e dos conceitos *comfy* (conforto), *wellness* (bem-estar), *lifestyle* (estilo de vida), corroborado pela busca cada vez maior por uma vida mais saudável por parte dos consumidores.

Investir no aumento do reconhecimento da marca e na expansão regional inteligente

Continuamos fortalecendo nossa marca por meio de uma combinação de entrega de peças de alta qualidade e estilo confortável, bem como pela oferta de produtos enraizados na cultura diária do brasileiro.

Acreditamos que nossa história centenária, junto com nossa experiência em lojas físicas e nossa abrangência nacional, pode contribuir para a abertura de lojas em novos centros comerciais em localizações estratégicas de maneira eficiente. Com o aumento do reconhecimento e o fortalecimento da nossa marca em todas as regiões do Brasil, visualizamos oportunidades de expansão regional em nosso modelo de negócio de franquias , tendo em vista que já possuímos franqueados em todos os estados do Brasil, que consideramos embaixadores da cultura Lupo e capazes de inaugurar e operar novas lojas. Dessa forma, acreditamos que seremos capazes de ampliar nossa liderança e o acesso ao nosso público-alvo, alinhado à nossa missão de se inserir na vida de consumidores que valorizam um estilo de vida confortável e ativo.

Acelerar a Lupo Sport

Buscamos implementar iniciativas visando a melhoria da experiência dos consumidores, tendo como objetivo criar produtos e experiências para os nossos clientes que sejam associados aos conceitos de *comfy* (conforto), *wellness* (bem-estar) e *lifestyle* (estilo de vida). Isso inclui a estruturação e a coordenação de nossas experiências, a constante melhoria em nossas plataformas e mídias digitais e o desenvolvimento de tecnologias avançadas que propiciem ao consumidor experiências mais práticas e vantajosas.

Nessa linha, criamos a marca Lupo Sport em 2011, focada exclusivamente em artigos esportivos. Ao fim de 2025 já contávamos com 51 lojas Lupo Sport e acreditamos que possuímos uma ampla gama de oportunidades para expansão por meio deste segmento, reforçada pelas tendências atuais de saúde e bem-estar. Dentre as múltiplas oportunidades identificadas para a Lupo Sport, destacamos: (i) aumento de vendas por meio do e-commerce; (ii) ampliação da rede de lojas Lupo Sport; (iii) ampliação de nossa presença no varejo multimarcas; e (iv) aumento da exportação de produtos da marca.

Aumentar a participação dos canais digitais

Em virtude da tendência de omnicanalidade, desenvolvemos a plataforma Fast Lupo, que busca integrar canais de venda, proporcionando aos consumidores uma experiência de compra unificada, independentemente do canal utilizado. Enxergamos muitas oportunidades para essa plataforma, e, na visão do lojista, essa estratégia se traduz na geração de novos leads e fidelização do consumidor.

A fim de ampliarmos a participação dos canais digitais, internalizamos a operação de nosso site, incluíndo a central de atendimento e toda área logística, de modo a criar maior eficiência e autonomia no atendimento e entrega dos produtos adquiridos por meio dos canais digitais. A partir disso, foi criado um plano de crescimento com foco em performance e evolução na experiência de compra do consumidor.

Aumentar a penetração em categorias existentes e crescer em novas categorias

Durante os mais de 100 anos de nossa existência, acreditamos ter atingido o protagonismo em nossas categorias de atuação dentro do mercado brasileiro. Contudo, a indústria têxtil é extremamente pulveirizada no Brasil e, portanto, acreditamos termos ainda um potencial de crescimento e expansão em nossas categorias de atuação. Continuaremos a buscar sempre um papel de liderança e protagonismo com o objetivo de melhor atender às necessidades e demandas de nossos clientes.

Adicionalmente, estamos constantemente analisando novas categorias e mercados que apresentem potencial significativo de crescimento, conforme fizemos com a criação da marca Lupo Sport.

Potenciais Oportunidades de M&A

Apesar de nossa posição relevante no setor de varejo de moda íntima no país, entendemos haver ainda oportunidade de expandir nossos negócios e participação de mercado nesse setor que é altamente fragmentado. Tal crescimento poderá ser alcançado tanto por meios orgânicos como inorgânicos. Além do nosso planejamento atual de abertura de novas lojas, lançamento de novas linhas e aprimoramento dos nossos canais de vendas, monitoramos continuamente o mercado para eventuais oportunidades de M&A. Exemplo disso foi a aquisição da Scalina, anunciada em julho de 2016, dentetora das marcas TriFil (atuante no setor de roupas íntimas, sportwear e meias) e Scala (atuante no setor de roupas íntimas, pijamas e roupas), que complementou o nosso portfólio de produtos e apresentou diversos ganhos para a companhia, dentre os quais podemos destacar: (i) complementaridade de públicos; (ii) capilaridade; (iii) capacidade produtiva; (iv) consolidação do mercado; e (v) sinergias operacionais. Tal operação demostrou nossa capacidade de realizar aquisições relevantes de maneira eficiente e extremamente ágil, tendo início as negociações por volta de abril de 2016 e conclusão em novembro do mesmo ano. Como resultado, a aquisição do Grupo Scalina nos proporcionou um aumento de faturamento em 34% e um ganho de capacidade de produção em 43% entre os exercícios de 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017.

Pretendemos continuar nos beneficando da força e reconhecimento da marca para expandir e desenvolver ainda mais nossas operações ao mesmo tempo em que utilizamos de nossa experiência, escala, solidez financeira, relacionamentos com clientes e fornecedores para, de maneira oportuna, perseguir novas oportunidades de negócio e explorar novos mercados. Nossa experiência em adquirir e integrar novos ativos e marcas, combinada com nossa inteligência empresarial, representa um componente essencial em nossa estratégia de buscar aquisições selecionadas que permitirão expandir nossas operações não apenas nos mercados nos quais já atuamos, como também para outros segmentos importantes de alto valor agregado.

Nessa linha, procuramos estudar potenciais *targets* para aquisição, os quais entendemos importante estarem pautados nos seguintes filtros: (i) marcas altamente reconhecidas pelo público; (ii) produtos de alta qualidade; (iii) diversos canais de distribuição com abrangência nacional e presença digital; (iv) faturamento mínimo de R$ 300 milhões; e (v) potenciais sinergias. Nosso foco estratégico atual encontra-se nos *targets* com expertise em corte e costura e *know-how* no segmento esportivo.

1.3 - Informações relacionadas aos segmentos operacionais

(a) Produtos e serviços comercializados

Possuímos um único segmento operacional, definido como têxtil, que engloba a produção e comercialização de vestuário e acessórios, de forma que nos organizamos e temos nosso desempenho avaliado como uma única unidade de negócio para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos.

Esta visão é justificada pelos seguintes fatores:

• não há divisões em nossa estrutura para gerenciar diferentes linhas de produtos, mercados ou canais de vendas;

• nossas decisões estratégicas são amparadas por estudos que evidenciam as oportunidades de mercado, e não apenas pela atuação por produto, marca ou canal.

Nossos produtos estão distribuídos por diferentes marcas (Lupo, TriFil, Lupo Sport e Scala) e canais (varejo multimarcas, franquias, lojas de departamento, exportação, *private-label* e *e-commerce*). No entanto, essas unidades são controladas e gerenciadas como um único segmento, e os resultados são monitorados e avaliados de forma centralizada.

(b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Receita líquida referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025: R$ 1.589,9 milhões, representando 100% do total.

(c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Lucro líquido referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025: R$ 176,5 milhões, representando 100% do total.

1.4 - Produção/Comercialização/Mercados

(a) Características do Processo de Produção

Nossos processos produtivos são flexíveis, ágeis e capazes de atender com rapidez as demandas de mercado. Fabricamos mais de 95% de todas as peças que comercializamos, o que nos permite ser eficazes e responsivos aos movimentos do mercado e estarmos alinhados às últimas tendências da moda internacional, nos conferindo uma posição de destaque com relação a nossos concorrentes.

Entendemos a cadeia de suprimento e fornecimento como uma extensão de nossa operação; por esse motivo nossa gestão de fornecedores tem como objetivo promover o desenvolvimento da Companhia e o alinhamento dos nossos valores com os de nossos fornecedores. Essa estreita relação entre a Lupo e os fornecedores se reflete na tecnologia dos nossos produtos por meio da utilização de fios especiais como o EMANA, Bicomponentes, entre outros.

Nossos processos produtivos são totalmente integrados e têm inicio no momento em que nosso representante monta o pedido do cliente em *tablets* por meio de um sistema de catálogo integrado com o software ERP central da marca SAP. Esses sistemas integrados realizam a aprovação do pedido, emissao de ordem de produção, explosão de materiais, programação da fábrica, separação dos pedidos e emissão da nota fiscal, conectando as áreas de contabilidade, custos, RH e manutenção.

Além da preocupação com a qualidade dos nossos produtos, atentamos para o meio ambiente e adotamos diversas políticas de sustentabilidade. Conforme divulgado em nosso Relatório de Sustentabilidade 2024, publicado em maio de 2025, temos um Programa de Gestão de Resíduos Sólidos, onde destacamos:

i. **Reutilização de Embalagens Plásticas para Enrolar Fios:** Após o uso, as embalagens plásticas são enviadas para o fabricante e reprocessadas. Essa medida assegura economia e sustentabilidade, ao substituir o descarte por reaproveitamento.

ii. **Reutilização de Caixas Plásticas:** As caixas defeituosas são trituradas e transformadas em plástico de engenharia.

iii. **Caixas de Papelão:** São reutilizadas enquanto têm vida útil. Depois são descartadas de modo ambientalmente correto.

Fazemos extenso uso de materiais sustentáveis, dos quais destacamos:

i. **Algodão Certificado:** Utilizamos 100% de fios e malhas de algodão com certificação da *Better Cotton Initiative* (BCI). A BCI é uma organização sem fins lucrativos criada em 2002, sediada em Genebra, na Suiça, que atua na fiscalização e melhoria de processos sustentáveis para o plantio de algodão.

ii. **Fios Diferenciados:** Empregamos gradualmente fios biodegradáveis em nossos processos fabris, os quais se degradam em menos de 5 anos em ambientes anaeróbicos e tem uma pegada ambiental até 65% menor no descarte. Outro, fornecido em caráter de exclusividade, já vem pigmentado na cor preta pelo fornecedor sem processo úmido, o que reduz o tempo do processo, poupa até 50% de água e economiza eletricidade e energia térmica.

iii. **Produtos Químicos:** Trabalhamos somente com fornecedores de produtos químicos e corantes que atendam as especificações da OEKO-TEX STANDARD 100. Esta certificação garante a segurança e a não toxicidade de todos os tecidos e malhas quando em contato direto com o corpo humano.

iv. **Material de Embalagem:** Possuímos certificação do *Forest Stewardship Council* (FSC) em 100% de nossas embalagens de papel cartão. Este selo ajuda na preservação dos recursos naturais, pois

representa um sistema internacional de garantias que identifica, por meio de sua marca, a origem de produtos madeireiros e não madeireiros com manejo florestal adequado.

Outro diferencial de nosso negócio são as plantas fabris. Elas foram projetadas e construidas especificamente para os processos ali instalados, podendo suportar a expansão do negócio com baixos investimentos. As máquinas e equipamentos são continuamente renovados de forma a preservar um parque sempre moderno, com baixa idade de utilização e com tecnologia de ponta, garantindo assim confiabilidade, produtividade e eficácia na produção. Otimizamos constantemente nossos processos produtivos, e atuamos ativamente na concepção das peças, compra de materiais, controle de qualidade, entre outros, até a venda. Acreditamos que isso torna a Lupo referência nacional em produtos de alta qualidade.

Nossos técnicos, operadores e funcionários que atuam nos parques fabris passam por treinamentos constantes em cursos voltados exclusivamente para esse tipo de profissional. Tais cursos foram idealizados em conjunto com o SENAI, que acreditamos ser uma das mais relevantes escolas de formação técnica do segmento têxtil no Brasil, o que garante a qualidade do treinamento e a transmissão da cultura de alta performance para nossos funcionários.

Desenvolvimento de Produto

Nossa equipe de Pesquisa e Desenvolvimento busca traduzir as principais tendências mundiais em produtos diferenciados, buscando alinhar nossas coleções aos desejos dos consumidores. A área de Desenvolvimento conta com uma equipe com sólido conhecimento no processo de pesquisa qualitativa junto ao público consumidor, a qual participa frequentemente de feiras e eventos de moda sediados no Brasil e no resto do mundo.

Nossa equipe de Desenvolvimento de Produto desenvolve o projeto do produto, suas formas e cores, passando por modelagem, e termina com a produção de protótipos, que passam por diversos testes de uso, o que garante a qualidade do produto antes de ser enviado ao mercado. Essa equipe elabora milhares de SKUs (*Stock Keeping Unit*, ou Unidade de Manutenção de Estoque) todos os anos de modo a atender a todos os públicos, gêneros, faixas etárias e classes sociais, o que nos faz ser uma empresa democrática.

Novas tecnologias em fios, tecidos e acabamentos químicos aumentam o conforto, caimento, durabilidade e resistência dos nossos produtos. A produção sem costura é uma de nossas principais tecnologias que proporciona uma melhoria na performance esportiva e conforto ao usuário.

Processos de Produção

Nosso modelo de produção conta com quatro plantas no Brasil, localizadas em Araraquara-SP, Itabuna-BA, Pacatuba-CE e Maracanaú-CE, e uma planta no Paraguai.

Planta de Araraquara: é a matriz do Grupo Lupo, com aproximadamente 85 mil m^2 de área construída, e abriga diferentes processos produtivos, incluindo teares de meias (socks), tecnologias sem costura (seamless e Raschel), entre outros. A planta apresenta alto nível de verticalização e integração, contemplando também processos complementares como recobrimento de fios com elastano, tinturaria de fios e de peças, diversos tipos de acabamento, estamparia, costura, embalagem e armazenamento. O complexo conta com cerca de 1.300 teares instalados e opera com aproximadamente 3.200 funcionários diretos. A unidade dispõe ainda de infraestrutura completa de apoio, incluindo escola de formação técnica, ambulatório, creche, agência bancária, refeitório e demais áreas necessárias para assegurar a continuidade e eficiência das operações.

Planta de Itabuna: com aproximadamente 45 mil m^2 de área construída, ela abriga as etapas de fiação de algodão, retorcimento e tinturaria de fios, contendo teares de meias *socks*, teares sem costura e teares de meias-calças. Para suportar esses teares temos como complementariedade a tinturaria de fios e peças, costura, acabamento, estamparia, embalagem e armazenamento. Esta unidade tem mais de 1.000 teares instalados e opera com aproximadamente 1.550 funcionários diretos. Esta planta possui ainda uma escola de formação técnica, ambulatório, creche, agência bancária, refeitório e todas as áreas de suporte necessárias para a manutenção adequada da operação.

Planta de Pacatuba: com aproximadamente de 40 mil m² de área construída, ela abriga todas as etapas de produção de artigos confeccionados, como cuecas, lingerie, pijamas e roupas. Esta unidade opera com cerca de 1.600 funcionários diretos.

Planta de Maracanaú: com aproximadamente 25 mil m² de área construída, ela abriga as operações de tecelagem, tinturaria, acabamento e estamparia de malhas, e conta com cerca de 60 teares para a produção de malhas. Em adição à produção de malhas, esta planta abriga parte da tecelagem de meias básicas da marca Lupo, e possui mais de 100 teares instalados. Opera com cerca de 200 funcionários diretos.

Planta do Paraguai: com aproximadamente 5 mil m² de área construída, ela abriga a produção de meias, contando com cerca de 250 teares. Opera com aproximadamente 100 funcionários.

Os centros de distribuição do Grupo Lupo armazenam cerca de 45 dias de estoque, de onde são expedidos os pedidos para todo o Brasil e para o exterior.

(b) Características do processo de distribuição

Nosso processo de distribuição é dividido em 6 canais de vendas: i) o varejo multimarcas, responsável por 58% do faturamento e possui alta capilaridade, atendendo representantes em mais de 34 mil pontos de vendas, que conta ainda com 65 lojas de varejo qualificado sob o modelo de loja TriFil; ii) franquias e lojas próprias, responsáveis por 31% do faturamento, e composto por 857 lojas com as marcas Lupo, Lupo Sport, Trifil e Scala; iii) lojas de departamento, responsáveis por 7% do faturamento; iv) mercado externo, responsável por 1% do faturamento; v) *private label*, responsável por 1% do faturamento; e vi) e-commerce próprio, responsável por 2% do faturamento.

(c) Características dos mercados de atuação

Setor Varejista Brasileiro

Segundo o IBGE, o comércio varejista registrou em 2025 crescimento de 1,6% em relação a 2024, mantendo a tendência de crescimento verificada nos anos anteriores.

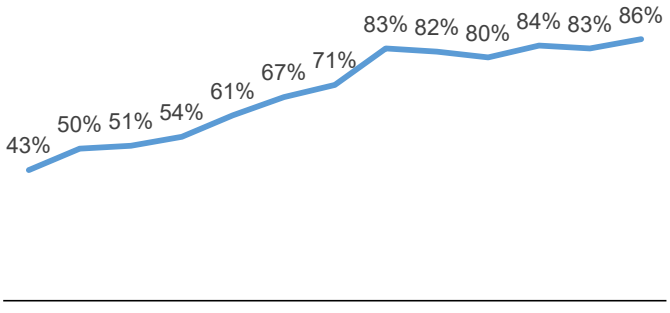
Setor Varejista de Vestuário e Calçados Brasileiro

O setor varejista de vestuário registrou expansão de 1,3% em 2025 em relação a 2024, mantendo a tendência de crescimento verificada no ano anterior, quando cresceu 2,9% em comparação a 2023.

Mercado brasileiro de *e-commerce*

Um *e-commerce* bem desenvolvido, capaz de entregar uma boa experiência ao usuário, assume um papel importante no fortalecimento de uma marca. Além disso, há aqueles e-commerces que, além de entregar uma excelente experiência digital, possuem uma forte integração com as vendas físicas, criando uma completa plataforma omnicanal, trazendo maior comodidade e praticidade aos compradores. Assim, o *e-commerce* tornou-se um hábito de consumo no Brasil, conforme evidenciado no gráfico a seguir.

Domicílios com Acesso à Internet no Brasil (% do total do país)

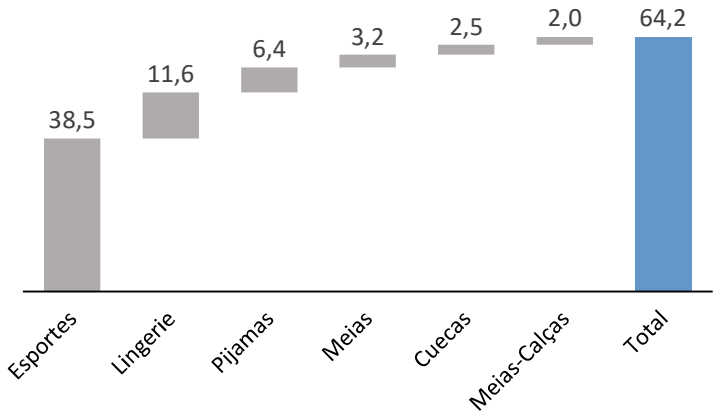


Fonte: CETIC – TIC Domicílios 2025

Mercado total endereçável no Brasil

De acordo com o Instituto de Estudos e Marketing Industrial (IEMI), o mercado total endereçável da Lupo no Brasil foi de R$ 64,2 bilhões em 2022. O mercado é composto por moda esportiva, lingerie, pijamas, meias, cuecas e meias-calças.

Mercado total endereçável da Lupo no Brasil em 2022 (R$ bilhões)



Fonte: IEMI

(ii) Condições de competição nos mercados

O setor de varejo no Brasil, incluindo o varejo de vestuário, é influenciado por diversos fatores, tais como: (i) preços competitivos; (ii) abertura de lojas por concorrentes; (iii) promoções e descontos; (iv) poder de compra dos consumidores; e (v) a situação do cenário macroeconômico brasileiro. No mercado de vestuário e calçados no Brasil, podemos elencar entre nossos principais concorrentes: (i) Lojas Renner; (ii) Lojas Riachuelo; e (iii) Lojas C&A – todas empresas de capital aberto.

Benefícios fiscais

A Companhia se beneficia de alguns incentivos fiscais nos Estados de São Paulo, Bahia e Ceará, sendo os principais o incentivo fiscal na Bahia, que dispõe sobre a concessão de crédito presumido de ICMS, segundo o qual a alíquota de ICMS devida é de 2,0% sobre as operações de vendas no Brasil. O incentivo fiscal em São Paulo, com redução da base de cálculo do ICMS e o crédito outorgado, tem alíquota de ICMS devida de 0% sobre as operações internas, apenas para o Estado de São Paulo. No Ceará, o incentivo fiscal dispõe sobre a concessão de crédito presumido de ICMS, com diferimento sobre apuração do ICMS (diferimento de 88% para a planta de Pacatuba e de 65% de Maracanaú), saldo entre os créditos e débitos, cuja alíquota de ICMS devida é de 2,0% a 2,5% sobre as operações de venda no Brasil. Na esfera federal, a Lupo S.A. possui benefício fiscal apoiado na Lei

11.196/05, de 21 de novembro de 2005, a qual concede incentivo fiscal em virtude de nossos programas de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica.

(d) Eventual sazonalidade

Algumas das nossas linhas de produto são sujeitas à sazonalidade, com trimestres bem distintos, principalmente o quarto trimestre devido à Black Friday e às datas comemorativas. Outro fator que influencia a sazonalidade são as trocas de coleções de janeiro e julho, bem como os períodos de promoção após a troca de coleção.

Adicionalmente, o varejo de moda é suscetível às condições climáticas, especialmente durante os meses de inverno. Por exemplo, durante esta estação, períodos prolongados de temperaturas mais altas podem deixar parte de nosso estoque incompatível com tais condições. Dessa forma, períodos de clima alterado podem nos levar a comercializar o excesso de estoques com descontos de preços, reduzindo assim nossas margens.

(e) Principais insumos e matérias-primas

(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Nossos fornecedores são majoritariamente voltados ao suprimento de matéria-prima, e estavam distribuídos, por grupo de materiais, considerando nossas unidades no Brasil, da seguinte maneira em 2025:

Materiais	Unidades			
	Araraquara-SP	Itabuna-BA	Pacatuba-CE	Maracanaú-CE
Aviamentos	5,76%	11,62%	10,37%	0,00%
Embalagens	11,13%	13,35%	6,86%	0,10%
Fios / Plumas	72,17%	60,25%	32,53%	87,63%
Malhas	1,39%	0,30%	50,10%	0,00%
Químicos	9,55%	14,48%	0,14%	12,27%

Adquirimos insumos e matérias-primas de diversos fornecedores ativos de mercadorias, entre Brasil e exterior. Divulgamos em nosso site (https://www.lupo.com.br/fornecedores) lista parcial dos fornecedores, divididos por produtos/serviços e por país de origem. Adicionalmente, possuímos um "Questionário de Homologação de Fornecedores", que é necessário para aprovar previamente a contratação de um fornecedor.

(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

O setor de varejo é composto por uma ampla variedade de fornecedores de matérias-primas, máquinas e componentes, de modo que não possuímos dependência material ou elevada concentração de fornecedores para a realização de nossas atividades.

(iii) Eventual volatilidade em seus preços

Atuamos no segmento de moda, que possui produtos com ciclos de vida curtos, com alterações que dificultam a comparação de preços e a comparação de custos de produtos vendidos de um período para outro.

1.5 - Principais clientes

(a) Montante total de receitas provenientes do cliente

Não aplicável, pois não possuímos clientes que sejam responsáveis por mais de 10% de nossa receita líquida total.

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável, pois não possuímos clientes que sejam responsáveis por mais de 10% de nossa receita líquida total.

1.6 - Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Não dependemos de autorizações governamentais para exercermos nossas atividades e tampouco estamos submetidos à fiscalização e regulação de agências. Ainda assim, as atividades que desempenhamos estão sujeitas à obtenção de licenças e nós envidamos os melhores esforços para obter, manter e renovar todas as licenças necessárias dentro do prazo aplicável.

A operação normal de nossas lojas e fábricas está sujeita, entre outros fatores, ao cumprimento das regras de zoneamento aplicáveis em cada município e região, bem como à obtenção de licença municipal de funcionamento, licença ambiental e licença do corpo de bombeiros, autorizando a operação regular do estabelecimento em questão. Adicionalmente, algumas autorizações e regulamentações emitidas por órgãos ambientais podem ser necessárias, especialmente aquelas relativas à tratamento de efluentes, gerenciamento de resíduos sólidos e emissões atmosféricas.

Ademais, estados e municípios nos quais atuamos podem dispor de critérios distintos que obrigam ou desobrigam o licenciamento ambiental, a depender da localização, porte e potencial poluidor do empreendimento, de modo que o processo de licenciamento ambiental não possui um procedimento padrão para todas as localidades em que atuamos.

Trabalhamos continuamente para manter nossa operação regularmente autorizada, buscando sempre o atendimento das exigências realizadas pelos órgãos da Administração Pública. Dificuldades na obtenção ou a falha em obter as licenças ou aprovações necessárias podem atrasar ou impedir a abertura de uma loja em uma área particular. A falta de qualquer licença pode acarretar um efeito adverso para nossas atividades, bem como na imposição de penalidades nas esferas administrativa e criminal.

Regras de Zoneamento e Licenciamento

A operação normal das nossas lojas está sujeita, entre outros fatores, ao cumprimento das regras de zoneamento e construtivas aplicáveis em cada município e região, bem como à obtenção de licença municipal de funcionamento e alvará do corpo de bombeiros, autorizando a operação regular do estabelecimento em questão. Em relação a todos os locais que ocupa para o exercício de sua atividade, devemos obter e renovar periodicamente as respetivas licenças e autorizações. Estabelecimentos que violem estes regulamentos, que não obtenham ou renovem suas licenças, ou que não cumpram com suas respectivas condições, podem estar sujeitos a sanções administrativas ou criminais, tais como a imposição de multas, cancelamento de licenças, suspensão de atividades, interdição do respectivo estabelecimento (hipótese em que ficaremos impedidos de operar no respectivo imóvel até a devida regularização), não pagamento de indenização securitária em eventual sinistro no imóvel e proibição de contratar com entidades governamentais, entre outras sanções, além da responsabilidade de reparar quaisquer danos causados.

Licenciamento Ambiental

Em relação a todos os locais que ocupamos para o exercício de nossas atividades, devemos obter e renovar periodicamente as respetivas licenças e autorizações. Estamos sujeitos à legislação federal, estadual e municipal, bem como a regulamentos, autorizações e licenças relativos à proteção da saúde e segurança do trabalho e do meio ambiente.

De acordo com a legislação federal brasileira, a construção, instalação, expansão, modificação e operação de atividades potencialmente poluidoras que utilizem recursos naturais e que possam vir a causar danos ambientais estão sujeitas ao licenciamento ambiental, que pode vir a ocorrer em âmbito federal, estadual ou municipal. O processo de licenciamento, por sua vez, poderá englobar três diferentes etapas: a obtenção de Licença Prévia (LP), a Licença de Instalação (LI) e, por fim, a Licença de Operação (LO). Referidas licenças possuem prazo de validade, de modo que devem ser periódica e tempestivamente renovadas perante os respectivos órgãos ambientais licenciadores, sob pena de perda de sua validade. Determinadas licenças ambientais podem

estabelecer condicionantes técnicas para o desenvolvimento de atividades, o que pode, eventualmente, impactar e condicionar a operação de nossas atividades.

A ausência de licença ambiental ou a operação em desacordo com as licenças ambientais emitidas, independentemente de a atividade estar causando danos efetivos ao meio ambiente, caracteriza a prática de ilícito penal e administrativo, sujeitando o infrator a sanções criminais e administrativas, bem como à obrigação de recuperar e/ou indenizar eventuais danos causados ao meio ambiente e a terceiros, além de expô-lo a riscos reputacionais. No âmbito administrativo, além das outras sanções, as multas, de acordo com a legislação federal, podem chegar a R$ 10 milhões (aplicáveis em dobro ou no seu triplo, em caso de reincidência), podendo gerar efeito adverso relevante sobre nossos resultados.

Na esfera administrativa, atualmente regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.514/2008 no âmbito federal, as sanções aplicáveis às pessoas físicas ou jurídicas pelo cometimento de infrações administrativas previstas incluem advertência; multa simples que pode ser estabelecida a partir de R$50,00 e chegar até R$50.000.000,00; multa diária; embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas; demolição de obra; suspensão parcial ou total de atividades; além das sanções restritivas de direito, dentre as quais a suspensão de registro, licença ou autorização; cancelamento de registro, licença ou autorização; perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais; perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito; e proibição de contratação com a administração pública.

Na esfera penal, a Lei Federal nº 9.605/1998 ("Lei de Crimes Ambientais") sujeita aos seus efeitos qualquer pessoa, física ou jurídica, que concorrer para a prática de crime ambiental, sendo necessária a comprovação de dolo (livre intenção em produzir o resultado) ou culpa (falta de cuidado objetivo necessário, caracterizada pela negligência, imprudência ou imperícia). Assim, para que seja configurada a responsabilidade criminal, faz se necessária a comprovação de uma ação ou omissão, sendo a conduta praticada enquadrada em um dos tipos penais previstos legalmente.

Violações à legislação ambiental podem consistir em crime, atingindo tanto os administradores como a própria pessoa jurídica da empresa. Para as pessoas jurídicas, podem ser aplicadas de forma isolada, cumulativa ou alternativamente as seguintes penas: restritivas de direito (suspensão parcial ou total de atividades, interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade ou proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações), prestação de serviços à comunidade e multa. A responsabilidade da pessoa jurídica não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes, o que estende a responsabilidade de tais atos aos membros das pessoas jurídicas que tenham participado de tais decisões ou tenham se omitido, quando poderiam evitar os prejuízos delas advindos.

Na esfera civil, os danos ambientais implicam responsabilidade solidária e objetiva, direta e indireta. Isto significa que a obrigação de reparar eventual dano ambiental poderá recair sobre todos aqueles, direta ou indiretamente, envolvidos, independentemente da comprovação de culpa dos agentes, bastando haver a comprovação do dano e o nexo de causalidade. Como consequência, quando contratamos terceiros, para proceder a qualquer intervenção em nossas operações, como a disposição final de resíduos, não está isenta de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados por estes terceiros contratados. Ademais, a Lei de Crimes Ambientais prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica quando essa for considerada um obstáculo à recuperação de danos causados ao meio ambiente. Nessa situação, acionistas e diretores podem ser pessoalmente responsáveis por recuperar os danos ambientais causados.

Resíduos Sólidos

A Política Nacional de Resíduos Sólidos ("PNRS"), instituída pela Lei Federal n.º 12.305/2010, tem por objetivo reunir o conjunto de princípios, instrumentos, diretrizes, metas e ações para viabilizar a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos, exceto os rejeitos radioativos, que são regulados por legislação própria e específica. O gerador de resíduos sólidos é, portanto, responsável pela sua segregação, armazenamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada, podendo ser obrigado a reparar qualquer sorte de danos ambientais decorrentes da má gestão de tais resíduos.

Por meio da responsabilidade compartilhada, instituída pela PNRS, as tarefas e custos envolvidos nas diferentes etapas de gerenciamento de resíduos sólidos são pulverizados por toda a cadeia, na medida de responsabilização de cada uma das partes envolvidas.

Nesse sentido, a contratação de terceiros para consecução de qualquer das fases do gerenciamento de resíduos sólidos, a exemplo da destinação final ambientalmente adequada, não exime a responsabilidade da contratante por eventuais danos ambientais causados pela contratada.

A disposição inadequada de resíduos sólidos pode sujeitar o infrator à responsabilidade administrativa, criminal e/ou civil.

Na esfera administrativa, de acordo com o Decreto Federal n.º 6.514/2008, causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoque a mortandade de animais ou a destruição significativa da biodiversidade, sujeita a penalidades, incluindo multa de até R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). Na esfera criminal, conforme a Lei Federal n.º 9.605/1998 ("Lei de Crimes Ambientais"), aquele que causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora, estará sujeito à pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa. Se o crime for culposo, a pena será de detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa. Tais sanções podem ser aplicadas independentemente da eventual necessidade de reparação de danos ambientais.

Qualquer descumprimento dessas leis, regulamentos, licenças e autorizações, ou falha na sua obtenção ou renovação, além de estabelecimentos que violem estes regulamentos, que não obtenham ou renovem suas licenças, ou que não cumpram com suas respectivas condições podem resultar na responsabilização criminal e administrativa, além da obrigação de reparar e/ou indenizar a degradação causada ao meio ambiente e a terceiros.

Devido à possibilidade de regulamentos ou outros eventos não previstos, especialmente considerando que as leis ambientais se tornem mais rigorosas no Brasil, o montante e prazo necessários para futuros gastos para manutenção da conformidade com os regulamentos pode aumentar e afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para dispêndios de capital e para outros fins. A conformidade com novas leis ou com as leis e regulamentos ambientais em vigor pode causar um aumento nos nossos custos e despesas, resultando, consequentemente, em lucros menores.

Cumpre indicar que Ministério Público e órgãos regulatórios poderão fiscalizar e instaurar procedimentos administrativos para apuração de eventuais irregularidades que possam ser atribuídos às suas atividades. Nesses casos, poderão ser celebrados Termos de Ajustamento de Condutas (TAC) e/ou Termos de Compromissos (TC) genéricos perante respectivas autoridades, com assunção de obrigações específicas, por tempo determinado. Por possuir natureza de título executivo extrajudicial, se verificado o descumprimento – total ou parcial – dos termos convencionados no TAC e/ou TC, podemos estar sujeitos à riscos e penalidades, tais como pagamento de multas, execução do título e, ainda, judicialização de desacordos perante o Poder Judiciário.

Uso de recursos hídricos

De acordo com a Lei Federal nº 9.433/1997 ("Política Nacional de Recursos Hídricos"), os seguintes usos de recursos hídricos dependem de outorga: i) derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, inclusive abastecimento público, ou insumo de processo produtivo; ii) extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo; iii) lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final; iv) aproveitamento dos potenciais hidrelétricos; e v) outros usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água.

Nesse sentido, o uso privado de água sem outorga ou em descumprimento à legislação e/ou à outorga concedida pode caracterizar uma violação administrativa, e pode sujeitar o infrator às seguintes penalidades: (a) advertência; (b) multa de aproximadamente R$ 50.000.000,00 (União Federal e Bahia), (c) suspensão de atividades (uso de água); (d) apreensão de produtos e máquinas; (e) embargo de atividade; (f) demolição de obras; e/ou (g) restrição de direitos (como a contratação por autoridades públicas).

Em adição, em caso de dano ambiental decorrente do uso indevido do recurso hídrico, o responsável poderá ser obrigado a reparar tais danos (responsabilidade civil).

Áreas contaminadas

De acordo com a legislação ambiental brasileira, o proprietário e/ou possuidor de bem imóvel que se encontre em área com contaminação ambiental poderá, independentemente de ter sido ou não o efetivo causador, ser responsabilizado e compelido a realizar a remediação e recuperação dos danos associados tanto por órgãos ambientais, quanto pelo Ministério Público. A responsabilidade civil ambiental relacionada à remediação da contaminação do solo e das águas subterrâneas é objetiva e solidária, além de ser considerada como uma obrigação *propter rem* (ônus que acompanha o imóvel).

Código Florestal

O Código Florestal Brasileiro ("Lei nº 12.651/2012") não permite o desenvolvimento das atividades da Companhia em áreas de preservação permanente (como, por exemplo, encostas, topos de morro e margens de rios e lagos) e exige que os imóveis rurais mantenham fração de seu terreno devidamente florestada, a título de reserva legal.

Ademais, o Código Florestal instituiu o Cadastro Ambiental Rural ("CAR") (artigo 29 da Lei 12.651/2012 e regulamentado pelo Decreto 7.830/2012). O CAR é um cadastro eletrônico obrigatório para todas as propriedades e posses rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

Regulamentação da Proteção de Dados Pessoais

As leis sobre privacidade e proteção de dados têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (informações relativas a indivíduos) podem ser utilizados pelas organizações.

Os direitos à intimidade e à vida privada são genericamente assegurados pela Constituição Federal Brasileira (1988) e pelo Código Civil (2002), mas, na ausência de regras mais específicas sobre o tema, a legitimidade das práticas envolvendo o uso de dados pessoais foi, historicamente, avaliada de forma casuística pelo Judiciário. Na década de 1990, o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) procurou trazer contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores. Com a evolução da tecnologia de processamento de dados, a Lei do Cadastro Positivo (Lei nº 12.414/11), aprovada em 2011, também teve como objetivo estabelecer regras específicas para a criação de bancos de dados de bons pagadores. A Lei do Cadastro Positivo foi alterada, em abril de 2019, para determinar a adesão automática de indivíduos aos bancos de dados do sistema do Cadastro Positivo, com opção de solicitar sua exclusão. O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14), aprovado em 2014, também teve como objetivo regular o uso e tratamento de dados coletados por meio da internet.

Assim, até agosto de 2018, quando foi aprovada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18 - "LGPD"), as práticas relacionadas ao uso de dados pessoais eram reguladas por algumas normas esparsas e setoriais. A LGPD, que entrou em vigor em setembro de 2020, trouxe um sistema de regras mais completo e de aplicação transversal, afetando todos os setores da economia, incluindo as empresas que tratam maior volume de dados pessoais. As sanções administrativas previstas na LGPD passaram a ser aplicáveis a partir de agosto de 2021.

Essa lei tem como objetivo criar um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais informações, estabelecendo obrigações específicas relacionadas à governança, segurança e transparência no tratamento de dados pessoais.

A LGPD possui uma ampla gama de aplicações e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o tratamento de dados ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a, ou tratar dados de, indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os dados pessoais tenham sido coletados

no Brasil. A LGPD será aplicada independentemente da indústria ou setor e não está restrita a atividades realizadas apenas em ambiente digital.

Além disso, a Lei nº 13.853/2019 criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD no Brasil. Posteriormente, a Lei nº 14.460/2022 conferiu à ANPD a natureza de autarquia especial, garantindo maior autonomia técnica e decisória. A ANPD exerce, entre outras, as funções de (i) regulamentação e orientação, por meio da emissão de normas, diretrizes e guias interpretativos; (ii) fiscalização e aplicação de sanções administrativas em caso de descumprimento da lei; e (iii) promoção da cultura de proteção de dados pessoais, por meio de ações educativas e cooperação com autoridades nacionais e internacionais.

Desde a entrada em vigor da LGPD, a ANPD vem editando regulamentações complementares e consolidando a aplicação da lei, o que reforça a necessidade de constante atualização e adequação das organizações às melhores práticas de proteção de dados pessoais.

Código de Defesa do Consumidor

Ainda, estamos sujeitos à Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 ("Código de Defesa do Consumidor"), que estabelece os princípios e requisitos legais aplicáveis às relações de consumo no Brasil. Assim, as obrigações e a relação de responsabilidade estabelecida entre nós e nossos consumidores é regulada por meio do Código de Defesa do Consumidor. Trata-se do marco regulatório de proteção aos consumidores, determinando seus direitos, dentre os quais está o direito à informação clara e precisa sobre os produtos e serviços a ele oferecidos no mercado, com especificações corretas referentes às suas características, estrutura, qualidade, preço e riscos que podem oferecer.

Lei de Franquias

Tendo em vista que nosso modelo de negócios é baseado no sistema de franquias, estamos sujeitos à Lei nº 13.966, de 26 de dezembro de 2019 ("Lei de Franquias"), em vigência a partir de 26 de março de 2020. A Lei de Franquias indica de forma detalhada as informações que devem ser incluídas na Circular de Oferta de Franquia (COF), tais como informações relacionadas ao modelo de negócios, à rede de franquia, aos resultados financeiros obtidos, aos investimentos e demais pressupostos atribuídos ao franqueado, ao prazo de vigência do contrato e condições para renovação etc. A COF deve ser entregue pelo franqueador ao candidato a franqueado, no mínimo, 10 dias antes da assinatura do contrato ou do pré-contrato de franquia ou ainda do pagamento de qualquer tipo de taxa ao franqueador. A Lei de Franquia estabelece consequências e penalidades decorrentes de omissões ou inconsistências na COF e determina sejam os contratos com efeitos exclusivamente em território nacional firmados por escrito e em português.

Os contratos de franquia compreendem cessão de direitos de propriedade intelectual (marcas registradas, *know-how,* tecnologia, patentes e/ou desenhos industriais), sujeitando-se à legislação aplicável.

(b) principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

Não possuímos uma política ambiental formalizada, mas elaboramos relatórios de sustentabilidade segundo as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI). O relatório de sustentabilidade mais recente foi divulgado em 2025 e é o resultado de uma consulta ao nosso público interno e stakeholders externos de modo a demonstrar nossas ações, resultados e compromissos ocorridos no ano de 2024 nas esferas econômica, social e ambiental.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), órgão responsável pelo registro de marcas e patentes, sendo assegurado ao titular o uso exclusivo da marca registrada em todo o território nacional por um prazo determinado de dez anos, passível de sucessivas renovações por igual período.

Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; e (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro.

Somos titulares de diversas marcas relevantes atreladas às nossas atividades, bem como titulares em nome próprio de diversos nomes de domínio, também relevantes e devidamente registrados perante o Registro.br, destacando entre eles nosso nome de domínio principal: <lupo.com.br>.

Entendemos que as marcas e ativos de propriedade intelectual que possuímos, em especial a marca “Lupo”, devidamente registrada junto ao INPI em diferentes classes correspondentes à nossa atividade, são relevantes para o desempenho das nossas atividades, pois projetam nossa própria identidade, sendo muito reconhecidas e influenciando o público em geral. Ademais, nossas marcas desempenham um importante papel na manutenção e melhoria de nossa posição competitiva.

Também celebramos contratos de licença de *software* com terceiros que utilizamos em nossas atividades, e desenvolvemos um aplicativo para celular para acesso por clientes. Ademais, não dependemos de marcas, patentes e licenças de direitos de propriedade intelectual de terceiros para o devido desenvolvimento de nossas atividades e manutenção de nossa posição competitiva. Nós celebramos contratos de licença de marcas com terceiros estrategicamente para comercialização e divulgação de nossos produtos.

(d) contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

Não aplicável, pois não efetuamos contribuição financeira em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos.

ii. em favor de partidos políticos

Não aplicável, pois não efetuamos contribuição financeira em favor de partidos políticos.

iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Não aplicável, pois não efetuamos contribuição financeira para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, inclusive no conteúdo de atos normativos.

1.7 - Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

Em 2025, nossa receita líquida proveniente de clientes nacionais foi de R$ 1.570,7 milhões, o que representou 99% de nossa receita líquida total.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Em 2025, nossa receita líquida proveniente de clientes internacionais foi de R$ 19,2 milhões, o que representou 1% de nossa receita operacional líquida total.

1.8 – Impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios do emissor

Não estamos sujeitos a nenhuma regulação estrangeira em nossas atividades.

1.9 - Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

(a) se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

O relatório de sustentabilidade mais recente foi divulgado em 2025 e reflete os dados do ano de 2024.

É importante ressaltar que todas as ações da Companhia têm a sustentabilidade como base para o desenvolvimento de operações conscientes, prósperas e ambientalmente responsáveis. Para garantir a transparência dessas ações, o Comitê de Sustentabilidade, criado em 2012, é constituído por representantes dos mais diferentes setores do Grupo Lupo.

(b) a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

O relatório de sustentabilidade é o resultado de um estudo do mercado e benchmark setorial, avaliando temas prioritários no setor têxtil, com base em relatórios de empresas pares, índices ESG de mercado, recomendações da GRI Standard e tendências no mercado de capitais.

Tem como etapas do estudo da materialidade: i) estudo de mercado e benchmark setorial; ii) entrevistas com lideranças da companhia; iii) construção da matriz de impacto; iv) cruzamento das matrizes e consolidação.

Como resultado, os temas com dupla materialidade foram organizados em pilares estratégicos para os quais fizemos uma análise de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças e sua correlação com os objetivos estratégicos da Companhia, de maneira a desenhar o plano tático de avanço

O Relatório de Sustentabilidade é elaborado com base nas diretrizes da *Global Reporting Initiative* ("GRI"), e não observa diretamente os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, pois não somos signatários ou participantes.

(c) se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

As informações prestadas no Relatório de Sustentabilidade não são auditadas ou revisadas por entidade independente.

(d) a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

Todas as nossas informações socioambientais constam do Relatório de Sustentabilidade, disponível em nosso website (https://www.lupo.com.br/Sustentabilidade-esg).

(e) se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

O Relatório de Sustentabilidade apresenta uma matriz de materialidade e indicadores de desempenho, sendo apresentado de forma sistêmica e articulada com base nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI). Entre os indicadores adotados em nosso Relatório ESG 2024 destacamos: i) produtos e suas embalagens reaproveitados (percentual de produtos e suas embalagens reaproveitados para cada categoria de produto); ii) energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência; iii) retirada da água por fonte (consumo de água); iv) percentual de volume total de água reciclada e reutilizada; v) total de emissões diretas de gases de efeito estufa, por peso; e vi) iniciativa para reduzir emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas.

(f) se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

O Relatório de Sustentabilidade da Companhia não observa diretamente os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, pois o Grupo Lupo não é signatário ou participante. O Relatório considera apenas as diretrizes da GRI.

(g) se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

O Relatório de Sustentabilidade da Companhia não observa diretamente as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas. O Relatório considera apenas as diretrizes da GRI.

(h) se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

A Companhia realiza inventários de emissão de gases de efeito estufa de acordo com a GHG Protocol, Escopos 1 e 2 (matriz energética: eletricidade, lenha e combustível), os quais constam no Relatório de Sustentabilidade da Companhia.

(i) explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

i.a não divulgação de informações ASG

Não aplicável, uma vez que a Companhia divulga informações ASG.

ii. a não adoção de matriz de materialidade

Não aplicável, uma vez que a Companhia produz uma matriz de materialidade.

iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Não aplicável, uma vez que a Companhia adota indicadores de desempenho ASG, tais como: emissão de CO_2, consumo de água e de energia, número de cursos de treinamento oferecidos e a quantidade de alunos formados.

iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

Embora as informações ASG divulgadas não sejam auditadas ou revisadas por entidades independentes, as informações constantes no relatório de sustentabilidade são decorrentes de procedimentos constantes em normas e políticas internas da Companhia e passam por um rigoroso processo interno, revisados periodicamente pelo Comitê de Auditoria.

v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Embora a Companhia não seja signatária da ONU, estamos alinhados com diversas diretrizes dos ODS, como educação de qualidade, igualdade de gênero, água potável e saneamento, e ação contra a mudança global do clima. Essas questões constam em nosso Relatório de Sustentabilidade.

vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Não aplicável, uma vez que a Companhia realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa. Todas as matrizes energéticas da Companhia são calculadas em CO_2 conforme a GHG Protocol, Escopos 1 e 2.

1.10 - Informações de sociedade de economia mista

(a) interesse público que justificou sua criação

Não aplicável, pois não somos sociedade de economia mista.

(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

Não aplicável, pois não somos sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, pois não somos sociedade de economia mista.

1.11 - Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

No último exercício social (ano 2025) a Companhia não adquiriu ou alienou ativos relevantes não enquadrados como operação normal nos negócios.

1.12 - Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

O Conselho de Administração, conforme publicado em Ata de Reunião realizada em 29 de abril de 2026, aprovou o aumento do capital social da Companhia de R$ 1.157.453.031,00 para R$ 1.168.150.661,00, sem emissão de novas ações.

1.13 - Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

No último exercício social (ano 2025) não houve a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas.

1.14 - Alterações significativas na condução dos negócios do emissor

No último exercício social (ano 2025) a Companhia não realizou alterações significativas na forma de condução dos negócios.

1.15 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e/ou suas controladas com terceiros, não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

No último exercício social (ano 2025) a Companhia ou suas controladas não celebraram contratos relevantes que não sejam diretamente relacionados com nossas atividades operacionais.

1.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que julguemos relevantes a esta seção que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

2. Comentários dos Diretores

2.1 - Condições financeiras e patrimoniais

(a) Condições financeiras e patrimoniais Gerais

O Grupo Lupo é uma indústria têxtil brasileira que fabrica e comercializa meias, roupas íntimas, pijamas, beachwear e roupas esportivas, entre outros produtos, com as marcas Lupo, Lupo Sport, Scala e TriFil. A Companhia atua em todas as etapas do processo produtivo, da pesquisa e desenvolvimento à produção, e do marketing à venda para os lojistas. Está presente em mais de 30 mil pontos de venda no Brasil, incluindo lojas de varejo multimarcas, franquias e lojas de departamento. Também vende produtos pelos canais exportação, private label e e-commerce. Conta com 5 fábricas, 10 lojas próprias, e possui cerca de 8.900 colaboradores. Em dezembro de 2021 obteve seu registro de emissor categoria A junto à CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

As demonstrações financeiras consolidadas contemplam as Empresas: Lupo S.A.; Scalina Ltda.; Lupo Nordeste Ltda.; Lupo Lojas Ltda.; Lupo Têxtil, Unipessoal LDA; e Leporis S.A, que são administradas como única unidade de negócios.

Os valores constantes neste item foram extraídos das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Os termos “AH” e “AV”, constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo, significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica em nossas demonstrações contábeis ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

(R$ mil)	31/12/2025
Patrimônio Líquido	1.386.244
Ativo Total	1.782.336
Receita Líquida	1.589.920
Resultado Bruto	479.009
Resultado Líquido	176.516
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	197.593.686
Valor Patrimonial da Ação (R$)	7,015629
Resultado Básico por Ação (R$)	0,893328
Resultado Diluído por Ação (R$)	0,893328

Os indicadores da Companhia revelam que sua condição financeira segue sólida. Além dos índices de liquidez seca e liquidez geral terem apresentado resultados em patamares semelhantes de 2023 a 2025, o índice de endividamento total foi de 0,29, o que consideramos bastante saudável. A área financeira da Companhia segue operando com caixa líquido, ao invés de endividamento líquido, e em patamar conservadoramente elevado quando comparado com o saldo total de Empréstimos e Financiamentos. Para efeito de comparação, o saldo total de Empréstimos e Financiamentos ao fim de 2023, 2024 e 2025 foi de R$ 63.069 mil, R$ 66.410 mil e R$ 51.239 mil, respectivamente.

	31/12/2025
Índice de liquidez seca[1]	3,81
Índice de liquidez geral[2]	3,20
Índice endividamento total[3]	0,29
Caixa líquido (em R$ milhões)	264,8

[1] Índice de liquidez seca: (ativo circulante – estoques) / passivo circulante
[2] Índice de liquidez geral: (ativo circulante + realizável a longo prazo) / (passivo circulante + não circulante)
[3] Índice endividamento total: (passivo circulante + não circulante) / patrimônio líquido

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais apresentadas pelo Grupo Lupo são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazos. Assim, a Diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e absorver sua necessidade de recursos para execução do plano de negócios.

(b) Estrutura de Capital

(em R$ mil)	31/12/2025
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	396.092
Capital próprio (patrimônio líquido)	1.386.244
Capital Total (terceiros + próprios)	**1.782.336**

A Companhia monitora sua estrutura de capital e faz ajustes periodicamente, considerando as mudanças nas condições econômicas. A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para financiar suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital. A evolução do Capital Próprio (patrimônio líquido) da Companhia, conforme demonstrada acima, deve-se essencialmente ao resultado líquido apresentado no período.

Acreditamos que a estrutura de capital da Companhia é adequada para atender às demandas e necessidades das operações e continuar executando seu plano de crescimento, seja por meio de expansão orgânica ou da realização de novas aquisições.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

(em R$ mil)	31/12/2025
Caixa e Equivalente de Caixa	316.071
Empréstimos e Financiamentos	51.239
Ativo Circulante + Realizável LP	1.266.641
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	396.092

Acreditamos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos. Mostramos isso com os números da tabela acima: i) mantemos o saldo de 'caixa e equivalentes'

consideravelmente acima do saldo de 'empréstimos e financiamentos'; e ii) mantemos o saldo de 'ativo circulante + ativo realizável a longo prazo' consideravelmente acima do saldo de 'passivo circulante + passivo não circulante'.

Além disso, a Companhia detém linhas de créditos abertas com os principais bancos do país para suprir eventuais necessidades. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha a permite o acesso a linhas de créditos adicionais, antecipação de recebíveis e ingresso no mercado de capitais brasileiro, na hipótese de haver necessidade.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: i) caixa e equivalentes de caixa; e ii) endividamento bancário de curto e longo prazos. Essas fontes de financiamento são utilizadas pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: i) operações referentes às suas atividades e negócios; ii) pagamentos de fornecedores produtivos, impostos, salários e outras contas a pagar; e iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Administração não vislumbra necessidades de financiamento que não possam ser suportados com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia dispõe. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2025, os empréstimos da Companhia totalizavam o valor de R$ 51,2 milhões, sendo atrelados a pré-pagamento de exportação (PPE).

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía contratos de empréstimos e financiamentos relevantes.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém relações estreitas com as principais instituições financeiras do mercado brasileiro e não possui outras transações relevantes de longo prazo com instituições financeiras além daquelas acima citadas.

Esclarecemos ainda que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras estabelecidas têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão do negócio da Companhia. Para o futuro, possíveis relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as nossas dívidas quirografárias.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia firmou com o Itaú Unibanco S.A., em 07 de março de 2022, contrato de pré-pagamento de exportação, no valor de USD 8.700.000,00, no qual há cláusula de vencimento antecipado em caso de alteração ou modificação da composição do capital social da Companhia ou de qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário, sem a prévia anuência do Itaú Unibanco S.A.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas e vêm cumprindo determinadas cláusulas restritivas existentes nos contratos de financiamentos e empréstimos, sendo as mais significativas as seguintes: i) cumprir o disposto na legislação referente à Política Nacional de Meio Ambiente, adotando, durante o prazo de vigência do contrato, medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho, que possam vir a ser causados pelo projeto financiado; ii) manter em situação regular suas obrigações com os órgãos do meio ambiente, durante o prazo de vigência do contrato; iii) não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes do contrato; iv) manter em dia o pagamento de todas as obrigações de naturezas tributária, trabalhista, previdenciária e outras de caráter social, inclusive as contribuições devidas ao COFINS, FGTS, PIS/PASEP; e v) cumprir a legislação referente ao transporte de bens importados financiados com recursos próprios.

(g) Limites dos financiamentos já contratados e percentuais já atualizados

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não dispõe de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente, ou seja, já recebeu 100% de todos os financiamentos contratados.

(h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

(em R$ mil, exceto %)	Demonstração de Resultados Consolidada							
	2025	AV	AH	2024	AV	AH	2023	AV
Receita operacional líquida	**1.589.920**	**100%**	**2,8%**	**1.546.501**	**100%**	**5,5%**	**1.466.478**	**100%**
Custos dos produtos vendidos	-1.110.911	-69,9%	4,5%	-1.063.085	-68,7%	2,4%	-1.037.925	-70,8%
Lucro bruto	**479.009**	**30,1%**	**-0,9%**	**483.416**	**31,3%**	**12,8%**	**428.553**	**29,2%**
Outras receitas (despesas) operacionais								
Vendas	-235.261	-14,8%	6,1%	-221.709	-14,3%	10,6%	-200.494	-13,7%
Administrativas e gerais	-102.106	-6,4%	15,9%	-88.094	-5,7%	9,4%	-80.556	-5,5%
Perdas esperadas com créditos	-8.299	-0,5%	85,3%	-4.479	-0,3%	-3771,3%	122	0,0%
Outras receitas operacionais	50.230	3,2%	156,5%	19.581	1,3%	1,8%	19.237	1,3%
Outras despesas operacionais	-24.178	-1,5%	55,1%	-15.591	-1,0%	-0,5%	-15.677	-1,1%
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras liquidas e impostos	**159.395**	**10,0%**	**-7,9%**	**173.124**	**11,2%**	**14,5%**	**151.185**	**10,3%**
Receitas financeiras	46.127	2,9%	2,5%	45.019	2,9%	22,5%	36.765	2,5%
Despesas financeiras	-26.779	-1,7%	22,2%	-21.918	-1,4%	6,9%	-20.505	-1,4%
Resultado antes dos impostos	**178.743**	**11,2%**	**-8,9%**	**196.225**	**12,7%**	**17,2%**	**167.445**	**11,4%**
Imposto de renda e contribuição social – corrente	-896	-0,1%	-96,3%	-24.231	-1,6%	346057,1%	-7	0,0%
Imposto de renda e contribuição social – diferido	-1.331	-0,1%	-197,3%	1.368	0,1%	-65,1%	3.924	0,3%
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	**176.516**	**11,1%**	**1,8%**	**173.362**	**11,2%**	**1,2%**	**171.362**	**11,7%**

Comentários sobre as variações significativas nas Demonstrações de Resultado:

Outras Receitas Operacionais

Essa rubrica variou +156,5% em 2025 vs. 2024, decorrente, principalmente, de créditos extemporâneos no valor de R$ 25,2 milhões referentes a: i) habilitação de crédito de IRPJ-CSLL e PIS-COFINS incidentes sobre juros de mora de obrigações contratuais (juros recebidos de clientes), apurados do período de 08/2016 a 05/2025 deferido em setembro de 2025, através do processo administrativo 13032.554095/2025-18; ii) reconhecimento de créditos de PIS e COFINS, sobre as despesas pagas com direitos autorais e royalties, no período entre 2005 e 2025, os créditos foram reconhecidos, mediante o trânsito em julgado do processo 0010916-95.2010.4.03.6120.

Outras Despesas Operacionais

Essa rubrica registrou crescimento de 55,1% em 2025 vs. 2024, decorrente, principalmente, da reversão de créditos fiscais de PIS e COFINS provisionados em 2024 e não compensados via PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação).

Despesas financeiras

Essa rubrica aumentou 22,2% em 2025 vs. 2024 decorrente, principalmente, de perdas decorrentes de variação cambial.

Imposto de Renda e Contribuição Social – corrente

Essa rubrica reduziu 96,3% em 2025 vs. 2024. A Companhia utiliza crédito outorgado de ICMS nas operações internas com produtos têxteis, conforme previsto no Art. 41 do Anexo III do RICMS/SP e incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo Estado da Bahia no âmbito do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia – PROBAHIA. Até 2023, esses créditos não integravam as bases de IRPJ e CSLL. Com a vigência da Lei nº 14.789/2023, a partir de 2024 as receitas de incentivos fiscais passaram a integrar as bases de IRPJ e CSLL. Porém, em novembro de 2025, com base em Mandados de Segurança e no entendimento consolidado pelo STJ (EREsp 1.517.492 e Tema 1.182), firmou-se que os créditos de ICMS não devem compor as bases de IRPJ e CSLL. Assim, a Companhia deixou de tributar essas receitas.

(em R$ mil, exceto %)	Consolidado							
Ativo	**2025**	**AV**	**AH**	**2024**	**AV**	**AH**	**2023**	**AV**
Caixa e equivalentes de caixa	316.071	17,7%	3,1%	306.611	18,1%	0,4%	305.239	19,7%
Contas a receber de clientes	373.695	21,0%	-1,0%	377.463	22,2%	35,2%	279.194	18,0%
Estoques	407.197	22,8%	14,0%	357.049	21,0%	10,9%	322.033	20,8%
Adiantamento a fornecedores	27.689	1,6%	20,6%	22.963	1,4%	128,6%	10.047	0,6%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	41.594	2,3%	18,6%	35.062	2,1%	19,7%	29.296	1,9%
Impostos a recuperar	54.981	3,1%	303,2%	13.637	0,8%	10,5%	12.343	0,8%
Outras contas a receber	16.791	0,9%	62,0%	10.367	0,6%	30,1%	7.971	0,5%
Total do ativo circulante	**1.238.018**	**69,5%**	**10,2%**	**1.123.152**	**66,1%**	**16,3%**	**966.123**	**62,3%**
Contas a receber clientes	548	0,0%	-20,3%	688	0,0%	-66,7%	2.063	0,1%
Impostos a recuperar	3.600	0,2%	-92,0%	45.203	2,7%	-18,0%	55.098	3,6%
Depósitos judiciais	6.491	0,4%	-12,9%	7.449	0,4%	28,6%	5.792	0,4%
Ativo fiscal diferido	17.984	1,0%	38,6%	12.979	0,8%	82,9%	7097	0,5%
Total do realizável a longo prazo	**28.623**	**1,6%**	**-56,8%**	**66.319**	**3,9%**	**-5,3%**	**70.050**	**4,5%**
Investimentos	142	0,0%	0,0%	142	0,0%	0,0%	142	0,0%
Imobilizado	412.235	23,1%	0,5%	410.365	24,2%	-0,7%	413.168	26,6%
Intangível	103.318	5,8%	5,3%	98.113	5,8%	-2,9%	101.005	6,5%
	515.695	**28,9%**	**1,4%**	**508.620**	**30,0%**	**-1,1%**	**514.315**	**33,2%**

Total do ativo não circulante	**544.318**	**30,5%**	**-5,3%**	**574.939**	**33,9%**	**-1,6%**	**584.365**	**37,7%**
TOTAL DO ATIVO	**1.782.336**	**100%**	**5,0%**	**1.698.091**	**100%**	**9,5%**	**1.550.488**	**100%**

(em R$ mil, exceto %)	**Consolidado**							
Passivo	**2025**	**AV**	**AH**	**2024**	**AV**	**AH**	**2023**	**AV**
Fornecedores	71.814	4,0%	8,3%	66.318	3,9%	63,8%	40.489	2,6%
Empréstimos e financiamentos	3.368	0,2%	-73,1%	12.537	0,7%	7,8%	11.627	0,7%
Passivo de arrendamentos	24.402	1,4%	-8,7%	26.721	1,6%	17,6%	22.714	1,5%
Salários e férias a pagar	37.490	2,1%	14,3%	32.802	1,9%	-12,3%	37.415	2,4%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	249	0,0%	-60,2%	626	0,0%	-100,0%	0	0,0%
Impostos e contribuições a recolher	17.414	1,0%	-33,9%	26.338	1,6%	29,5%	20.335	1,3%
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	41.600	2,3%	-18,4%	51.000	3,0%	4,0%	49.045	3,2%
Outras contas a pagar	21.830	1,2%	301,4%	5.438	0,3%	25,7%	4.327	0,3%
Total do passivo circulante	**218.167**	**12,2%**	**-1,6%**	**221.780**	**13,1%**	**19,3%**	**185.952**	**12,0%**
Empréstimos e financiamentos	47.871	2,7%	-11,1%	53.873	3,2%	4,7%	51.442	3,3%
Passivo de arrendamentos	51.283	2,9%	-27,2%	70.420	4,1%	-21,1%	89.292	5,8%
Impostos e contribuições a recolher	138	0,0%	-50,4%	278	0,0%	6,5%	261	0,0%
Dividendos a pagar	29.288	1,6%	n/a	0	0,0%	n/a	0	0,0%
Passivo fiscal diferido	42.692	2,4%	17,4%	36.356	2,1%	7,8%	33.728	2,2%
Provisões para contingências	4.318	0,2%	-76,7%	18.504	1,1%	30,8%	14.147	0,9%
Outras contas a pagar	2.335	0,1%	-80,9%	12.212	0,7%	2503,8%	469	0,0%
Total do passivo não circulante	**177.925**	**10,0%**	**-7,2%**	**191.643**	**11,3%**	**1,2%**	**189.339**	**12,2%**
Patrimônio líquido								
Capital social	1.157.453	64,9%	11,8%	1.035.544	61,0%	16,0%	892.331	57,6%
Ajuste de avaliação patrimonial	112.799	6,3%	9,7%	102.833	6,1%	-4,2%	107.358	6,9%
Reservas de lucros	115.992	6,5%	-20,7%	146.291	8,6%	-16,6%	175.508	11,3%
Total do patrimônio líquido	**1.386.244**	**77,8%**	**7,9%**	**1.284.668**	**75,7%**	**9,3%**	**1.175.197**	**75,8%**
TOTAL DO PASSIVO	**396.092**	**22,2%**	**-4,2%**	**413.423**	**24,3%**	**10,2%**	**375.291**	**24,2%**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.782.336**	**100%**	**5,0%**	**1.698.091**	**100%**	**9,5%**	**1.550.488**	**100%**

Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023

(em R$ mil)	**2025**	**AV**	**AH**	**2024**	**AV**	**AH**	**2023**	**AV**
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	161.961	1712,1%	29,8%	124.816	9097,4%	-59,6%	308.922	175,2%
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	-64.670	-683,6%	67,7%	-38.597	-2813,2%	-32,7%	-57.326	-32,5%
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	-87.831	-928,4%	3,5%	-84.847	-6184,2%	12,8%	-75.242	-42,7%
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	**9.460**	**100,0%**	**589,5%**	**1.372**	**100,0%**	**-99,2%**	**176.355**	**100,0%**

Comentários sobre as principais variações no Fluxo de Caixa:

Atividades operacionais

O aumento de 29,8% no caixa líquido proveniente das atividades operacionais em 2025 em comparação a 2024 decorreu, principalmente, da menor variação em contas a receber de clientes e dos menores desembolsos com imposto de renda e contribuição social.

Atividades de investimento

O aumento de 67,7% no caixa líquido utilizado nas atividades de investimento em 2025 em comparação a 2024 decorreu, principalmente, da aquisição de ativos voltados à expansão do setor produtivo de itens sem costura.

2.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das operações do emissor

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

Nossa receita bruta consolidada foi de R$ 1.882,8 milhões em 2025 (+1,5% vs. 2024), ao passo que o EBITDA foi de R$ 213,9 milhões, apresentando uma margem de 13,5% em relação às receitas líquidas auferidas no período. Já o Lucro Líquido fechou 2025 em R$ 176,5 milhões, com margem de 11,1% em relação às receitas líquidas do ano. Terminamos 2025 com um retorno sobre o capital investido (ROIC) de 12,9%, ao passo que nosso caixa líquido ficou em R$ 264,8 milhões, o que consideramos uma situação financeira bastante confortável.

A receita líquida de vendas da Companhia é composta, principalmente, pela venda de itens de vestuário de moda íntima, meias, esportivos e de acessórios. A Administração da Companhia analisa os componentes da receita líquida de vendas sob dois aspectos:

(i) marcas: Lupo, Lupo Sport, TriFil e Scala. A tabela abaixo demonstra a abertura da receita líquida da Companhia por marca:

(em R$ milhões)

Marcas	**2025**
Lupo	973,9
Lupo Sport	371,5
Trifil	197,8
Outras[1]	27,6
Receita líquida mercado interno	**1.570,7**
Receita líquida mercado externo	**19,2**
Receita líquida total	**1.589,9**

[1]inclui Scala, serviços de industrialização e venda de malhas e de matérias-primas como fios, elásticos e acessórios.

(ii) canais de venda: varejo multimarcas, franquias e lojas próprias, lojas de departamento, private label e e-commerce. O canal varejo multimarcas consiste em varejistas espalhados pelo Brasil. O canal franquias considera operações realizadas pela rede franqueada. O canal lojas de departamento consiste em grandes redes varejistas multimarcas no Brasil. O canal *private label* considera vendas cuja produção foi realizada sob demanda de outras marcas. O canal e-commerce considera as vendas realizadas pelas plataformas de e-commerce próprias da Companhia, incluindo páginas próprias em marketplaces.

(em R$ milhões)

Canais	**2025**
Multimarcas	922,1
Franquias e lojas próprias	495,4
Lojas de departamento	117,6
Private Label	11,1
E-commerce	24,4
Receita líquida mercado interno	**1.570,7**
Receita líquida mercado externo	**19,2**
Receita líquida total	**1.589,9**

Sobre as vendas da Companhia incidem tributos federais como o PIS a alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%. Incidem também o ICMS, imposto estadual com diferentes alíquotas, e a CPRB (apenas para a Lupo S.A.), contribuição previdenciária da receita bruta com a alíquota de 1,5%.

A Companhia se beneficia de alguns incentivos fiscais nos Estados de São Paulo, Bahia e Ceará, sendo os principais o incentivo fiscal na Bahia, que dispõe sobre a concessão de crédito presumido de ICMS, segundo o qual a alíquota de ICMS devida é de 2,0% sobre as operações de vendas no Brasil. O incentivo fiscal em São Paulo, com redução da base de cálculo do ICMS e o crédito outorgado, tem alíquota de ICMS devida de 0% sobre as operações internas, apenas para o Estado de São Paulo. No Ceará, o incentivo fiscal dispõe sobre a concessão de crédito presumido de ICMS, com diferimento sobre apuração do ICMS (diferimento de 88% para a planta de Pacatuba e de 65% de Maracanaú), saldo entre os créditos e débitos, cuja alíquota de ICMS devida é de 2,0% a 2,5% sobre as operações de venda no Brasil. Na esfera federal, a Lupo S.A. possui benefício fiscal apoiado na Lei 11.196/05, de 21 de novembro de 2005, a qual concede incentivo fiscal em virtude de nossos programas de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

As operações da Companhia consistem tanto no desenvolvimento e venda de peças de vestuário e acessórios quanto na realização de experiências voltadas ao seu público-alvo. Os resultados operacionais da Companhia são afetados pelos seguintes fatores:

Preço das commodities

O custo dos produtos vendidos corresponde, principalmente, ao custo da matéria-prima utilizada em sua fabricação, tal como poliamida, poliéster, elastano (produzidas a partir do petróleo), aviamentos e serviços de confecção contratados com terceiros. Por se tratar de uma *commodity*, o preço do petróleo é sensível a condições globais de demanda e oferta, bem como à flutuação da taxa do câmbio e do dólar. A depreciação do real em relação à moeda norte-americana pode afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia.

Inflação

Podemos perceber o seu impacto principalmente em despesas como salários, contratos de aluguéis e materiais de consumo, que em sua maioria são reajustados anualmente a partir de índices atrelados ao IPCA ou ao IGPM. O IPCA, por exemplo, apresentou variação de 4,26%, 4,83% e 4,62% em 2025, 2024 e 2023, respectivamente.

Comportamento de compra do consumidor

Realizamos com consumidores e potenciais consumidores pesquisas de satisfação, de tendências e de desenvolvimento de produtos para entendermos melhor onde e como podemos melhorar nossa oferta de produtos e o serviço prestado. Esse processo tem papel fundamental no alinhamento das estratégias da Companhia e na implementação de melhorias.

Sazonalidade

Algumas das nossas linhas de produto são sujeitas à sazonalidade, com trimestres bem distintos, principalmente o quarto trimestre devido à *Black Friday* e às datas comemorativas. Outro fator que influencia a sazonalidade são as trocas de coleções de janeiro e julho. Desta forma, os resultados das operações variam de acordo com o trimestre, dependendo do volume de vendas no período, incluindo os períodos de promoção após troca de coleção.

Clima

O varejo de moda é suscetível às condições climáticas, especialmente durante os meses de inverno. Por exemplo, durante esta estação, períodos prolongados de temperaturas mais altas podem deixar uma parte de nosso

estoque incompatível com tais condições inesperadas. Desta forma, períodos de clima alterado podem nos levar a comercializar o excesso de estoques com descontos de preços, reduzindo assim nossas margens.

Pandemias/Crises Sanitárias

Há o risco de que a Companhia, colaboradores, prestadores de serviço, fornecedores, clientes e outros parceiros de negócios possam ser impedidos de realizar determinadas atividades de negócios por um período indeterminado, inclusive devido a paralisações solicitadas por autoridades governamentais como medida preventiva.

b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Como a Companhia desenvolve os seus produtos segundo as tendências de moda, naturalmente têm ciclos de vida curtos, o que dificulta a comparação de preços de um período para outro. Dessa forma, não se pode atribuir apenas à inflação um impacto relevante na evolução da receita de vendas. Além disso, a Companhia realiza *Hedge Accounting* sobre suas operações em dólar entre suas exportações e importações de insumos, cujos fechamentos do câmbio sobre os recebimentos de clientes em dólar são realizados no mesmo momento dos pagamentos de suas parcelas de empréstimos e do pagamento de seus fornecedores, garantindo um *hedge* cambial sobre essas operações. As oscilações em outras moedas estrangeiras estão relacionadas basicamente a aquisições de máquinas, equipamentos e peças, cuja variação cambial irá compor o seu custo de aquisição.

A política de preços da Companhia é fortemente associada ao poder de compra dos consumidores e aos preços praticados por nossa concorrência. Sendo assim, variações na taxa de câmbio não necessariamente refletem em ajustes de preços ou variações na receita. Historicamente, temos sido capazes de repassar para os nossos clientes variações nos custos de nossos produtos.

c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia, bem como o segmento de moda, tem em seus produtos ciclos de vida curtos, com alterações que dificultam tanto a comparação de preços como a comparação de custos de produtos vendidos de um período para outro. Ainda que a taxa de inflação possa sensibilizar os custos da Companhia, a administração busca mitigar estes impactos ao longo da cadeia de fornecimento.

A taxa de câmbio pode impactar nossos custos uma vez que a Companhia importa produtos e insumos (matérias-primas) em moedas internacionais. A fim de mitigar tais impactos, a Companhia possui instrumentos de *hedge* para proteção contra a volatilidade do câmbio. Para maiores informações sobre gerenciamento de riscos, ver Seção 5 deste Formulário de Referência.

2.3 - Mudanças nas práticas contábeis/opiniões modificadas e ênfases

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve mudanças significativas em nossas práticas contábeis nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não há ressalvas ou ênfases no parecer do auditor referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

2.4 - Efeitos relevantes nas Demonstrações Financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve a introdução ou alienação de segmento operacional durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico estão disponíveis na Seção 6 deste Formulário de Referência.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado, ou que se espera que venham causar, efeito relevante nas demonstrações contábeis, ou nos resultados da Companhia.

2.5 - Medições não contábeis

As informações deste item são derivadas das nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

(a) Informar o valor das medições não contábeis

Nós divulgamos no exercício social encerrado em 31/12/2025 as seguintes medições não contábeis:

(Em R$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	31/12/2025
EBITDA	213,9
EBITDA Ajustado (1)	187,0
Margem EBITDA	13,5%
Margem EBITDA Ajustada	11,8%
Lucro Líquido Ajustado (2)	158,7
Dívida Bruta	(51,2)
Caixa Líquido	264,8

(1) EBITDA ajustado: exclusão dos efeitos relacionados às receitas e despesas não recorrentes.
(2) Lucro líquido ajustado: exclusão dos efeitos relacionados às receitas e despesas não recorrentes.

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 527, de 4 de outubro de 2012, e consiste no lucro líquido (prejuízo) ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciação e amortização.

O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e refere-se ao EBITDA ajustado por outros itens da demonstração de resultado que contribuam para uma melhor informação sobre o seu potencial de geração bruta de caixa.

O EBITDA Ajustado é o EBITDA após exclusão dos efeitos de eventos não recorrentes, como a reversão de despesas com reestruturação de pessoal, por exemplo.

A Margem EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e refere-se ao EBITDA como uma porcentagem da receita líquida. De forma análoga, a Margem EBITDA Ajustada refere-se ao EBITDA Ajustado como uma porcentagem da receita líquida.

O EBITDA Ajustado e a margem EBITDA Ajustada não são medidas de resultado em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Outras empresas podem calcular o EBITDA Ajustado de maneira diferente da Companhia.

Lucro Líquido Ajustado

O Lucro Líquido Ajustado é o lucro líquido após exclusão dos efeitos de eventos não recorrentes, como a reversão de despesas com reestruturação de pessoal, por exemplo.

Dívida Bruta

A Dívida Bruta equivale ao total da soma dos empréstimos e financiamentos (passivo circulante e não circulante). A Dívida Bruta não é medida de resultado em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta de maneira diferente da Companhia.

Caixa Líquido

O Caixa Líquido é a soma dos empréstimos e financiamentos que constam no Passivo Circulante e Passivo não Circulante subtraídos do somatório de Caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, presentes no Ativo Circulante da Companhia. Este indicador é uma medida não contábil elaborada pela Companhia. O Caixa Líquido não é uma medida de lucratividade em conformidade com as práticas contábeis no Brasil (BR GAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e não representa fluxos de caixa dos períodos apresentados.

(b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Reconciliação EBITDA (R$ mil)	31/12/2025
Lucro Líquido	176.516
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	2.227
(+) Resultado Financeiro Líquido	(19.348)
(+) Depreciação e Amortização	54.513
(=) EBITDA	213.908
% margem EBITDA	13,5%
Reversão de provisão de processos tributários (1)	(30.012)
Reversão de provisão de processo cível (2)	(3.031)
Reversão de provisão de processo de precatório (3)	381
Reversão de despesas com reestruturação de pessoal	5.713
(=) EBITDA Ajustado	186.960
% margem EBITDA Ajustado	11,8%

[1] Inclui: i) Recuperação de PIS-COFINS; ii) Processo 15746.720885/2022-34 relativo a Auto de Infração Previdenciário - Recuperação de PIS/COFINS. Cobrança de contribuição adicional do RAT (Risco Ambiental do Trabalho) para financiamento da aposentadoria especial e divergências / insuficiência de recolhimento da CPRB - ambos referentes ao exercício de 2018; iii) Processo 0010916-95.2010.4.03.6120, relativo a aproveitamento de créditos de PIS/COFINS; e iv) habilitação de crédito de IRPJ-CSLL e PIS-COFINS incidentes sobre juros de mora de obrigações contratuais (juros recebidos de clientes), através do processo administrativo 13032.554095/2025-18.

[2] Referente ao Processo Eletrobras nº 0037078-72.2005.4.01.3400, em que parte do recurso foi transitado em julgado.

[3] Referente ao Processo 0005639-09.2007.4.03.6119 - Precatório. Crédito judicial decorrente do ICMS na base do PIS e COFINS relativo aos Vendedores da Scalina Ltda.

Reconciliação Lucro Líquido (R$ mil)	31/12/2025
Lucro Líquido	176.516
Reversão de provisão de processos tributários	(19.808)
Reversão de provisão de processo cível	(2.000)
Reversão de provisão de processo de precatório	251
Reversão de despesas com reestruturação de pessoal	3.771
(=) Lucro Líquido Ajustado	158.730

Reconciliação Dívida Bruta e Caixa Líquido (R$ mil)	31/12/2025
Empréstimos e Financiamentos (Circulante)	3.368
Empréstimos e Financiamentos (Não Circulante)	47.871
(=) Dívida Bruta	**51.239**
(-) Caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	316.071
(=) Caixa Líquido	**264.832**

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Companhia entende que, devido à necessidade de maior agilidade na tomada de decisão, e tendo em vista a dinâmica dos atuais negócios, faz-se necessário a implementação e análise de medidas não contábeis, além das medidas contábeis apresentadas nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, tais medições não contábeis proporcionam melhor comparabilidade com o desempenho de outras companhias que atuam no mesmo setor.

EBITDA
A Companhia entende que o EBITDA é a medição mais apropriada para apresentar sua condição financeira e do resultado de suas operações, pois apresenta o resultado das atividades ligadas ao seu desempenho operacional.

Margem EBITDA

A Companhia entende que a Margem EBITDA é a medição mais apropriada para apresentar a sua margem e resultado de suas operações. Demonstra, em termos relativos, o desempenho das atividades ligadas ao negócio e permite a comparabilidade entre períodos diversos.

EBITDA Ajustado

A Companhia apresenta o EBITDA ajustado como forma de avaliação do seu desempenho financeiro operacional, pois é uma medida não contábil de resultado que elimina efeitos não recorrentes do resultado. Desta forma, expurga efeitos que não fazem parte da rotina de negócio e que foram pontuais ao resultado.

Margem EBITDA Ajustada

A Companhia apresenta o EBITDA ajustado como forma de avaliação do seu desempenho financeiro operacional, pois é uma medida não contábil de resultado que expurga efeitos que não fazem parte da rotina de negócio e que foram pontuais ao resultado nos períodos em questão. Demonstra, em termos relativos, o desempenho das atividades ligadas ao negócio e permite a comparabilidade entre períodos diversos.

Lucro Líquido Ajustado

A Companhia apresenta o lucro líquido ajustado como forma de avaliação do seu desempenho financeiro desconsiderando os efeitos no resultado que não fazem parte da rotina de negócio.

Dívida Bruta e Caixa Líquido

A Dívida Bruta equivale ao total da soma dos empréstimos e financiamentos a pagar (passivo circulante e não circulante). O Caixa Líquido é a soma dos empréstimos e financiamentos que constam no Passivo Circulante e Passivo não Circulante subtraídos do somatório de Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários presentes no Ativo Circulante da Companhia.

A Companhia entende que a Dívida Bruta e o Caixa Líquido são indicadores não contábeis utilizados pela administração da Companhia e são úteis na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição corrente de caixa e a sua capacidade de geração de caixa operacional.

2.6 - Eventos subsequentes às últimas Demonstrações Financeiras

Não houve qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.

2.7 - Política de destinação dos resultados

	2025
a) regras sobre retenção de lucros:	Nosso estatuto social prevê a destinação de até 5% do lucro líquido do exercício para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei das Sociedades por Ações.
a.i) Valores das retenções de lucros	Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2025, foi aprovado, com base no balanço patrimonial levantado em 30 de novembro de 2025, o lucro líquido ajustado de R$ 177.005.164,41, a ser destinado da seguinte forma: i) R$ 8.850.258,27 para Reserva Legal; ii) R$ 80.913.534,00 para aumento de capital social; iii) R$ 43.000.000,00 referentes a juros sobre capital próprio; iv) R$ 42.394.000,00 referentes a dividendos intercalares cujo pagamento deverá ocorrer durante os exercícios sociais de 2026, 2027 e 2028; e v) R$ 1.847.371,73 para orçamento de capital. Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2026, foi aprovado o aumento de capital no valor de R$ 10.697.630,00, utilizando os valores supracitados de Reserva legal, no valor de R$ 8.850.258,27, e de orçamento de capital, no valor de R$ 1.847.371,73.
a.ii) Percentuais em relação aos lucros totais declarados	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o percentual da retenção de lucros em relação ao lucro líquido dos acionistas do exercício total declarado foi de 51,76%.
b) regras sobre distribuição de dividendos	Nosso estatuto social prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.
c) periodicidade das distribuições de dividendos	A periodicidade da distribuição de dividendos está em linha com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, observado que também podemos, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Exceto pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos impostas a nós.
e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não possuíamos uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, sendo aplicável o disposto no Estatuto Social vigente à época e na Lei das Sociedades por Ações.

2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

O Grupo Lupo não possui ativos ou passivos que não estejam refletidos nos balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2025, ou em suas notas explicativas.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

O Grupo Lupo não possui ativos ou passivos que não estejam refletidos nos balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2025, ou em suas notas explicativas.

2.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras do Grupo Lupo relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras do Grupo Lupo relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras do Grupo Lupo relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

2.10 - Plano de Negócios

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia trabalha com o seguinte orçamento de capital para o exercício de 2026:

R$ 39,9 milhões que sobraram do orçamento originalmente destinado a 2025 para expansão, renovação tecnológica (máquinas e equipamentos) e para sinergias em otimização dos parques fabris; e ii) R$ 1,8 milhão para capital de giro.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Historicamente, os investimentos realizados pela Companhia são financiados pela geração de caixa operacional e, quando necessário, pela realização de empréstimos junto a terceiros.

Não obstante essas fontes de financiamento terem sido suficientes no passado, caso os Diretores julguem pertinente, poderemos utilizar outras fontes de financiamento como o mercado de capitais ou a contratação de financiamentos com instituições financeiras com as quais temos relação.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos que já tenham sido divulgados no plano de negócios da Companhia.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não houve a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços

A Companhia investe regularmente em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e serviços. Os investimentos são realizados por meio de pesquisas aplicadas, atividades executadas com o objetivo de adquirir novos conhecimentos, com vistas ao desenvolvimento ou aprimoramento de produtos, processos e sistemas. Pesquisas básicas dirigidas, com a finalidade de adquirir conhecimentos quanto à compreensão de novos fenômenos, com vistas ao desenvolvimento de produtos, processos ou sistemas inovadores. Também é realizado o desenvolvimento experimental por meio de trabalhos sistemáticos a partir de conhecimentos pré-existentes para a comprovação, ou demonstração, da viabilidade técnica ou funcional de novos produtos, processos, sistemas e serviços, ou, ainda, um evidente aperfeiçoamento dos já produzidos ou estabelecidos.

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

As pesquisas são realizadas com vistas a identificar as novas tendências de mercados no Brasil e no mundo, sejam em produtos, insumos, máquinas, equipamentos, processos, sistemas e serviços. Em 2025 a Companhia deu continuidade aos seus investimentos em pesquisas relacionadas a insumos e produtos.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não há valores mensuráveis.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Os projetos são conduzidos a partir de resultados das pesquisas realizadas e mencionadas acima. Em 2025 a Companhia deu continuidade ao desenvolvimento de pesquisas relacionadas a insumos e produtos.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há valores mensuráveis.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A expansão e renovação tecnológica de nossos parques fabris oferece oportunidades de implementação de tecnologias mais sustentáveis, reduzindo o impacto ambiental por meio da otimização do uso de recursos naturais e da redução de emissões de poluentes.

2.11 - Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional

Despesas com propaganda e publicidade

Em 2025, a Companhia direcionou R$ 24,6 milhões a iniciativas de propaganda e publicidade; patamar semelhante ao verificado em 2024.

3. Projeções

3.1. Projeções divulgadas e premissas:

(a) Objeto das projeções

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM 80 de 29 de março de 2022, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, optamos por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas às nossas atividades e de nossas controladas.

(b) Período projetado e o prazo de validade da projeção

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM 80 de 29 de março de 2022, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, optamos por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas às nossas atividades e de nossas controladas.

(c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM 80 de 29 de março de 2022, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, optamos por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas às nossas atividades e de nossas controladas.

(d) Valores dos indicadores que são objeto da projeção

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM 80 de 29 de março de 2022, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, optamos por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas às nossas atividades e de nossas controladas.

3.2. Acompanhamento das projeções divulgadas

Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

(a) Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Não aplicável, tendo em vista que não divulgamos projeções ou estimativas.

(b) Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, tendo em vista que não divulgamos projeções ou estimativas.

(c) Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, tendo em vista que não divulgamos projeções ou estimativas.

4. Fatores de risco

4.1 - Descrições dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de nossa emissão envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de nossa emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, bem como as nossas demonstrações financeiras e notas explicativas. As atividades, reputação, situação econômico-financeiro relacionados aos nossos resultados operacionais, fluxo de caixa e/ou negócios futuros poderão ser afetados de maneira adversa por quaisquer fatores de risco a seguir e/ou por quaisquer outros fatores de risco. O preço de mercado dos valores mobiliários de nossa emissão poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder todo ou parte substancial de seu investimento nos nossos valores mobiliários.

Os riscos descritos abaixo são, na data deste Formulário de Referência, aqueles que nós conhecemos e acreditamos que podem afetar adversamente e de forma relevante os nossos negócios. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente por nós ou que consideramos irrelevantes na data deste Formulário de Referência, também poderão nos afetar adversamente. Destaca-se que os fatores de risco aqui apresentados estão expostos em ordem decrescente de relevância, ou seja, do mais relevante para o menos relevante.

Para os fins desta seção "4. Fatores de Risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim indicar, a menção a um risco, incerteza ou problema que poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "impacto negativo" para nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante na nossa participação de mercado, reputação, negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros e das nossas investidas, bem como no preço dos valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas nesta seção "4. Fatores de Risco" devem ser compreendidas neste contexto.

Adicionalmente, não obstante a subdivisão prevista neste item, feita em observância à regulamentação aplicável, determinados fatores de risco elencados abaixo poderão também ser aplicáveis a outros subitens.

(a) Riscos Relacionados ao Emissor

Dependemos do valor e da reputação de nossa marca e eventuais impactos negativos de nossa marca e reputação podem afetar adversamente nossos negócios e resultados.

O nosso sucesso é altamente dependente do valor e reputação das marcas do Grupo Lupo, que é primordial para nosso negócio e para a implementação de nossas estratégias para crescimento do negócio. A manutenção, promoção e posicionamento de nossas marcas dependerá do sucesso de nossos esforços em termos de marketing e nossa habilidade de demonstrar a consistência e boa qualidade de nossos produtos e experiências. Dependemos das mídias sociais como uma de nossas estratégias de marketing para que possamos ter um impacto positivo tanto no valor quanto na reputação de nossas marcas.

Nossas marcas e reputação poderem ser adversamente afetados se falharmos na busca por estes objetivos, se nossa imagem perante o público for prejudicada por publicidade negativa ou se falharmos na entrega de inovações e produtos de alta qualidade para nossos clientes. Publicidade negativa referente aos métodos de produção de quaisquer um de nossos fornecedores poderá afetar adversamente nossa reputação e vendas e nos obrigar a buscar fornecedores alternativos.

Adicionalmente, o valor de nossa marca pode ser adversamente afetado por violações aos nossos direitos e proteções de propriedade intelectual. Qualquer prejuízo à nossa marca e reputação pode afetar adversamente nossa condição financeira.

Além disso, nosso negócio dedica recursos significativos para campanhas publicitárias e de marketing. Se essas campanhas não atenderem às metas esperadas, isto é, não fazendo sucesso entre nossos consumidores, nossas vendas e lucratividade poderão ser afetadas negativamente, e podemos não conseguir fortalecer nossas marcas como esperado. Consequentemente, nossos resultados operacionais, imagem e condição financeira podem ser

adversamente afetados. Além disso, se não formos capazes de identificar mudanças no comportamento e das preferências do consumidor e de responder adequadamente em nossas campanhas de marketing e publicidade, a nossa marca pode ser adversamente afetada.

Dependemos de quatro unidades fabris, uma de beneficiamento de fios e uma malharia, sendo que qualquer interrupção ou falha na operação de nossas unidades poderão nos causar um efeito adverso.

Atualmente a Companhia opera por meio de (i) quatro unidades fabris, sendo duas delas locadas de parte relacionada à Companhia, situadas em Araraquara/SP e Pacatuba/CE, respectivamente, outra própria, localizada em Itabuna/BA e uma fábrica construída em 2025, localizada no Paraguai, já em funcionamento; (ii) uma planta de beneficiamento de fios, localizada em Araraquara/SP; e (iii) uma malharia, cuja aquisição foi concluída em janeiro de 2023, localizada em Maracanaú/CE. Caso a operação dessas unidades fabris, beneficiamento e malharia sejam interrompidas total ou parcialmente por qualquer motivo, incluindo a não renovação dos respectivos contratos locatícios e/ou necessidade de desocupação antecipada dos imóveis em decorrência da venda para terceiros, ou caso as unidades fabris sofram quaisquer danos substanciais, provocados por, inclusive, mas não se limitando a, desastres naturais, acidentes ambientais, incêndios ou inundações, roubos ou furtos, falha nos sistemas, restrição de circulação de bens e pessoas em decorrência de pandemias (como, por exemplo, a COVID-19), ou caso a capacidade de fabricação e distribuição seja reduzida ou interrompida em função de questões regulatórias, problemas sanitários, acidentes, greves ou questões trabalhistas, podemos enfrentar desabastecimento de produtos em nossas lojas o que, por sua vez, afetará adversamente nossas vendas e acarretará aumentos significativos de custos relacionados à reabertura ou substituição das unidades fabris e malharia. Nós possuímos pouca experiência em operar funções essenciais fora de nossas unidades fabris e os efeitos da utilização de outras unidades fabris fora desse local nos negócios, empregados e resultados operacionais são desconhecidos e podem impactar adversamente seus negócios.

Adicionalmente, nossa estratégia de crescimento demanda a expansão na capacidade e quantidade de unidades fabris. Caso não consigamos encontrar um local adequado para estabelecer a nova unidade fabril, ou não consiga integrar ou expandir as novas unidades fabris e os serviços de operadores logísticos ao processo de controle de estoques de maneira eficaz, poderá não conseguir entregar estoques às lojas em tempo hábil, o que poderá acarretar efeito negativo nas nossas vendas e na nossa estratégia de crescimento.

O surto ou pandemia de doenças transmissíveis em todo o mundo, inclusive do coronavírus (Covid-19), sua extensão e a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal surto ou pandemia impactará nossos negócios depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em efeitos adversos relevantes em nossos negócios, condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa e, finalmente, nossa capacidade de continuar operando nossos negócios.

Surtos ou potenciais surtos de doenças podem ter um efeito adverso nas nossas operações. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como a provocada pelo coronavírus causador da Covid-19, o zika vírus, a provocada pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram negativamente: (i) a economia global e mais fortemente a economia dos países em que essas doenças se propagaram; (ii) o comportamento das pessoas e propensão ao consumo, em diversos países; (iii) as indústrias, cadeias de suprimento e logística e comércio de modo geral; (iv) o mercado financeiro de modo geral, e mais especificamente o mercado de capitais global criando uma significativa volatilidade; e (v) e os resultados e as ações de emissão da Companhia.

Em 11 de março de 2020, a OMS decretou a pandemia da Covid-19, cabendo aos países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto da Covid-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e lockdown ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que resultou na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente exercem um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira. O Brasil chegou a ser considerado um dos centros da pandemia global

em número de casos e óbitos. Em 5 de maio de 2023 a OMS declarou o fim da COVID-19 como uma emergência de saúde pública.

Acreditamos que surtos ou potenciais surtos de doenças poderão gerar impacto adverso relevante sobre os nossos negócios e desempenho financeiro, inclusive nossa capacidade de executar nossas estratégias de curto e longo prazos, a depender de desdobramentos futuros, inclusive a duração e a gravidade, em especial no Brasil, o que é incerto e não pode ser previsto. Por exemplo, em função da pandemia da Covid-19 e, em resposta às normas ou recomendações editadas pelas autoridades governamentais, bem como das decisões que tomamos, a maior parte das lojas franqueadas, lojas multimarcas e/ou pontos de venda, bem como a totalidade das fábricas, foram obrigadas a fechar ou a operar em horário reduzido devido aos esforços para impedir ou retardar a propagação da Covid-19. A totalidade das franquias exclusivas das nossas marcas e praticamente todas as lojas multimarcas que vendem nossos produtos tiveram que fechar ou ficaram sujeitas a restrições operacionais durante o período mais agudo da pandemia da Covid-19 no Brasil.

Caso a pandemia da Covid-19 volte a se agravar ou uma nova onda da doença se dissemine globalmente ou pelo Brasil, podemos enfrentar novamente e por mais tempo a obrigação de fechamento de lojas e/ou outras restrições operacionais com relação a algumas ou todas as nossas lojas franqueadas, lojas multimarcas e/ou pontos de venda, incluindo as localizadas em shopping centers, e nossas unidades fabris, por períodos prolongados de tempo devido a, entre outros fatores, normas governamentais que se encontram em constante mudança, inclusive diretivas de saúde pública, políticas de quarentena, medidas de distanciamento social ou até mesmo um *lockdown*.

Além disso, surtos ou potenciais surtos de doenças também podem impactar negativamente o consumo, pelas condições gerais macroeconômicas e pela confiança do consumidor. Isso pode afetar negativamente nossas vendas em lojas franqueadas, lojas multimarcas e/ou pontos de venda por qualquer redução significativa no número e no consumo de clientes, resultando, com isso, em perda de receita, afetando nossa lucratividade e capacidade de geração de caixa.

Surtos ou potenciais surtos de doenças também podem impactar a nossa cadeia de suprimentos, com interrupções e/ou paralisações temporárias nas fábricas que produzem as matérias primas dos produtos que comercializamos, em nossas unidades fabris, ou nas operações dos nossos prestadores de serviços, além de enfrentarem falta de funcionários. Também pode haver interrupções ou atrasos em entregas de produtos e impactos negativos na precificação de determinados componentes dos nossos produtos.

Além disso, o fechamento de lojas franqueadas, bem como de muitos shoppings centers onde possuímos lojas franqueadas, e as normas federais, estaduais e municipais relacionadas a surtos ou potenciais surtos de doenças, podem nos expor a riscos jurídicos, reputacionais e financeiros em relação aos contratos de locação, como pagamento de multas por rescisão antecipada. Não há garantia de que, após surtos ou potenciais surtos de doenças, as lojas franqueadas conseguirão retomar as operações nos atuais termos dos contratos de locação em vigor, ou se sequer conseguirão fazê-lo. Caso os franqueados da Companhia não sejam capazes de arcar com os pagamentos dos aluguéis de suas respectivas lojas, tal incapacidade poderá ser considerada um inadimplemento contratual, o que poderá ensejar a rescisão antecipada do contrato de locação, afetando, desta forma, a nossa receita. Neste sentido, caso os efeitos de surtos ou potenciais surtos de doenças afetem a situação financeira de nossos franqueados, que desempenham papel relevante em nosso plano de expansão de lojas, estes podem não ser capazes de negociar novas localidades comerciais, bem como investir na promoção de melhorias e projetos de desenvolvimento nas lojas que detém atualmente. Dessa forma, a abertura prevista de novas franquias pode não ser concluída e o nosso plano de expansão pode ser prejudicado.

As medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pelo surto da Covid-19 tiveram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil, inclusive causando oito paralisações (*circuit-breakers*) das negociações na B3 durante o mês de março de 2020. A cotação da maioria dos ativos negociados na B3, foi adversamente afetada em razão do surto da Covid-19. Impactos semelhantes aos descritos acima podem voltar a ocorrer, provocando a oscilação dos ativos negociados na B3.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores

brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão nossa, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das nossas operações no futuro em termos aceitáveis.

Assim, acreditamos que os nossos resultados financeiros serão afetados de forma adversa e relevante em decorrência de surtos ou potenciais surtos de doenças. Se nossos negócios não gerarem fluxos de caixa operacionais suficientes, ou outros recursos não estiverem disponíveis por meio de empréstimos através das linhas de crédito ou de outras fontes, podemos não conseguir cobrir nossas despesas, investir no crescimento do nosso negócio, responder aos desafios competitivos ou atender outras necessidades de liquidez e capital, o que pode prejudicar nossos negócios. Os nossos custos com seguro também poderão aumentar substancialmente no futuro para cobrir os custos que os seguradores poderão vir a incorrer em função dessa pandemia.

Os resultados de nossa operação podem ser afetados adversamente pela sazonalidade das vendas de nossos produtos, dado que estamos sujeitos a riscos de gerenciamento de estoque, de variações climáticas e de mudanças nas preferências dos consumidores e tendências de moda e podemos não responder de forma eficiente a tais situações.

Nós competimos com outras marcas de varejo de moda em relação a estilo, qualidade, preço, experiência de compra, promoções, localização e decoração das lojas, dentre outros. Nossas vendas e resultados operacionais são baseados nas preferências dos consumidores e tendências de moda que não podem ser previstas com precisão e estão sujeitas a mudanças rápidas, principalmente quando consideramos a volatilidade dos gostos dos consumidores. Se não mudarmos nossos produtos para adequá-los aos gostos do cliente, poderemos ficar com a mercadoria em estoque e deixar de vendê-las a um valor lucrativo. Qualquer falha para antecipar, identificar e responder às mudanças de tendência na moda pode afetar de maneira adversa a aceitação dos clientes às nossas mercadorias, o que poderia, por sua vez, afetar de maneira adversa nosso negócio bem como nossa imagem junto aos consumidores.

Além disso, podemos, eventualmente, desenvolver produtos que não sejam comercialmente viáveis ou ser incapazes de planejar adequadamente nossos estoques, em decorrência de falhas em identificar corretamente as tendências emergentes de estilo ou de preferências dos consumidores. Nesse caso, nossas marcas podem não ser capazes de obter as mesmas vendas e margens obtidas com as marcas e produtos do portfólio atual e poderá ter um volume substancial de estoques não vendidos. Em resposta a essas situações, nossas marcas poderão realizar vendas promocionais para acabar com os estoques, o que afetaria negativamente os nossos resultados operacionais.

Adicionalmente, estamos sujeitos a riscos relacionados à reposição e otimização de estoque, como por exemplo, estamos sujeitos a riscos relacionados à sazonalidade, lançamento de novos produtos, mudanças rápidas nos ciclos e preços de produtos, produtos defeituosos, mudanças na demanda do consumidor e nos padrões de gastos, entre outros fatores. A demanda por nossos produtos pode mudar significativamente entre o momento da compra de nossos fornecedores e a venda para nossos clientes de varejo, o que pode reduzir nossa capacidade de vender nossos produtos mantidos em estoque.

Flutuações nos mercados de varejo de moda impactam os níveis de estoque mantidos pelos varejistas de moda. A natureza do negócio varejista de moda exige que seja mantido um volume significativo de estoque, especialmente antes de datas comemorativas, que são períodos de pico de vendas, quando temos que elevar o nível de estoque. Nós temos que celebrar contratos de compra e manufatura de mercadorias muito antes do período de vendas aplicável. Assim, estamos vulneráveis às mudanças na demanda e preços, à seleção subótima e ao cronograma de compra das mercadorias. No passado, nem sempre conseguimos prever com precisão as preferências dos clientes e os níveis de aceitação de nossos itens de tendência. Se as vendas não atenderem as expectativas (por exemplo, devido à duração e ao impacto contínuos e desconhecidos da pandemia da Covid-19 sobre o fornecimento de estoque e demanda dos consumidores), um excesso de estoque pode causar descontos excessivos e, assim, margens inferiores àquelas planejadas por nós. Se não conseguirmos gerir nosso estoque com eficiência, nossas margens brutas poderão ser adversamente afetadas.

Certos produtos que compramos para revenda podem exigir prazos de entrega mais longos por parte de nossos fornecedores e os nossos fornecedores podem não aceitar devoluções ou trocas desses produtos. Por fim, podemos não conseguir vender nossos produtos em quantidades suficientes ou durante os períodos de pico de vendas, o que causaria ineficiência em nosso volume de estoque. A ocorrência de qualquer um dos fatores acima pode afetar adversamente nossos resultados operacionais.

Períodos prolongados de temperaturas mais altas durante o inverno, ou mais frias durante o verão, podem deixar uma parte do nosso inventário incompatível com tais condições inesperadas. Desta forma, períodos de clima alterado podem nos levar a vender o excesso de nossos estoques a preços descontados, reduzindo nossas margens, o que pode ter um efeito material negativo. Isso pode ser mais significativo nos casos de coleções de inverno, que têm preços médios mais altos.

Adicionalmente, para nos prepararmos para atender o aumento da demanda, principalmente em datas comemorativas, devemos produzir, comprar e estocar uma quantidade de estoque maior do que a que temos em outras épocas do ano e contratar pessoal temporário para as nossas unidades fabris, já que a demanda cresce significativamente. Qualquer aumento de estoque não planejado (por exemplo, devido à duração e ao impacto contínuos e desconhecidos da pandemia da Covid-19 sobre o fornecimento de estoque e demanda dos nossos consumidores) ou redução da demanda por nossos produtos durante este período de pico de produção, pode nos obrigar a vender o estoque excedente e produtos descontinuado a um preço substancialmente menor, o que afetaria negativamente nossos resultados operacionais e condição financeira. Tais flutuações em nossos resultados operacionais e condição financeira podem afetar o valor de mercado de nossas ações ordinárias.

Ainda, historicamente, as nossas vendas estão concentradas em datas comemorativas como Dia das Mães, Dia dos Pais, Black Friday, e Natal. Qualquer variação inesperada, a demanda para tais ocasiões poderá nos compelir a vender o estoque excedente e/ou produtos descontinuados a preços significativamente inferiores àqueles inicialmente previstos e comumente praticados, o que reduzirá nossas margens e, com isso, nos afetará adversamente e de forma relevante.

A impossibilidade de implementar com sucesso nossa estratégia de crescimento orgânico poderá nos afetar adversamente.

Um dos pilares da nossa estratégia de crescimento é a nossa capacidade de ampliar a rede de franqueados, por meio de lojas de varejo qualificado, e do aumento das vendas em nossos clientes multimarcas. Essa capacidade pode ser afetada por inúmeros fatores que são alheios ao nosso controle, tais como expansão das operações de competidores, o consequente aumento da concorrência por pontos estratégicos de vendas, questões de mercado que podem afetar a demanda por nossos produtos ou a confiança do consumidor, assim como fatores relacionados à falsificações de nossos produtos, indisponibilidade de máquinas, equipamentos, matérias-primas, materiais e demais acessórios - como aviamentos, laços, botões e zíperes - a preços acessíveis, ou então indisponibilidade de mão de obra para suprir nossas necessidades de produção e capacidade de administrar nosso modelo de negócio.

Além disso, nossa capacidade de expansão poderá ser prejudicada se não formos capazes de identificar novas localidades comerciais estrategicamente localizadas e adequadas para instalação de novas lojas franqueadas, ou caso os locais disponíveis estejam acessíveis a preços maiores do que estamos dispostos a pagar, impossibilitando a abertura de novas lojas. Ainda, as novas lojas poderão não alcançar o nível de receita e lucratividade no tempo estimado por nós, em comparação ao apresentado por lojas abertas há mais tempo, tampouco podemos garantir que seremos capazes de aprimorar os modelos de lojas físicas de acordo com as necessidades e comportamentos de consumo de nossos clientes.

Além disso, a abertura de novas lojas ou franquias pode não ser concluída ao custo e no momento que entendemos ser apropriados. Dentre os fatores que podem impossibilitar ou prejudicar a abertura de novas lojas e a ampliação da rede de franqueados estão a indisponibilidade de locais adequados, a dificuldade de negociação dos termos contratuais com custo de ocupação dos imóveis adequados, a indisponibilidade de contratação ou treinamento de vendedores qualificados, o atraso ou aumento nos custos associados à adequação do imóvel ao padrão Lupo, que se não adequado pode vir a enfraquecer a nossa marca, a dificuldade na obtenção de

aprovações das autoridades governamentais aplicáveis (tais como Juntas Comerciais, Prefeituras, Secretaria da Receita Estadual, dentre outros).

Nossas novas lojas poderão afetar negativamente a nossa lucratividade, o que poderá impactar nossas atividades pretendidas e nossos futuros resultados consolidados. Ademais, caso venhamos a expandir nossas operações para áreas onde ainda não atuamos, poderemos enfrentar dificuldade relacionadas ao pouco conhecimento dessas novas regiões geográficas e não ser bem-sucedidos em nossos investimentos.

Nossa estratégia de crescimento pode demandar uma expansão na capacidade das nossas unidades fabris ou uma reorganização e integração das unidades fabris existentes. Caso, por qualquer motivo, não consigamos encontrar locais adequados para estabelecer novas unidades fabris em novos mercados ou nos mercados em que atuamos, ou ainda não consigamos integrar novos ou expandir unidades fabris ao nosso processo de controle de estoques de maneira eficaz, teremos problemas de abastecimento dos estoques em tempo hábil, às nossas lojas e nos demais canais que atuamos, havendo um efeito negativo para a Companhia.

Caso não sejamos capazes de gerenciar o crescimento de forma satisfatória, podemos perder nossa posição no mercado, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre nossa condição financeira, resultados operacionais e o valor de mercado dos valores mobiliários de nossa emissão.

Podemos não ser bem-sucedidos nas aquisições de novos negócios, tais como empresas e ativos, fato que poderá causar um efeito adverso nos negócios, na nossa situação financeira e nos nossos resultados operacionais.

Analisamos regularmente oportunidades de crescimento estratégico por meio de aquisições. Dessa forma, eventuais aquisições poderão envolver uma série de riscos conhecidos e desconhecidos, além de desafios, que poderão causar efeitos prejudiciais relevantes sobre os seus negócios, especialmente, os seguintes:

- nossas aquisições podem não contribuir com a nossa estratégia comercial ou com a nossa imagem;
- o processo de tais aquisições podem ser demorado e custoso, e a atenção de nossa administração pode ser desviada de suas operações usuais;
- dificuldade de obtenção das aprovações regulatórias necessárias, incluindo aquelas das autoridades de defesa da concorrência, nos países em que buscamos concretizar aquisições;
- dificuldade de integração ou custos de integração elevados, devido a diferenças culturais inicialmente não identificadas durante o processo de aquisição;
- dificuldade na captura de sinergias operacionais, administrativas e econômico-financeiras esperadas no âmbito da aquisição de novos negócios;
- gerenciamento de custos adicionais não programados relacionados à operação de integração;
- os investimentos em aquisições podem não gerar os retornos esperados;
- a estrutura de custos das sociedades e/ou marcas adquiridas poderá ser diferente da nossa estrutura de custos e poderemos levar mais tempo do que inicialmente previsto para adequar tal estrutura à nossa; e
- o processo de auditoria (*due diligence*) conduzido antes de concluir eventuais aquisições poderá não identificar todos os passivos contingentes, ainda que não materializadas, da empresa a ser adquirida, e podemos não ter direito a receber indenização por referidos passivos ou não conseguir cobrar referidas indenizações dos respectivos devedores.

Ademais, poderemos precisar de recursos adicionais para dar continuidade à nossa estratégia de expansão. Se não conseguirmos obter financiamento adequado para concluir qualquer potencial aquisição ou implementar nossos planos de expansão, não teremos condições de implementar integralmente nossa estratégia de crescimento.

Adicionalmente, determinadas operações societárias que poderemos realizar no futuro poderão estar sujeitas à aprovação do CADE. Caso o CADE entenda que uma potencial aquisição e/ou associação poderá afetar negativamente as condições de concorrência nos mercados em que atuamos, o CADE poderá rejeitar referidas operações, ou, ainda, aprová-las com restrições contrárias aos nossos interesses. Qualquer dessas decisões poderá afetar adversamente nossos resultados e o valor de mercado das ações de nossa emissão.

Qualquer um destes fatores poderá causar um efeito adverso nas suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

A dependência do setor de varejo em vendas por meio de boleto bancário, PIX e de cartão de crédito, além de financiamento ao consumidor por meio de cartões é uma tendência crescente, de modo que qualquer alteração nas políticas de pagamentos via PIX e dos emissores de boletos e de cartão de crédito, bem como possíveis fraudes podem afetar negativamente nossos negócios e resultados operacionais.

O setor de varejo é relativamente dependente de boletos e cartões de crédito. As receitas de mercadorias no varejo, e-commerce e as receitas de nossos franqueados tem como modalidades os recebimentos por boleto bancário, PIX e cartões de crédito**.** Para executar as vendas com PIX dependemos das políticas do Banco Central do Brasil referentes a esta forma de pagamento. Para executar as vendas com boleto bancário e cartão de crédito, dependemos das políticas das empresas emissoras de boletos e cartão de crédito, incluindo as taxas que essas empresas nos cobram. Qualquer alteração nestas políticas, incluindo, por exemplo, a taxa de administração cobrada dos estabelecimentos comerciais e condições de parcelamento das compras, pode afetar negativamente nossos negócios e resultados operacionais.

Ainda, o risco por operações fraudulentas por meio da utilização de boletos, PIX e de cartão de crédito é inerente às vendas realizadas através destes meios de pagamento. Os pagamentos via boletos, PIX e cartão de crédito não são chancelados pela aplicação da assinatura do titular, além de ser possível que nossos clientes realizem operações na modalidade de boletos, PIX e de cartão de crédito para compras em nosso e-commerce, na modalidade não presencial, o que aumenta o risco de as operações serem fraudulentas. Ademais, os pagamentos por cartão de crédito atualmente podem ocorrer via aproximação de aparelhos eletrônicos, como smartphone e relógio digital, e via aplicativos digitais de celular, como o whatsapp, o que também aumenta o risco de as operações serem fraudulentas.

O fracasso em controlar adequadamente fraudes nestes meios de pagamentos, poderá prejudicar nossa reputação e nossa marca, o que poderá afetar adversamente o nosso negócio e os resultados das nossas operações.

Operamos por meio de diversos canais (omnicanalidade) e acreditamos que a integração desses canais é essencial para o sucesso do nosso negócio. A falha dessa integração, ou o nosso insucesso em aprimorar inovações poderão afetar negativamente os nossos negócios e atividades, situação financeira e resultado operacional.

Nossas operações são realizadas por meio de lojas físicas e por meio de nossa plataforma digital de *e-commerce* gerida pela Companhia por meio da plataforma VTEX é composta por nosso website, *checkout mobile* (compras via tablets e smartphones) e aplicativo de integração de canais. Podemos não conseguir aprimorar nossa estratégia ou não sermos capazes de implementar inovações que sejam importantes para nossos clientes, o que, em se confirmando, poderá ser extremamente prejudicial aos nossos planos e poderá afetar negativamente os nossos negócios, atividades, situação financeira e resultado operacional.

Além disso, caso não sejamos capazes de manter e aprimorar, de forma bem-sucedida, a complementaridade entre os nossos canais de vendas, sob os aspectos comerciais, logísticos, de comunicação e marketing e de atendimento, o aproveitamento das vantagens que a estrutura integrada dos multicanais pode oferecer será prejudicado, podendo nos impactar adversamente.

Adicionalmente, existe a possibilidade dos nossos canais de vendas entrarem em competição. Caso isso aconteça, não seremos bem-sucedidos na estratégia de crescimento do nosso faturamento e a integração dos nossos canais de vendas poderá não nos trazer os benefícios esperados, afetando negativamente os nossos negócios e atividades, situação financeira e resultado operacional.

Ainda, podemos incorrer em custos maiores do que os esperados e as iniciativas podem se mostrar economicamente inviáveis ou ter uma rentabilidade menor do que a esperada. Por fim, a legislação e regulamentação (principalmente tributária) das atividades inerentes à plataforma de omnicanalidade no Brasil não possuem previsões específicas aplicáveis à modalidade de varejo multicanal, o que nos deixa vulneráveis a

possíveis autuações e gera um ambiente regulatório incerto para nossas operações. Quaisquer dos fatores acima poderá afetar de forma relevante nossa estratégia de crescimento e o nosso resultado operacional.

Incapacidade de manter níveis de capital de giro suficientes para o nosso negócio pode limitar nosso crescimento e nos afetar adversamente.

Considerando o caráter sazonal do nosso negócio, existem períodos em que a necessidade de capital de giro é maior.

Não existe garantia de que, caso necessário, teremos oportunidade de (i) nos financiar através da antecipação de nossa carteira de recebíveis de cartão de crédito; (ii) renovar nossas linhas de crédito atuais; (iii) ter acesso a novos financiamentos; (iv) emitir valores mobiliários no mercado de capitais em condições favoráveis; (v) negociar os prazos de pagamento com nossos fornecedores em condições atrativas; (vi) receber de nossos clientes em prazos reduzidos; ou (vii) manter nossa eficiência de estoque. Caso essas condições não ocorram, poderemos nos tornar insolventes, incapazes de implementar nossa estratégia de crescimento e de responder a pressões de concorrentes ou de financiar iniciativas importantes para nós, o que poderá afetar adversamente e de forma relevante o nosso resultado operacional e situação financeira.

Decisões desfavoráveis ou a impossibilidade de se realizar depósitos judiciais ou de se prestar ou oferecer garantias em processos judiciais, administrativos ou arbitrais podem causar efeitos adversos nossos negócios, na sua condição financeira, reputacional e nos seus resultados operacionais.

Nós, nossos acionistas controladores, administradores e controladas somos, e podemos vir a ser no futuro, partes em processos judiciais e/ou administrativos, nas esferas cível, tributária, administrativa, trabalhista, societária, de propriedade intelectual, regulatória, concorrencial, ambiental, criminal, entre outras (inclusive somos partes em processos cuja parte contrária é acionista minoritário e atual membro do conselho fiscal. A administração da Companhia também pode estar sujeita a sanções decorrentes de processos contra seus membros envolvidos em nossas operações. Os resultados de processos judiciais e administrativos são incertos, tais litígios podem ser caros, demorados e prejudiciais para a Companhia.

Há a possibilidade de que os resultados de quaisquer destes processos não sejam favoráveis a nós ou aos membros da nossa administração, ou, no caso de procedimentos que já é parte, que nós manteremos provisionamento, suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos. Além disso, podemos enfrentar obstáculos para prestar ou oferecer garantias requeridas em processos judiciais, administrativos ou arbitrais. O nosso envolvimento ou de nossos administradores em processos que causem dano à nossa imagem, ou decisões contrárias aos nossos interesses (incluindo decisões que impeçam a realização dos nossos negócios como inicialmente planejados) podem nos causar um efeito adverso relevante, inclusive em relação à nossa reputação. Não há garantias de que a Companhia obterá decisão ou resolução favorável em qualquer processo em particular. O resultado desfavorável em qualquer processo poderá afetar adversamente os negócios, as marcas, a condição financeira e os resultados das operações da Companhia.

Adicionalmente, estamos sujeitos à fiscalização por diferentes autoridades federais, estaduais e municipais. Essas autoridades poderão nos autuar e, tais autuações, podem se converter em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais contra nós. Decisões contrárias de valores substanciais ou que afetem nossas marcas, imagem ou habilidade de executar nossas operações planejadas, poderão causar um efeito adverso nos nossos negócios, reputação, condição financeira e resultados operacionais.

Adicionalmente, as leis brasileiras de proteção ao consumidor são rigorosas e atribuem o ônus da prova ao fornecedor do produto. Pleitos de defesa do consumidor podem ser deduzidos em ações individuais ou coletivas. Esta última pode ser proposta em favor do consumidor pelas autoridades estaduais ou federais, por intermédio de órgãos da administração pública direta ou indireta, em particular a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor ("PROCON") e pelo Ministério Público, ou por associações de proteção ao consumidor. Ações judiciais ou processos administrativos podem alegar, por exemplo, que nossos serviços não foram adequadamente prestados por nossos funcionários, ou indevidamente cobrados, nossos produtos não são adequados para uso, são falsificados, ou não contêm informações adequadas e outros motivos.

No caso de sermos responsabilizados em um processo judicial, podemos ter um efeito adverso relevante em nossos negócios, reputação, marca, condição operacional e financeira, fluxos de caixa e lucratividade.

Ademais, nossas defesas em tais procedimentos legais podem exigir custos adicionais e tempo e atenção substanciais de nosso pessoal administrativo e técnico. Além disso, publicidade negativa associada a nossos serviços ou produtos, incluindo defeitos, erros, falhas (incluindo acidentes) e qualidade, pode afetar adversamente nossa reputação com consumidores atuais e futuros, nossa imagem corporativa e nossas marcas, o que pode ter um efeito adverso nos nossos negócios e condição financeira.

Ainda, o Ministério Público e órgãos ambientais poderão instaurar procedimentos administrativos para apuração de eventuais danos ambientais que possam ser atribuídos às nossas atividades. Nesse sentido, possuímos Termos de Ajustamento de Condutas ("TAC") celebrados, havendo, portanto, a possibilidade de não conseguirmos cumprir as obrigações estabelecidas nos TAC. Ainda, poderão ser celebrados novos TACs e/ou Termos de Compromissos ("TC") genéricos perante respectivas autoridades, com assunção de obrigações específicas por tempo determinado. Por possuir natureza de título executivo extrajudicial, se verificado o descumprimento – total ou parcial – dos termos convencionados no TAC e/ou TC, poderemos ficar sujeitos à riscos e penalidades, tais como o pagamento de multas, execução do título e, ainda, judicialização de desacordos perante o Poder Judiciário.

A incapacidade ou falha em proteger nossa propriedade intelectual das marcas e domínios ou a infração da propriedade intelectual de terceiros pode ter impacto negativo nos nossos resultados operacionais.

Nossos direitos de propriedade intelectual, incluindo as marcas, nomes de domínio e direitos autorais relacionados ao personagem *"Lupinho"* (cedidos à Companhia em janeiro de 1999), são importantes para nossos negócios. A manutenção dos registros de marca e domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. Em caso de perda do direito do nome de domínio, estaríamos impossibilitados em utilizá-los e, adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

Ainda, o uso não autorizado ou outra forma de utilização indevida das marcas por nós utilizadas pode diminuir o valor da marca "Lupo", do nosso negócio ou nossa reputação e causar um declínio nas nossas vendas. Similarmente, qualquer infração ou reivindicação de violação de propriedade intelectual dirigida contra nós sobre as marcas por nós utilizadas, nacional ou internacionalmente, mesmo sem mérito, pode resultar em um litígio demorado e dispendioso, causando atrasos na entrega de produtos ou exigindo o pagamento de royalties ou taxas de licenciamento. Como resultado, a incapacidade ou falha em proteger nossa propriedade intelectual, nacional ou internacionalmente, ou qualquer processo envolvendo uma suposta violação de propriedade intelectual de terceiros por nós pode ter um efeito negativo em nossos resultados operacionais e imagem.

Ainda, estamos envolvidos em disputas relacionadas ao direito de propriedade de marcas que já possuem registro e são de nossa titularidade. Eventuais decisões judiciais desfavoráveis à Companhia podem impactar no nosso direito de propriedade intelectual sobre determinadas marcas e, consequentemente, nos afetar adversamente.

Como resultado, a incapacidade ou falha em proteger nossa propriedade intelectual ou qualquer processo envolvendo uma suposta violação de propriedade intelectual de terceiros pode ter um efeito negativo em nossos resultados operacionais e causar dano à nossa imagem e reputação.

Somos altamente dependentes de sistemas de tecnologia da informação, bem como de contratos de licença de uso de software, para operar nossos negócios e qualquer falha, interrupção ou não renovação das licenças poderá afetar negativamente nossa situação financeira.

Dependemos em grande parte da funcionalidade, disponibilidade, integridade e estabilidade operacional do data center e de vários sistemas (nossos ou de terceiros), incluindo sistemas de ponto de venda nas lojas, sistemas de comunicação, e diversos outros softwares usados para controlar o estoque e gerar relatórios de desempenho financeiro e comercial. Adicionalmente, nossa plataforma digital de *e-commerce* (composta por nosso website, *checkout mobile* e aplicativo de integração de canais) é um importante canal para apresentar nosso negócio,

identidade e marcas para nossos consumidores, e uma fonte de informação e meio de interação para os consumidores de nossos produtos. Consequentemente, contamos com os nossos sistemas de tecnologia da informação para processar, transmitir e armazenar dados eletrônicos, bem como para nos comunicar com consumidores e fornecedores. Adicionalmente, contamos com contratos de licença de uso de software para operar referidos sistemas de tecnologia da informação.

Dependemos da tecnologia da informação para ser capaz de operar de forma eficiente e fazer interface com os clientes, bem como para a eficácia dos nossos controles internos. Também coletamos e armazenamos informações não públicas que os clientes fornecem ao adquirir produtos, incluindo, informações pessoais e informações sobre pagamento. Eventual divulgação não autorizada dessas informações, por qualquer que seja o motivo, poderá ocasionar um efeito material adverso sobre nossos negócios, resultados de operações e perdas financeiras a nós.

Os nossos sistemas de informação podem sofrer interrupções devido a fatores que estão além do nosso controle, tais como desastres naturais, ataques de hackers, problemas de telecomunicações, vírus, softwares maliciosos, entre outros fatores. Ainda, as licenças de uso de software para operar referidos sistemas poderão expirar e podemos não ser capazes de renovar referidos contratos. Na eventualidade de falhas ou interrupção dos nossos sistemas de tecnologia da informação, ou de não renovação das licenças de uso de software, podemos perder dados, ficar sujeitos à violação destes dados ou não conseguirmos realizar transações comerciais e, dessa forma, deixarmos de auferir receitas de vendas, o que pode nos ocasionar um efeito adverso relevante. Adicionalmente, tais falhas em nossos sistemas de tecnologia da informação podem vir a gerar alteração ou divulgação não autorizada de dados pessoais e/ou informações confidenciais de clientes, o que pode afetar de forma prejudicial nossa reputação. Ainda, poderão ocorrer invasões hackers ao nosso sistema com o fim de sequestro de informações. Nesses casos, como frequentemente noticiado, são solicitados valores milionários para devolução dos dados.

Ainda, se não formos capazes de efetuar os reparos ou realizarmos as atualizações necessárias tempestivamente, e se essa eventual interrupção ou mal funcionamento se prolongar, as nossas operações e nossos controles operacionais e financeiros podem ser prejudicados, afetando adversamente os nossos resultados.

Para atingir nossa estratégia de crescimento, nós podemos precisar melhorar continuamente nossos sistemas operacionais e financeiros, processamento de transações, procedimentos e controles, levando a custos e despesas adicionais ou problemas de integração, o que pode ter efeito adverso nos nossos resultados financeiros.

Além disso, sistemas de tecnologia estão sujeitos a constantes atualizações e se não conseguirmos atualizá-los corretamente, as nossas operações poderão ser prejudicadas, o que pode nos causar efeito adverso.

A não realização de prejuízo fiscal pode impactar nossos resultados financeiros.

Em 31 de dezembro de 2025, nosso montante acumulado de prejuízo fiscal era de R$ 341,1 milhões. Tendo em vista a limitação de 30% (trinta por cento) determinada pelo Regulamento de Imposto de Renda (“RIR”) vigente, que determina que a compensação deverá ocorrer somente após todas as adições e exclusões da apuração do lucro real, a probabilidade de realização do prejuízo fiscal auferido no exercício foi consideravelmente reduzida.

Eventos relacionados à não realização de prejuízo fiscal poderão impactar novamente nossos resultados no futuro, da mesma forma que ocorreu em dezembro de 2020. Ainda, é possível que exista eventual superavaliação do montante acumulado de prejuízo fiscal, o que também poderá afetar os nossos resultados, e consequentemente, impactando o retorno de nossos acionistas.

Perdas não cobertas ou insuficientemente cobertas pelos seguros contratados por nós podem resultar em prejuízos, o que poderá nos afetar adversamente.

Certos riscos não são garantidos pelas apólices de seguro das seguradoras as quais contratamos (tais como riscos decorrentes de guerra, terrorismo, caso fortuito e de força maior, interrupção de certas atividades e falhas

humanas). Além disso, desastres naturais, condições meteorológicas adversas e outros eventos podem causar danos de todo tipo, incluindo, danos ao meio ambiente e interrupção de nossas atividades, dentre outros. As apólices de seguro atualmente contratadas por nós poderão não ser adequadas e/ou suficientes em todas as circunstâncias ou contra todos os riscos. Adicionalmente, poderemos vir a ser responsabilizados judicialmente por eventuais danos causados a terceiros e, assim, obrigados a indenizar as respectivas vítimas, o que poderá ter um efeito adverso para nós.

Ainda, a cobertura de nossas apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. Nossa falha em pagar esses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá nos colocar em uma situação de risco, em que o dano não será indenizado sob a cobertura contratada junto à seguradora. Além disso, há possibilidade de não conseguirmos manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares. Todas as situações descritas acima poderão ter um efeito adverso para nós.

Falhas nos nossos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos e relatórios internos poderão nos expor a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderia afetar adversamente nossos negócios.

Nossas políticas e procedimentos para identificar, monitorar e gerenciar riscos podem não ser totalmente eficazes. Os métodos de gerenciamento de riscos podem não prever exposições futuras ou serem suficientes contra riscos desconhecidos e que poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas que utilizamos. Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados por nós que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser totalmente precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados. As informações em que nos baseamos ou com que alimentamos ou mantemos modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre nossos negócios. Dessa forma, a falha ou a ineficácia nos nossos controles internos poderá ter um efeito adverso significativo em nossos negócios.

Adicionalmente, nossos procedimentos de *compliance* e controle internos podem não ser suficientes para evitar ou detectar todas as condutas impróprias, fraudes ou violações de leis aplicáveis por parte de nossos funcionários e membros de nossa administração. Caso nossos funcionários ou outras pessoas relacionadas a nós se envolvam em práticas fraudulentas, corruptas ou desleais ou violem leis e regulamentos aplicáveis ou nossas políticas internas, poderemos ser responsabilizados por qualquer uma dessas violações, o que pode resultar em penalidades, multas ou sanções que podem afetar substancial e negativamente nossos negócios e imagem.

Podemos vir a obter capital adicional no futuro por meio da emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, o que poderá resultar numa diluição da participação dos nossos acionistas em nosso capital social.

Podemos precisar captar recursos adicionais no futuro por meio de emissões públicas ou privadas de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações para financiar nossas iniciativas de crescimento. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer captação de recursos por meio da distribuição pública de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações pode ser realizada sem o direito de preferência aos nossos acionistas, o que pode consequentemente resultar na diluição da participação destes investidores em nosso capital social.

Dependemos da força de trabalho de nossos empregados e paralisações ou greves de nossos empregados poderão afetar adversamente nossas operações e resultados.

Nossos empregados são representados por sindicatos trabalhistas e estão protegidos por acordos coletivos ou contratos de trabalho semelhantes, que estão sujeitos à renegociação periódica dentro dos prazos estabelecidos por lei. Greves e outras paralisações ou interrupções de trabalho em qualquer uma das nossas instalações, ou que afetem qualquer um dos nossos fornecedores ou contratados, podem ter um efeito adverso relevante sobre nossas operações e nossos negócios.

A estrutura de controles internos, bem como as estruturas de governança da Companhia foram e estão sendo recentemente implementados, portanto, falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos e

relatórios internos poderão expor a Companhia a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderá afetar adversamente os negócios da Companhia.

As políticas e procedimentos para identificar, analisar, quantificar, avaliar, monitorar e gerenciar riscos e os controles internos da Companhia podem ser insuficientes para a verificação de possíveis violações. Muitos dos métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia são baseados no histórico do comportamento de mercado ou em estatísticas derivadas de modelos históricos e podem não prever exposições futuras ou não ser suficientes contra riscos desconhecidos, os quais poderão ser significativamente maiores do que aqueles indicados pelas medidas históricas. Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados.

A Companhia está implementando a atual estrutura de controles internos. Tais novas estruturas poderão não ser capazes de evitar falhas nos procedimentos de controles internos das empresas do grupo, gerenciamento de riscos, das transações realizadas e do ambiente informatizado da Companhia, o que pode expor a Companhia a riscos que podem afetar adversamente seus negócios.

Os processos de governança corporativa, gerenciamento de riscos e compliance da Companhia estão em fase de implementação de modo que a Companhia poderá não ser capaz de detectar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos seus padrões de ética e conduta, o que pode ocasionar impactos adversos relevantes nos seus negócios, situação financeira, resultados operacionais e cotação de mercado das ações da Companhia.

Os mecanismos de prevenção e combate à corrupção da Companhia, bem como os controles internos de gerenciamento de riscos e Compliance estão sendo reestruturados e, atualmente, se encontram em fase de implementação. Ainda, uma vez implementados, tais estruturas de governança podem não ser suficientes para assegurar que nossas controladas, coligadas e todos os membros da administração, funcionários, fornecedores, parceiros de negócio e terceiros que agem em nome da Companhia atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas, leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção a que a Companhia está sujeita.

Adicionalmente, a estrutura envolvida no gerenciamento de riscos, compliance e controles internos da Companhia, foi formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em 16 de agosto de 2021 e parte de referida estrutura foi revisada pelo Conselho de Administração em 23 de setembro de 2021, no contexto das atividades preparatórias para a abertura de capital da Companhia e eventual admissão das ações ordinárias de sua emissão para negociação no Novo Mercado, sendo que a vigência dos normativos que regulam está condicionada à realização de listagem da Companhia e admissão à negociação de suas ações no Novo Mercado.

Assim, sua estrutura de governança, de gerenciamento de riscos e de compliance em processo de constituição podem não ser capazes de evitar, prevenir, mitigar ou detectar riscos ou violações às regras internas da Companhia, à legislação e regulamentação aplicável ou contrários aos princípios éticos e morais, o que poderá causar impactos negativos financeiros e reputacionais à Companhia e seus investidores.

Se não cumprirmos satisfatoriamente as disposições legais e regulamentares destinadas a combater atos de corrupção, poderemos ficar sujeitos a multas, penalidades ou outras sanções administrativas e judiciais, e poderemos ser impactados de forma negativa e relevante.

Qualquer investigação de má conduta ou o descumprimento das leis anticorrupção no Brasil e no exterior pode causar danos à nossa reputação e nos submeter ao pagamento de multas, bem como outras penalidades aplicáveis. Nesse sentido, estamos expostos ao risco nossas Controladas e/ou coligadas, de membros da nossa administração, colaboradores ou representantes tomarem medidas que violem leis e regulamentos anticorrupção aplicáveis no Brasil.

Estamos sujeitos, entre outras, à Lei n.º 8.429/1992 ("Lei de Improbidade Administrativa"), à Lei n.º 9.613/1998 ("Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro") e à Lei n.º 12.846/13 ("Lei Anticorrupção").Nossos processos de governança, gestão de riscos e *compliance* podem não ser capazes de prevenir ou detectar (i) violações à Lei de

Improbidade Administrativa, Lei Anticorrupção, Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro ou leis similares, (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de administradores, funcionários ou terceiros contratados para nos representar, ou (iii) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos, que possa afetar adversamente nossa reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais, bem como a cotação de nossas ações ordinárias.

A Lei Anticorrupção introduziu o conceito de responsabilidade objetiva, no âmbito administrativo e civil, para pessoas jurídicas envolvidas em atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, sujeitando o infrator a penalidades cíveis e administrativas. Nossos controles internos para promover que nossos empregados, representantes ou agentes intermediários pratiquem seus atos em conformidade com o que é proposto em nosso Código de Conduta podem não ser eficazes, o que pode resultar na prática de atos que violem a Lei Anticorrupção ou outras leis relativas à prevenção e combate a corrupção e fraudes. Conforme a Lei Anticorrupção, as empresas que forem consideradas culpadas por atos de corrupção poderão ser sujeitas a multas no valor de até 20% do faturamento bruto do exercício anterior, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação, além de reparação integral dos danos e publicação de decisão condenatória em meios de comunicação de grande circulação.

Por conseguinte, se nos envolvermos em quaisquer investigações nos termos da Lei Anticorrupção, poderemos sofrer sanções e desdobramentos processuais em diversas esferas ainda mais graves, incluindo a suspensão ou interdição parcial de nossas atividades, nossa dissolução, além de danos à nossa reputação, o que nos afetará de modo adverso e relevante. Adicionalmente, os atos praticados por nossos colaboradores, representantes ou agentes intermediários, nossas Controladas e/ou coligadas, fogem ao nosso controle, e, caso violem a Lei Anticorrupção ou legislação relacionada, podem culminar com a aplicação de sanções a nós, inclusive as sanções mencionadas acima.

Podemos não pagar dividendos aos acionistas detentores de nossas ações.

Nosso lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos e passivos ou retido de acordo com a Legislação Societária Brasileira, caso em que não estará disponível para distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio. Nosso conselho de administração poderá determinar a não distribuição de dividendos aos nossos acionistas em um determinado ano fiscal se não tivermos lucro ou reservas líquidas disponíveis, ou se a distribuição de dividendos for desaconselhável ou incompatível com nossa situação financeira no momento e nossos acionistas escolham não distribuir dividendos.

Adicionalmente, o governo brasileiro adotou iniciativas recentes no sentido de revogar a isenção tributária sobre a distribuição de dividendos, bem como da possibilidade de deduzir o pagamento de juros sobre capital próprio do imposto de renda da pessoa jurídica, ou IRPJ, e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido, ou CSLL, cujas bases de cálculo são atualmente disciplinadas em lei e, caso tais medidas sejam de fato implementadas, tanto dividendos recebidos quanto distribuídos serão tributados e, no caso de juros sobre capital próprio, sua dedutibilidade poderá vir a ser proibida, impactando, portanto, o montante líquido a ser recebido por nossos acionistas como divisão de lucros, gerando um efeito adverso sobre a Companhia

As informações financeiras que usamos e alimentamos em nossos modelos históricos e estatísticos podem estar incompletas ou imprecisas, o que pode nos afetar adversamente. Ainda, possuímos determinadas deficiências não significativas em nossos controles internos, que, se não sanadas, poderão acarretar em ineficiência em nossa capacidade de reportar resultados precisos ou evitar desvios, que pode acabar gerando prejuízos para a Companhia.

Os auditores independentes da Companhia avaliaram a sua estrutura de controles internos e elaboraram relatório circunstanciado referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, no qual os auditores independentes não identificaram deficiência significativa. Ainda, o relatório circunstanciado elaborado pelos auditores independentes identificou 30 (trinta) deficiências não significativas em nossos controles internos e em nossos procedimentos contábeis, as quais foram informadas para a Administração. Desta forma, se a Companhia não for capaz de tornar seus controles internos eficazes poderá não ser capaz de reportar seus resultados de maneira precisa ou prevenir a ocorrência de práticas inapropriadas, erros ou fraudes. Assim,

durante o curso de documentação e teste de seus procedimentos de controles internos, a Companhia poderá identificar outras fraquezas e deficiências em seus controles internos sobre relatórios financeiros. A Companhia pode não conseguir concluir tempestivamente qualquer correção necessária. Assim, não há garantias de que a Companhia conseguirá sanar essas falhas. A falha ou a ineficácia nos controles internos poderá ter um efeito adverso significativo para a Companhia.

Estamos sujeitos a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e podemos ser afetados adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

A Lei nº 13.709/2018, conforme alterada pela Lei nº 13.853/2019, denominada Lei Geral de Proteção de Dados ("LGPD") regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil, por meio de sistema de regras que impacta todos os setores da economia e prevê, dentre outras providências, os direitos dos titulares de dados pessoais, hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança informação, vazamentos de dados pessoais e a transferência de dados pessoais, bem como estabelece sanções para o descumprimento de suas disposições. Ainda, a LGPD autorizou a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"), responsável por elaborar diretrizes e aplicar as sanções administrativas, em caso de descumprimento da LGPD.

A LGPD estabelece uma estrutura legal para o processamento de dados pessoais e prevê direitos de titulares dos dados, bases legais que legitimam as operações de tratamento, exigências para obtenção de consentimento, obrigações e exigências relacionadas a incidentes de segurança, exigências para transferências de dados internacionais, entre outros. A LGPD também cria a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, ou ANPD, com poderes para aplicar a lei.

Ademais, necessário esclarecer que a LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020 e suas sanções administrativas (art. 52, 53 e 54), entraram em vigor em 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020.

No curso normal de nossos negócios, nós coletamos, utilizamos, processamos, armazenamos e gerenciamos informações não públicas que os clientes fornecem ao adquirir produtos, incluindo, informações pessoais e informações sobre pagamento.

O descumprimento de quaisquer disposições previstas em tal normativa tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da efetiva estruturação da ANPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

Além disso, caso não estejamos em conformidade com a LGPD, poderemos estar sujeitos às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de: (i) advertência; (ii) obrigação de divulgação de incidente; (iii) bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais; (iv) multa de até 2% do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no nosso último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R$50,0 milhões por infração; (v) multa simples; (vi) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere à infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador; (vii) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período; (viii) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados. Ainda, nós podemos ser responsabilizados por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados por nós, bem como a inadequação à legislação aplicável, poderão acarretar multas elevadas, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão das atividades, o que poderá afetar negativamente a reputação e os nossos resultados e, consequentemente, o valor das suas ações.

A perda de membros de nossa administração e/ou a incapacidade de atrair e manter diretores e colaboradores qualificados podem causar um efeito adverso sobre nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Nosso crescimento e desempenho dependem em grande parte de esforços e da capacidade de nossa alta administração formada por executivos pessoal-chave que detêm amplo conhecimento do nosso negócio. A perda dos membros da alta administração poderá afetar de modo adverso e relevante nossos negócios e resultados operacional e financeiro. Além disso, caso venhamos a perder algum desses colaboradores-chave, a podemos não conseguir atrair novos executivos e colaboradores com a mesma qualificação para substituí-los. Nosso sucesso também depende de nossas habilidades em identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerir pessoas altamente qualificadas nas áreas técnicas, de gestão, tecnologia, marketing e serviços aos clientes. A competição por tais colaboradores altamente qualificados é intensa, e podemos não ser capazes de atrair, contratar, reter, motivar e gerir suficientemente com sucesso tais profissionais qualificados. Se não formos capazes de atrair ou manter profissionais qualificados para administrar e expandir nossas operações, poderemos não ter capacidade para conduzir nosso negócio com sucesso e, consequentemente, nossos resultados operacional e financeiro poderão ser adversamente afetados.

Podemos ser responsabilizados na esfera civil por danos causados a consumidores ou a terceiros em razão dos serviços que intermediamos, diretamente ou por meio de nossos franqueados, e/ou nossos fornecedores, inclusive por fatos alheios ao nosso controle, o que poderá afetar adversamente a nossa reputação e os nossos resultados operacionais.

A legislação brasileira de defesa do consumidor é extremamente protetiva aos interesses dos consumidores. Nesse sentido, podemos ser responsabilizados por qualquer vício ou defeito nos serviços prestados ou em caso de acidente, de maneira objetiva, ou seja, independentemente de existência de culpa. Deve-se destacar que, em processos dessa natureza, geralmente ocorre a inversão do ônus da prova, o que significa que somos responsáveis por provar a improcedência da demanda de nossos clientes. Assim, temos em geral a responsabilidade de provar que tais reclamações ou processos judiciais são improcedentes, colocando-nos em posição de desvantagem em qualquer demanda envolvendo relações de consumo.

Ademais, o nosso modelo de negócios se baseia, sobretudo, no desempenho de nossos franqueados cujos atos estão muitas vezes fora de nosso controle. Em decorrência disso, podemos ser responsabilizados em casos nos quais os atos de fornecedores ou franqueados resultem em prejuízo a terceiros e aos consumidores, o que pode afetar adversamente nossos negócios, nossa condição financeira, nossos resultados operacionais e nossa reputação. Além disso, estamos expostos a outras demandas ou reclamações no curso normal de nossos negócios.

(b) Riscos Relacionados a Seus Acionistas, em especial os acionistas controladores

Quaisquer disputas entre acionistas controladores concernentes aos seus respectivos direitos podem nos afetar adversamente e o valor de nossas ações.

Eventual conflito entre nossos acionistas controladores poderá prejudicar a condução estratégica de nossos negócios, afetando inclusive o nosso resultado operacional. Caso nossos acionistas controladores tenham interesses conflitantes entre si ou haja quaisquer discussões em arbitragem ou judiciais, isso poderá retardar ou resultar no não implemento de estratégias e significativas para nós. Portanto, eventual discordância entre os acionistas poderá prejudicar nossa condução estratégica, em particular quando se tratar de matérias que dependem da aprovação dos acionistas em assembleia geral de acionistas, e, consequentemente, podemos ser adversamente afetados.

Nós possuímos acionistas controladores cujos interesses podem ser conflitantes com os interesses de nossos acionistas minoritários.

Nós possuímos acionistas, que são parte de um acordo de acionistas, e, em conjunto, exercem o controle da Companhia. Tais acionistas controladores têm poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros de nosso Conselho de Administração e determinar o resultado de deliberações que exijam aprovação de

acionistas, inclusive em operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações de ativos, parcerias e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório, impostas pela Lei das Sociedades por Ações.

Os acionistas controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, buscar financiamentos ou operações similares que podem ser conflitantes com os interesses dos nossos outros acionistas e causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Eventual conflito entre nossos acionistas minoritários e os nossos acionistas controladores poderá prejudicar a condução de nossos negócios tendo em vista que poderá impedir a aprovação de matérias importantes para a condução dos nossos negócios tais quais aquisições, reorganizações societárias, alienações de ativos, financiamentos, ofertas de valores mobiliários. Além disso, esses conflitos podem fazer com que os nossos acionistas minoritários ajuízem ações judiciais contra os nossos acionistas controladores ou contra a própria Companhia, a fim de obter medidas judiciais que suspendam ou impeçam a aprovação de matérias importantes para a condução dos nossos negócios tais quais aquisições, reorganizações societárias, alienações de ativos, financiamentos e ofertas de valores mobiliários. O impedimento da condução dos nossos negócios poderá ter um efeito negativo sobre o nosso resultado operacional.

Nossa gestão é fortemente influenciada por nossos acionistas controladores. O enfraquecimento da nossa cultura organizacional e/ou a incapacidade de atrair e manter pessoal qualificado poderá afetar negativamente nossos negócios e atividades, situação financeira e resultado operacional.

Nossa gestão é consideravelmente influenciada por seus acionistas controladores que orientam vários aspectos da condução de seus negócios. Assim, o falecimento ou afastamento de membros que compõem direta ou indiretamente o bloco dos nossos acionistas controladores e que estão entre os nossos principais executivos poderá afetar adversamente seus negócios, uma vez que nossa estrutura é associada ao bom relacionamento mantido por seus acionistas controladores com seus colaboradores e principais fornecedores. Podemos também nos deparar com questões sucessórias no futuro o que poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

Adicionalmente, nossa capacidade de manter uma posição competitiva depende em larga escala da cultura organizacional por nós difundida e da nossa capacidade de contratar e manter trabalhando conosco um número suficiente de profissionais que estejam alinhados à nossa cultura organizacional. Caso venhamos a perder algum desses profissionais qualificados, podemos não ser capazes de atrair, contratar, gerir e manter pessoal capacitado para acompanhar nosso ritmo de crescimento.

Além disso, na medida em que expandimos nossos negócios para diferentes localidades, podemos ser incapazes de identificar, contratar e manter trabalhando conosco um número suficiente de profissionais alinhados à nossa cultura corporativa. A competição por tais funcionários altamente qualificados é intensa e podemos não ser capazes de atrair, contratar, reter, motivar e gerir com sucesso tais profissionais qualificados. Tal falha poderia resultar em uma queda do nosso desempenho operacional, bem como em um enfraquecimento da nossa marca. Dessa forma, a nossa incapacidade de atrair e manter pessoal qualificado pode afetar adversamente e de forma relevante o nosso resultado operacional e nossa situação financeira.

Estamos sujeitos a situações de potencial conflito de interesses em negociações com partes relacionadas. Eventuais conflitos de interesse podem não ser devidamente identificados e tratados

Na data deste Formulário de Referência, somos parte em determinadas transações com partes relacionadas, descritas no item 11.2, e, no curso de nossos negócios, poderemos realizar novas transações com partes relacionadas. Adicionalmente, em decorrência da natureza de determinadas operações, há transações com partes relacionadas evidenciadas no item 11.2 que não possuem seus termos formalizados por contratos. Por fim, tendo em vista que nossa Política de Transações com Partes Relacionadas foi aprovada em 16 de agosto de 2021 e alterada em 23 de setembro de 2021, as transações ocorridas em datas anteriores foram realizadas em época que inexistiam procedimentos ou políticas formais para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados no tocante às tais transações.

As contratações com partes relacionadas podem gerar situações de potencial conflito de interesses entre as partes, considerando que as transações podem envolver interesses que não sejam alinhados aos interesses da Companhia. Caso essas situações de conflito de interesses se configurem, os mecanismos de governança existentes para lidar com estas situações poderão ser insuficientes, gerando impactos negativos para os negócios da Companhia, afetando adversamente suas atividades, reputação, situação financeira e resultados, bem como seus acionistas. Para mais informações acerca das transações com partes relacionadas da Companhia, veja a seção 11 deste Formulário de Referência.

(c) Riscos Relacionados a Suas Controladas e Coligadas

Parte de nossa receita é decorrente do resultado operacional de nossas sociedades controladas e as atividades de algumas de nossas controladas são intimamente relacionadas com as nossas atividades. O resultado negativo e/ou a descontinuidade de algumas de nossas controladas poderá afetar negativamente nossas operações e nossos resultados

Detemos participação em algumas sociedades operacionais. As nossas controladas estão sujeitas a riscos semelhantes aos riscos aos quais estamos sujeitas. Referidos riscos podem causar um efeito adverso e relevante em seus resultados individuais e, consequentemente, impactar os nossos resultados consolidados. Para maiores informações sobre as sociedades controladas pela Companhia, veja o item 6 deste Formulário de Referência.

(d) Riscos Relacionados a Seus Administradores

A perda de sócios-administradores relevantes poderá ocasionar um efeito adverso relevante em nossas operações e resultados.

Nossa capacidade de manter uma posição competitiva depende significativamente da presença ativa de determinados sócios administradores relevantes na condução de nossos negócios, dos serviços prestados por sua administração e da cultura corporativa que promovem. A atuação dos sócios administradores é importante para o sucesso e a condução das nossas atividades e, consequentemente, para nossos resultados operacionais. A ausência temporária ou saída permanente de nossos sócios administradores pode impactar adversamente nosso desempenho e resultados.

(e) Riscos Relacionados a Seus Fornecedores

Aumentos significativos nos custos dos insumos necessários às nossas atividades podem afetar adversamente seus resultados operacionais.

Estamos sujeitos a aumentos por parte de seus fornecedores e prestadores de serviços nos custos dos insumos e serviços necessários às suas atividades, tais como matéria prima ou mão de obra. Os preços das matérias-primas são influenciados por uma série de fatores sobre os quais não temos controle incluindo, mas não se limitando a clima, produção agrícola, condições econômicas internacionais e nacionais, custos de transporte e processamento, regulamentações e políticas governamentais e relação entre oferta e demanda mundial, bem como pandemias (tais como a recente pandemia da Covid-19). Caso não seja possível repassarmos os aumentos dos custos de insumos e serviços aos clientes, nossa condição financeira e resultados podem ser impactados adversamente.

Se nossos fornecedores, ou qualquer fornecedor de matéria-prima do qual nós dependemos, sofrerem interrupções prolongadas na fabricação ou transporte por qualquer motivo, incluindo em razão de condições de saúde pública, como a recente pandemia da Covid-19, a nossa capacidade de obter produtos poderá ser adversamente impactada, o que afetaria adversamente nossos resultados operacionais.

Não temos controle operacional total sobre os negócios de nossos franqueados e estamos expostos à eventual redução de suas receitas. Além disso, quaisquer problemas nas nossas relações com nossos franqueados podem afetar adversamente os resultados de nossas operações.

Dependemos de nossos franqueados para manter os nossos padrões de operação de loja, divulgação de marca, qualidade de atendimento, dentre outros, de forma que a incapacidade dos franqueados de manter tais padrões poderia afetar de forma relevante nossa marca e prejudicar nosso crescimento futuro. No âmbito dos contratos de franquia, os franqueados possuem certa flexibilidade em suas operações, incluindo a competência para contratar funcionários e selecionar certos prestadores de serviços. Adicionalmente, é possível que alguns franqueados não operem suas lojas de acordo com os nossos padrões de qualidade e de serviço. Podemos não conseguir identificar e corrigir problemas com nossos franqueados em tempo hábil e, como resultado, nossa imagem, reputação e resultados operacionais podem ser afetados negativamente.

Uma parcela significativa dos nossos produtos é comercializada por meio de uma rede de franqueados. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, informações consolidadas, 28,9% e 28,9%, respectivamente, da nossa receita líquida adveio da rede de franquias. Quaisquer problemas que possam surgir com relação a nossa rede de franqueados, tais como dificuldades nas relações com franqueados ou na expansão de nossa rede de franqueados, podem afetar negativamente nossa marca, impactando negativamente os franqueados e seus resultados. Estes problemas podem levar a uma diminuição do número de franquias ou das nossas vendas. Caso isso ocorra, as nossas possibilidades de escala podem ser reduzidas, afetando também a nossa presença geográfica.

Adicionalmente, podemos enfrentar problemas de atrasos ou inadimplemento das obrigações de nossos franqueados, hipótese que poderá afetar negativamente nossas operações e resultados.

As lojas franqueadas, lojas próprias, lojas multimarcas e/ou pontos de venda estão localizadas em espaços de uso público e podem sofrer consequências que fogem do controle da administração das respectivas lojas, o que pode causar danos materiais e à imagem de nossas lojas e marcas, além de causar eventual responsabilidade civil.

As lojas franqueadas, lojas próprias, lojas multimarcas e/ou pontos de venda, por serem espaços de uso público, estão sujeitas a uma série de incidentes em suas dependências que podem fugir do controle da administração das respectivas lojas e, consequentemente, podem causar danos aos nossos clientes, frequentadores e colaboradores.

Em caso de acidentes, fraudes, danos, lesões, ou óbitos, podemos enfrentar reclamações sob a alegação de negligência, em razão de, por exemplo, não termos realizado a supervisão adequada das instalações, conforme aplicável, ou de que foi, de algum modo, responsável por atos que geraram tais acidentes, fraudes, danos, lesões ou óbitos, bem como pelo descumprimento por parte de empregados, clientes ou terceiros de diretrizes preventivas e mecanismos de segurança que adotamos. Ainda, podemos enfrentar alegações de assédio ou violência sexual ou moral, ou outros atos ilícitos contra empregados, franqueados, clientes ou terceiros.

Além disso, podemos ser parte em ações judiciais propostas por empregados, franqueados, clientes ou terceiros, alegando eventuais lesões a direitos previstos na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Adicionalmente, no caso da ocorrência de tais incidentes, a loja e as nossas marcas podem enfrentar sérios danos de imagem, considerando que o número de clientes nas lojas pode diminuir devido à percepção de falta de segurança e confiança e podemos ficar sujeitos à imposição de responsabilidade civil (sem prejuízo de responsabilização em outras esferas) e/ou à obrigação do ressarcimento às vítimas, inclusive por meio do pagamento de indenizações, o que poderia nos causar um efeito adverso relevante.

A simples existência ou divulgação desses tipos de atos pode causar efeito material adverso à nossa imagem, diminuir a frequência dos consumidores em nossas lojas, causar ações judiciais contra nós para ressarcimento às vítimas, envolver despesas substanciais e desviar tempo e atenção da administração, o que pode prejudicar os nossos resultados operacionais e situação financeira.

Falhas em nosso sistema de segurança com relação à proteção de informações confidenciais de nossos clientes, inclusive dados pessoais, e de nossa rede podem vir a prejudicar nossa reputação, nossa marca e afetar substancialmente nossos negócios.

Eventual falha em impedir violações de segurança, na transmissão e armazenamento de dados eletrônicos, afetando a confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações armazenadas, poderá prejudicar nossa reputação e nossa marca, bem como afetar substancialmente nossos negócios e nossos resultados das operações. Em caso de violação do nosso sistema, poderemos ter nossos dados sequestrados por hackers. Conforme tem sido noticiado de empresas que tiveram suas informações sequestradas, tais hackers solicitam valores milionários para devolução dos dados. Qualquer ocorrência dessa natureza poderá resultar em um efeito material adverso sobre nossos negócios, resultados de operações e perdas financeiras para a Companhia.

Dependemos de tecnologias de criptografia e autenticação eletrônica de terceiros para efetuar a transmissão segura de informações confidenciais, incluindo números de cartão de crédito utilizados nas transações efetuadas em nossa plataforma. Avanços tecnológicos, novas descobertas no campo da criptografia ou outros desenvolvimentos poderão resultar na exposição de falhas nas tecnologias que utilizamos para proteger dados pessoais fornecidos pelos clientes. Ainda, estamos suscetíveis a usos impróprios ou ilegais nos meios de pagamento que aceitamos, bem como fraudes bancárias, que podem resultar em perdas financeiras. Assim, nossas instalações e sistemas podem estar vulneráveis a violações de segurança, ataques cibernéticos, atos de vandalismo, vírus de computador, dados perdidos ou extraviados, erros de programação ou humanos, ou outros eventos semelhantes, e indivíduos podem tentar obter acesso não autorizado ao nosso banco de dados a fim de apropriar-se indevidamente dessas informações para fins potencialmente fraudulentos. Por fim, se não garantirmos a segurança dos dados pessoais, podemos estar sujeitos à obrigação de notificar a ANPD e os titulares dos dados envolvidos no incidente de segurança ou violação de dados.

Adicionalmente, os sistemas de informação estão expostos a vírus, maliciosos (*malware*) e outros problemas, como por exemplo crimes e ataques cibernéticos, que podem interferir inesperadamente em nosso sistema. Qualquer ocorrência dessa natureza poderá resultar em um efeito material adverso sobre nossos negócios e causar danos à nossa reputação e à nossa marca, resultados de operações e perdas financeiras.

Dependemos do sistema público e privado de infraestrutura logística para enviar nossos produtos para nossas instalações, lojas franqueadas e clientes de e-commerce.

Dependemos da continuidade da operação da infraestrutura logística pública e privada, incluindo estradas, aeroportos, portos e todos os outros meios logísticos utilizados por nossos prestadores de serviços e fornecedores para entregar nossos produtos às nossas instalações, lojas franqueadas e clientes de e-commerce.

A ocorrência de qualquer evento adverso, como greves, incêndios, problemas de logística, pandemias, inundações e roubo, entre outros, levando a interrupções significativas ou redução nas atividades de infraestrutura ou operações de transporte ou qualquer falha no transporte de produtos entre nossas instalações, fornecedores ou clientes, por qualquer motivo, podem atrasar ou afetar nossa capacidade de distribuir nossos produtos, prejudicar a demanda e os preços dos produtos, impedir ou atrasar a entrega, impor custos adicionais aos nossos produtos e reduzir o tráfego de pedestres, o que pode reduzir nossas vendas e afetar adversamente nossos negócios, resultados das operações e condições financeiras.

Estamos sujeitos a paradas e bloqueios de rodovias e outras vias públicas, como foi o caso da greve dos caminhoneiros iniciada em maio de 2018, em todas as regiões do Brasil, pela redução dos impostos incidentes sobre o diesel e mudanças na política de preços de combustíveis. Paradas e bloqueios de rodovias e outras vias públicas podem afetar adversamente nossos negócios e resultados. Nossa cobertura de seguros poderá não ser suficiente para nos proteger contra esse tipo de fatalidade. Qualquer atraso ou falha no desenvolvimento de sistemas de infraestrutura pode prejudicar os nossos serviços de distribuição, impedir a realização de nossos serviços ou impor custos adicionais para os nossos negócios.

Nesse mesmo sentido, a declaração da pandemia da Covid-19, por ter desencadeado severas medidas restritivas por autoridades governamentais no mundo todo, que incluíram restrições às viagens e interrupções na cadeia de suprimentos também afetou e pode continuar afetando negativamente nossos negócios.

Por fim, a eficiência de nossos embarques depende de inspeções eficientes nas alfândegas brasileiras (portos e aeroportos) ou fronteiras estaduais, entre outros fatores. Essas inspeções podem ter atrasos devido a vários

motivos, incluindo: (i) a qualidade das informações e da documentação preparadas e necessárias para a liberação das mercadorias, (ii) greves de agentes; (iii) aumento da demanda que pode exceder a capacidade de processamento dos agentes, (iv) falta de recursos para desenvolver operações ou contratar outros agentes, ou (v) mudanças nas regulamentações ou implementação de regulamentos que possam aumentar a burocracia envolvida nessas inspeções ou exigem uma análise mais completa das mercadorias que passam pelas alfândegas brasileiras (portos e aeroportos) ou fronteiras estaduais. No caso de inspeções serem substancialmente mais lentas, o fluxo de mercadorias será reduzido. A entrega atrasada de nossos produtos afetaria diretamente nossa reputação e incentivaria nossos clientes a buscar produtos alternativos com nossos concorrentes e pode afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Grande parte das nossas lojas franqueadas estão localizadas em shopping centers frequentados por nosso público-alvo e a nossa capacidade de atrair clientes depende da capacidade de tais shopping centers de continuarem a atrair tráfego, da manutenção dessas lojas, bem como da abertura de novas lojas em outros shopping centers frequentados por nosso público-alvo.

Grande parte de nosso sucesso depende da localização de nossas lojas franqueadas em locais de destaque e com elevado tráfego de pessoas, uma vez que aproximadamente 59% das nossas lojas franqueadas estão localizadas em shopping centers (base 2025).

A redução no tráfego de consumidores (inclusive em virtude de alterações nos hábitos de consumo de nosso público-alvo), ou a nossa incapacidade de manter as lojas franqueadas em tais shopping centers podem reduzir significativamente nossas vendas, o que impactaria adversamente os nossos resultados operacionais e a nossa situação financeira. Parte substancial dos shopping centers onde nossas lojas franqueadas estão localizadas, poderão ficar fechados em um novo evento de pandemia, como o ocorrido em 2020 com da Covid-19, o que causou efeito material e adverso sobre nossas operações.

É possível que alguns shopping centers ou áreas de comércio, após a reabertura das lojas franqueadas, tenham sofrido ou sofram um declínio de popularidade ou sejam adversamente afetados por eventos fora do nosso controle, tais como a pandemia da Covid-19 e a consequente mudança de comportamento de consumo, impactando negativamente as vendas dessas lojas. Esses fatores poderão ocasionar um efeito adverso nos resultados de nossos negócios e na nossa condição financeira.

Além disso, em alguns contratos celebrados com shopping centers há vedação de abertura de novas lojas em determinado raio de distância do local do shopping center, razão pela qual podemos ser impedidos de operar novas lojas em determinadas localidades. Adicionalmente, a manutenção dessas lojas nos shoppings atuais depende, entre outros fatores, de nossa capacidade de renovar os contratos de locação em termos e condições satisfatórios. A nossa incapacidade de manter as lojas em tais shopping centers podem reduzir significativamente suas vendas, o que impactaria adversamente os nossos resultados operacionais e a nossa situação financeira.

Ainda, as atividades de nossas lojas franqueadas dependem diretamente do sucesso dos shoppings centers em que está localizada. Possuímos pouca ou nenhuma ingerência sobre o desempenho dos shoppings centers em que suas lojas estão localizadas. Eventual redução de consumidores e de atividades nos shoppings centers em que nossas lojas estão localizadas poderão impactar diretamente os resultados das nossas atividades.

Nossos negócios estão sujeitos a riscos associados com suprimento e fabricação globais, de forma que o preço das matérias-primas que utilizamos pode ser afetado pela volatilidade nas cotações de commodities e uma oscilação brusca e inesperada poderá ter um efeito adverso relevante para nós.

Entre nossas principais matérias-primas está o algodão, que corresponde a uma parcela significativa do nosso custo de produtos vendidos. Além disso, os fios e malhas utilizados por nossos fornecedores incluem fios e malhas sintéticas cuja matéria prima pode incluir produtos com base de petróleo.

Algumas dessas matérias-primas, como o algodão e o petróleo, são commodities ou derivados de commodities, cujo valor é estabelecido de acordo com a oscilação mundial de oferta e demanda, bem como em função do Dólar. Ademais, os preços das matérias-primas são influenciados por uma série de fatores sobre os quais não possuímos controle, incluindo, mas não se limitando, o clima, produção agrícola, condições econômicas

internacionais e nacionais, custos de transporte e processamento, regulamentações e políticas governamentais e relação entre oferta e demanda mundial, eventos de conflitos, guerras e pandemias (tais como a recente pandemia da Covid -19). Nos últimos três exercícios sociais, praticamente a totalidade dos produtos produzidos pela Companhia eram derivados de alguma matéria-prima qualificada como commodities ou derivada de comodities, sendo a mais relevante para a Companhia o algodão. Ainda, a comercialização da totalidade dos produtos produzidos pela Companhia nos últimos três exercícios sociais dependeu de produtos derivados do petróleo. Caso ocorra uma variação brusca e inesperada no preço dessas matérias-primas, podemos sofrer um efeito relevante e adverso, não sendo possível repassar tais custos, o que pode nos impactar adversamente.

Aumentos no custo da matéria prima, incluindo o petróleo ou preço de algodão podem afetar adversamente o custo de venda de nossos produtos, nossos resultados operacionais, condições financeiras e fluxos de caixa.

Além disso, segundo nossas estimativas, aproximadamente 30% de nossas compras de mercadorias e matéria-prima em 2025 tiveram o seu custo fixado em dólar. Dessa forma, o preço de nossos produtos depende, em certa medida, da taxa de câmbio dos países de que adquirimos mercadorias ou matérias-primas, sendo limitada, contudo, a nossa capacidade de repassar aos nossos clientes eventuais aumentos de preço decorrentes de flutuações cambiais.

Desse modo, caso haja depreciação do Real em relação à moeda corrente de tais países ou ao dólar dos Estados Unidos da América, ou das moedas correntes de tais países em relação ao dólar norte-americano, nossos produtos poderão ser menos atrativos para nossos clientes ou poderemos ter de diminuir nossas margens ou descontinuar a venda de certas mercadorias, resultando em impacto adverso nos nossos resultados operacionais.

Dependemos de terceiros para fabricar alguns de nossos produtos.

Dependemos de terceiros para fabricar alguns de nossos produtos, como meias, cuecas, roupas esportivas, pijamas e *lingeries*. Ao usar terceiros para fabricar alguns de nossos produtos, estamos sujeitos a interrupções nas operações desses fornecedores, incluindo acidentes industriais, eventos ambientais, interrupções na logística ou sistemas de informação, perda ou enfraquecimento de grandes locais de fabricação ou problemas de distribuição, problemas de controle de qualidade do produto, preocupações com segurança, requisitos de licenciamento e outras questões regulatórias ou governamentais, além de desastres naturais, pandemias, como a atual Covid-19, disputas fronteiriças e outros fatores externos sobre os quais não temos controle, o que pode afetar adversamente nossos negócios, nossas vendas e resultados operacionais.

Se algum fornecedor sofrer interrupções prolongadas na fabricação ou transporte por qualquer motivo, incluindo em razão de condições de saúde pública como a recente pandemia da Covid-19 e não puder fornecer os produtos na quantidade, qualidade e dentro do prazo que normalmente os adquirimos, e se não formos capazes de substituir o fornecedor em termos aceitáveis ou de modo algum, podemos não conseguir manter nosso nível usual de vendas na categoria do produto afetada pelo não fornecimento, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios e resultados operacionais.

Finalmente, a maioria dos nossos fornecedores são empresas de manufatura de pequeno, médio e grande porte e suscetíveis a dificuldades financeiras e operacionais em caso de crise econômica. Alguns fatores macroeconômicos podem fazer com que nossos fornecedores aumentem seus preços para compensar custos, como preços mais altos de commodities ou aumento da inflação, e o que poderá causar aumento dos preços de venda para nossos consumidores. Um aumento nos custos de nossos produtos pode refletir negativamente em nossos negócios, resultados operacionais e valor de nossas ações.

Ainda, nossos fornecedores poderão ter problemas relacionados às condições de trabalho, bem como ao respeito às normas ambientais e de segurança, ou que não usarão práticas irregulares. Se algum dos nossos fornecedores se envolver em práticas irregulares, incluindo, mas não se limitando às práticas acima mencionadas, a nossa reputação e marca pode ser prejudicada.

Dependemos de recursos tecnológicos providos por terceiros para disponibilidade e operação da nossa plataforma digital, das nossas operações (inclusive relacionada às lojas físicas) e para implementação da nossa

estratégia de crescimento. Ainda, podem ocorrer incidentes de segurança cibernética, incluindo ataques à infraestrutura necessária para manter nossos sistemas de TI podem resultar em danos financeiros e à nossa reputação.

O sucesso de nossas operações em dispositivos móveis depende, em parte, da interoperabilidade dos sites que operamos com sistemas operacionais para dispositivos móveis, que não controlamos, dentre os quais os sistemas Android e iOS. Qualquer alteração nos referidos sistemas que prejudique a funcionalidade da nossa plataforma digital ou que conceda tratamento preferencial para produtos concorrentes, pode afetar de forma negativa a utilização da nossa plataforma digital e em dispositivos móveis, o que pode afetar de maneira relevante as nossas vendas. Nosso sucesso e habilidade de vender produtos online e oferecer serviços de alta qualidade a nossos clientes dependem da operação eficiente e ininterrupta de nossos sistemas de tecnologia da informação e computação e da transmissão segura de informações confidenciais em redes públicas. Ademais, nossas operações (inclusive aquelas que se realizam por meio de nossas lojas físicas) dependem em grande parte do nosso sistema de informação, que é importante ferramenta de administração de nossos recursos e controle dos nossos ativos.

Caso esses recursos e serviços tecnológicos não estejam disponíveis ou sejam operados de maneira ineficiente e não consigamos substituir o recurso, o prestador de serviço ou terceiro tempestivamente e a preços e condições favoráveis, poderemos sofrer um efeito relevante e adverso.

Dependemos, também, de uma conexão de Internet e de uma rede de comunicação confiáveis, com velocidade adequada, capacidade de dados e segurança, bem como do desenvolvimento tempestivo de produtos complementares para fornecer aos nossos clientes acesso confiável aos sites que operamos. Dependemos, ainda, de serviços de e-mail fornecidos por terceiros, provedores de Internet e de redes móveis, para enviar nossos e-mails e comunicações “push” para nossos clientes e para os sites. Nós não temos controle sobre provedores ou redes e podemos ser adversamente afetados no caso de quaisquer desses serviços apresentarem problema.

Problemas de operação ou de segurança em nossos sistemas podem causar a interrupção de seu funcionamento. Caso não sejamos capazes de efetuar os reparos necessários de maneira ágil, nossas operações e nossos controles operacionais e financeiros podem ser prejudicados, o que pode afetar adversamente nossos resultados.

Por fim, incidentes de segurança cibernética podem resultar em sequestro de nossas informações e/ou das informações de nossos clientes ou em tempo de inatividade em nossos servidores ou operações. Nesses casos, poderá ser solicitado valores milionários para devolução de tais informações o que pode nos afetar material e adversamente, inclusive nossa reputação. Eventual perda de propriedade intelectual, segredos comerciais ou outras informações comerciais sensíveis ou a interrupção das nossas operações podem afetar negativamente os nossos resultados financeiros.

Podemos ser responsáveis por obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias de terceiros fornecedores ou prestadores de serviços.

De acordo com as leis brasileiras, se fornecedores ou prestadores de serviços terceirizados não cumprirem suas obrigações nos termos das leis tributárias, trabalhistas e previdenciárias, podemos ser responsabilizados solidariamente por tal descumprimento, resultando em multas e outras penalidades que podem materialmente nos afetar adversamente, inclusive a nossa imagem. Também podemos ser responsabilizados por lesões corporais ou morte dentro de nossas instalações de funcionários de terceiros, o que pode afetar adversamente nossa reputação e nossos negócios.

Podemos ser associados a práticas irregulares efetuadas por fábricas independentes e que possuem relação comercial conosco.

Não é possível assegurar que nossos fornecedores observem integralmente a legislação trabalhista, previdenciária e ambiental. Logo, eventual constatação de práticas irregulares em nossa cadeia de fornecimento pode gerar danos à nossa imagem, assim como a de nossa marca.

Nossa cadeia de fornecimento de produtos está sujeita às leis e regulamentos locais e internacionais que regem a proteção do meio ambiente. Adicionalmente, são aplicáveis à nossa cadeia de fornecimento inúmeras leis, regulamentos e tratados (locais e internacionais) sobre as relações e condições de trabalho, que abrangem temas como: jornada de trabalho, trabalho de estrangeiros, trabalho infantil, trabalho análogo ao escravo, proteção de dados pessoais, infraestrutura predial e segurança e saúde dos trabalhadores.

O descumprimento, seja total ou parcial, da legislação e regulamentação socioambiental pelas partes diretas ou indiretas envolvidas em nossa cadeia produtiva pode nos sujeitar, principalmente, a riscos reputacionais, administrativos e civis e comprometer nossos negócios, caso multas e penalidades sejam aplicadas. Há possibilidade de que os envolvidos na cadeia produtiva de nossos produtos não possuam licenças, autorizações e registros ambientais necessários ao exercício de suas atividades.
Além dos impactos reputacionais, prejuízos financeiros, decorrentes da perda de atratividade da marca junto ao cliente, poderão ser constatados. A eventual identificação de inobservância da legislação é tratada imediatamente e pode gerar a rescisão contratual com o fornecedor, exigindo sua substituição imediata.

(f) Riscos Relacionados a Seus Clientes

Nossos franqueados podem não ser capazes de renovar ou manter em boas condições os contratos de locação de suas lojas, os quais poderão estar sujeitos a multas contratuais em caso de rescisão. Ainda, existem fatores que podem aumentar o custo de ocupação das lojas franqueadas, o que poderá afetar o resultado de nossos franqueados, afetando, indiretamente, os resultados da Companhia.

Os imóveis nos quais se encontram as lojas de nossos franqueados são alugados, sendo certo que alguns aluguéis estão vigentes por prazo indeterminado.

A legislação aplicável, no entanto, prevê que o locador não estará obrigado a renovar o contrato se (i) por determinação do Poder Público, tiver que realizar no imóvel obras que importem na sua radical transformação, ou para modificações de tal natureza que aumente o valor do negócio ou da propriedade; (ii) o imóvel vier a ser utilizado por ele próprio ou para transferência de fundo de comércio existente há mais de um ano, sendo detentor da maioria do capital o locador, seu cônjuge, ascendente ou, descendente. Dessa forma, caso nossos franqueados não sejam capazes de entrar em um acordo com o locador na renovação da locação ou, caso não tenham direito à renovatória, podem ser obrigados a desocupar os imóveis.

A perda de locação de lojas em localizações estratégicas, seja por não renovação ou manutenção dos contratos de locação de lojas, bem como eventual aumento no custo da locação de referidas lojas, e/ou revisão dos valores do aluguéis a valor de mercado poderão afetar adversamente os resultados de nossos franqueados e, consequentemente, nossas operações, resultado financeiros e/ou impactar negativamente a notoriedade de nossa marca. Para mais informações, vide Fator de Risco "*Não temos controle operacional total sobre os negócios de nossos franqueados e estamos expostos à eventual redução de suas receitas. Além disso, quaisquer problemas nas nossas relações com nossos franqueados podem afetar adversamente os resultados de nossas operações",* neste Formulário de Referência.

(g) Riscos Relacionados aos Setores da Economia nos quais a Companhia atue

O varejo é sensível à diminuição do poder de compra do cliente e a ciclos econômicos desfavoráveis e essa sensibilidade poderá nos afetar adversamente e de forma relevante.

O sucesso da atuação no setor de varejo depende de vários fatores relacionados ao consumo e à renda dos clientes, inclusive das condições dos negócios em geral, da taxa de juros, da inflação, da disponibilidade de crédito ao cliente, da tributação, da confiança do cliente nas condições econômicas futuras, dos níveis de emprego e renda e da existência de epidemias ou pandemias (como o alcance e a duração do impacto da atual pandemia da Covid-19, incluindo redução na demanda de consumidores, diminuição das vendas e fechamento temporário generalizado de nossas lojas franqueadas). Condições econômicas desfavoráveis no Brasil ou no mundo refletidas na economia brasileira podem reduzir significativamente o consumo (principalmente das classes com menor poder aquisitivo), tornar as condições de refinanciamento de dívida mais restritas e causar

aumentos na taxa de desemprego. Historicamente, o setor de varejo foi afetado negativamente e de forma relevante em virtude de períodos de desaquecimento econômico, resultando em uma redução do consumo. Assim, a redução do poder aquisitivo dos clientes e condições econômicas adversas podem afetar o nosso resultado operacional e a nossa situação financeira de forma negativa e relevante.

O Governo Federal, por meio do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Banco Central do Brasil, periodicamente introduz regulamentações com o objetivo de regular a disponibilidade de crédito para reduzir ou aumentar o consumo e, consequentemente, controlar a taxa de inflação. Tais regulamentações incluem, entre outras ferramentas: (i) alteração dos requisitos impostos aos depósitos compulsórios incidentes sobre empréstimos, depósitos e em outras operações; (ii) a regulação do prazo máximo dos financiamentos; e (iii) a imposição de limitações sobre o montante que pode ser financiado. Essas regulamentações podem reduzir a capacidade dos nossos clientes de obter crédito junto a instituições financeiras. Alguns desses controles podem afetar o mercado financeiro e de crédito por longos períodos. Não há nenhuma garantia de que no futuro o Governo Federal não irá adotar novas regulamentações que reduzam o acesso dos nossos clientes a créditos junto a instituições financeiras, o que poderá afetar adversamente e de forma relevante o nosso resultado operacional e a nossa situação financeira.

Ainda, o sucesso das nossas atividades depende do aumento da taxa de crescimento da população e do aumento de sua renda. A redução ou desaceleração em tal crescimento poderá afetar negativamente e de forma relevante as nossas vendas, o nosso resultado operacional e a nossa situação financeira.

Alterações na legislação tributária, incentivos fiscais, benefícios ou diferentes interpretações da legislação tributária podem afetar adversamente os resultados das nossas operações. Ainda, não temos controle sobre todas as interpretações da legislação tributária, que podem ser incompatíveis às nossas e virem a prejudicar os nossos resultados.

As autoridades fiscais brasileiras implementam regularmente mudanças no regime tributário que podem nos afetar e, por fim, a demanda do consumidor por nossos produtos. Essas medidas incluem mudanças nas alíquotas vigentes e, ocasionalmente, a criação de impostos temporários e permanentes. Algumas dessas mudanças podem aumentar, direta ou indiretamente, nossa carga tributária, o que pode aumentar os preços que cobramos por nossos produtos, restringir nossa capacidade de fazer negócios e, portanto, impactar de maneira material e adversa nossos negócios e resultados operacionais.

Atualmente, existe no congresso brasileiro proposta para a implementação de uma reforma tributária. Entre as propostas em discussão, existe a possibilidade de uma mudança completa no sistema de tributação ao consumo, que extinguiria alguns tributos federais, estaduais e/ou municipais, dentre eles, por exemplo, ICMS, PIS, Cofins e o ISS, para a criação de um ou mais tributos que incidiriam sobre o consumo, IBS/CBS. Poderá haver mudanças na legislação e regulamentação aplicáveis que eventualmente poderão alterar nossa carga tributária e nossos incentivos fiscais, ou que os incentivos fiscais serão efetivamente mantidos nas atuais condições até o final de seus prazos de vigência, ou que será capaz de renovar os incentivos fiscais em condições favoráveis depois de expirados seus prazos atuais.

Destacamos ainda que estamos sujeitos a fiscalizações pelas autoridades fiscais nas esferas federal, estadual e municipal. Como resultado de tais fiscalizações, as nossas posições fiscais podem ser questionadas pelas autoridades fiscais. Os provisionamentos para tais processos (se e quando houver) poderão não ser corretos, que poderá haver identificação de exposição fiscal adicional, e poderá ser necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. Qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às nossas posições fiscais pode afetar adversamente os nossos negócios, os nossos resultados operacionais e a nossa condição financeira.

As autoridades fiscais brasileiras intensificaram, recentemente, o número de fiscalizações. Existem diversas questões fiscais objeto de preocupação das autoridades brasileiras e com relação às quais as autoridades brasileiras regularmente fiscalizam as empresas, incluindo controle de estoque, despesas de amortização de ágio, reestruturação societária e planejamento tributário, entre outros. Quaisquer processos judiciais e administrativos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") e tribunais administrativos estaduais e municipais, pode nos afetar negativamente. Os

nossos resultados poderão ser adversamente impactados por modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como nas normas internacionais de relatório financeiro

Adicionalmente, nossos franqueados, podem vir a ter interpretações incompatíveis com as nossas acerca da legislação tributária. Eventuais autuações impostas aos nossos franqueados podem vir a ter um efeito adverso relevante para nós.

Ainda, possuímos centro de produção e distribuição localizados em São Paulo, Bahia e Ceará. Em São Paulo possuímos benefícios fiscais concedidos às indústrias têxteis no Estado, conforme artigo 52, do Anexo II, do Regulamento do ICMS do Estado de São Paulo ("RICMS/SP"). Dessa forma, nossas saídas internas de mercadorias industrializadas (vestuário e acessórios de tecido) se beneficiam de redução de base de cálculo e outorga de créditos de 12% sobre as mesmas saídas, nos termos do artigo 41, do Anexo III, do RICMS/SP. No Estado da Bahia, temos o benefício do crédito presumido de ICMS, conforme Decreto 6.734 de 09 de setembro de 1997. No Ceará, o incentivo fiscal dispõe sobre a concessão de crédito presumido de ICMS, com isenção de 88% sobre apuração do ICMS, saldo entre os créditos e débitos, cuja alíquota de ICMS devida é de 1,3% a 1,5% sobre as operações de venda no Brasil.

Destacamos que os efeitos no caso de inobservância das regras de convalidação impactarão todas as empresas que usufruam dos mesmos benefícios fiscais no contexto da "Guerra Fiscal entre os Estados" e não apenas a Companhia. Ademais, deve-se sopesar os impactos dos cenários político e econômico envolvidos no contexto da aplicação das regras de convalidação.

Também, a Companhia utiliza-se do programa da Lei do Bem o qual, desde o ano-calendário de 2006, permite que a pessoa jurídica exclua do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, o valor correspondente a até 60% (sessenta por cento) da soma dos dispêndios realizados no período de apuração com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, classificáveis como despesa pela legislação do IRPJ, na forma do inciso I do caput do art. 17 desta Lei nº 11.196/05. Em 30 de setembro de 2015, a Medida Provisória nº 694 previu a suspensão, no ano-calendário de 2016, dos benefícios fiscais concedidos pela Lei nº 11.196/05 às atividades de pesquisa e desenvolvimento.

Em caso de cancelamento de nosso benefício fiscal: (i) no estado de São Paulo, relacionado ao crédito outorgado de ICMS, teríamos sido afetados negativamente no valor de R$ 52,3 milhões em 31 de dezembro de 2025; (ii) no estado da Bahia, de crédito presumido de ICMS, teríamos sido afetados negativamente no valor de R$ 29,2 milhões em 31 de dezembro de 2025; (iii) no estado do Ceará, sobre o diferimento de ICMS, teríamos sido afetados negativamente no valor de R$ 23,9 milhões em 31 de dezembro de 2025. Consequentemente em caso de cancelamento destes benefícios fiscais, teríamos também, um aumento efetivo das despesas com IRPJ e CSLL, cujos incentivos são tratados como subvenções e portanto, não integram a base de cálculo para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro e em 31 de dezembro de 2025 representavam, R$ 17,8 milhões no estado de São Paulo, R$ 9,9 milhões no estado da Bahia e R$ 8,1 milhões no estado do Ceará, ainda e (iv) relacionado à Lei do Bem, teríamos sido afetados negativamente no valor de R$ 6,9 milhões em 31 de dezembro de 2025.

Ademais, se esses benefícios fiscais não forem renovados, ou se nossos benefícios fiscais forem modificados, limitados, suspensos ou revogados, nossos negócios e condição financeira poderão ser adversamente afetados como resultado do aumento da carga tributária. Para garantir a continuidade desse incentivo durante o longo prazo, a devemos cumprir uma série de requisitos que podem ser contestados, inclusive em juízo. Além disso, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais. No caso de as autoridades fiscais interpretarem as leis tributárias de maneira inconsistente com nossas interpretações, poderemos ser adversamente afetados.

Caso não consigamos cumprir parte ou a totalidade das obrigações, nossos incentivos fiscais ou até autorizações de operação poderão ser suspensos, revistos ou cancelados, inclusive por decisão judicial e/ou administrativa, e poderemos ainda ser obrigados a pagar integralmente o valor dos tributos devidos, acrescidos de encargos e penalidades, o que teria um efeito adverso relevante para nós.

O setor do varejo é altamente competitivo, o que pode afetar adversamente nossa participação no mercado e as nossas receitas.

O mercado de varejo esportivo, de moda íntima e de meias é altamente competitivo e pulverizado. A concorrência é caracterizada por muitos fatores, dentre os quais se destacam: (i) a variedade de produtos; (ii) qualidade; (iii) o número de lojas; (iv) propaganda e posicionamento da marca; (v) preços e descontos; (vi) atendimento e localização das lojas; e (vii) reputação. Enfrentamos muitos e variados concorrentes em âmbito regional e nacional, bem como concorrentes internacionais, inclusive outras lojas de roupas esportivas, moda íntima e meias direcionadas ao público de médio e alto poder aquisitivo. Concorremos, também, com outros varejistas, principalmente aqueles situados em shoppings.

Adicionalmente, a concorrência no comércio eletrônico também é alta e essa competitividade pode se intensificar. Outras empresas do ramo varejista esportivo, de moda íntima, meias e de comércio eletrônico podem vir a celebrar alianças ou acordos comerciais que venham a fortalecer a sua posição competitiva. À medida que a carteira de clientes de participantes de outros segmentos da Internet for crescendo e sua fidelização for aumentando, os participantes destes segmentos poderão buscar expandir os seus negócios para os segmentos de mercado no qual atuamos. Além disso, novas tecnologias podem intensificar ainda mais a natureza competitiva do varejo esportivo, moda íntima e meias online e podemos não ser capazes de nos adaptar rapidamente às transformações digitais exigidas pelos nossos clientes e pelo setor. Acreditamos que a natureza da Internet como um local de mercado eletrônico facilita a entrada de concorrentes (nacionais e internacionais) e permite a realização de compras por meio de comparação de preços. Esse aumento na concorrência pode vir a reduzir as nossas vendas e o nosso resultado operacional. Ainda, os concorrentes, tanto no mercado de varejo esportivo físico quanto no mercado de varejo esportivo, de moda íntima e de meias eletrônico, poderão vir a disponibilizar mais recursos para o desenvolvimento de tecnologia e marketing do que nós. Ademais, na medida em que o uso da Internet e de outros serviços online aumentar, os varejistas atuantes neste setor poderão vir a ser adquiridos, receber investimentos, ou iniciar outros relacionamentos comerciais com empresas maiores, melhor estabelecidas e dotadas de recursos financeiros. Não conseguimos prever se novos competidores nacionais e/ou internacionais entrarão no setor de varejo de produtos esportivos, moda íntima e meias.

Caso novos competidores apareçam, a concorrência poderá ficar ainda mais acirrada e poderemos ser obrigados a tomar novas estratégias, cuja eficácia não conseguimos assegurar. Caso não sejamos capazes de fazer frente à concorrência, nosso *market share*, nosso resultado operacional e nossa situação financeira poderão ser afetados negativamente e de forma relevante.

Incertezas relativas a mudanças de padrão de consumo trazidas pelo digital podem impactar negativamente as vendas do varejo físico e atacado.

O setor de varejo vem passando por mudanças significativas em decorrência da transformação digital, o que afetou o padrão e os canais de compra por onde os clientes se relacionam com as marcas. Tendo em vista a exponencialidade da influência da transformação digital sobre o setor de varejo, poderão ocorrer eventuais efeitos do crescimento digital em detrimento do varejo físico e do mercado de atacado.

Caso não sejamos capazes de nos adequar aos efeitos da transformação digital sobre nossos negócios, a poderemos ser material e adversamente afetados.

(h) Riscos Relacionados à Regulação dos Setores em que a Companhia Atue

Podemos sofrer multas e restrições sob o Código de Defesa do Consumidor.

No Brasil, a legislação de defesa do consumidor é rigorosa e favorável aos consumidores. A legislação de defesa do consumidor imputa a nós o ônus da prova na demanda de um cliente, colocando-nos em desvantagem em qualquer processo envolvendo relações de consumo.

A proteção judicial ao consumidor pode ser exercida por meio de ações individuais ou coletivas e, no caso de ações coletivas, as ações podem ser propostas por autoridades estaduais ou federais, mediante órgãos da

administração pública direta ou indireta, notadamente o Ministério Público ou o PROCON, com o propósito de proteger os direitos do consumidor, ou por organizações de proteção ao direito do consumidor.

Decisões desfavoráveis envolvendo valores substanciais poderão afetar adversamente o nosso resultado e a nossa situação financeira. Adicionalmente, decisões judiciais desfavoráveis poderão afetar adversamente a nossa imagem e a imagem de nossas marcas, afetando, consequentemente, nossas vendas e nossa reputação, o que pode impactar de forma adversa e relevante o nosso resultado operacional e a nossa situação financeira.

Enfrentamos riscos relacionados aos registros, autorizações, licenças e alvarás para a instalação e a operação de nossas unidades fabris.

Nossas atividades estão sujeitas à obtenção de diversos registros, autorizações, licenças e alvarás federais, estaduais e municipais, incluindo, mas não se limitando os alvarás de funcionamento, além de Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), relacionados à operação e a localização das nossas unidades fabris e devemos obter e renovar periodicamente grande parte desses registros, autorizações, licenças e alvarás. Nesse sentido, na data deste Formulário de Referência os AVCB das nossas quatro unidades fabris (ou seja, fábrica de Itabuna/BA, fábrica de Araraquara/SP, fábrica de Pacatuba/CE e de nossa malharia em Maracanaú/CE) estavam em conformidade com as exigências da respectiva lei com seu alvará em plena vigência. Na hipótese de não conseguirmos obter ou renovar, em tempo hábil, todos os registros, licenças, alvarás e autorizações necessários, podemos vir a sofrer autos de infração, sanções administrativas ou judiciais, incluindo o pagamento de multas, a suspensão de nossas atividades ou até a interdição das nossas unidades fabris, afetando também a nossa imagem e contratação de seguro bem como recebimento de indenização em caso de acidentes.

A imposição dessas penalidades, em especial, o fechamento de unidades, poderá ter um efeito adverso em nossos resultados operacionais e negócios. Ademais, a não obtenção ou a não renovação das referidas licenças de forma tempestiva poderá nos expor a riscos adicionais em caso de acidente ou evento similar que possa afetar o imóvel enquanto a licença estiver pendente. Nossa estratégia de negócio poderá ser substancialmente e adversamente afetada se não conseguirmos abrir e operar nossas unidades fabris, ou se tivermos que suspender ou fechar nossas e unidades fabris em consequência da não obtenção ou não renovação dos registros, autorizações, licenças e alvarás a que estamos sujeitos ou se um acidente afetar nossas unidades fabris enquanto essa estiver com uma licença pendente.

Em razão das dificuldades e lentidão de alguns órgãos administrativos, a obtenção dessas licenças poderá ocorrer fora do cronograma previsto de abertura de novas unidades fabris. Ainda, podemos não possuir tais licenças para todas as unidades fabris, e/ou podemos não obter, no futuro, a renovação destas licenças sempre em prazos adequados ou que os imóveis hoje em fase de obtenção ou renovação de tais licenças irão de fato obtê-las.

Ainda, a interrupção na operação das unidades fabris por falta de licenças pode prejudicar a capacidade de distribuir mercadorias para as lojas, o que pode resultar na queda nas vendas e afetar adversamente nossos resultados financeiros. Para mais informações acerca do impacto da obtenção de licenças para o funcionamento de unidades fabris.

Além disso, o Poder Público pode editar normas mais rigorosas ou buscar interpretações mais restritivas das leis e regulamentos existentes, o que pode implicar em gastos adicionais de modo a adequar nossas atividades a estas regras. Qualquer ação nesse sentido por parte do Poder Público, poderá ter um efeito adverso para nossas atividades.

(i) Riscos Relacionados aos Países Estrangeiros onde a Companhia Atue

Não há riscos significativos nos envolvendo com relação a países estrangeiros, pois nossas exportações não ultrapassam 3% sobre nossa receita líquida consolidada (base 2025).

(j) Riscos Relacionados a Questões Sociais

Podemos ser afetados negativamente se nossa cadeia de fornecimento não cumprir as leis e regulamentações socioambientais e relacionadas as condições de trabalho.

Nossa cadeia de suprimentos de produtos, desde a plantação de algodão até a produção de roupas, está sujeita às leis e regulamentos locais e internacionais que regem a proteção do meio ambiente, inclusive em relação ao uso de químicos, licenciamento ambiental, gestão de resíduos sólidos e recursos hídricos, como regras em relação ao tratamento de efluentes e outros. Adicionalmente, são aplicáveis à nossa cadeia de fornecimento inúmeras leis, regulamentos e tratados (locais e internacionais) sobre as relações e condições de trabalho, que abrangem temas como: jornada de trabalho, trabalho de estrangeiros, trabalho infantil, trabalho análogo ao escravo, proteção de dados pessoais, infraestrutura predial e segurança e saúde dos trabalhadores.

A responsabilidade civil por danos ambientais tem natureza objetiva e solidária. Nesse cenário, podem ser considerados responsáveis pela sua reparação todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a ocorrência do dano ambiental, independentemente da existência de dolo e/ou culpa. Sendo assim, a responsabilidade civil pode ser aplicada a todas as partes que estiverem envolvidas, mesmo que indiretamente, na atividade que ocasionou o dano ambiental, de modo que a parte que tiver mais recursos financeiros, pode ser obrigada a repará-lo, resguardado o direito de regresso em relação aos demais envolvidos. O descumprimento, seja total ou parcial, da legislação e regulamentação socioambiental e/ou relacionada às condições de trabalho por nossa cadeia de fornecimento pode nos sujeitar, direta ou indiretamente, a riscos reputacionais e comprometer a gestão de estoques, caso multas e penalidades sejam aplicadas, ou mesmo se as licenças forem revogadas, de uma ou mais das partes, direta ou indiretamente, envolvida em nossa cadeia de fornecimento de produtos. Caso sejamos responsabilizados solidariamente por danos causados pelos nossos fornecedores, nossos resultados, nossas atividades e nossa imagem podem ser adversamente afetados.

Caso a Companhia, algumas de nossas subsidiárias ou construtores e/ou empreiteiros contratados por nós contratados cause ou de outra forma seja considerada responsável por algum dano ambiental, conforme acima, a podemos sofrer um efeito adverso em nossos resultados e negócios, inclusive em aspectos reputacionais. Em adição, nós e nossas controladas podemos ser consideradas responsáveis por todas e quaisquer consequências provenientes de contaminação do solo, da exposição de pessoas a substâncias nocivas ou de outros danos ambientais. Note-se, ainda, que a violação a normas ambientais pode implicar sanções não só a nós e/ou nossas controladas, como também a pessoas naturais envolvidas na respectiva atividade.

(k) Riscos Relacionados a Questões Ambientais

Podemos sofrer sanções legais por não administrar corretamente os resíduos gerados por nossas operações.

A Lei n° 12.305/10 estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos ("PNRS"), com princípios, objetivos e instrumentos, bem como diretrizes sobre gestão integrada e gestão de resíduos sólidos. Como resultado, somos responsáveis pelo gerenciamento dos resíduos gerados em nossas instalações (incluindo papel, papelão, lâmpadas, plásticos, garrafas de perfumaria e beleza, material de merchandising e outros), por qualquer não conformidade com a legislação ambiental aplicável e, se aplicável, por qualquer dano ambiental causado por nossas operações, desde que haja evidência de cadeia de causalidade entre nossas atividades e o dano ambiental. Penalidades podem ser aplicadas se deixarmos de cumprir as condições exigidas, o que afetaria adversamente nossas operações e reputação.

Além disso, a PNRS estabelece a obrigação de implementação de sistemas de logística reversa para fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de determinados produtos – dentre os quais se incluem embalagens em geral (a exemplo de papel e papelão), bem como produtos eletroeletrônicos e seus componentes – mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos. Considerando que nos inserimos no mercado diversos tipos de produtos, estamos sujeitos à implementação dos respectivos sistemas de logística reversa. Contudo, atualmente, não possuímos a política reversa de embalagens em geral devidamente implementado em nossas unidades, de modo a assegurar o retorno das embalagens ou produtos após o seu uso e a sua destinação final ambientalmente adequada.

O descumprimento das obrigações relacionadas à implementação dos respectivos sistemas de logística reversa pode implicar nas seguintes sanções: (i) advertência; (ii) multas; (iii) condenação e inutilização de produto, suspensão e/ou cancelamento de autorização, registro ou licença; (iv) interdição temporária ou definitiva de

estabelecimento; além da obrigação de reparar todos os danos ambientais eventualmente causados, o que pode afetar adversamente nossos resultados financeiros e operacionais, bem como nossa imagem.

Estamos sujeitos a riscos relacionados ao cumprimento de legislação e regulamentações ambientais

Estamos sujeitos a leis e regulamentações federais, estaduais e municipais referentes à preservação e proteção do meio ambiente. Entre outras obrigações, essas leis e regulamentações estabelecem padrões e exigências de licenciamento ambiental e padrões para emissões atmosféricas, parâmetros de emissões de ruídos, bem como exigências relacionadas a áreas especialmente protegidas. Qualquer falha no cumprimento das leis e regulamentações ambientais aplicáveis pode nos submeter a sanções administrativas e/ou penais, independentemente da obrigação de remediar os danos causados ou indenizar terceiros. Eventuais condenações poderão impactar nossos resultados e reputação.

Adicionalmente, tais leis e regulamentações poderão tornar-se mais rigorosas. Caso fiquem mais rigorosas, poderemos ter que aumentar significativamente, os nossos gastos para cumprimento dessas leis e regulamentações ambientais. Investimentos ambientais não previstos podem reduzir os recursos disponíveis para outros investimentos e podem nos afetar substancial e negativamente.

(l) Riscos Relacionados a Questões Climáticas

Estamos expostos à possibilidade de perdas por desastres naturais, catástrofes, acidentes, incêndios e outros eventos que não estão no nosso controle e que podem afetar negativamente o desempenho financeiro, assim como por condições climáticas adversas, e outros fatores fora do nosso controle, que podem afetar negativamente os nossos negócios.

As nossas operações estão sujeitas a riscos que afetam as propriedades, ativos e instalações, dentre outros.

A operação de qualquer transporte e manuseio dos produtos comercializados apresenta riscos inerentes de catástrofes, acidentes, danos pessoais, incêndios, roubos, interrupção do negócio e atrasos na entrega, reivindicações trabalhistas, manifestações de grupos ou associações e/ou sociais, greves (de seus empregados ou daqueles vinculados às entidades com quem nos relacionamos, tais como fornecedores), condições climáticas adversas como neblina, como o aumento da atividade de tempestades, também podem impactar adversamente nossas operações, além de catástrofes naturais, acidentes com seus fornecedores/transportadores, incluindo também acidentes ambientais e colisões, o que potencialmente resultaria em danos, penalidades, multas, indenizações ou despesas a pagar a terceiros e outras reivindicações contra nós.

Todos esses riscos podem resultar em responsabilidade civil, perda de receita, aumento de custos e danos de imagem e à nossa reputação, cada um dos quais poderia afetar adversamente nossos negócios e nossos resultados operacionais.

Preocupações crescentes com as alterações climáticas podem levar a medidas regulatórias adicionais, que podem resultar em um aumento de custos para nós para o cumprimento destas regulações.

Regulamentações ambientais mais restritivas podem resultar na imposição de custos associados às emissões de Gases de Efeito Estufa ("GEE"), seja através de exigências por parte dos órgãos ambientais, seja por meio de outras medidas de natureza regulatória e ambiental. Devido à preocupação quanto ao risco das alterações climáticas, diversos países, incluindo o Brasil, adotou ou está considerando adotar marcos regulatórios que, entre outras regras, visam a reduzir a emissão de GEE. Regulamentações sobre GEE poderão aumentar nossos custos para estar em conformidade com a legislação ambiental. Tal situação poderá afetar nossos resultados operacionais e financeiros.

(m) Outros Riscos

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de nossa emissão.

Surtos de doenças que afetem o comportamento das pessoas, como do atual coronavírus causador da Covid-19, o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos nossos resultados e nas ações de emissão nossa.

Em 11 de março de 2020, a OMS decretou a pandemia da Covid-19, cabendo aos países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto da Covid-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e *lockdown* ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente exercem um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

As medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pelo surto da Covid-19 tiveram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil, inclusive causando oito paralisações (*circuit-breakers*) das negociações na B3 durante o mês de março de 2020. A cotação da maioria dos ativos negociados na B3, foi adversamente afetada em razão do surto da Covid-19. Impactos semelhantes aos descritos acima podem voltar a ocorrer, provocando a oscilação dos ativos negociados na B3.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão nossa, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das nossas operações no futuro em termos aceitáveis.

O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e a política brasileira, poderão causar um efeito adverso relevante em nossas atividades.

A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes por parte do Governo Federal, que por vezes, realiza modificações significativas em suas políticas e normas. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicam intervenções nas taxas de juros e no mercado de câmbio, mudança das políticas fiscais, controle de preços, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. Nós não temos controle sobre as medidas e políticas que o Governo Federal pode vir a adotar no futuro, e tampouco podemos prevê-las. Nossos negócios, nossa situação econômico-financeira e nossos resultados operacionais poderão vir a ser afetados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

- taxas de juros;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- política monetária;
- flutuações cambiais;
- alteração das normas trabalhistas, legais e regulatórias;
- Inflação;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- expansão ou contração da economia brasileira;
- política fiscal e alterações na legislação tributária;
- controle sobre importação e exportação;
- saúde pública, incluindo em razão de epidemias e pandemias, como a atual pandemia da Covid-19
- instabilidade social e política; e

- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras.

As ações do Governo Federal nas políticas ou normas que envolvam os fatores macroeconômicos acima listados poderão afetar adversamente as nossas atividades e análise de sensibilidade aos aumentos de taxa de juros. Ademais, mudanças nos preços de ações ordinárias de companhias abertas, ausência de disponibilidade de crédito, reduções nos gastos, desaceleração da economia global, instabilidade de taxa de câmbio, aumento nas taxas de juros no Brasil ou no exterior e pressão inflacionária podem adversamente afetar, direta ou indiretamente, a economia e o mercado de capitais brasileiros, o que poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor no mercado de capitais brasileiro, afetando negativamente o preço das ações de emissão nossa, gerando consequências negativas aos seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

A inflação e os esforços governamentais para combatê-la podem contribuir para um cenário de incerteza econômica, nos afetando adversamente e o preço de mercado de nossas ações.

O Brasil tem um longo histórico de inflação elevada, registrando no período de 2015 a 2025 uma inflação acumulada de aproximadamente 112%, conforme medida pelo IGP-M. Para conter o avanço da inflação, o Banco Central adota políticas monetárias contracionistas, caracterizadas principalmente pela elevação da taxa básica de juros, de modo a promover convergência da inflação para o redor da meta.

Esse cenário gera um efeito adverso na economia, refletindo, entre outros fatores, no encarecimento de empréstimos e financiamentos, e contratos de arrendamento a pagar, que estão sujeitos a taxas de juros. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros brasileiras e a inflação podem nos afetar adversamente, porque temos empréstimos e financiamentos indexados à variação do CDI e às taxas oficiais de juros de longo prazo ("TLP"). Por outro lado, uma redução significativa nas taxas de CDI, TLP ou inflação pode afetar adversamente a receita de nossas aplicações financeiras.

Já medidas como a redução nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do real, podem desencadear inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira. Se o Brasil enfrentar inflação alta no futuro, talvez não possamos ajustar os preços que cobramos de nossos clientes para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, o que poderia aumentar nossos custos e reduzir nossas margens operacionais e líquidas.

Um mercado secundário de negociação ativo e líquido para as ações da Companhia poderá não se desenvolver, limitando a capacidade dos acionistas da Companhia em venderem as ações pelo preço e no momento desejados.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido. O mercado brasileiro é substancialmente menor, menos líquido e potencialmente mais volátil que os mercados de ações nos Estados Unidos e em outros países desenvolvidos. Dessa forma, fatores que possam ter impactos econômicos nos mercados internacionais podem trazer impactos ainda mais profundos no mercado brasileiro de valores mobiliários. Essas características de mercado poderão afetar o preço e liquidez das nossas ações e limitar significativamente a capacidade dos titulares das ações de emissão nossa de vendê-las ao preço e nas datas desejados.

Além disso, a regulamentação da B3 pode ser diferente do que os investidores estrangeiros estão acostumados, o que pode limitar a capacidade do respectivo acionista de vender suas ações pelo preço e tempo desejados.

O valor de mercado das nossas ações poderá também variar significativamente por diversas razões, incluindo os fatores de risco apresentados neste Formulário de Referência.

A instabilidade política no Brasil pode afetar adversamente os negócios, operações e condição financeira da Companhia e suas controladas.

A economia brasileira foi e continua a ser afetada por eventos políticos no Brasil, que também afetam a confiança dos investidores e do público em geral, afetando adversamente o desempenho da economia brasileira e aumentando a volatilidade dos títulos e valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras. O cenário político e econômico brasileiro pode passar por altos níveis de volatilidade e instabilidade, incluindo a contração do produto interno bruto, ou PIB, fortes oscilações do real em relação ao dólar americano, aumento do desemprego e menores níveis de gastos e confiança do consumidor.

Muitos membros do governo brasileiro e do poder legislativo, bem como altos funcionários de grandes empresas estatais e privadas foram condenados por corrupção política relacionada a subornos através de propinas em contratos concedidos pelo governo a diversas infraestruturas, petróleo e gás e construtoras, entre outras.

O mercado brasileiro registrou um aumento de volatilidade devido às incertezas decorrentes de investigações em conduzidas pela Polícia Federal Brasileira e pelo Ministério Público Federal Brasileiro relacionadas a esse esquema de corrupção. O potencial resultado destas e outras investigações é incerto, mas elas já tiveram um impacto negativo sobre a imagem e reputação das empresas envolvidas, bem como sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira. Não podemos prever se novas alegações de corrupção contra funcionários e executivos do governo, membros do legislativo, membros do judiciário ou companhias privadas surgirão no futuro nem podemos prever o impacto que tais alegações teriam sobre a economia brasileira.

Qualquer rebaixamento na classificação de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço de negociação de nossas ações ordinárias.

Os *ratings* de crédito afetam a percepção de risco dos investidores e, em consequência, o preço de negociação de valores mobiliários e rendimentos necessários na emissão futura de dívidas nos mercados de capitais. Agências de rating avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de alterações em qualquer um desses fatores. Na data da divulgação deste Formulário, o grau de classificação da dívida soberana do Brasil nas três principais agências de classificação de risco baseadas nos EUA era de Ba2 na Moody's, BB- na S&P e BB- na Fitch, nos três casos com perspectiva estável. (fonte: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2810:2:0:)

Em maio de 2025 a Moody's, declarou a manutenção da nota e revisão da perspectiva para estável o rating de crédito soberano do Brasil em Ba1, onde se encontra atualmente.

Em junho de 2023 a Standard & Poor's, elevou a nota e manutenção da perspectiva positiva o rating de crédito soberano do Brasil para BB-; elevou novamente em dezembro de 2023 para BB, onde se encontra atualmente.

Em junho de 2024 a Fitch manteve a nota e manutenção da perspectiva estável o rating de crédito soberano do Brasil em BB; manteve novamente em junho de 2025 em BB, onde se encontra atualmente.

Qualquer rebaixamento adicional dos ratings de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, aumentar o custo futuro da emissão de dívida e afetar adversamente o preço de negociação das nossas ações ordinárias.

Flutuações da taxa de câmbio e variações significativas nas taxas de juros podem afetar de forma negativa os nossos resultados operacionais

Não se pode garantir que o real (R$) não sofrerá valorizações ou desvalorizações significativas em relação ao dólar estadunidense (US$), e a instabilidade da taxa de câmbio pode gerar um efeito negativo significativo sobre nossos resultados operacionais. Por exemplo, a moeda brasileira durante as últimas décadas experimentou variações frequentes e significativas em relação ao dólar estadunidense e a outras moedas estrangeiras. A tabela a seguir ilustra as cotações do real em relação ao dólar nos últimos anos:

Data	Cotação (R$/US$)
31/12/2019	4,0307
31/12/2020	5,1967
31/12/2021	5,5805
31/12/2022	5,2177
31/12/2023	4,8413
31/12/2024	6,1923
31/12/2025	5,5018

Fonte: BCB. Cotações de fechamento PTAX.

As depreciações do Real em relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os nossos resultados operacionais, por conta da retração no consumo e aumento dos nossos custos. Os nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

Desenvolvimentos e mudanças na percepção dos investidores sobre risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos, Europa e outros países emergentes, podem afetar material e adversamente a economia brasileira e o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros, incluindo nossas ações.

O preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros é afetado por condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os Estados Unidos, países europeus, bem como outros países latino-americanos e de mercados emergentes. As reações dos investidores a acontecimentos, inclusive econômicos, na Europa, Estados Unidos ou outros países podem ter um efeito adverso sobre o preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros. Os preços das ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, ou B3, por exemplo, foram historicamente sensíveis a flutuações nas taxas de juros nos Estados Unidos, bem como a variações das principais bolsas dos Estados Unidos. Além disso, as crises em outros países de mercados emergentes podem diminuir o interesse de investidores em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo nossas ações ordinárias. Esses eventos podem afetar negativamente o preço de mercado das suas ações ordinárias, restringir o seu acesso aos mercados de capitais e comprometer a sua capacidade de financiar as suas operações no futuro com termos favoráveis ou independentemente dos termos. Além disso, a crise financeira e a instabilidade política nos Estados Unidos, incluindo o recente conflito envolvendo Estados Unidos e Irã, a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, as tensões globais decorrentes da pandemia da Covid-19, bem como crises na Europa e outros países, incluindo os conflitos envolvendo a ocorrência do Brexit, afetaram a economia global, produzindo diversos efeitos que, direta ou indiretamente, impactaram o mercado de capitais e a economia brasileira, como as flutuações no preço de títulos emitidos por empresas listadas, reduções na oferta de crédito, deterioração da economia global, flutuação das taxas de câmbio e inflação, entre outras, que podem, direta ou indiretamente, nos afetar adversamente.

A pandemia da Covid-19 causou e deve continuar a causar disrupção da atividade econômica regional e global, o que afetou e deve continuar a nos afetar adversamente. Adicionalmente, a Covid-19 representa risco aos funcionários, clientes e parceiros de nossos negócios, que podem ser impedidos de conduzir suas atividades por um período indefinido, incluindo em razão de fechamentos de lojas e fábricas que podem ser solicitados ou ordenados por autoridades governamentais, e que podem ter um efeito material adverso nos nossos resultados operacionais, sua situação financeira e sua liquidez. A extensão dos efeitos da pandemia causada pela Covid-19 e/ou outras doenças sobre nossas atividades dependerá de acontecimentos futuros, que são altamente incertos

e não podem ser previstos, incluindo novas informações que podem surgir a respeito da severidade da Covid-19 e ações para conter ou remediar seus efeitos, entre outros.

4.2 - Os 5 principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

(1) Dependemos do valor e da reputação de nossa marca e eventuais impactos negativos de nossa marca e reputação podem afetar adversamente nossos negócios e resultados.

O nosso sucesso é altamente dependente do valor e reputação da marca Lupo, que é primordial para nosso negócio e para a implementação de nossas estratégias para crescimento do negócio. A manutenção, promoção e posicionamento de nossa marca dependerá do sucesso de nossos esforços em termos de marketing e nossa habilidade de demonstrar a consistência e boa qualidade de nossos produtos e experiências. Dependemos das mídias sociais como uma de nossas estratégias de marketing para que possamos ter um impacto positivo tanto no valor quanto na reputação de nossa marca.

Nossa marca e reputação poderem ser adversamente afetados se falharmos na busca por estes objetivos, se nossa imagem perante o público for prejudicada por publicidade negativa ou se falharmos na entrega de inovações e produtos de alta qualidade para nossos clientes. Publicidade negativa referente aos métodos de produção de quaisquer um de nossos fornecedores poderá afetar adversamente nossa reputação e vendas e nos obrigar a buscar fornecedores alternativos.

Adicionalmente, o valor de nossa marca pode ser adversamente afetado por violações aos nossos direitos e proteções de propriedade intelectual. Qualquer prejuízo à nossa marca e reputação pode afetar adversamente nossa condição financeira

Além disso, nosso negócio dedica recursos significativos para campanhas publicitárias e de marketing. Se essas campanhas não atenderem às metas esperadas, isto é, não fazendo sucesso entre nossos consumidores, nossas vendas e lucratividade poderão ser afetadas negativamente, e podemos não conseguir fortalecer nossa marca como esperado. Consequentemente, nossos resultados operacionais, imagem e condição financeira podem ser adversamente afetados. Além disso, se não formos capazes de identificar mudanças no comportamento e das preferências do consumidor e de responder adequadamente em nossas campanhas de marketing e publicidade, a nossa marca pode ser adversamente afetada.

(2) Quaisquer disputas entre acionistas controladores concernentes aos seus respectivos direitos podem nos afetar adversamente e o valor de nossas ações.

Eventual conflito entre nossos acionistas controladores poderá prejudicar a condução estratégica de nossos negócios, afetando inclusive o nosso resultado operacional. Caso nossos acionistas controladores tenham interesses conflitantes entre si ou haja quaisquer discussões em arbitragem ou judiciais, isso poderá retardar ou resultar no não implemento de estratégias e significativas para nós. Portanto, eventual discordância entre os acionistas poderá prejudicar nossa condução estratégica, em particular quando se tratar de matérias que dependem da aprovação dos acionistas em assembleia geral de acionistas, e, consequentemente, podemos ser adversamente afetados.

(3) O varejo é sensível à diminuição do poder de compra do cliente e a ciclos econômicos desfavoráveis e essa sensibilidade poderá nos afetar adversamente e de forma relevante.

O sucesso da atuação no setor de varejo depende de vários fatores relacionados ao consumo e à renda dos clientes, inclusive das condições dos negócios em geral, da taxa de juros, da inflação, da disponibilidade de crédito ao cliente, da tributação, da confiança do cliente nas condições econômicas futuras, dos níveis de emprego e renda e da existência de epidemias ou pandemias (como o alcance e a duração do impacto da atual pandemia da Covid-19, incluindo redução na demanda de consumidores, diminuição das vendas e fechamento temporário generalizado de nossas lojas franqueadas). Condições econômicas desfavoráveis no Brasil ou no mundo refletidas na economia brasileira podem reduzir significativamente o consumo (principalmente das classes com menor poder aquisitivo), tornar as condições de refinanciamento de dívida mais restritas e causar aumentos na taxa de desemprego. Historicamente, o setor de varejo foi afetado negativamente e de forma relevante em virtude de períodos de desaquecimento econômico, resultando em uma redução do consumo.

Assim, a redução do poder aquisitivo dos clientes e condições econômicas adversas podem afetar o nosso resultado operacional e a nossa situação financeira de forma negativa e relevante.

O Governo Federal, por meio do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Banco Central do Brasil, periodicamente introduz regulamentações com o objetivo de regular a disponibilidade de crédito para reduzir ou aumentar o consumo e, consequentemente, controlar a taxa de inflação. Tais regulamentações incluem, entre outras ferramentas, (i) alteração dos requisitos impostos aos depósitos compulsórios incidentes sobre empréstimos, depósitos e em outras operações; (ii) a regulação do prazo máximo dos financiamentos; e (iii) a imposição de limitações sobre o montante que pode ser financiado. Essas regulamentações podem reduzir a capacidade dos nossos clientes de obter crédito junto a instituições financeiras. Alguns desses controles podem afetar o mercado financeiro e de crédito por longos períodos. Não há nenhuma garantia de que no futuro o Governo Federal não irá adotar novas regulamentações que reduzam o acesso dos nossos clientes a créditos junto a instituições financeiras, o que poderá afetar adversamente e de forma relevante o nosso resultado operacional e a nossa situação financeira.

Ainda, o sucesso das nossas atividades depende do aumento da taxa de crescimento da população e do aumento de sua renda. A redução ou desaceleração em tal crescimento poderá afetar negativamente e de forma relevante as nossas vendas, o nosso resultado operacional e a nossa situação financeira.

(4) Dependemos de quatro unidades fabris, um beneficiamento de fios e uma malharia, sendo que qualquer interrupção ou falha na operação de nossas unidades poderão nos causar um efeito adverso.

Atualmente a Companhia opera por meio de: (i) quatro unidades fabris – três delas locadas de parte relacionada da Companhia, situadas em Araraquara/SP, Pacatuba/CE e no Paraguai, respectivamente, e outra própria, localizada em Itabuna/BA; (ii) um beneficiamento de fios situado em Araraquara/SP; e (ii) uma malharia – cuja aquisição foi concluída em janeiro de 2023, localizada em Maracanaú/CE. Caso a operação dessas unidades fabris, beneficiamento e malharia sejam interrompidas total ou parcialmente por qualquer motivo, incluindo a não renovação dos respectivos contratos locatícios e/ou necessidade de desocupação antecipada dos imóveis em decorrência da venda para terceiros, ou caso as unidades fabris sofram quaisquer danos substanciais, provocados por inclusive, mas não se limitando a desastres naturais, acidentes ambientais, incêndios ou inundações, roubos ou furtos, falha nos sistemas, restrição de circulação de bens e pessoas em decorrência de pandemias (como, por exemplo, a COVID-19), ou caso a capacidade de fabricação e distribuição seja reduzida ou interrompida em função de questões regulatórias, problemas sanitários, acidentes, greves ou questões trabalhistas, podemos enfrentar desabastecimento de produtos em nossas lojas o que, por sua vez, afetará adversamente nossas vendas e acarretará aumentos significativos de custos relacionados à reabertura ou substituição das unidades fabris e malharia. Nós possuímos pouca experiência em operar funções essenciais fora de nossas unidades fabris e os efeitos da utilização de outras unidades fabris fora desse local nos negócios, empregados e resultados operacionais são desconhecidos e podem impactar adversamente seus negócios.

Adicionalmente, nossa estratégia de crescimento demanda a expansão na capacidade e quantidade de unidades fabris. Caso não consigamos encontrar um local adequado para estabelecer a nova unidade fabril, ou não consiga integrar ou expandir as novas unidades fabris e os serviços de operadores logísticos ao processo de controle de estoques de maneira eficaz, poderá não conseguir entregar estoques às lojas em tempo hábil, o que poderá acarretar efeito negativo nas nossas vendas e na nossa estratégia de crescimento.

(5) Aumentos significativos nos custos dos insumos necessários às nossas atividades podem afetar adversamente seus resultados operacionais.

Estamos sujeitos a aumentos por parte de seus fornecedores e prestadores de serviços nos custos dos insumos e serviços necessários às suas atividades, tais como matéria prima ou mão de obra. Os preços das matérias-primas são influenciados por uma série de fatores sobre os quais não temos controle incluindo, mas não se limitando a clima, produção agrícola, condições econômicas internacionais e nacionais, custos de transporte e processamento, regulamentações e políticas governamentais e relação entre oferta e demanda mundial, conflito e guerras, bem como pandemias (tais como a recente pandemia da Covid-19). Caso não seja possível repassarmos os aumentos dos custos de insumos e serviços aos clientes, nossa condição financeira e resultados podem ser impactados adversamente.

Se nossos fornecedores, ou qualquer fornecedor de matéria-prima do qual nós dependemos, sofrerem interrupções prolongadas na fabricação ou transporte por qualquer motivo, incluindo em razão de condições de saúde pública, como a recente pandemia da Covid-19, a nossa capacidade de obter produtos poderá ser adversamente impactada, o que afetaria adversamente nossos resultados operacionais.

4.3 - Descrição dos principais riscos de mercado

Além dos fatores de risco indicados no item "4.1 – Fatores de Risco", nós estamos expostos a diversos riscos de mercado. O risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros têm nos nossos ganhos e de nossas controladas ou no valor de nossas participações em instrumentos financeiros.
Acreditamos que riscos adicionais que não conhecemos atualmente ou que consideramos irrelevantes neste momento também poderão nos afetar no futuro.

i. Risco cambial

Este risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira e que não estejam designados para *hedge accounting.*

Análise de sensibilidade – Cambial

Para 31 de dezembro de 2025, a exposição cambial, refere-se basicamente a curva de risco cambial projetada do dólar, o impacto no resultado foi calculado com uma variação de 2%, com base na Estrutura Temporal das Taxas de Juros (ETTJ) e cupom cambial (DDI) na B3.

A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

		Consolidado - 2025	
			Impactos no resultado Cenário provável - 2%
Instrumento Financeiro	**Fator de Risco**	**US$ mil**	**R$ mil**
Contas a receber de clientes	Queda na taxa de câmbio R$/US$	2.446	(200)
Fornecedores	Queda na taxa de câmbio R$/US$	(537)	44

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram substituídas as taxas de câmbio e outros indexadores quando aplicável e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 em cada um dos cenários.

				Consolidado - 2024			
Cenários	**Nota**	**Valor**	**Moeda**	**Alta**		**Baixa**	
				25,00%	**50,00%**	**25,00%**	**50,00%**
Ativos e passivos financeiros							
Contas a receber - US$	10	14.901	6,1917	18.626	22.352	11.176	7.451
Fornecedores - US$	19	(861)	6,1923	(1.076)	(1.291)	(646)	(430)
Empréstimos e financiamentos - US$	20	(66.410)	6,1923	(83.004)	(99.605)	(49.803)	(33.202)
Impacto Resultado				(13.084)	(26.174)	13.097	(26.200)

				Consolidado - 2023			
Cenários	**Nota**	**Valor**	**Moeda**	**Alta**		**Baixa**	
				25,00%	**50,00%**	**25,00%**	**50,00%**
Ativos e passivos financeiros							
Contas a receber - US$	10	10.145	4,8407	12.681	15.218	7.609	5.073
Fornecedores - US$	19	(1.730)	4,8413	(2.163)	(2.595)	(1.298)	(865)
Empréstimos e financiamentos - US$	20	(63.069)	4,8413	(78.836)	(94.604)	(47.302)	(31.535)
Impacto Resultado				(13.664)	(27.327)	13.663	27.327

ii. Risco de taxa de juros

A Companhia, possui seus empréstimos contratados indexados a taxas pós-fixadas, em moeda estrangeira, a Companhia entende que as flutuações das taxas de juros são mitigadas parcialmente por meio de hedge natural, decorrente das aplicações:

Para 31 de dezembro de 2025, com base nas movimentações do mercado financeiro brasileiro, a Companhia entende que haverá um ciclo de ajustes na taxa SELIC, com perspectiva de queda gradual, fechando 2026, em torno de 12,5%.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam exposição máxima ao risco de taxas e o impacto na queda das taxas dos juros, estão demonstrados a seguir:

		Consolidado - 2025	
			Impactos no resultado Cenário provável - 12,5%
Instrumento Financeiro	**Fator de Risco**	**R$ mil**	**R$ mil**
Aplicações financeiras	Queda na taxa de juros	272.319	(6.808)
Empréstimos e financiamentos	Queda na taxa de juros	(51.239)	1.281
	Posição Líquida	221.080	(5.527)

Em 31 de dezembro de 2004 e 2023, O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de taxas de juros na data das demonstrações financeiras foi:

	Consolidado	
	2024	**2023**
Caixa e equivalentes de caixa	306.611	305.239
Empréstimos e financiamentos	(66.410)	(63.069)
Posição líquida	240.201	242.170

Apreciação das taxas – Consolidado

				Consolidado - 2024							
				Cenário 1				Cenário 2			
				Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
Instrumentos	Exposição 2024	Risco	Taxa de juros efetiva a.a.	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros											
Aplicações financeiras	264.991	CDI	12,25	15,31	8.109	18,38	16.244	9,19	(8.109)	6,13	(16.217)
Passivos financeiros											
Capital de giro	66.410	CDI	12,25	15,31	(2.032)	18,38	(4.071)	9,19	2.032	6,13	4.064
Efeito no resultado e no patrimônio líquido					**6.077**		**12.173**		**(6.077)**		**(12.153)**

				Consolidado - 2023							
				Cenário 1				Cenário 2			
				Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
Instrumentos	Exposição 2023	Risco	Taxa de juros efetiva a.a.	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros											
Aplicações financeiras	281.070	CDI	11,75	14,69	8.263	17,63	16.527	8,81	(8.263)	5,88	(16.499)
Passivos financeiros											
Capital de giro	63.069	CDI	11,75	14,69	(1.854)	17,63	(3.708)	8,81	1.854	5,88	3.702
Efeito no resultado e no patrimônio líquido					**6.409**		**12.819**		**(6.409)**		**(12.797)**

A Administração, de uma maneira geral, entende que qualquer oscilação nas taxas de juros não representaria impacto significativo nos resultados da Companhia

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Lupo S.A. e suas controladas são partes em processos administrativos e judiciais de natureza cível, trabalhista, tributária, com classificação de chance de perda provável, possível e remota. Nossas provisões são registradas conforme os regramentos contábeis, com base na análise individual de cada processo por nossos advogados internos e externos, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processos com chance de perda provável.

Em 31 de dezembro de 2025, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, a Companhia constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, equivalente a R$ 4.318 mil, sendo R$ 1.915 mil para contingências tributárias e R$ 2.403 mil para contingências cíveis e trabalhistas.

Informamos que os valores constantes da nota explicativa nº 24 - Provisão para contingências, divulgadas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025, apresentam as contingências nas quais a Companhia figura no polo passivo: i) classificadas como perda provável, para as quais as provisões contábeis foram constituídas nos montantes acima; e ii) classificadas como perdas possíveis, as quais não são passiveis de constituição de provisão contábil.

Foram considerados, na seleção de processos relevantes, independentemente do valor envolvido, processos judiciais ou administrativos que possam representar um impacto significativo no nosso patrimônio, negócios, marcas e imagem; ou, ainda que, possam, de alguma forma, influenciar a decisão do investidor em investir em valores mobiliários de nossa emissão.

Com relação a contingências ambientais, não possuímos processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos que apresentem riscos relevantes.

Com relação às contingências trabalhistas abaixo demonstradas, os valores foram auferidos com base no valor atribuído pelos respectivos reclamantes na petição inicial, o que pode vir a não corresponder ao real valor da contingência do processo atualmente.

Adicionalmente, informamos que os valores atribuídos pelos reclamantes na petição inicial dos processos em geral (com exceção daqueles informados abaixo) não estão sujeitos a atualização de juros e correção monetária, sendo que a Companhia somente promove a liquidação dos processos junto a um contador quando do trânsito em julgado.

Por fim, informamos que as informações referentes ao impacto em caso de perda dos processos nas tabelas abaixo dizem respeito ao valor atualizado das respectivas causas, o que também pode não corresponder ao real valor da contingência.

Contingências Cíveis:

Processo nº 1006372-40.2020.4.01.3311	
a. juízo	1ª Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Itabuna-BA
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	12.11.2020
d. partes no processo	Autor: Itabuna Têxtil S.A. Réu: União – Fazenda Nacional
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado em 31/12/2025: R$ 626.320,69
f. principais fatos	Mandado de Segurança com pedido de liminar, em face de ato praticado pelo Sr. Delegado da Receita Federal do Brasil em Itabuna – BA, impetrado em 12.11.2020. A Impetrante visava o reconhecimento de seu direito líquido de excluir o PIS e a COFINS da sua própria base de cálculo em relação às apurações futuras, já que essa parcela não representava faturamento ou receita, na acepção do artigo 195, inciso I, "b" e 239 da Constituição Federal de 1988. Ademais, foi solicitado o direito de restituição aos valores recolhidos indevidamente. Proferida decisão em 02/02/2021 autorizando o depósito judicial mensal. Opostos Embargos de Declaração com depósitos judiciais. A Fazenda apresentou contrarrazões. Em 29/03/2022 a empresa apresentou o Recurso de Apelação. Em 23/04/2024 foi negado o provimento ao Recurso de Apelação. Em 27/05/2024 a empresa interpôs Recurso Especial e Recurso Extraordinário. Aguardando os julgamentos.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Proferida decisão em 02/02/2021 autorizando o depósito judicial mensal. Opostos Embargos de Declaração com depósitos judiciais. A Fazenda apresentou contrarrazões. Aguardando julgamento.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento.
i. chance de perda	Perda possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Capacidade do processo de impactar de forma significativa, direta ou indiretamente, o patrimônio e a capacidade financeira da Companhia.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Recolhimento dos valores à União Federal no valor a ser apurado em liquidação de sentença, com base em R$ 10.824.343,61 - Valor atualizado em 31/12/2025 - R$ 626.320,69

Processo nº 0010916-95.2010-4.03.6120	
a. juízo	2ª Vara da Subseção Judiciária de Araraquara - SP
b. instância	2ª Instância - TRF3
c. data de instauração	05.08.2020
d. partes no processo	Autor: Lupo S.A. Réu: Delegado da Receita Federal de Araraquara
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R$ 17.001.270,00. Valor atualizado em 31/12/2025: R$ 22.673.366,43.
f. principais fatos	Trata-se de Mandado de Segurança impetrado em 10.12.2010 objetivando assegurar o direito da Companhia de aproveitar os créditos na apuração do PIS e COFINS não cumulativos, referentes às comissões pagas aos seus representantes comerciais, aos direitos autorais e royalties pagos, bem como aos custos de propaganda e marketing, com relação ao futuro e com relação ao passado (período decadencial de 5 anos), em conformidade com a legislação tributária. Em 17.02.2011, o pedido de concessão de liminar foi negado. Em 12.05.2011, foi proferida sentença concedendo parcialmente a segurança para reconhecer o direito líquido e certo da Companhia ao aproveitamento de créditos na apuração do PIS e da COFINS referentes apenas aos direitos autorais e royalties pagos pela Companhia nos cinco anos que antecederam o ajuizamento da ação. Ambas as partes interpuseram Recurso de Apelação visando à reforma da sentença. Foi proferido acórdão negando provimento aos recursos. Posteriormente, as partes interpuseram Recurso Especial. O Recurso Especial da Companhia foi inadmitido, razão pela qual, foi interposto Agravo em Recurso Especial. Em 27.08.20, foi proferida decisão monocrática nos autos do AREsp. Em 24.03.20, o acórdão transitou em julgado e foram baixados ao TRTF3. Em 24.03.2020, o acórdão transitou em julgado e baixados ao TRF da 3ª Região.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em 17.02.2011, o pedido de concessão de liminar foi negado. Em 12.05.2011, foi proferida sentença concedendo parcialmente a segurança para reconhecer o direito líquido e certo da Companhia ao aproveitamento de créditos na apuração do PIS e da COFINS referentes apenas aos direitos autorais e royalties pagos pela Companhia nos cinco anos que antecederam o ajuizamento da ação. Ambas as partes interpuseram Recurso de Apelação visando à reforma da sentença. Foi proferido acórdão negando provimento aos recursos. Posteriormente, as partes interpuseram Recurso Especial. O Recurso Especial da Companhia foi inadmitido, razão pela qual, foi interposto Agravo em Recurso Especial. Em 27.08.20, foi proferida decisão monocrática nos autos do AREsp. Em 24.03.20, o acórdão transitou em julgado e foram baixados ao TRTF3. Em 24.03.2020, o acórdão transitou em julgado e baixados ao TRF da 3ª Região.
h. estágio do processo	Processo arquivado em 13/11/2025
i. chance de perda	Perda possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Capacidade do processo de impactar de forma significativa, direta ou indiretamente, o patrimônio e a capacidade financeira da Companhia.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Recolhimento dos valores à União Federal no valor a ser apurado em liquidação de sentença, atualizado 31/12/2025 - R$ 22.673.366,43

Processo nº 5002287-95.2020.4.03.6120	
a. juízo	1ª Vara Federal de Araraquara – São Paulo
b. instância	2ª Instância (TRF)
c. data de instauração	12.11.2020
d. partes no processo	Autor: Lupo S.A. Réu: União – Fazenda Nacional
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R$ 1.521.113,68 - Atualizado em 31/12/2025: R$ 2.320.458,91
f. principais fatos	Mandado de Segurança com pedido de liminar envolvendo a exclusão de Exclusão do PIS e da COFINS das próprias bases de cálculo e concessão da liminar. Em 25/11/2020, os autos foram remetidos à Subseção Judiciária para redistribuição. Em 01/12/2020 foi determinada a redistribuição do feito para a Subseção Judiciária de Ribeirão Preto. Proferida sentença em 03/03/2021 denegando a segurança pleiteada. Interposto Recurso de Apelação em 10/05/2021. Recurso não provido. Foram interpostos Embargos de Declaração. Aguardando julgamento.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Proferida sentença em 03/03/2021 denegando a segurança pleiteada. Interposto Recurso de Apelação em 10/05/2021. Recurso não provido. Foram interpostos Embargos de Declaração. Aguardando julgamento.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento.
i. chance de perda	Perda possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Capacidade do processo de impactar de forma significativa, direta ou indiretamente, o patrimônio e a capacidade financeira da Companhia.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Recolhimento dos valores à União Federal no valor a ser apurado em liquidação de sentença, com base em 31/12/2025: R$ 2.320.458,91

Processo nº 5002286-13.2020.4.03.6120	
a. juízo	1ª Vara Federal de Araraquara
b. instância	01ª Instância Judicial
c. data de instauração	12.11.2020
d. partes no processo	Autor: Scalina LTDA. Réu: União – Fazenda Nacional
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado em 31/12/2025 - R$ 3.696.384,22
f. principais fatos	Mandado de segurança envolvendo exclusão do PIS e da COFINS das próprias bases de cálculo. A Scalina LTDA. requer a concessão de medida liminar e que seja reconhecido o seu direito de repetir os valores recolhidos indevidamente nos últimos 5 anos anteriores ao ajuizamento da ação. Em 01/12/2020 foi determinada a redistribuição do feito para a Subseção Judiciária de Ribeirão Preto. Conclusos para julgamento.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em 01/12/2020 foi determinada a redistribuição do feito para a Subseção Judiciária de Ribeirão Preto. Foi decegado em 17/05/2023. Em 09/11/2023, foi interposto recurso de apelação. Foi negado. Interposto Embargos Declaratórios. Aguardando julgamento. Os Embargos de Declaração foram rejeitados. Em 02/05/2024 foram interpostos Recurso Especial e Recurso Extraordinário. Em 08/05/2024 foi determinado o sobrestamento do feito.
h. estágio do processo	Conclusos para julgamento.
i. chance de perda	Perda possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Capacidade do processo de impactar de forma significativa, direta ou indiretamente, o patrimônio e a capacidade financeira da Companhia.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Recolhimento dos valores à União Federal no valor a ser apurado em liquidação de sentença, com base em 31/12/2025 - R$ 3.696.384,22

Processo nº 1004298-13.2020.4.01.3311	
a. juízo	2ª Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Itabuna-BA
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	05/08/2020
d. partes no processo	Autuante: Itabuna Têxtil S/A Autuada: Gerente Regional do Trabalho e Emprego-União Federal (Fazenda Nacional)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor histórico: R$ 1.030.610,62. Valor atualizado em 31/12/2025: R$ 1.577.143,43
f. principais fatos	A Itabuna impetrou mandado de segurança em 05.08.2020, visando afastar a incidência da Contribuição Social do FGTS, relacionada a multa de 10% (dez por cento) incidente sobre as suas demissões sem justa causa, exigida até 31.12.2019, tendo em vista a inconstitucionalidade material superveniente do art. 1º da Lei Complementar nº 110/01. Autos conclusos para julgamento desde 04/12/2020. Em 27/05/2021 foi prolatada sentença denegando a segurança. Interposição de Recurso de Apelação em 21/12/2021.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em 27/05/2021 foi prolatada sentença denegando a segurança. Interposição de Recurso de Apelação em 21/12/2021.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento.
i. chance de perda	Perda provável
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Capacidade do processo de impactar de forma significativa, direta ou indiretamente, o patrimônio e a capacidade financeira da Companhia.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Recolhimento dos valores à União Federal em 31/12/2025: R$ 1.577.143,43

Processo nº 0002617-28.2020.8.08.0035	
a. juízo	1ª Vara Cível da Comarca de Vila Velha - ES
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	05.02.2020
d. partes no processo	Autor: G. C. T. Ré: Lupo S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor histórico: R$ 1.500.000,00. Valor atualizado em 31/12/2025 - R$ 2.075.331,75
f. principais fatos	O Autor alega que era representante comercial da Lupo e que, depois de mais de uma década de relação, a Lupo teria insistido para que virasse franqueado. No curso da relação, o Autor teria informado que estava com problemas e que o contrato teria cláusulas abusivas, mas a Ré nada teria feito para resolver a questão, tendo retirado a assistência prometida, suspendido o fornecimento de mercadorias, deixado de prestar suporte e ainda celebrado contratos de franquia com outras empresas, que passaram a concorrer com o Autor. Em 01.10.2020, a Lupo apresentou contestação suscitando diversas preliminares, tal qual incompetência territorial, incorreção do valor da causa, inépcia da inicial, ilegitimidade ativa e passiva. Quanto ao mérito, alega que parte do pleito estaria prescrito, a ausência de provas e que o Autor teria incorrido em alguns descumprimentos contratuais que teriam levado ao distrato dos contratos de franquia. Diante disso, defende a inexistência do dever de indenizar. Atualmente, processo na fase de instrução.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Não houve decisão até o momento.
h. estágio do processo	Processo em fase de instrução.
i. chance de perda	Perda possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Capacidade do processo de impactar de forma significativa, direta ou indiretamente, o patrimônio e a capacidade financeira da Companhia.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Valor atualizado em 31/12/2025 - R$ 2.075.331,75

Contingências Trabalhistas

Processo nº 0000131-77.2020.5.05.0464	
a. juízo	4ª Vara do Trabalho de Itabuna
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	28.02.2020
d. partes no processo	Autor: A. M. d S Ré: Itabuna Têxtil Ltda..
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R$ 1.104.046,00. O valor da contingência será atualizado quando em fase de liquidação, caso haja condenação. Valor atualizado em 31/12/2025: R$ 167.485,38
f. principais fatos	Trata de acidente de trabalho e doença ocupacional. O autor alega que ao exercer suas atividades habituais, na função de "Mecânico de Manutenção" sofreu lesão com perda de substância em falange distal. Pede indenização por evento danoso (acidente ou doença ocupacional) e nexo causal entre o evento danoso e as atividades laborais. Os pedidos formulados pelo autor abrangem pensão mensal vitalícia, danos estéticos, danos morais, reembolso das despesas médicas já efetuadas e fornecimento de plano de saúde. Em 15.07.20, apresentamos contestação. Foi nomeada médica para realização de perícia em 10.08.2020, a qual evidenciou que o reclamante não observou os procedimentos de segurança de operação da máquina, o que resultou no acidente. Nenhuma sequela do acidente foi detectada. Houve conclusão no sentido de que o autor sofreu acidente de trabalho, mas nenhuma limitação funcional com redução da capacidade labora foi constatada. Em 25.05.21, houve audiência, sem conciliação. Sentença proferida, julgando a ação improcedente, sendo interposto recurso ordinário pelo Reclamante. Acórdão proferido pelo Tribunal Regional da 5ª Região, dando parcial provimento ao Recurso do Autor para deferir a condenação de R$ 35.000,00 a título de danos morais, materiais e estéticos. Opostos embargos de declaração pela Lupo Nordeste, que foram conhecidos e parcialmente providos para sanar a omissão. Opostos novos declaratórios pela Lupo Nordeste.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença proferida, julgando a ação improcedente, sendo interposto recurso ordinário pelo Reclamante. Acórdão proferido pelo Tribunal Regional da 5ª Região, dando parcial provimento ao Recurso do Autor para deferir a condenação de R$ 35.000,00 a título de danos morais, materiais e estéticos. Opostos embargos de declaração pela Lupo Nordeste, que foram conhecidos e parcialmente providos para sanar a omissão. Opostos novos declaratórios pela Lupo Nordeste.
h. estágio do processo	Aguardando decisão do TST.
i. chance de perda	Perda provável
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Capacidade do processo de impactar de forma significativa, direta ou indiretamente, o patrimônio e a capacidade financeira da Companhia.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Condenação ao pagamento de R$ 1.104.046,00 em favor do Autor. Valor atualizado em 31/12/2025: R$ 167.485,38

Processo nº 0010844-14.2014.5.15.0151	
a. juízo	3ª Vara do Trabalho de Araraquara
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	11.09.2014
d. partes no processo	Autor: L. d. C. P. G. Ré: Lupo S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R$ 1.404.788,40. O valor da contingência será atualizado quando em fase de liquidação, caso haja condenação. Valor atualizado em 31/12/2025: R$ 4.716.351,84
f. principais fatos	Trata de alegação de doença ocupacional. A Autora alega que sofreu perda auditiva induzida por ruídos acima do limite de tolerância em virtude do local de trabalho, caracterizando-se como doença ocupacional, tendo em vista que possuía vínculo de trabalho com a Companhia durante muito tempo. Pede indenização por danos morais, com fulcro em doença ocupacional e dispensa discriminatória e danos materiais, consubstanciando em pensão mensal vitalícia pela incapacidade/redução da capacidade laborativa e fornecimento de plano de saúde e demais despesas que este não cubra, tendo em vista que a autora possui 52 anos e está fadada ao ofício. Ainda, a autora reitera que encontra-se incapacitada para o trabalho em razão das lesões decorrentes do trabalho executado na Companhia, de maneira que o dano causado à sua saúde fica configurado. Apresentamos contestação e foi elaborado laudo pericial, o qual identificou que a perda auditiva não pode ser classificada, haja visto que a reclamada esteve exposta a níveis de ruído abaixo do permitido por lei. Em 08.03.17, houve sentença que julgou ação procedente em parte, condenando a Companhia por dano material. Em 13.04.17, apresentamos recurso ordinário, em que foi discutida a prescrição, uma vez que já que a reclamante trabalhou em dois períodos e a doença, segundo alegado, manifestou-se no primeiro período. Discutiu-se, ainda, as inconsistências do relatório médico e fato de não ter levado em consideração que a atividade desenvolvida não era repetitiva. Pela Reclamante, que também recorreu, a restituição do uso do plano de saúde e honorários advocatícios. A respeito do pedido de prescrição da indenização moral apresentada em recurso, este foi negado pois comprovou-se a celebração de dois contratos de trabalho e que a condenação versa sobre acidentes ocorridos no ano de 2013. Ainda, foi também negado provimento ao pedido de doença ocupacional e consectários. Foi denegado o recurso de revista em 28.01.19. Em razão da manutenção da sentença, foi apresentado Recurso de Revista junto ao TST, questionando a prescrição, valor e cálculo da indenização, dano moral que prescindia de prova e não pode ser presumido, e o valor atribuído que deve ser proporcional à redução da capacidade laborativa. A revista não foi conhecida e o processo agora pende de julgamento de agravo oposto junto ao TST. O Agravo foi indeferido. Apresentada contrarrazões. Aguardando julgamento.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em 08.03.17, houve sentença que julgou ação procedente em parte, condenando a Companhia por dano material. Em 13.04.17, apresentamos recurso ordinário, em que foi discutida a prescrição, uma vez que já que a reclamante trabalhou em dois períodos e a doença, segundo alegado, manifestou-se no primeiro período. Discutiu-se, ainda, as inconsistências do relatório médico e fato de não ter levado em consideração que a atividade desenvolvida não era repetitiva. Pela Reclamante, que também recorreu, a restituição do uso do plano de saúde e honorários advocatícios. A respeito do pedido de prescrição da indenização moral apresentada em recurso, este foi negado pois comprovou-se a celebração de dois contratos de trabalho e que a condenação versa sobre acidentes ocorridos no ano de 2013. Ainda, foi também negado provimento ao pedido de doença ocupacional e consectários. Foi denegado o recurso de revista em 28.01.19. Em razão da manutenção da sentença, foi apresentado Recurso de Revista junto ao TST, questionando a prescrição, valor e cálculo da indenização, dano moral que prescindia de prova e não pode ser presumido, e o valor atribuído que deve ser proporcional à redução da capacidade laborativa. A revista não foi conhecida e o processo agora pende de julgamento de agravo oposto junto ao TST. O Agravo foi indeferido.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento no TST.
i. chance de perda	Perda possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Capacidade do processo de impactar de forma significativa, direta ou indiretamente, o patrimônio e a capacidade financeira da Companhia.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Condenação ao pagamento de R$ 580.000,000 em favor do Autor. Valor atualizado em 31/12/2025: R$ 632.761,01.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia era parte em processo cuja parte contrária é Eduardo Quirino dos Santos, acionista controlador da Quirino dos Santos Administração e Participações Ltda., atual acionista da Companhia, conforme abaixo descrito:

Processo nº 0914062-89.2012.8.26.0037 (116144)	
a. juízo	Câmara de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
b. instância	Superior Tribunal de Justiça
c. data de instauração	16/10/2012
d. partes no processo	Autor: Eduardo Quirino dos Santos Réu: Lupo S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado: R$ 10.000,00. Valor atualizado em 31/12/2025: R$ 10.000,00
f. principais fatos	Trata-se de ação anulatória de deliberação assemblear realizada em 23/04/2012, a qual aprovou as demonstrações financeiras e as contas dos administradores da Lupo para o exercício de 2011, visando à invalidação do voto da Comercial Lupo e o consequente acolhimento do voto de rejeição dos autores. Os Autores pleitearam a invalidação do voto proferido pela Comercial Lupo S.A., acionista controladora da Lupo e, por consequência, o reconhecimento de rejeição das contas dos administradores, conforme voto desfavorável que os Autores apresentaram. Em 17/07/2013, a Lupo S/A informou nos autos a ocorrência de fato novo: a ratificação pela Comercial e pelos demais acionistas, com exceção dos Apelantes, dos votos proferidos na Assembleia impugnada. Desta forma, a Lupo S/A sustenta que, embora inexista qualquer vício no voto proferido pela Comercial Lupo quanto à aprovação das contas dos administradores da Lupo, pelo bem da Companhia e preservação dos interesses desta, promoveu-se a ratificação de atos societários, eliminando qualquer dúvida quanto à expressão da vontade e manifestação da Comercial e dos demais acionistas da Lupo, emanadas na Assembleia. Em primeira instância, foi determinada a extinção do processo sem resolução do mérito, tendo em vista a realização de novas assembleias que ratificaram a deliberação impugnada. Os autores, então, interpuseram apelação contra a sentença, a qual foi provida, reconhecendo o impedimento formal de voto do representante da Comercial Lupo e decretando-se a rejeição das contas referentes ao exercício social encerrado em 2011. Além disso, a Lupo foi condenada nos ônus sucumbenciais. Contra tal acórdão, a Lupo interpôs recurso especial. O processo nº 1161444 refere-se a agravo interposto pela Lupo contra decisão que inadmitiu seu recurso especial. Atualmente, os autos estão conclusos no Superior Tribunal de Justiça, aguardando análise.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em primeira instância, foi determinada a extinção do processo sem resolução do mérito, tendo em vista a realização de novas assembleias que ratificaram a deliberação impugnada. Os autores, então, interpuseram apelação contra a sentença, a qual foi provida, reconhecendo o impedimento formal de voto do representante da Comercial Lupo e decretando-se a rejeição das contas referentes ao exercício social encerrado em 2011. Além disso, a Lupo foi condenada nos ônus sucumbenciais. Contra tal acórdão, a Lupo interpôs recurso especial. O processo nº 1161444 refere-se a agravo interposto pela Lupo contra decisão que inadmitiu seu recurso especial. Atualmente, os autos estão conclusos no Superior Tribunal de Justiça, aguardando análise.
h. estágio do processo	Atualmente, os autos estão conclusos no Superior Tribunal de Justiça, aguardando análise.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Por se tratar de ação proposta por um Conselheiro Fiscal e acionista da Companhia
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Possível

4.5 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Em 31 de dezembro de 2025, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, a Companhia constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, equivalente a R$ 4.318 mil, sendo R$ 1.915 mil para contingências tributárias e R$ 2.403 mil para contingências cíveis e trabalhistas.
Informamos que os valores constantes da nota explicativa nº 24 - Provisão para contingências, divulgadas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025, apresentam as contingências nas quais a Companhia figura no polo passivo: i) classificadas como perda provável, para as quais as provisões contábeis foram constituídas nos montantes acima; e ii) classificadas como perdas possíveis, as quais não são passiveis de constituição de provisão contábil.

4.6 - Processos sigilosos relevantes

Não possui.

4.7 - Outras contingências relevantes

Termos de Ajuste de Conduta ("TAC")

Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta n° 27/2019 e Outros

Em 14.05.2019, a Lupo S/A firmou o TAC n° 27/2019 perante o Ministério Público do Trabalho, Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região- Procuradoria do Trabalho no Município de Araraquara – São Paulo, nos autos do Procedimento Preparatório n° 000003.2019.15.003/9-50, comprometendo-se, imediatamente, a respeitar o efetivo descanso semanal remunerado. Em caso de descumprimento do acordado, há implicação de multa diária no valor de R$200,00 (duzentos reais), por trabalhados alvo de descumprimento, reajustável até a data do efetivo pagamento e reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador ("FAT"), nos termos dos artigos 5º, parágrafo 6º e 13 da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985. Não há a abrangência territorial das obrigações pactuadas no TAC n° 27/2019, estando as atividades da signatária atualmente restritas ao município Araraquara. No mais, o TAC possui prazo determinado e todas as obrigações estão sendo cumpridas

Ainda, em 2006, a Itabuna Têxtil LTDA firmou TAC, de prazo indeterminado, com o Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da 05ª Região – Ofício de Itabuna, envolvendo abolição de políticas discriminatórias. Entre as obrigações, foi pactuado que em qualquer forma de recrutamento e seleção de postos de emprego, não haveria limites de idade, preferência por determinado sexo, necessidade de "boa aparência" ou outra exigência similar, bem como qualquer outro critério discriminatório para contratação. Ainda, deveríamos eleger como política da Companhia o fomento à igualdade de oportunidade e de trato para todos os empregados, sem discriminação. Todos as obrigações foram devidamente cumpridas. A abrangência territorial inclui todas as filiais e/ou estabelecimentos da Itabuna Têxtil LTDA. A multa em caso de descumprimento é de R$10.000,00 por infração ou por trabalhador discriminado.

Ainda, firmamos os seguintes Termos de Compromisso e Ajustamento de Conduta: (i) TAC 006/2005, tendo como objeto a contratação de pessoas com deficiência ("PcD's"); (ii) TAC 53/2007 (aditivo ao TAC 006/2005), tendo como objeto a contratação e manutenção de PcD's; e (iii) TAC 010/2007, tendo como objeto a segurança e Medicina do Trabalho.

O TAC 006/2005 foi firmado entre Itabuna Têxtil S.A. e o Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da 05ª Região – Ofício de Itabuna, em 05 de dezembro de 2003. Nele foi estabelecida obrigação de fazer para preenchimento dos cargos da empresa com trabalhadores reabilitados ou pessoas portadores de deficiências habilitadas. Foi fixada multa de R$3.000,00 (três mil reais) por cada vaga preenchida em desacordo com o TAC 006/2005. Não há a abrangência territorial das obrigações pactuadas no TAC 006/2005, estando as atividades da signatária atualmente restritas ao município de Itabuna. No mais, o TAC possui prazo determinado e todas as obrigações estão sendo cumpridas

O TAC 53/2007 foi firmado entre Itabuna Têxtil S.A. e o Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da 05ª Região-Ofício de Itabuna, em 12 de novembro de 2007. A compromissária se obrigou a abster-se de exigir, como requisito para contratação de pessoas com deficiência, que a pessoa tivesse segundo grau completo, exceto quando esta formação escolar fosse indispensável e imprescindível para exercer as funções do cargo que o candidato estivesse concorrendo. Eventual descumprimento de tal obrigação resultará na aplicação de multa de R$30.000,00 (trinta mil reais) por cada vez que ficar constatado seu descumprimento. Ainda, a compromissária se obrigou a promover, por três unidades a cada ano, cursos de qualificação profissional que habilitem as pessoas com deficiência, candidatos à contratação pela empresa a exercerem as funções do emprego para o qual estão concorrendo. O eventual descumprimento de tal obrigação resultaria na aplicação de multas de R$30.000,00 para cada curso que deixou de ser realizado pela empresa. O TAC 53/2007 foi firmado com prazo de vigência indeterminado. Não há a abrangência territorial das obrigações pactuadas no TAC 53/2007, estando as atividades da signatária atualmente restritas ao município de Itabuna. No mais, o TAC possui prazo de validade indeterminado; bem como todas as obrigações estão sendo cumpridas.

Por fim, o TAC 10/2007 firmado entre Itabuna Têxtil S.A. e o Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da 05ª Região-Ofício de Itabuna, em 30 de janeiro de 2007. Nele foram estabelecidas

diversas obrigações que deveriam ser cumpridas, como (i) cumprimento das Normas Reguladoras n.º 14 e 15 da Portaria TEM 399/2004; (ii) aprofundar estudos relativos à adequação das condições ergonômicas na empresa, de forma a implementar ações que visem a adequação ergonômica no trabalho ;(iii) a implantação, no setor de estamparia, adequado sistema de exaustão de vapores; (ii) proibição da atividade de jateamento de areia; (iii) limitação da altura das caixas a serem transportadas em carrinhos, entre outras obrigações. Foi estipulado o valor de R$3.000,00 (três mil reais) por cada obrigação descumprida. Não há a abrangência territorial das obrigações pactuadas no TAC 10/2007, estando as atividades da signatária atualmente restritas ao município de Itabuna. No mais, o TAC; possui prazo de validade indeterminado; bem como todas as obrigações estão sendo cumpridas, com apresentação trimestral de relatório.

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 – Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

(a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Nós possuímos uma política de gerenciamento de riscos ("Política de Gestão de Riscos"), que foi aprovada pelo Conselho de Administração em 16 de agosto de 2021 e alterada em 23 de setembro de 2021, 1º de dezembro de 2021 e 21 de dezembro de 2021, e está disponível em nosso website (www.ri.lupo.com.br). A Política de Gestão de Riscos é aplicável à Companhia e suas controladas.

(b) Os objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos, quando houver, incluindo:

A Política de Gestão de Riscos tem por objetivo estabelecer as diretrizes para o desenvolvimento, disseminação e implementação de metodologias de gerenciamento de riscos institucionais, com vistas a apoiar a melhoria contínua de processos de trabalho, projetos e a alocação e utilização eficaz dos recursos disponíveis, contribuindo para o cumprimento dos objetivos da Companhia.

As atividades da Companhia podem ser impactadas negativamente, implicando em perdas ao negócio, bem como podem ser afetadas positivamente através do aproveitamento das oportunidades decorrentes de suas atividades. O estabelecimento da Política de Gestão de Riscos visa assegurar que as responsabilidades e diretrizes sejam definidas, abrangendo inclusive metas, metodologias e monitoramentos aplicáveis.

(i) Os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora os riscos descritos no Item 4.1 deste Formulário de Referência e busca proteção para todo e qualquer risco que possa impactar negativamente os objetivos traçados pela sua administração. Esses riscos foram classificados em dois grupos principais:

- Riscos estratégicos: são riscos abrangentes que nos afetam de forma sistêmica e podem eventualmente ameaçar a perenidade da Companhia. São os riscos associados à tomada de decisão da administração e que podem gerar perda substancial no valor econômico da Companhia. Além disso, podem ocasionar impacto negativo na receita ou no capital da Companhia em consequência de um planejamento falho, da tomada de decisões adversas, da inabilidade da Companhia em implantar seus planos estratégicos apropriados e/ou de mudanças em seu ambiente de negócio, e;
- Riscos Operacionais: são riscos pouco e/ou menos abrangentes, tipicamente isolados em um departamento e/ou processo e têm menor possibilidade de ameaçarem a perenidade da Companhia. Estão associados à falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Os Riscos Estratégicos da Companhia são subdivididos em nove categorias, de acordo com a sua natureza, conforme segue:

(i) Compliance: risco de punições legais, regulatórias, de perda reputacional e/ou financeira decorrente de inconformidades no cumprimento e aplicação de leis e regulamentações e/ou Código de Conduta, Políticas e demais normas da Companhia;
(ii) Conjuntura: risco decorrente de perdas e mudanças verificadas nas condições políticas, culturais, sociais e econômicas ou financeiras do Brasil;
(iii) Crédito: risco de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de clientes, instituições financeiras e garantias de aplicações financeiras;
(iv) Imagem: risco de perda decorrente da marca "Lupo" ser "desgastada" junto ao mercado e/ou às autoridades, em razão e publicidade negativa, verdadeira ou não;
(v) Legal: risco de perda decorrente de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos;

(vi) Liquidez: risco de falta de recursos para honrar compromissos assumidos em função do descasamento entre ativos e passivos. Possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável (caixa);
(vii) Mercado: risco decorrente da possibilidade de haver pressões para alteração nos preços dos nossos produtos e custos para a operação;
(viii) Operação: risco de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos (ex.: fatores meteorológicos); ou
(ix) Regulatório: risco decorrente de mudanças nas regulamentações em vigor, que podem afetar negativamente dos negócios da Companhia.

(ii) Os instrumentos utilizados para proteção

Possuímos os seguintes instrumentos para mitigação de seus principais riscos:

Identificação de Riscos. Os riscos estratégicos são identificados, dentre outras formas, por meio de rodadas de discussões com a Diretoria e pessoas designadas, além de benchmarking com empresas de porte e mercado semelhantes. Os riscos operacionais são identificados, dentre outras formas, através da execução de auditorias nos processos, conforme previsto no plano anual de auditoria, na realização de entrevistas de entendimento com as áreas de negócio e são identificados também através da apreciação de denúncias com constatação de fraudes, erros e/ou desvios.

Avaliação de Riscos. Os riscos são avaliados conforme metodologia própria da área de Compliance e Auditoria Interna. Os riscos estratégicos são catalogados e classificados de acordo com o impacto, probabilidade e grau de maturidade dos controles. Riscos operacionais recebem classificação de grau: alto, médio e baixo; considerando-se duas variáveis: se o risco é ou não inerente e se existem ou não falhas de controles que nos expõem ao risco.

Comunicação dos Riscos. Os riscos estratégicos são acompanhados pela área de Compliance e reportados ao Conselho de Administração semestralmente. Riscos operacionais são acompanhados pela área de Compliance e reportados à Diretoria eventualmente, sempre que finalizado e emitido relatório de auditoria.

Tratamento de Riscos. Os riscos podem ser aceitos, conforme deliberação da Diretoria, não implicando na necessidade de adequação de processos e controles. Quando os riscos não são aceitos, se estabelece a obrigação de adequarmos os processos e controles para sua mitigação. A estratégia de mitigação e controle dos riscos estratégicos é discutida e aprovada pelo Conselho de Administração e operacionalizada pelas áreas envolvidas com respaldos das áreas de Compliance e de Auditoria Interna. A estratégia de mitigação e controle dos Riscos Operacionais é discutida e aprovada pela Diretoria e pelos gestores das áreas envolvidas com respaldos das áreas de Compliance e de Auditoria Interna. Para cada risco estratégico são definidos processos contingenciais para que se garanta a continuidade do nosso negócio em caso de exposição, minimizando os eventuais danos.

Reavaliação de Riscos. Os riscos estratégicos serão reavaliados periodicamente, conforme grau de exposição e maturidade de seus controles internos.

(iii) A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Nosso gerenciamento de riscos é realizado por uma estrutura formada por diferentes órgãos, com as seguintes competências:

Conselho de Administração: o Conselho de Administração (i) aprova as diretrizes constantes na Política de Gestão de Riscos da Companhia; (ii) define a estrutura funcional dos comitês de assessoramento e departamentos convergentes à Gestão de Riscos; (iii) aprova as transações entre partes relacionadas; e (iv) aprova a Matriz de Riscos Estratégicos.

Comitê de Auditoria: o Comitê de Auditoria, constituído em 20 de agosto de 2021 e em pleno funcionamento, (i) acompanha as atividades da auditoria interna da Companhia; (ii) avalia e monitora as exposições de risco da Companhia; (iii) reporta ao Conselho de Administração os resultados dos processos de monitoramento dos riscos

estratégicos; (iv) delibera sobre as recomendações elaboradas pela área de Auditoria Interna; (v) propõe alterações na Política de Gerenciamento de Riscos e as submete ao Conselho de Administração; (vi) avalia e reporta ao Conselho de Administração as transações entre partes relacionadas.

Comitê de Governança e Ética: o Comitê de Governança e Ética, órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo e permanente para assessoramento do Conselho de Administração da Companhia, a ser constituído, terá a função de (i) avaliar a adequação, fortalecimento e funcionamento dos sistemas de compliance da Companhia; (ii) emitir orientações para a área de Compliance; (iii) recomendar alterações no Código de Conduta e políticas internas da Companhia; e (iv) avaliar o plano anual de Compliance reportado pela área de Compliance. Até a presente data, o Comitê de Governança e Ética não foi constituído.

Diretoria: A Diretoria (i) suporta as decisões do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e do Comitê de Governança e Ética no que tange à mitigação dos riscos; e (ii) subsidia recursos para a implementação de controles internos efetivos e estratégias de mitigação de riscos.

Área de Compliance: A área de Compliance, quando constituída, terá a função de (i) facilitar e monitorar a implementação de práticas eficazes de gerenciamento de riscos por parte da gerência operacional; (ii) apoiar as políticas de gestão, bem como definir responsabilidades na gestão das conformidades, além de estabelecer metas para implementação de controles; (iii) monitorar a adequação e a eficácia dos controles internos, a precisão e a integridade dos reportes, a conformidade com leis e regulamentos e a resolução oportuna de deficiências; (iv) auxiliar as gerências a desenvolver processos e controles para o melhor gerenciamento dos riscos; (v) orientar sobre processos de gerenciamento de riscos e controles, de modo a conscientizar os gestores sobre a importância da gestão de riscos e a responsabilidade inerente de cada Colaborador; (vi) alertar a gerência operacional para questões emergentes e para as mudanças no cenário regulatório e de riscos; (vii) averiguar o cumprimento das estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração e implementadas pela Diretoria; e (viii) acompanhar as atualizações dos novos temas relativos à conformidade e integridade, à responsabilidade socioambiental, à governança e à responsabilidade corporativa revisando periodicamente os programas antifraude e de conformidade, reportando-se nesse sentido ao Comitê de Auditoria. A Área de Compliance não acumula funções ou atividades operacionais. Até a presente data, a Área de Compliance não foi constituída.

As pessoas responsáveis pelas funções de compliance, riscos e controles internos não acumularão cargos operacionais e não se reportarão para diretores com atividades operacionais.

Auditoria Interna: A área de Auditoria Interna, quando constituída, será responsável por (i) monitorar a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento dos riscos e de governança, bem como dos controles internos da Companhia e do cumprimento das normas e regulamentos associados às suas operações; (ii) fornecer ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas; (iii) consolidar, avaliar, monitorar e comunicar os riscos (estratégicos, financeiros, operacionais e de compliance) da Companhia ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria; (iv) reportar suas atividades ao Comitê de Auditoria, que, por sua vez, se reportará ao Conselho de Administração; (v) avaliar as atividades de auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, administrativa, patrimonial e operacional conduzidas pelas áreas internas da Companhia e/ou prestadores de serviços contratados pela Companhia; (vi) propor medidas preventivas e corretivas dos desvios detectados; (vii) verificar o cumprimento e a implementação das determinações do Estatuto Social e procedimentos internos da Companhia; e (viii) apurar denúncias recebidas pelo canal de denúncia, quando acionado, e enviar relatórios trimestrais ao Comitê de Auditoria sobre as atividades desenvolvidas. Até a presente data, a Área de Auditoria Interna não foi constituída.

A área de auditoria interna, quando em funcionamento, terá estrutura e orçamento considerados suficientes ao desempenho de suas funções conforme avaliação realizada pelo conselho de administração, ou pelo comitê de

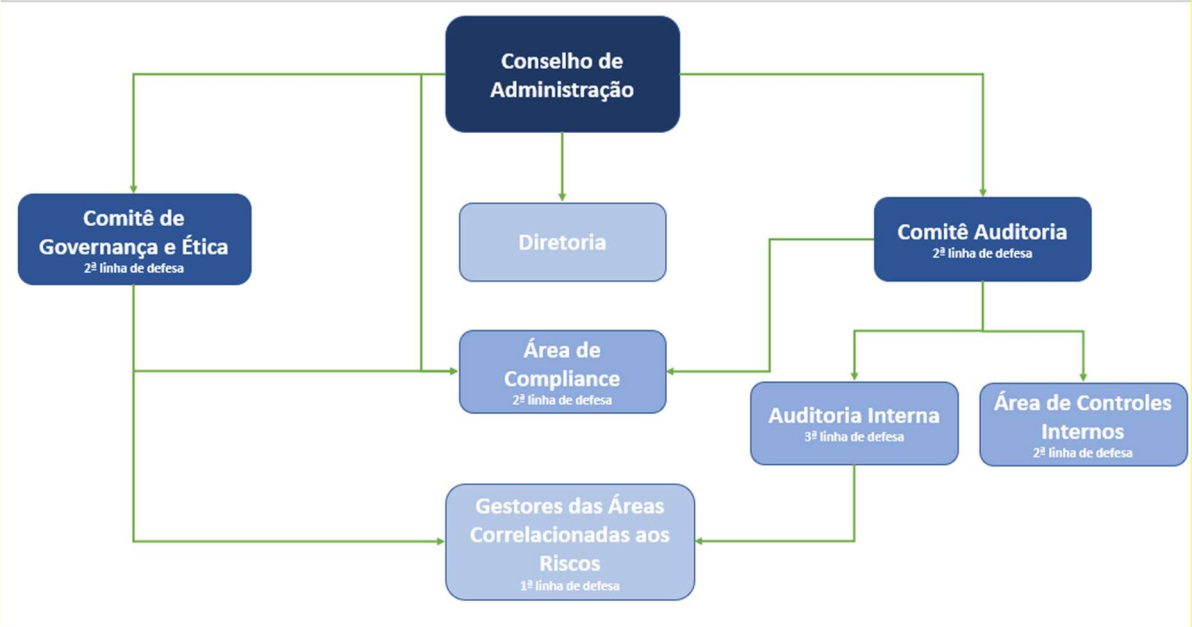
auditoria, ao menos uma vez ao ano, nos termos do art. 23, III do Regulamento do Novo Mercado, quando da adesão da Companhia ao Novo Mercado.

Área de Controles Internos: A área de controles internos, quando constituída, será responsável por: (i) desenhar controles preventivos e detectivos para identificar, mensurar e gerenciar riscos nos processos internos da Companhia de acordo com a sua estratégia de gerenciamento de riscos corporativos; (ii) consolidar a avaliação de Riscos da Companhia, por meio da elaboração de relatórios periódicos, e reportá-los ao Comitê de Auditoria da Companhia; (iii) coordenar e definir os procedimentos e padrões a serem utilizados na gestão de controles internos e gerenciamento de Riscos da Companhia como, por exemplo, ferramentas, metodologias, sistemas de suporte, as formas e a periodicidade dos seus reportes ao Conselho de Administração e Comitê de Auditoria da Companhia, conforme o caso; (iv) reportar ao Comitê de Auditoria os resultados do processo de gerenciamento dos riscos, por meio da elaboração de relatórios periódicos, assessorando o referido órgão para desempenho de suas atividades previstas no Regulamento do Novo Mercado, quando da adesão da Companhia ao Novo Mercado; e (v) apoiar a Diretoria na identificação de Riscos corporativos. Até a presente data, a Área de Controles Internos não foi constituída.

A Área de Controles Internos não acumulará funções ou atividades operacionais e se reportará diretamente ao Comitê de Auditoria que, por sua vez, se reporta ao Conselho de Administração da Companhia.

Gestores das Áreas Correlacionadas aos Riscos Estratégicos e Operacionais: Os Gestores das Áreas Correlacionadas aos Riscos Estratégicos e Operacionais têm a função de (i) implementar controles internos recomendados pela área de Compliance e Auditoria Interna; (ii) assegurar a implementação dos planos de ação para mitigação de riscos; (iii) serem proativos na identificação de riscos, comunicando-os sempre a área de Compliance e de Auditoria Interna; e (iv) contribuir através do fornecimento de informações que subsidiem as apurações realizadas pela área de Compliance e Auditoria Interna.

O organograma demonstra nossa estrutura de gerenciamento de riscos pretendida, com as linhas de defesa:



Até a presente data, a Companhia está em processo de adaptação e de aprimoramento das instâncias envolvidas no gerenciamento de riscos para fins de adequação às regras do segmento de governança corporativa do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Deste modo, a Companhia está estruturando e implementando as áreas e ferramentas de (i) Compliance; (ii) Auditoria Interna; e (iii) Controles Internos, que deverão ser finalizadas em até 12 (doze) meses da data do início de negociação de ações ordinárias de sua emissão, nos termos do Ofício Circular nº 049/2021-PRE publicado pela B3 em 13 de maio de 2021.

A Companhia estipulou o seguinte cronograma tentativo, com as etapas para a adaptação ao Novo Mercado:

I. Em até 2 meses a contar da data de início da negociação no Novo Mercado: a Companhia criará um grupo de trabalho (GT) cujos membros serão apontados pelo Conselho de Administração, responsável por contratar e formar das equipes das áreas de Compliance, Auditoria Interna e de Controles Internos.

II. Em até 4 meses a contar da data de início da negociação no Novo Mercado: as equipes das áreas de Compliance, Auditoria Interna e de Controles Internos estarão montadas e em funcionamento e o Conselho de Administração terá elegido os membros do comitê de gestão e assessoramento.

III. Em até 6 meses a contar da data de início da negociação no Novo Mercado: prazo intermediário de fiscalização pela B3 e divulgação ao mercado, pela Companhia, do estágio de implementação das estruturas, processos e políticas até o momento, assim como atualização do cronograma para implementação das estruturas, processos e políticas ainda pendentes.

IV. Em até 8 meses a contar da data de início da negociação no Novo Mercado: a área de Compliance terá implementado (a) uma agenda de treinamentos, palestras e workshops; (b) o canal para monitoramento de práticas de corrupção e lavagem de dinheiro; e (c) manuais e guias internos para orientação aos funcionários sobre práticas anticorrupção. Já a Área de Controles Internos terá implementado: (a) os métodos de análise de gerenciamento de riscos; e (b) definição das ferramentas, metodologias, sistemas de suporte, formas e a periodicidade de reportes ao Conselho de Administração e Comitê de Auditoria. O comitê de gestão e assessoramento terá implementado (a) a reformulação, conforme necessário, de políticas de desenvolvimento de pessoas, incentivos e retenção de talentos; (b) meios de monitoramento do clima organizacional; e (c) a metodologia para indicação e avaliação dos administradores.

V. Em até 12 meses a contar da data de início da negociação no Novo Mercado: a Companhia estará integralmente adaptada ao Regulamento do Novo Mercado e divulgará ao mercado a conclusão da implementação das estruturas, do processo de avaliação e dos termos das políticas.

(1) O Conselho de Administração da Companhia poderá contratar assessores e profissionais especializados para auxiliar a Companhia no processo de implementação das estruturas e processos internos.
(2) Trata-se de cronograma tentativo da Companhia, que poderá sofrer ajustes e alterações, observado a data-limite para a finalização do processo de adaptação ao Regulamento do Novo Mercado em até 12 meses a contar da data de início da negociação no Novo Mercado. Qualquer ajuste e alteração neste cronograma será devidamente informado ao mercado, nos termos da regulamentação em vigor.

A Companhia divulgará ao mercado a conclusão da implementação das estruturas, do processo de avaliação e da elaboração das políticas.

(c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que, com a implementação integral da estrutura organizacional de governança corporativa estarão atendidas as necessidades referentes ao controle, monitoramento e gestão de riscos da Companhia, de forma que estes se mantenham dentro do nível de tolerância a riscos estabelecidos pela administração da Companhia. Nos termos da Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 23 de setembro de 2021, o prazo para implementação das estruturas de governança corporativa observará o disposto no Ofício Circular 049/2021-PRE emitido pela B3, em 13 de maio de 2021.

5.2 - Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

(a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Elaboramos um processo de organização interna para aprimorar nossas estruturas de controle interno. Atualmente, possuímos uma estrutura societária composta pelo Conselho de Administração, Diretoria, bem como pelo Comitê de Auditoria, com atribuições específicas determinadas no Estatuto Social e nos respectivos regimentos, de modo a garantir que os controles internos sejam devidamente implementados, executados, revisados e aperfeiçoados.

Neste contexto, consideramos que nossa estrutura de governança corporativa e controles internos, que monitora os processos operacionais e financeiros, inclusive os relacionados à gestão de riscos e de Compliance, é satisfatória, e buscamos aprimorar a eficiência de nossos controles internos de forma contínua.

(b) as estruturas organizacionais envolvidas

Com relação às estruturas de controles voltadas para a elaboração das Demonstrações Financeiras, o Conselho de Administração é responsável por, dentre outras funções, emitir manifestação sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria e submeter as demonstrações financeiras da Companhia para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Adicionalmente, a Companhia possui o Comitê de Auditoria, constituído em 20 de agosto de 2021 e em pleno funcionamento, que é um órgão colegiado de assessoramento e orientação ao Conselho de Administração para auxiliá-lo no controle sobre a qualidade das demonstrações financeiras e controles internos, visando a confiabilidade e integridade das informações. Compete ao Comitê:

(i) opinar e auxiliar o Conselho de Administração na contratação, remuneração e destituição dos serviços de auditoria independente e outros serviços passíveis de serem prestados pelos auditores externos da Companhia; avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia;

(ii) avaliar e monitorar a qualidade e integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia;

(iii) supervisionar as atividades da auditoria interna, da área de controles internos e da área responsável pela elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;

(iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, incluindo os riscos operacionais, financeiros, estratégicos e de imagem, acompanhando e supervisionando o processo de gerenciamento de riscos;

(v) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações com Partes Relacionadas;

(vi) assegurar que a Companhia tenha procedimentos a serem utilizados para receber, processar e tratar denúncias, reclamações e informações acerca (a) do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos (b) de questões contábeis, (c) de controles internos, e (d) de matérias de auditoria; bem como assegurar procedimentos específicos para proteção da identidade do denunciante e a confidencialidade da informação;

(vii) monitorar o controle da qualidade das demonstrações financeiras, dos controles internos, do gerenciamento de riscos e compliance;

(viii) avaliar por meio da recepção e tratamento de informações a respeito do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis a Companhia, além de regulamentos e códigos internos, garantindo a proteção do prestador e da confidencialidade da informação;

(ix) monitorar a efetividade do trabalho dos auditores independentes, assim como sua independência, reportando ao Conselho de Administração a evolução dos seus trabalhos;

(x) avaliar e discutir o plano anual de trabalho do auditor independente e encaminhá-lo para a apreciação do Conselho de Administração;

(xi) informar suas atividades trimestralmente ao Conselho de Administração, sendo que a ata da reunião do Conselho de Administração deverá ser divulgada, indicando o mencionado reporte;

(xii) zelar e disseminar o comprometimento da Companhia por uma gestão pautada pelos pilares de governança corporativa, sustentabilidade e ética empresarial, incluindo, mas não se limitando a:

a. transparência de informações;

b. equidade;

c. prestação de contas;

d. responsabilidade corporativa;

e. erradicação do trabalho infantil, forçado ou compulsório;

f. combate às práticas de discriminação, sob quaisquer formas;

g. prevenção ao assédio moral ou sexual;

h. valorização da diversidade;

i. combate a todas as formas de corrupção;

j. preservação ambiental e gerenciamento de impactos; e

k. gestão dos riscos corporativos.

(xiii) promover a constante melhoria das práticas de governança adotadas pela Companhia, recomendando novas práticas e/ou propondo alterações às práticas existentes;

(xiv) acompanhar os indicadores sociais, ambientais e econômicos da Companhia e propor metas, ações e programas de sustentabilidade empresarial, acompanhando e avaliando periodicamente os resultados obtidos por tais metas, ações e programas, utilizando como matriz avaliativa do impacto gerado, entre outras, os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS);

(xv) monitorar e avaliar as práticas relacionadas ao atendimento dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS);

(xvi) zelar pelo eficaz funcionamento do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento, bem como promover o bom relacionamento entre o Conselho de Administração, a Diretoria, acionistas e demais stakeholders (partes interessadas) da Companhia;

(xvii) revisar periodicamente, discutir e propor alterações ao Estatuto Social, Regimentos Internos dos comitês de assessoramento, ao Código de Conduta, assim como a outros documentos, políticas e normas internas da Companhia relacionados à governança, conduta e ética;

(xviii) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, acompanhando e supervisionando o processo de gerenciamento de riscos;

(xix) assegurar a adequação, fortalecimento e funcionamento dos sistemas de controles internos da Companhia, visando reduzir, exterminar e/ou mitigar riscos existentes e prevenir potenciais riscos, apresentando recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos;

(xx) disseminar a cultura de gerenciamento de riscos e controles internos na Companhia visando assegurar o estrito cumprimento de todas a leis, normas e regulamentos a ela aplicáveis;

(xxi) emitir recomendações sobre situações de potencial conflito de interesses entre partes relacionadas da Companhia quando julgar necessário ou por solicitação do Conselho de Administração;

(xxii) discutir, propor e atualizar as políticas e diretrizes socioambientais da Companhia, objetivando potencializar o impacto positivo e mitigar, dentro do possível, as externalidades negativas;

(xxiii) submeter ao Conselho de Administração suas recomendações sobre questões de sua competência e reportar suas atividades periodicamente ao Conselho de Administração, que deverá orientar o Comitê com relação ao nível de tolerância ao risco nos processos e atividades executadas nos diversos níveis da Companhia; e

(xxiv) acompanhar a execução de suas recomendações, reunindo-se periodicamente com a Diretoria e gestores da Companhia.

(c) se, e como, a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A supervisão da eficiência dos nossos controles internos é feita pelo Comitê de Auditoria na forma descrita neste item 5.2, criado em 20 de agosto de 2021 e em pleno funcionamento. O Comitê de Auditoria é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos, eleitos pelo Conselho de Administração, observado que ao menos um membro deve ser independente e ao menos um membro deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, de controles internos, informações e operações financeiras e de auditoria.

O Comitê de Auditoria é atualmente composto por três membros efetivos, que possuem os respectivos cargos de Gerente Jurídico de Relações Acionárias, Auditor Interno e membro independente do Conselho de Administração.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O relatório preparado e encaminhado pelos auditores independentes relativo às demonstrações financeiras individuais e consolidas da Lupo S.A. em 31 de dezembro de 2025 não apontou deficiências significativas.

(e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não se aplica, pois o relatório preparado e encaminhado pelos auditores independentes relativo às demonstrações financeiras individuais e consolidas da Lupo S.A. em 31 de dezembro de 2025 não apontou deficiências significativas.

5.3 - Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Possuímos mecanismos e procedimentos internos de integridade para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira. Temos um código de conduta que compila as principais políticas da Companhia referentes a questões sociais, direitos trabalhistas, saúde e segurança, combate à corrupção, suborno e informações falsas, transparência, proteção patrimonial, compras, meio ambiente, entre outras questões.

Atualmente, revisitamos nossas diretrizes internas e aprovamos políticas específicas, em linha com os parâmetros de mercado. Dentre elas, o Conselho de Administração aprovou o novo Código de Conduta, em julho de 2022, destinado ao aperfeiçoamento das relações internas e externas da Companhia, aumentando, dessa forma, a confiança de seus clientes, fornecedores e trabalhadores. O Código de Conduta é aplicável aos acionistas, membros do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento, membros do Conselho Fiscal, diretores executivos, funcionários, terceirizados, estagiários, prestadores de serviço e qualquer outra pessoa que atue com ou em nome da Companhia.

O Código de Conduta, além de estabelecer a missão, visão e os valores da Companhia, trata dos seguintes tópicos: (i) responsabilidade dos colaboradores; (ii) comportamentos esperados; (iii) direitos humanos; (iv) conflito de interesses; (v) brindes e presentes; (vi) combate à corrupção, e; (vii) relacionamento com o meio ambiente, entre outros.

Adicionalmente, aprovamos outras políticas que buscam garantir mecanismos de integridade, como a Política de Gestão de Riscos, a Política de Transações com Partes Relacionadas e a Política de Negociação de Valores Mobiliários. Todas as políticas aqui mencionadas, bem como nosso Código de Conduta, estão disponíveis em nosso website (www.ri.lupo.com.br) e nos websites da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br). Visando manter sintonia com as expectativas da sociedade, o conteúdo do Código de Conduta e das políticas da Companhia são revisados e atualizados constantemente.

(ii) As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Companhia criará o Comitê de Governança e Ética, um órgão colegiado de assessoramento e orientação ao Conselho de Administração da Companhia, para o auxiliar na manutenção de elevados padrões éticos dentro de nosso ecossistema. Nos termos do Código de Conduta, o Comitê de Governança e Ética terá como responsabilidade deliberar sobre desafios éticos que não são solucionados pela cadeia de supervisão que envolvam a Companhia, seus administradores e colaboradores.

Nos termos do Regimento interno do Comitê de Ética, quando constituído, será responsável por:

(i) avaliar e deliberar sobre os desafios éticos que envolvam a Companhia, seus administradores e colaboradores;

(ii) avaliar e deliberar sobre os conflitos de interesse que surjam no contexto de contratação de colaboradores, fornecedores e parceiros, excetuados os casos de competência de outros comitês;

(iii) avaliar e deliberar sobre casos de assédio moral e sexual;

(iv) zelar pelo cumprimento e aplicação do Código de Conduta da Companhia, bem como dos princípios éticos definidos pela legislação aplicável;

(v) orientar e avaliar os casos mais críticos reportados pela área de Compliance e Auditoria Interna a respeito do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis a Companhia, além de regulamentos e códigos internos, garantindo a proteção do prestador e da confidencialidade da informação;

(vi) informar suas atividades periodicamente ao Conselho de Administração da Companhia, constando em ata o mencionado reporte;

(vii) zelar e disseminar o comprometimento da Companhia por uma gestão pautada pelos pilares de governança corporativa, sustentabilidade e ética empresarial, incluindo, mas não se limitando a:

a. transparência de informações;

b. equidade;

c. prestação de contas;

d. responsabilidade corporativa;

e. erradicação do trabalho infantil, forçado ou compulsório;

f. combate às práticas de discriminação, sob quaisquer formas;

g. prevenção ao assédio moral ou sexual;

h. valorização da diversidade;

i. combate a todas as formas de corrupção;

j. preservação ambiental e gerenciamento de impactos; e

k. gestão dos riscos corporativos.

(viii) promover a constante melhoria das práticas de governança adotadas pela Companhia, recomendando novas práticas e/ou propondo alterações às práticas existentes;

(ix) revisar periodicamente, discutir e propor alterações ao Estatuto Social, Regimentos Internos dos comitês de assessoramento, ao Código de Conduta da Companhia, assim como a outros documentos, políticas e normas internas da Companhia relacionados à governança, conduta e ética;

(x) apoiar a disseminação da cultura de gerenciamento de riscos e controles internos na Companhia visando assegurar o estrito cumprimento de todas a leis, normas e regulamentos a ela aplicáveis;

(xi) discutir, propor e atualizar as políticas e diretrizes socioambientais da Companhia, objetivando potencializar o impacto positivo e mitigar, dentro do possível, as externalidades negativas; e

(xii) acompanhar a execução de suas recomendações, reunindo-se periodicamente com os responsáveis pela implementação.

Adicionalmente, a Companhia criará uma área de Compliance, responsável por, dentre outras atividades, monitorar as estruturas internas de gerenciamento de riscos. Nos termos da Política de Compliance, são premissas da área de Compliance:

(i) Ter apoio e comprometimento da alta administração;

(ii) Promover avaliação periódica dos riscos de Compliance;

(iii) Gerenciamento da aderência da Companhia à legislação aplicável ao negócio;

(iv) Monitoramento da aderência ao Código de Conduta e demais políticas corporativas da Companhia;

(v) Gestão das políticas e procedimentos de prevenção a conflitos de interesses, fraudes, corrupção e lavagem de dinheiro;

(vi) Investigações e tratativas das denúncias recebidas por meio do Canal de Ética;

(vii) Gestão e monitoramento da relação da empresa com terceiros em geral;

(viii) Realização periódica de treinamentos e programas de conscientização dos colaboradores;

(ix) Orientar e auxiliar na identificação dos riscos de Compliance (análise de riscos), bem como na definição e implementação dos planos de ação de resposta aos riscos;

(x) Assessorar e apoiar as demais áreas da Companhia sobre aspectos de Compliance; e

(xi) Atuar com autonomia e independência na defesa dos interesses da Companhia.

Até a presente data, o Comitê de Governança e Ética e a área de Compliance não foram constituídos. Nos termos da Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 23 de setembro de 2021, o prazo para implementação das estruturas de governança corporativa observará o disposto no Ofício Circular 049/2021-PRE emitido pela B3, em 13 de maio de 2021.

(iii) Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Conduta da Companhia existe desde 16 de agosto de 2021, tendo recebido a última revisão em julho de 2022. Ele é aplicável a todos os Colaboradores do Grupo Lupo, independentemente do nível hierárquico, aos membros do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento, membros do Conselho Fiscal, Acionistas, Prestadores de Serviço, fornecedores, franqueados e demais parceiros comerciais, além de outras pessoas que trabalhem nas dependências das empresas que compõe o Grupo Lupo.

Além disso, a Política de Compliance da Companhia, aprovada em setembro de 2021, é aplicável a todos os diretores da Companhia, membros da administração, colaboradores e parceiros da Companhia, bem como de todas as suas sociedades controladas e/ou coligadas.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Atualmente, as violações ao Código de Conduta ou a outras normas são apuradas pela área de Recursos Humanos em conjunto com a Diretoria da Companhia. O Comitê de Governança e Ética, quando instalado e em funcionamento, será responsável por orientar e avaliar os casos mais críticos reportados pela área de Compliance e Auditoria Interna a respeito do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis a Companhia,

além de regulamentos e códigos internos, garantindo a proteção do prestador e da confidencialidade da informação, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Governança e Ética.

Qualquer colaborador que violar as previsões do Código de Conduta, das políticas e procedimentos da Companhia, ou da legislação vigente, estará sujeito à aplicação de medidas disciplinares, que podem incluir: (i) advertência por escrito; (ii) suspensão; (iii) demissão (com ou sem justa causa); (iv) ajuizamento de ações judiciais cabíveis; e (v) outras consequências previstas em lei. Tais sanções estão previstas no item 9.4 do Código de Conduta.

Por fim, nos termos do Código de Conduta da companhia, no caso de surgirem situações que podem ser consideradas antiéticas ou ilegais, ou que estiverem desalinhadas com este Código, todos devem atuar de forma a proteger a imagem da Companhia escalando a situação aos responsáveis por atuar na resolução do problema. Dessa forma, os colaboradores podem contar com o apoio das seguintes áreas/pessoas: (i) Sua chefia imediata; (ii) Os departamentos de Recursos Humanos, Jurídico, Compliance e Auditoria Interna da Companhia.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Política de Compliance e o Código de Conduta foram aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia em, respectivamente, 23 de setembro de 2021 e 15 de julho de 2022, e estão disponíveis nos websites da Companhia (www.ri.lupo.com.br) CVM (www.gov.br/cvm) e B3 (www.b3.com.br).

(b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O Canal de Denúncias da Companhia foi desenvolvido por uma empresa terceira especializada e pode ser acessado de forma gratuita em qualquer horário e dia da semana por meio do website (https://atendimento.lupo.com.br/).

ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O Canal de Denúncias da Companhia está disponível para receber denúncias internas e externas, relativas ao descumprimento do Código de Conduta, de políticas, legislação e regulamentação (por meio do website (https://atendimento.lupo.com.br/).

iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

O Canal de Denúncias da Companhia possui mecanismos para manter a confidencialidade das denúncias e informações reportadas. É facultado ao denunciante o anonimato, independente de solicitação, de forma a permitir um ambiente seguro para que os denunciantes de boa-fé reportem uma suspeita ou ocorrência de uma violação sem que haja qualquer risco de retaliação ou punição.

iv) órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

Até a presente data, as denúncias feitas pelo Canal de Denúncias são apuradas pela área de Recursos Humanos e reportadas à Diretoria da Companhia. Uma vez que as estruturas de governança corporativa da Companhia estejam integralmente funcionando, a área de Compliance será responsável pelas investigações e tratativas das denúncias recebidas por meio do Canal de Denúncias, podendo, a depender da matéria objeto da denúncia, também acionar a área de Auditoria Interna.

(c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não houve qualquer caso de desvio, fraude, irregularidade ou ato ilícito praticado contra a administração pública nos últimos três exercícios sociais.

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Entendemos que nossos mecanismos e procedimentos internos de integridade são eficientes e adequados ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes de governo.

5.4 - Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta, ou na política de gerenciamento de riscos adotada. A expectativa da Companhia é que sua exposição a esses riscos não sofra alterações significativas nos próximos anos.

5.5 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Nós e nossas controladas mantemos instrumentos financeiros derivativos para proteger nossas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

Designamos certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio.

No início das relações de *hedge* designadas, nós documentamos o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. Nós também documentamos a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente.

Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Nós designamos apenas as variações no valor justo do elemento *spot* dos contratos de Câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (”*forward points*”) é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma reserva de custos de *hedge* no patrimônio líquido.

Quando a transação objeto de *hedge* prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são boleto de *hedge* afetarem o resultado.

Voltar para índice

Resumo Estrutura Acionária

LUPO S.A.

ADRIANO LUPO STELLA | 0,792 % 150
ALDO LUPO MEDINA | 0,154 % 150
ALESSANDRO OLIVEIRA GADELHA | 0,137 % 151
ALEXANDRA LUPO | 0,902 % 151
ALISSON OLIVEIRA GADELHA | 0,137 % 152
AMÉRICO STELLA NETO | 0,495 % 152
ANA MARIA LUPO CAPOVILLA | 2,228 % 153
ANDRÉ LUPO RIBEIRO NUNES | 1,11 % 153
ANDRÉA LUPO | 2,022 % 154
ASHL PARTICIPAÇÕES LTDA. | 1,025 % 154
↳ Ir para Estrutura Acionária Completa
BEATRIZ MENDONÇA LUPO | 1,111 % 155
CAMILLO DINUCCI | 0,094 % 155
CAMILLO DINUCCI JÚNIOR | 0,375 % 156
CARLOS DINUCCI | 0,895 % 156
CAROLINA LUPO RAMALHO | 2,228 % 157
CLÁUDIA LUPO MEDINA | 0,154 % 157
CRAP 2 PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA. | 2,46 % 158
↳ Ir para Estrutura Acionária Completa
CRISTIANA ADÉLIA LUPO | 7,217 % 158
DANIEL LUPO RIBEIRO NUNES | 1,11 % 159
DANIELA LUPO STELLA | 0,379 % 159
ELVIO LUPO JR. | 0 % 160
ELVIO LUPO NETO | 1,11 % 160
FÁBIO LUPO | 1,11 % 161
FILIPE LUPO RIBEIRO NUNES | 1,11 % 161
FLÁVIA LUPO HOTZ BUENO NETTO | 1,385 % 162
GABRIEL LUPO | 1,11 % 162
GUILHERME AUFIERO GADELHA | 0,137 % 163
GUSTAVO LUPO HOTZ | 1,385 % 163
HELENA LUPO | 2,649 % 164
HUMBERTO QUIRINO DOS SANTOS AICARDI | 3,076 % 164

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para índice

Resumo Estrutura Acionária

LUPO S.A.

ISABELE LÚCIA RICARD ROCHAT | 2,051 % 165

JFHL PARTICIPAÇÕES LTDA. | 1,025 % 165

↳ Ir para Estrutura Acionária Completa

JOSÉ HOTZ CAMARGO PINTO | 0,032 % 166

KETHLEEN KARINE DINUCCI | 0,093 % 166

LAURA LUPO | 2,228 % 167

LILIANA AUFIERO | 5,742 % 167

LUCIANA LUPO DE ARAÚJO | 1,11 % 168

MARCELO ARRUDA STELLA FILHO | 0,448 % 168

MMAL PARTICIPAÇÕES LTDA. | 1,025 % 169

↳ Ir para Estrutura Acionária Completa

NL PARTICIPAÇÕES S.A | 10,58 % 169

↳ Ir para Estrutura Acionária Completa

PAULA HADDAD FINLAYSON | 1,538 % 170

PEDRO DINUCCI | 0,001 % 170

PÉRICLES MEDINA JÚNIOR | 0,154 % 171

RAFAEL MEDINA NETO | 0,154 % 171

RENATA HOTZ CAMARGO PINTO | 1,258 % 172

RENATO DINUCCI SOBRINHO | 0,094 % 172

RICARDO DINUCCI | 0,094 % 173

RICARDO LUPO | 3,076 % 173

RÔMULO LUPO DE ALMEIDA | 0 % 174

RUBENS HADDAD | 1,538 % 174

SANDRA AICARDI DEQUECH | 3,076 % 175

SUELAINE MÁRCIA DINUCCI | 0,078 % 175

SUZANA HOTZ CAMARGO PINTO | 0,032 % 176

WILTON LUPO NETO | 0,902 % 176

Ações Tesouraria 177

Outros 177

Total 177

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para índice

Resumo Estrutura Acionária

ASHL PARTICIPAÇÕES LTDA.

ALDO LUPO NETO | 52,253 % 178

HENRIQUE LUPO NETO | 47,747 % 178

Ações Tesouraria 179

Outros 179

Total 179

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para índice

Resumo Estrutura Acionária

CRAP 2 PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

ALDO LUPO MEDINA | 25 % 180

CLÁUDIA LUPO MEDINA | 25 % 180

PÉRICLES MEDINA JÚNIOR | 25 % 181

RAFAEL MEDINA NETO | 25 % 181

Ações Tesouraria 182

Outros 182

Total 182

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para índice

Resumo Estrutura Acionária

JFHL PARTICIPAÇÕES LTDA.

HENRIQUE LUPO NETO | 47,747 %		183
JULIANA LUPO | 52,253 %		183
Ações Tesouraria		184
Outros		184
Total		184

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para índice

Resumo Estrutura Acionária

MMAL PARTICIPAÇÕES LTDA.

HENRIQUE LUPO NETO | 47,747 % 185

MARIANA LUPO PERACINI | 52,253 % 185

Ações Tesouraria 186

Outros 186

Total 186

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para índice

Resumo Estrutura Acionária

NL PARTICIPAÇÕES S.A

CAMILLO DINUCCI | 0 % 187

CAMILLO DINUCCI JÚNIOR | 0 % 187

CARLOS DINUCCI | 0 % 188

KETHLEEN KARINE DINUCCI | 0 % 188

RENATO DINUCCI SOBRINHO | 0 % 189

RICARDO DINUCCI | 0 % 189

Ações Tesouraria 190

Outros 190

Total 190

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

LUPO S.A.

Acionista

ADRIANO LUPO STELLA

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**200.517.618-40**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
ADRIANO LUPO STELLA	**Pessoa Física**	**200.517.618-40**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1.565.309	**0,792 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1.565.309	**0,792 %**	**30/12/2020**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

ALDO LUPO MEDINA

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**102.241.748-78**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
303.861	**0,154 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
303.861	**0,154 %**	**06/07/2024**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

LUPO S.A.

Acionista

ALESSANDRO OLIVEIRA GADELHA

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**245.432.658-23**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
269.798	**0,137 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
269.798	**0,137 %**	**26/12/2025**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

ALEXANDRA LUPO

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**213.823.238-75**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1.782.460	**0,902 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1.782.460	**0,902 %**	**01/07/2024**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

LUPO S.A.

Acionista

ALISSON OLIVEIRA GADELHA

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**282.171.348-71**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
269.798	**0,137 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
269.798	**0,137 %**	**26/12/2025**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

AMÉRICO STELLA NETO

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**326.358.488-07**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
978.044	**0,495 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
978.044	**0,495 %**	**30/12/2020**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

LUPO S.A.

Acionista

ANA MARIA LUPO CAPOVILLA

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**247.338.118-61**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
4.402.355	**2,228 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
4.402.355	**2,228 %**	**01/07/2024**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

ANDRÉ LUPO RIBEIRO NUNES

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**212.787.248-77**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
2.193.831	**1,110 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
2.193.831	**1,110 %**	**07/12/2011**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

LUPO S.A.

Acionista

ANDRÉA LUPO

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**248.445.218-70**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
3.994.564	**2,022 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
3.994.564	**2,022 %**	**01/07/2024**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

ASHL PARTICIPAÇÕES LTDA.

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**56.874.294/0001-35**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
2.025.739	**1,025 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
2.025.739	**1,025 %**	**12/12/2024**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

LUPO S.A.

Acionista

BEATRIZ MENDONÇA LUPO

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**903.050.198-72**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
2.194.427	**1,111 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
2.194.427	**1,111 %**	**07/12/2011**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

CAMILLO DINUCCI

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**225.374.588-00**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
185.325	**0,094 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
185.325	**0,094 %**	**09/07/2024**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

LUPO S.A.

Acionista

CAMILLO DINUCCI JÚNIOR

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**593.881.378-68**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
740.617	**0,375 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
740.617	**0,375 %**	**09/07/2024**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

CARLOS DINUCCI

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**019.792.768-89**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1.768.181	**0,895 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1.768.181	**0,895 %**	**09/07/2024**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

LUPO S.A.

Acionista

CAROLINA LUPO RAMALHO

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**247.585.768-40**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
4.402.355	**2,228 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
4.402.355	**2,228 %**	**01/07/2024**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

CLÁUDIA LUPO MEDINA

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**134.806.258-43**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
303.861	**0,154 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
303.861	**0,154 %**	**06/07/2024**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

LUPO S.A.

Acionista

Ir para Estrutura Acionária Completa

CRAP 2 PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**18.073.748/0001-80**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
4.861.773	**2,460 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
4.861.773	**2,460 %**	**01/07/2024**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

Ir para Estrutura Acionária Completa

CRISTIANA ADÉLIA LUPO

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**076.905.958-98**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
14.259.583	**7,217 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
14.259.583	**7,217 %**	**20/10/2022**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

LUPO S.A.

Acionista

Ir para Estrutura Acionária Completa

DANIEL LUPO RIBEIRO NUNES

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**217.115.478-08**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
2.193.831	**1,110 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
2.193.831	**1,110 %**	**07/12/2011**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

Ir para Estrutura Acionária Completa

DANIELA LUPO STELLA

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**201.522.658-30**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
748.044	**0,379 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
748.044	**0,379 %**	**30/12/2020**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

LUPO S.A.

Acionista

ELVIO LUPO JR.

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**863.132.158-34**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
730	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
730	**0,000 %**	**31/12/2015**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

ELVIO LUPO NETO

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**292.158.848-07**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
2.193.797	**1,110 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
2.193.797	**1,110 %**	**31/12/2015**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

LUPO S.A.

Acionista

FÁBIO LUPO

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**310.098.718-70**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
2.193.797	**1,110 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
2.193.797	**1,110 %**	**31/08/2011**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

FILIPE LUPO RIBEIRO NUNES

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**217.115.438-10**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
2.193.831	**1,110 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
2.193.831	**1,110 %**	**07/12/2011**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

LUPO S.A.

Acionista

Ir para Estrutura Acionária Completa

FLÁVIA LUPO HOTZ BUENO NETTO

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**181.036.058-75**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
2.736.426	**1,385 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
2.736.426	**1,385 %**	**01/07/2024**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

Ir para Estrutura Acionária Completa

GABRIEL LUPO

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**228.127.188-97**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
2.193.797	**1,110 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
2.193.797	**1,110 %**	**31/08/2011**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

LUPO S.A.

Acionista

Ir para Estrutura Acionária Completa

GUILHERME AUFIERO GADELHA

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**308.940.018-92**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
269.798	**0,137 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
269.798	**0,137 %**	**26/12/2025**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

Ir para Estrutura Acionária Completa

GUSTAVO LUPO HOTZ

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**138.869.218-08**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
2.736.427	**1,385 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
2.736.427	**1,385 %**	**01/07/2024**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

LUPO S.A.

Acionista

HELENA LUPO

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**268.869.258-57**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
5.234.322	**2,649 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
5.234.322	**2,649 %**	**01/07/2024**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

HUMBERTO QUIRINO DOS SANTOS AICARDI

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**105.479.098-10**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
6.078.351	**3,076 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
6.078.351	**3,076 %**	**02/04/2026**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

LUPO S.A.

Acionista

ISABELE LÚCIA RICARD ROCHAT

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**261.712.968-30**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
4.053.367	**2,051 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
4.053.367	**2,051 %**	**29/12/2015**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

JFHL PARTICIPAÇÕES LTDA.

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**56.778.034/0001-66**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
2.025.738	**1,025 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
2.025.738	**1,025 %**	**12/12/2024**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

LUPO S.A.

Acionista

JOSÉ HOTZ CAMARGO PINTO

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**394.130.778-94**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
62.500	**0,032 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
62.500	**0,032 %**	**01/01/2016**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

KETHLEEN KARINE DINUCCI

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**263.152.498-50**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
183.889	**0,093 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
183.889	**0,093 %**	**09/07/2024**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

LUPO S.A.

Acionista

LAURA LUPO

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**247.585.808-71**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
4.402.355	**2,228 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
4.402.355	**2,228 %**	**01/07/2024**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

LILIANA AUFIERO

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**068.947.558-68**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
LILIANA AUFIERO	**Pessoa Física**	**068.947.558-68**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
11.345.054	**5,742 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
11.345.054	**5,742 %**	**31/12/2024**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

LUPO S.A.

Acionista

LUCIANA LUPO DE ARAÚJO

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**286.325.398-09**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
2.193.797	**1,110 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
2.193.797	**1,110 %**	**31/12/2015**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

MARCELO ARRUDA STELLA FILHO

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**131.106.828-77**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
886.043	**0,448 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
886.043	**0,448 %**	**30/12/2020**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

LUPO S.A.

Acionista

MMAL PARTICIPAÇÕES LTDA.

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**56.778.219/0001-70**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
2.025.738	**1,025 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
2.025.738	**1,025 %**	**12/12/2024**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

NL PARTICIPAÇÕES S.A

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**41.812.434/0001-73**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
20.905.639	**10,580 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
20.905.639	**10,580 %**	**01/07/2024**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

LUPO S.A.

Acionista

PAULA HADDAD FINLAYSON

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**081.690.758-74**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
3.038.610	**1,538 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
3.038.610	**1,538 %**	**12/02/2021**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

PEDRO DINUCCI

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**370.699.668-57**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1.436	**0,001 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1.436	**0,001 %**	**09/07/2024**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

LUPO S.A.

Acionista

PÉRICLES MEDINA JÚNIOR

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**102.242.688-56**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
303.861	**0,154 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
303.861	**0,154 %**	**06/07/2024**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

RAFAEL MEDINA NETO

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**118.030.728-30**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
303.861	**0,154 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
303.861	**0,154 %**	**06/07/2024**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

LUPO S.A.

Acionista

RENATA HOTZ CAMARGO PINTO

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**145.455.668-47**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
2.486.427	**1,258 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
2.486.427	**1,258 %**	**01/07/2024**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

RENATO DINUCCI SOBRINHO

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**216.559.858-33**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
185.325	**0,094 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
185.325	**0,094 %**	**09/07/2024**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

LUPO S.A.

Acionista

RICARDO DINUCCI

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**225.374.338-07**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
185.325	**0,094 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
185.325	**0,094 %**	**09/07/2024**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

RICARDO LUPO

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**861.799.698-68**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
6.077.224	**3,076 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
6.077.224	**3,076 %**	**30/09/2016**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

LUPO S.A.

Acionista

RÔMULO LUPO DE ALMEIDA

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**372.853.938-43**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
100	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
100	**0,000 %**	**01/01/2016**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

RUBENS HADDAD

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**071.865.248-77**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
3.038.610	**1,538 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
3.038.610	**1,538 %**	**12/02/2021**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

LUPO S.A.

Acionista

SANDRA AICARDI DEQUECH

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**180.995.408-83**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
6.078.351	**3,076 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
6.078.351	**3,076 %**	**02/04/2026**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

SUELAINE MÁRCIA DINUCCI

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**295.008.851-15**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
153.146	**0,078 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
153.146	**0,078 %**	**09/07/2024**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

LUPO S.A.

Acionista

SUZANA HOTZ CAMARGO PINTO

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**394.130.728-25**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
62.500	**0,032 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
62.500	**0,032 %**	**01/01/2016**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

WILTON LUPO NETO

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**247.338.128-33**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1.782.460	**0,902 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1.782.460	**0,902 %**	**01/07/2024**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

LUPO S.A.

Ações Tesouraria

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Outros

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
50.537.298	**25,576 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
50.537.298	**25,576 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
197.593.686	**100,000 %**	**0**	**100,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
197.593.686	**100,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

ASHL PARTICIPAÇÕES LTDA.

Acionista

ALDO LUPO NETO

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Não**	**138.815.438-21**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1.915.030	**52,253 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1.915.030	**52,253 %**	**17/10/2024**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

HENRIQUE LUPO NETO

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Não**	**026.145.708-00**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1.749.894	**47,747 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1.749.894	**47,747 %**	**17/10/2024**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

ASHL PARTICIPAÇÕES LTDA.

Ações Tesouraria

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Outros

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
3.664.924	**100,000 %**	**0**	**100,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
3.664.924	**100,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

CRAP 2 PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Acionista

Ir para Estrutura Acionária Completa

ALDO LUPO MEDINA

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Não**	**102.241.748-78**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
4.052.827	**25,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
4.052.827	**25,000 %**	**09/12/2021**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

Ir para Estrutura Acionária Completa

CLÁUDIA LUPO MEDINA

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Não**	**134.806.258-43**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
4.052.827	**25,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
4.052.827	**25,000 %**	**09/12/2021**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

CRAP 2 PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Acionista

Ir para Estrutura Acionária Completa

PÉRICLES MEDINA JÚNIOR

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Não**	**102.242.688-56**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
4.052.827	**25,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
4.052.827	**25,000 %**	**09/12/2021**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

Ir para Estrutura Acionária Completa

RAFAEL MEDINA NETO

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Não**	**118.030.728-30**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
4.052.827	**25,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
4.052.827	**25,000 %**	**09/12/2021**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

CRAP 2 PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Ações Tesouraria

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Outros

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
16.211.308	**100,000 %**	**0**	**100,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
16.211.308	**100,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

JFHL PARTICIPAÇÕES LTDA.

Acionista

Ir para Estrutura Acionária Completa

HENRIQUE LUPO NETO

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Não**	**026.145.708-00**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1.749.894	**47,747 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1.749.894	**47,747 %**	**17/10/2024**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

Ir para Estrutura Acionária Completa

JULIANA LUPO

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Não**	**260.976.598-30**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1.915.030	**52,253 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1.915.030	**52,253 %**	**17/10/2024**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

JFHL PARTICIPAÇÕES LTDA.

Ações Tesouraria

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Outros

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
3.664.924	**100,000 %**	**0**	**100,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
3.664.924	**100,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

MMAL PARTICIPAÇÕES LTDA.

Acionista

Ir para Estrutura Acionária Completa

HENRIQUE LUPO NETO

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Não**	**026.145.708-00**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1.749.894	**47,747 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1.749.894	**47,747 %**	**17/10/2024**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

Ir para Estrutura Acionária Completa

MARIANA LUPO PERACINI

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Não**	**261.031.458-21**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1.915.030	**52,253 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1.915.030	**52,253 %**	**17/10/2024**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

MMAL PARTICIPAÇÕES LTDA.

Ações Tesouraria

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Outros

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
3.664.924	**100,000 %**	**0**	**100,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
3.664.924	**100,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

NL PARTICIPAÇÕES S.A

Acionista

CAMILLO DINUCCI

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**225.374.588-00**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	**09/09/2021**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

CAMILLO DINUCCI JÚNIOR

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**593.881.378-68**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	**09/09/2021**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

NL PARTICIPAÇÕES S.A

Acionista

CARLOS DINUCCI

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Não**	**019.792.768-89**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	**09/09/2021**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

KETHLEEN KARINE DINUCCI

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**263.152.498-50**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	**09/09/2021**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

NL PARTICIPAÇÕES S.A

Acionista

RENATO DINUCCI SOBRINHO

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**216.559.858-33**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	**09/09/2021**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

RICARDO DINUCCI

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**225.374.338-07**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	**09/09/2021**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

NL PARTICIPAÇÕES S.A

Ações Tesouraria

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Outros

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**100,000 %**	**0**	**100,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	29/04/2026
Quantidade acionistas pessoa física	55
Quantidade acionistas pessoa jurídica	7
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

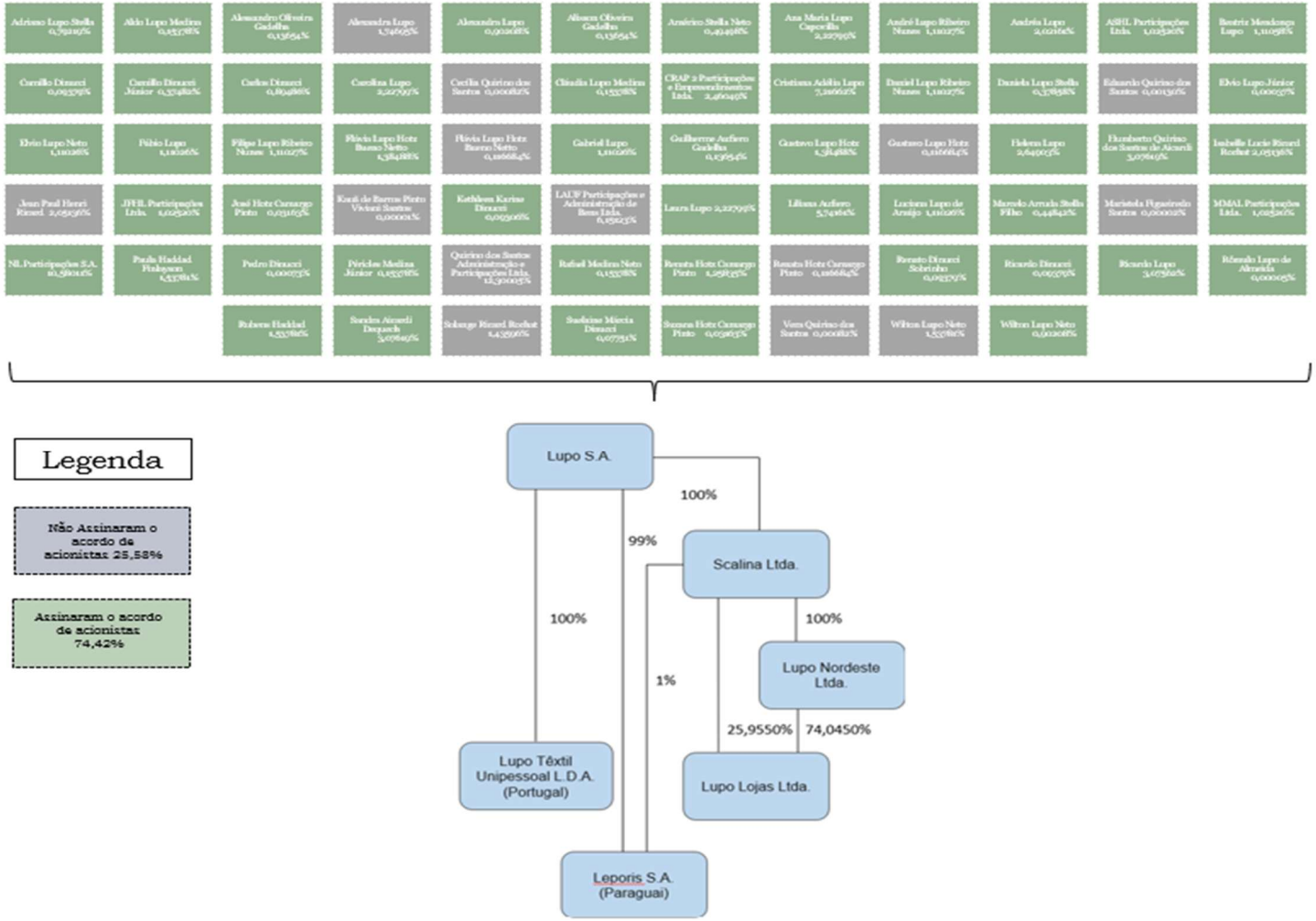
Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	50.537.298	25,576%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	50.537.298	25,576%

6.4 Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Participação do emisor (%)
SCALINA LTDA	61.149.886/0001-24	100,00

6.5 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico



6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que julguemos relevantes a esta seção que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

7. Assembleia Geral e Administração

7.1 - Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

(a) principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado:

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, de acordo com os poderes conferidos pela legislação e pela autorregulação aplicáveis e pelo Estatuto Social.

A Política de Indicação e Avaliação dos Administradores, aprovada por nosso Conselho de Administração 01 de dezembro de 2021, com o objetivo de estabelecer as diretrizes e os padrões que norteiam a indicação e avalição dos membros do Conselho de Administração, seus comitês de assessoramento, Conselho Fiscal e Diretoria estatutária da Companhia, zelando pelas melhores práticas de governança corporativa, de forma a garantir que a nomeação dos administradores esteja em consonância com a legislação, normas e regulamentos que disciplinam o assunto, estará disponível em nosso website (www.ri.lupo.com.br), bem como no website da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br).

Nos termos da Política de Indicação e Avaliação dos Administradores, as indicações para compor o Conselho de Administração, seus comitês de assessoramento, Conselho Fiscal e Diretoria estatutária da Companhia devem, além de observar o aplicável pela legislação e regulamentação aplicável, ser estruturadas de forma transparente, com base no mérito e em múltiplas competências e experiências requeridas para o melhor desempenho da Companhia.

Deverão ser indicados para compor o Conselho de Administração, seus comitês de assessoramento, Conselho Fiscal e Diretoria estatutária da Companhia, profissionais altamente qualificados, com comprovada experiência técnica, profissional ou acadêmica, reputação ilibada e alinhamento ao propósito, valores e cultura da Companhia.

O processo de indicação também deverá considerar, dentre outros, critérios como: disponibilidade de tempo para o exercício da função, conhecimentos sobre aspectos econômicos, sociais, ambientais, complementariedade de competências e diversidade, para permitir que a Companhia se beneficie da pluralidade de argumentos e de um processo de tomada de decisão com maior qualidade e segurança.

O processo de indicação e nomeação poderá ser feito internamente ou ser contratado profissionais independentes para realização de consultorias ou obtenção de pareceres sobre os candidatos.

A proposta de reeleição dos membros do Conselho de Administração, por sua vez, deverá levar em consideração o seu bom desempenho durante o período, sua experiência, a assiduidade nas reuniões durante eventual mandado anterior, bem como a avaliação do benefício da sua substituição e renovação do Conselho de Administração, quando comparada à sua permanência e reeleição.

As vedações à indicação dos administradores previstas na legislação e nos normativos internos também devem ser observadas e cumpridas, em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa.

São inelegíveis para os cargos de administração da Companhia as pessoas impedidas por lei especial, ou condenadas por crime falimentar, de prevaricação ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos.

São ainda inelegíveis para os cargos de administração de companhia aberta as pessoas declaradas inabilitadas por ato da CVM.

O Conselheiro não poderá ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal, salvo dispensa da assembleia geral, e tampouco podem ter interesse conflitante com a Companhia, salvo dispensa da assembleia geral.

(b) se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

i. A periodicidade das avaliações e sua abrangência

Nos termos da Política de Indicação e Avaliação dos Administradores, a avaliação do Conselho de Administração ocorrerá ao menos uma vez durante a vigência do mandato como órgão e de cada um de seus membros individualmente. A avaliação será direcionada para criação de valor, dentro de uma abordagem de evolução de governança corporativa orientada ao propósito da Companhia.

Os Diretores também serão avaliados, como órgão e, também individualmente, pelo Conselho de Administração.

ii. Metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

Em relação à metodologia adotada, o processo de avaliação consiste nas seguintes etapas: auto avaliação dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros dos Comitês, seguida pela avaliação do próprio órgão ao qual o administrador pertence (ou seja, Conselho de Administração, da Diretoria e dos Comitês por seus membros).

Os processos de avaliação são estruturados levando em consideração as características e responsabilidades específicas dos membros do Conselho de Administração e dos Comitês, bem como do Diretor Presidente, buscando alcançar um alto nível de especialização durante a avaliação.

A condução do processo de avaliação do Conselho de Administração, da Diretoria e dos Comitês é de responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração O comitê de gestão e assessoramento, quando em funcionamento, será responsável por elaborar propostas de metodologia para indicação e avaliação dos administradores.

Os resultados das avaliações permitem que identifiquemos eventuais pontos de melhoria em cada um dos nossos órgãos societários, o que possibilita o aprimoramento do funcionamento destes órgãos.

iii. Se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

A companhia não contratou serviços de consultoria ou assessoria externos.

(c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Nos termos do Estatuto Social, o membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração, relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou que represente interesse conflitante com os da Companhia.

Adicionalmente, nosso Estatuto Social também prevê que as transações com partes relacionadas devem ser realizadas em condições de mercado, sendo certo que devem ser excluídos de participar do processo decisório os membros com interesses potencialmente conflitantes.

Por fim, também possuímos uma Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada por nosso Conselho de Administração em 16 de agosto de 2021 e alterada em 23 de setembro de 2021, que se encontra alinhada às exigências da Lei das Sociedades por Ações, particularmente no que diz respeito ao necessário dever de lealdade dos administradores para com a Companhia. De acordo com o artigo 155 da Lei das Sociedades por Ações, o administrador deve servir com lealdade à

Companhia, exigindo que os interesses desta sempre se sobreponham aos interesses pessoais dos tomadores de decisão. Assim, somente se configura o conflito de interesses quando o administrador, ou o acionista, conforme o caso, possam influenciar no resultado final do processo decisório, de forma a auferir um ganho particular para si, familiar, ou terceiro com o qual estejam envolvidos.

Em situações de conflito de interesses, cabe ao administrador comunicar a situação de conflito, tornando-se impedido de intervir na operação e devendo fazer constar seu impedimento em ata do Conselho de Administração ou da Diretoria, nos termos da determinação do artigo 156 da Lei das Sociedades por Ações.

Caso algum administrador que possa ter um potencial ganho privado decorrente de alguma decisão não manifeste seu conflito de interesse, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence, que tenha conhecimento da situação, poderá fazê-lo.

(d) descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Preenchimento em tabela própria.

e) se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

A Companhia busca, de forma geral, compor uma administração plural e diversa, mas não dispõe de objetivos específicos com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre seus membros da administração e conselho fiscal.

f) papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

No nível estatutário, a Companhia atribui expressamente ao Comitê de Auditoria a obrigação de avaliar e abordar temas de sustentabilidade nas práticas e nos negócios da Companhia, incluindo temas relacionados à preservação ambiental e gerenciamento de impactos.

Ainda, a Companhia possui um comitê de sustentabilidade não estatutário, constituído pela Diretoria Executiva e representantes de diferentes setores do Grupo Lupo. O comitê possui funções específicas de estabelecer e orientar a execução de atividades de sustentabilidade – sobretudo climáticas – como, por exemplo, a preservação de áreas verdes, reciclagem de materiais, investimento em reuso de água, e destinação correta de resíduos.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	2	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	2	6	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0	0	0
TOTAL = 16	**2**	**14**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	2	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	8	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0	0	0	0	0
TOTAL = 16	**0**	**16**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Prefere não responder
Diretoria	0	2	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	8	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0
TOTAL = 16	**0**	**16**	**0**

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

(a) órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

Os órgãos que se reportam ao Conselho de Administração são: (i) Comitê de Auditoria; (ii) Comitê de Governança e Ética; (iii) Comitê de Gestão e Assessoramento; (iv) Comitê de Finanças.

Os Comitês de Auditoria, de Governança e Ética, de Finanças e de Gestão e Assessoramento, enquanto órgãos de caráter consultivo e permanente de assessoramento do Conselho de Administração da Companhia, possuem regimentos internos próprios, que foram aprovados em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de agosto de 2021, para regular as questões relativas ao funcionamento, competências, composição e deveres e responsabilidades de cada comitê quando estiver em funcionamento.

O Comitê de Auditoria é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo que:(i) ao menos 1 (um) membro deverá ser conselheiro independente da Companhia, conforme definição do Regulamento do Novo Mercado; e (ii) ao menos 1 (um) membro deverá ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, de controles internos, informações e operações financeiras e de auditoria, cumulativamente, sendo possível tal requisito seja cumulado pelo conselheiro independente previsto no item (i).

(b) de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Embora não tenhamos uma política específica de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, compete ao Comitê de Auditoria opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente, monitorar a efetividade do trabalho dos auditores independentes, assim como sua independência, reportando ao Conselho de Administração a evolução dos seus trabalhos, bem como avaliar e discutir o plano anual de trabalho do auditor independente e encaminhá-lo para a apreciação do Conselho de Administração.

(c) se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

A Companhia não possui um canal para recebimento de críticas relacionadas especificamente a temas e práticas ASG. Possui sim um canal de denúncias aberto a temas de qualquer natureza ou relevância. O protocolo de operação deste canal é direcionar qualquer denúncia para a diretoria e presidência da Companhia; que por sua vez, deve levar qualquer assunto mais relevante para conhecimento e deliberação pelo conselho de administração, conforme determinado no Estatuto Social.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Permanente

Nome ALTAMIRO BOSCOLI **CPF:** 002.011.208-44 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 11/09/1939

Experiência Profissional: Dr. Altamiro Boscoli é advogado graduado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em 1962. Mestrado em Direito (LLM' 1965) na Harvard Law School, EUA, Program of Instruction for Lawyers, Harvard Law School, 1975, EUA. Atuou como advogado no escritório Demarest Advogados de 1961 até 2010, com prestação de serviços jurídicos a diversos clientes, empresas estrangeiras e nacionais, inclusive à Companhia. Atuou como membro do conselho de administração e da diretoria de diversas empresas brasileiras, inclusive subsidiárias de multinacionais, bem como atuou no conselho e diretoria de Instituições Beneficentes e de Sociedades Civis brasileiras, inclusive da Câmara Americana de Comércio/SP. Ex-diretor da Lex Mundi Association, uma das maiores organização mundial de escritórios de advocacia independente. Atualmente, exceto pela atuação como membro independente do conselho de administração da Companhia, não é membro de nenhum órgão da administração de qualquer empresa. É considerado membro independente, de acordo com o conceito e os requisitos do Regulamento do Novo Mercado. Declara que: (a) não possui qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2026	2 anos	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		06/05/2026	Sim	15/07/2008

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome ANDRÉ ANTUNES SOARES DE CAMARGO **CPF:** 291.347.128-52 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 06/08/1977

Experiência Profissional:

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2026	2 anos	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		06/05/2026	Não	29/04/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome CARLOS ALBERTO MAZZEU **CPF:** 078.049.378-81 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 12/07/1964

Experiência Profissional: Sr. Carlos Mazzeu atua há 37 (trinta e sete) anos dentro do Grupo Lupo, atuando em cargos de liderança nas áreas de Controle de Qualidade, Engenharia Industrial e Diretor Industrial.
Declara que: (a) não possui qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	11/05/2026	2 anos	Outros Diretores	Diretor Presidente Executivo	01/06/2026		01/06/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

N/A

Nome CARLOS DINUCCI **CPF:** 019.792.768-89 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 01/09/1956

Experiência Profissional: O Sr. Carlos Dinucci foi Diretor Presidente da Usina Açucareira S. Manoel S.A; Membro do Conselho de Administração da Usina Açucareira S. Manoel S.A; Diretor Presidente da Construtora e Comercial Torello Dinucci Ltda; Presidente da CD Administração e Participação S.A.; Presidente da NL Participações S.A; Presidente da NL Comercial S.A.; Membro efetivo do Conselho de Administração da Copersucar S.A.; Ex-Vice-Presidente da Copersucar S.A.
Declara que: (a) não possui qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	11/05/2026	2 anos	Presidente do Conselho de Administração		11/05/2026	Sim	29/08/1987
Conselho de Administração	29/04/2026	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		06/05/2026	Sim	29/08/1987

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome DANIELA LUPO STELLA **CPF:** 201.522.658-30 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Executiva **Data de Nascimento:** 03/09/1971

Experiência Profissional: Membro da quarta geração da Lupo, é Presidente do Conselho de Família e membro do Conselho de Administração da companhia. Possui mais de 30 anos de experiência em varejo, cultura organizacional, comportamento de consumo, comunicação e empresas familiares. Atua na interseção entre cultura, legado, governança e futuros, com foco em transformação organizacional e continuidade empresarial. É especialista em liderança regenerativa, cultura organizacional, pesquisa de futuros e mercado de luxo. Possui formação em Letras pela UNESP, pós-graduação em Marketing e especialização em Crítica Literária e Teoria da Literatura. Declara que: (a) não possui qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2026	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		06/05/2026	Sim	06/05/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome ELVIO LUPO JR. **CPF:** 863.132.158-34 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 23/05/1954

Experiência Profissional: Sr. Elvio Lupo Júnior é ex-Diretor da Lupo S.A., já trabalhou em outras grandes Companhias, sendo ex-presidente da Reebok Brasil; ex-presidente da Umbro Brasil e consultor de empresas. Hoje atua no Conselho de Administração da Lupo S.A.
Declara que: (a) não possui qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2026	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		06/05/2026	Sim	29/08/1987

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome HUGO ALEXSANDRO VASCONCELOS RODRIGUES **CPF:** 070.134.298-64 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Publicitário **Data de Nascimento:** 11/04/1970

Experiência Profissional: O Sr. Hugo Rodrigues atua como membro independente do Conselho de Administração da Companhia e possui foco na área de comunicação e publicidade. Atuou na Publicis Brasil como Vice Presidente Criativo durante o período de 2008 a 2010, como COO e Diretor Criativo de 2011 a 2014 e como Presidente de 2014 a 2017. Em 2017 passou a atuar como Presidente da WMcCann e, desde atualmente, exerce o cargo de Executive Charimann da WMcCann. Ao longo de sua carreira, foi jurado de importantes premiações, como Cannes, D&AD, New York Festivals, London Festival, Effie, FIAP, El Ojo e Anuário do CCSP e possui três premiações no Caboré: como Criativo do Ano em 2014, CEO da Agência do Ano em 2016 e Dirigente da Indústria da Comunicação em 2017 – tendo sido indicado novamente em 2018 na mesma categoria. É considerado membro independente, de acordo com o conceito e os requisitos do Regulamento do Novo Mercado.
Declara que: (a) não possui qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2026	2 anos	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		06/05/2026	Sim	13/07/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome JOÃO DANIEL BUORO **CPF:** 192.070.318-76 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 04/01/1978

Experiência Profissional: Declara que: (a) não possui qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	11/05/2026	2 anos	Diretor de Relações com Investidores		01/06/2026		01/06/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome LILIANA AUFIERO **CPF:** 068.947.558-68 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheira **Data de Nascimento:** 22/02/1945

Experiência Profissional: A Dra. Liliana Aufiero formou-se em engenharia civil na Universidade de São Paulo (USP), na unidade de São Carlos, na década de 1960. Aufiero tem também pós-graduação em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e mestrado em engenharia estrutural pela USP. Dra. Liliana está à frente na Companhia desde 1993.
Declara que: (a) não possui qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2026	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		06/05/2026	Sim	01/07/1988

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome RICARDO ALEXANDRE CONTIERI **CPF:** 295.453.428-11 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 22/10/1980

Experiência Profissional: Sr. Ricardo é formado em Administração de Empresas pela PUC-SP, possui um MBA em Gestão Econômica e Estratégica de Negócios pela FGV-SP e é certificado pela ACFE – Association of Certified Fraud Examiners desde 2014.
Declara que: (a) não possui qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	29/04/2026	1 ano	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas		29/04/2026	Não	29/04/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome RICARDO LUPO **CPF:** 861.799.698-68 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 22/03/1953

Experiência Profissional: Sr. Ricardo Lupo formou-se em engenharia civil e administração de empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.
Declara que: (a) não possui qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2026	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		06/05/2026	Sim	29/08/1987

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome SÉRGIO ODAIR PERGUER **CPF:** 045.328.148-63 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 22/12/1963

Experiência Profissional: O Sr. Sérgio Perguer, que atua como conselheiro fiscal da Companhia, possui 41 anos de experiência no mercado e atua como advogado, contador, perito contador e possui certificação pelo IBGC 41. Declara que: (a) não possui qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	29/04/2026	1 ano	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		29/04/2026	Sim	26/04/2017

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome WAGNER MAR **CPF:** 114.324.978-04 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 08/07/1947

Experiência Profissional: O Sr. Wagner Mar é economista, advogado e contador e possui pós-graduação em Auditoria Externa e Direito Empresarial. Atuou como gerente de controladoria da Credicard Adm. de Cartões de Crédito durante os anos de 1974 a 1975; atuou como auditor externo da Arthur Andersen entre os anos de 1970 a 1973. Atua como Sócio Presidente da Audimar Auditores, empresa de auditoria fundada em 1975. É Presidente do Conselho Fiscal do SEBRAE/SP e do IBEF - Instituto Brasileiro de Executivo de Finanças, além de ser (i) titular e Presidente do Conselho Fiscal da Usina Açucareira S. Manoel S/A; (ii) membro titular do Conselho Fiscal da VMNO Comunicações do Brasil S/A (Vecto Mobile); e (iii) membro suplente do Conselho Fiscal da Tupy S/A.
Declara que: (a) não possui qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	29/04/2026	1 ano	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		29/04/2026	Sim	26/04/2017
Conselho Fiscal	29/04/2026	1 anos	Pres. C.F.Eleito p/Controlador		29/04/2026	Sim	29/04/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

7.4 Composição dos comitês

Nome: ALCIR ANTIQUERA MAZZOLA **CPF:** 005.769.388-90 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 29/12/1956

Experiência Profissional: O Sr. Alcir Antiquera Mazzola é técnico em Contabilidade, bacharel em administração de empresas e advogado e possui pós-graduação em Direito Empresarial. O Sr. Alcir atua na Companhia desde 1980 e atua como Gerente Jurídico de Relações Acionárias. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Membro do Comitê (Efetivo)	11/05/2026	2 anos			11/05/2026	20/08/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: ALTAMIRO BOSCOLI **CPF:** 002.011.208-44 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 11/09/1939

Experiência Profissional:

Dr. Altamiro Boscoli é advogado graduado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em 1962. Mestrado em Direito (LLM' 1965) na Harvard Law School, EUA, Program of Instruction for Lawyers, Harvard Law School, 1975, EUA. Atuou como advogado no escritório Demarest Advogados de 1961 até 2010, com prestação de serviços jurídicos a diversos clientes, empresas estrangeiras e nacionais, inclusive à Companhia. Atuou como membro do conselho de administração e da diretoria de diversas empresas brasileiras, inclusive subsidiárias de multinacionais, bem como atuou no conselho e diretoria de Instituições Beneficentes e de Sociedades Civis brasileiras, inclusive da Câmara Americana de Comércio/SP. Ex-diretor da Lex Mundi Association, uma das maiores organização mundial de escritórios de advocacia independente. Atualmente, exceto pela atuação como membro independente do conselho de administração da Companhia, não é membro de nenhum órgão da administração de qualquer empresa. É considerado membro independente, de acordo com o conceito e os requisitos do Regulamento do Novo Mercado. Declara que: (a) não possui qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Membro do Comitê (Efetivo)	11/05/2026	2 anos			11/05/2026	20/08/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: MONCLAIR MARCONATO **CPF:** 864.130.408-82 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de empresas **Data de Nascimento:** 16/11/1953

Experiência Profissional:

O Sr. Monclair Marconato é administrador de empresas. Atuou como Chefe de Escrita Fiscal e Auxiliar de Contabilidade de 1976 a 1981, e de 1981 até 2020, o Sr. Monclair trabalhou na Companhia como auxiliar de Custo, Chefe de Custos, Gerente de Custos e Orçamento, Gerente de Controles e, por fim, Diretor Administrativo e Financeiro, atuando no controle, contabilidade societária, orçamentos, emitindo balancetes, balanços e relatórios para diretorias e conselho de administração, responsável pelo acompanhamento de auditoria externa, análise e resposta de relatórios de auditoria e recomendações. O Sr. Monclair possui reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, de acordo com o conceito e os requisitos do Regulamento do Novo Mercado. Declara que: (a) não possui qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Membro do Comitê (Efetivo)	11/05/2026	2 anos			11/05/2026	20/08/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois os administradores da Companhia, controladas e controladores não possuem, entre si, relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	

Exercício Social 31/12/2025

Administrador do Emissor

LILIANA AUFIERO	068.947.558-68	Controle	Controlada Direta
Presidente Institucional do Grupo Lupo	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

LUPO NORDESTE LTDA	01.933.349/0001-49		
Diretora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

N/A

Administrador do Emissor

LILIANA AUFIERO	068.947.558-68	Controle	Controlada Direta
Presidente Institucional do Grupo Lupo	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

SCALINA LTDA	61.149.886/0001-24		
Diretora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

N/A

Administrador do Emissor

LILIANA AUFIERO	068.947.558-68	Controle	Controlada Indireta
Presidente Institucional do Grupo Lupo	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

LUPO LOJAS LTDA	11.715.526/0001-74		
Diretora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

N/A

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
CARLOS ALBERTO MAZZEU	078.049.378-81	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente Executivo (CEO)	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
LUPO NORDESTE LTDA	01.933.349/0001-49		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
CARLOS ALBERTO MAZZEU	078.049.378-81	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente Executivo (CEO)	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
SCALINA LTDA	61.149.886/0001-24		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
CARLOS ALBERTO MAZZEU	078.049.378-81	Controle	Controlada Indireta
Diretor Presidente Executivo (CEO)	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
LUPO LOJAS LTDA	11.715.526/0001-74		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
N/A			

7.7 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia mantém apólice de seguro de Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O), contratada junto à Zurich Minas Brasil Seguros S.A., com vigência de 23 de julho de 2025 a 23 de julho de 2026, limite máximo de garantia de R$ 20.000.000,00 e prêmio total de R$ 27.634,24.

A apólice prevê, por meio da Cobertura A, o pagamento direto à pessoa segurada dos prejuízos financeiros decorrentes de reclamações feitas contra administradores em razão de atos danosos praticados em sua capacidade como administrador. Pela Cobertura B, a Companhia é reembolsada pelos prejuízos financeiros indenizáveis decorrentes de reclamações feitas contra as pessoas seguradas. Ambas as coberturas operam sem franquia.

A apólice contempla ainda as seguintes extensões, dentre outras: i) investigações: cobertura dos custos incorridos por pessoa segurada em investigações conduzidas por órgão oficial; ii) perda de bens e liberdade: cobertura de fiança ou caução cível, custos de litígio e custos de proteção de bens e liberdade em processos movidos contra administradores; iii) multas e penalidades cíveis e administrativas: cobertura de até 10% do limite máximo de garantia para penalidades pecuniárias impostas por órgão oficial; iv) responsabilidades trabalhista, tributária e previdenciária; v) saúde e segurança ocupacional, incluindo processos de homicídio corporativo; vi) evento cibernético, com sublimites de R$ 100.000,00 para educação e treinamento e R$ 100.000,00 para perda de dados; vii) custos emergenciais: cobertura retroativa de custos de defesa incorridos por pessoa segurada antes da obtenção do consentimento prévio da seguradora, quando tal consentimento não puder ser obtido em tempo hábil por motivo razoável; viii) indisponibilidade de bens e penhora online; xi) novas subsidiárias, sem qualquer limitação de ativos do tomador; e x) cobertura para reclamações por danos ambientais.

A apólice não contempla o pagamento de multas decorrentes de condenação em ação penal ou de violação intencional ou criminosa de qualquer lei ou normativo.

7.8 - Outras informações relevantes

I. Assembleias Gerais da Companhia

Abaixo informamos a assembleia realizada no último exercício social, incluindo: (i) data de realização; (ii) eventuais casos de instalação em segunda convocação; e (iii) quórum de instalação:

Evento	Data	Quórum de Instalação	Instalação em 2ª convocação
Assembleia Geral Extraordinária	06/08/2025	100 %	N/A

II. Principais aspectos de Governança Corporativa

A Companhia está sujeita às seguintes práticas de governança corporativa:

Melhores práticas de governança corporativa - IBGC

O Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa, editado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, objetiva tornar o ambiente organizacional e institucional brasileiro mais sólido, justo, responsável e transparente, estabelecendo recomendações para a criação de melhores sistemas de governança corporativa nas organizações, visando a otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para o seu bom desempenho e longevidade.

A Companhia está comprometida com as melhores práticas de governança corporativa, estando atenta às práticas recomendadas pelo IBGC, como por exemplo: vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de política de divulgação de informações relevantes; conselheiros com experiência em questões operacionais, financeiras e outros, além de experiência em participação em outros conselhos de administração; e previsão estatutária para instalação de um Conselho Fiscal.

Segmento Novo Mercado-B3

A Companhia sujeita-se também às regras do Regulamento do Novo Mercado. As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a determinadas regras mais rígidas do que aquelas presentes na legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a emitir apenas ações ordinárias; manter, no mínimo, 25% de ações do capital da Companhia em circulação; constituir um Comitê de Auditoria; aprovar regimento interno do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento; instituir área de auditoria interna e controles internos na Companhia, entre outros. A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de contrato entre a companhia, seus administradores e acionistas controladores e a B3, além da adaptação do estatuto da companhia de acordo com as regras contidas no Regulamento do Novo Mercado.

Ao assinar os contratos, as companhias devem adotar as normas e práticas do Novo Mercado. As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos. Além das informações descritas acima, não há outras informações relevantes que não tenham sido divulgadas nos demais itens desta seção.

III. Descrição da equipe

Além de nossos diretores estatutários, contamos com uma equipe altamente qualificada. Dentre eles: i) João Daniel Buoro, Diretor Administrativo e Financeiro, com mais de 15 anos de Companhia e passagens anteriores pela KPMG e pela Amec Foster Wheeler; ii) Geraldo Spera, Diretor industrial, com mais de 40 anos de casa; iii) Rogério Guimarães, Diretor de Franquias, E-commerce e da marca Lupo Sport, com mais de 10 anos de Companhia; iv) Evandro Forte, Diretor de Tecnologia da Informação, há mais de 25 anos na organização; v) Vinicius Morbeck, Diretor Industrial e PCP, com mais de 25 anos de atuação no mercado têxtil e químico; vi) Rodrigo Estevam, Diretor Industrial de Unidades Externas, há mais de 25 anos no Grupo; vii) Alcir Antiquera Mazzola, Gerente Jurídico de Relações Acionárias, com mais de 45 cinco anos de casa; viii) Carlos Alberto Gonçalves, Gerente Jurídico de Relações Trabalhistas, com mais de 35 anos de Companhia; e ix) Rogério Bartkevicius, Diretor Industrial da unidade do Paraguai, com ampla experiência em liderança estratégica de operações de manufatura.

IV - Mandato dos administradores

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, de 25 de abril de 2024, foi aprovada a renovação dos mandatos dos atuais membros do Conselho de Administração, bem como a eleição, em voto separado, de mais um membro, totalizando 7 membros. Entretanto, em 24/05/2025, houve a renúncia de um dos membros, permanecendo 6 (seis) membros conforme descrito no item 7.3 deste Formulário de Referência.
Na Assembleia Geral Extraordinária, de 06 de agosto de 2025 foi aprovado a eleição pelos acionistas minoritários de 1 (um) membro para o Conselho de Administração, que permanece com 7 (sete) membros conforme descrito no item 7.3 deste Formulário de Referência.

Na Reunião do Conselho de Administração de 17 de maio de 2024, a Diretora Presidente e o Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores foram eleitos com mandato até a primeira reunião do Conselho de Administração eleito pela Assembleia Geral que vier a deliberar sobre as contas do exercício social de 2025.

8. Remuneração dos administradores

8.1 - Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Possuímos uma Política de Remuneração de Administradores, a qual foi aprovada em 23 de setembro de 2021 em reunião do Conselho de Administração, e está disponível no website da Companhia (www.ri.lupo.com.br), bem como no website da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br).

A Política de Remuneração dos Administradores define os critérios de remuneração dos administradores da Companhia, assegurando que seja estruturada de forma justa e compatível com as funções e os riscos inerentes aos cargos, em linha com os interesses de longo prazo da Companhia e com as melhores práticas de mercado.

(b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Uma vez aprovada a remuneração global dos administradores, nos termos da Lei das Sociedades por ações, o órgão responsável pelo processo decisório de remuneração individual, segundo o Estatuto Social da Companhia, é o Conselho de Administração da Companhia.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração do Conselho de Administração será verificada por meio de pesquisas periódicas de remuneração realizadas por consultorias especializadas, tendo por foco a comparação com empresas de mesmo porte e/ou similares à Companhia, a fim de alinhar a remuneração paga aos membros do seu Conselho de Administração com as melhores práticas de mercado e a manutenção da competitividade de sua estratégia de remuneração. Ainda, a remuneração dos diretores estatutários é determinada de acordo com (i) suas funções e responsabilidades e em com base em pesquisas de mercado realizadas com empresas de mesmo porte, de diferentes setores, atuantes no Brasil, e (ii) o desempenho coletivo da equipe de gestão executiva para atingir nosso objetivo de aumentar o valor de nossas ações.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração da Companhia e realiza alterações sempre que necessário.

(c) composição da remuneração

(i) descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração

A remuneração é composta pelos seguintes elementos:

- Benefícios: seguro de saúde, plano odontológico e seguro de vida (diretoria estatutária e diretoria não estatutária). Objetivo: complementar benefícios da assistência social e aposentadoria.

- Incentivos: participação nos lucros e resultados (diretoria estatutária e diretoria não estatutária). Objetivo: complementar a remuneração com base nos resultados da Companhia; e

- Remuneração Fixa: salário base (conselho de administração, diretoria estatutária e não estatutária, comitês estatutários e conselho fiscal). Objetivo: reconhecer e refletir o valor do cargo internamente (empresa) e externamente (mercado).

A Política de Remuneração da Companhia está baseada em práticas de mercado e se alinha com os seus interesses de curto, médio e longo prazo na medida em que atrela a Diretoria às metas internas de resultados da Companhia voltadas para o plano de negócios da Companhia.

A remuneração da Companhia é baseada nas seguintes premissas: (i) interesses dos acionistas na criação de valor sustentável e de longo prazo; (ii) metas e estratégias; (iii) melhores práticas de mercado; (iv) visão, missão e valores da Companhia.

A política de remuneração de nossos conselheiros inclui uma remuneração mensal fixa a título de pró-labore, balizada nas práticas de mercado e visando reconhecer o valor dos Conselheiros, interna e externamente. A remuneração de cada um dos conselheiros poderá ser diferenciada, proporcional e em decorrência de responsabilidades adicionais assumidas, como a participação em reuniões internas da administração e em comitês da Companhia que assessorem o Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração não fazem jus ao recebimento de remuneração variável.

A remuneração dos diretores estatutários inclui: (a) uma remuneração fixa balizada nas práticas de mercado e visando reconhecer o valor dos Diretores, interna e externamente; (b) uma remuneração variável, representada pelo incentivo decorrente da participação nos lucros e resultados da Companhia; e (c) benefícios indicados acima.

A remuneração dos diretores não-estatutários é baseada nas práticas de mercado, podendo ser atrelada aos resultados da Companhia. A prática de remuneração visa contratar e garantir a permanência dos profissionais de grande qualificação na administração da Companhia. A política de remuneração da Diretoria é estabelecida segundo a legislação existente (todos são contratados em regime CLT).

A remuneração dos diretores não-estatutários inclui: (a) uma remuneração fixa balizada nas práticas de mercado e visando reconhecer o valor dos diretores, interna e externamente; (b) uma remuneração variável, em forma de bônus, decorrente de sua capacidade e geração de resultados da Companhia; e (c) benefícios indicados acima.

A Companhia estabelece como remuneração dos membros do Conselho Fiscal o valor mínimo exigido pela legislação. A Lei das Sociedades por Ações exige que os membros do Conselho Fiscal recebam remuneração de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor médio pago anualmente aos diretores (remuneração fixa, não computando benefícios, verbas de representação e participação nos lucros). Dentro dos limites estabelecidos pela legislação, os membros do Conselho Fiscal recebem apenas remuneração fixa mensal e não fazem jus ao plano de benefícios.

Os membros de nossos comitês, inclusive os membros de nosso Comitê de Auditoria Estatutário, quando são prestadores de serviços contínuos remunerados pelo Grupo Lupo, não receberão remuneração específica por sua atuação no referido comitê. Quando os membros dos nossos comitês não estiverem contidos nessa hipótese, a Diretoria Estatutária poderá estabelecer uma remuneração fixa balizada nas práticas de mercado.

As tabelas abaixo apresentam as proporções médias de cada elemento da remuneração dos nossos administradores nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023:

31 de dezembro de 2025:

	Remuneração Fixa (salário ou pró-labore)	Remuneração Fixa (benefícios diretos e indiretos)	Remuneração Variável	Total
Conselho de Administração	100%	0,00%	0,00%	100,00%
Conselho Fiscal	100%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretoria Estatutária	93,34%	0,15%	6,51%	100,00%
Diretoria não Estatutária	98,85%	0,93%	0,22%	100,00%
Comitê de Auditoria*	-	-	-	-

* Os membros do Comitê de Auditoria são prestadores de serviços contínuos remunerados pelo Grupo Lupo, não recebendo, portanto, remuneração específica por sua atuação no Comitê.

31 de dezembro de 2024:

	Remuneração Fixa (salário ou pró-labore)	Remuneração Fixa (benefícios diretos e indiretos)	Remuneração Variável (participação nos resultados)	Total
Conselho de Administração	100%	0,00%	0,00%	100,00%
Conselho Fiscal	100%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretoria Estatutária	99,80%	0,15%	0,05%	100,00%
Diretoria não Estatutária	98,80%	0,95%	0,26%	100,00%
Comitê de Auditoria*	-	-	-	-

* Os membros do Comitê de Auditoria são prestadores de serviços contínuos remunerados pelo Grupo Lupo, não recebendo, portanto, remuneração específica por sua atuação no Comitê.

31 de dezembro de 2023:

	Remuneração Fixa (salário ou pró-labore)	Remuneração Fixa (benefícios diretos e indiretos)	Remuneração Variável (participação nos resultados)	Total
Conselho de Administração	100%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretoria Estatutária	99,82%	0,15%	0,03%	100,00%

A metodologia de cálculo e de reajuste leva em consideração pesquisas de mercado realizadas com empresas de mesmo porte, de diferentes setores, atuantes no Brasil, e o índice do dissídio coletivo dos empregados da Companhia. Com base nisso, os reajustes são analisados pelo Conselho de Administração e levados para aprovação em Assembleia Geral de acionistas.

A remuneração variável dos diretores estatutários possui um componente atrelado ao desempenho e posição do administrador da equipe de gestão executiva para atingir os objetivos de geração de valor da Companhia, que visa reconhecer os resultados obtidos pela Companhia e desempenhos coletivos em níveis competitivos aos de mercado. A remuneração variável da diretoria é baseada em metas e estratégias do negócio, visando a criação de valor sustentável e de longo prazo à Companhia.

A Companhia analisa a performance e o desempenho da Diretoria regularmente de forma a acompanhar a consecução de metas corporativas pré-estabelecidas, calculando o aumento do valor da remuneração variável de acordo com os resultados e desempenho dos diretores estatutários. Adicionalmente, o Plano de Opções de Compra de Ações consiste na concessão de direitos de compra de ações da empresa, respeitadas as regras de preços e prazos, previamente aprovadas pelos acionistas em Assembléia Geral.

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração dos administradores da Companhia busca assegurar a adoção de práticas competitivas de mercado para atrair e reter profissionais com reputação, expertise e perfis adequados às funções desempenhadas na condução dos negócios da Companhia, concedendo-lhes as condições necessárias para o seu desempenho.

(iii) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Todos os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária e não-Estatutária são remunerados, e, ainda, os membros do Comitê de Governança e Ética da Companhia, a serem eleitos, serão remunerados. Os demais comitês de assessoramento da Companhia não remuneram seus membros.

(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,67	2	3	11,67
Nº de membros remunerados	5,67	2	3	10,67
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.679.188,79	5.393.549,49	586.524,78	8.659.263,06
Benefícios direto e indireto	0,00	8.764,62	0,00	8.764,62
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	3.500,00	0,00	3.500,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	372.395,00	0,00	372.395,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	Gratificação financeira pelos trabalhos desenvolvidos em 2024 - aprovado em reunião do Conselho de Administração	N/A	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/N° 01/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/N° 01/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/N° 01/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	2.679.188,79	5.778.209,11	586.524,78	9.043.922,68

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,67	2	3	11,67
Nº de membros remunerados	5,67	2	3	10,67
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.311.548,22	5.141.425,43	717.966,66	8.170.940,31
Benefícios direto e indireto	0,00	7.696,56	0,00	7.696,56
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	2.510,00	0,00	2.510,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/N° 01/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/N° 01/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/N° 01/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	2.311.548,22	5.151.631,99	717.966,66	8.181.146,87

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	2	3	11,00
Nº de membros remunerados	5	2	3	10,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.676.793,90	4.918.401,63	684.626,07	7.279.821,60
Benefícios direto e indireto	0,00	7.155,48	0,00	7.155,48
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	1.580,00	0,00	1.580,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/N° 01/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/N° 01/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/N° 01/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	1.676.793,90	4.927.137,11	684.626,07	7.288.557,08

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	6,67	2	3	**11,67**
N° de membros remunerados	5,67	2	3	**10,67**
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3.600,00	0,00	**3.600,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	375.895,00	0,00	**375.895,00**

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	6,67	2	3	**11,67**
N° de membros remunerados	5,67	2	3	**10,67**
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3.400,00	0,00	**3.400,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	2.510,00	0,00	**2.510,00**

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	6	2	3	**11,00**
N° de membros remunerados	5	2	3	**10,00**
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3.160,00	0,00	**3.160,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	3.160,00	0,00	**3.160,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	1.580,00	0,00	**1.580,00**

8.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Não aplicável, pois até a data do presente Formulário de Referência não possuímos plano de remuneração baseado em ações.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,67	2	3	**11,67**
Nº de membros remunerados	5,67	2	3	**10,67**
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	N/A	N/A	**0,00**
Esclarecimento				**----**
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,67	2	3	**11,67**
Nº de membros remunerados	5,67	2	3	**10,67**
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	N/A	N/A	**0,00**
Esclarecimento				**----**
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	2	3	**11,00**
Nº de membros remunerados	5	2	3	**10,00**
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	N/A	N/A	**0,00**
Esclarecimento				**----**
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**

8.6 - Outorga de opções de compra de ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, pois até a data do presente Formulário de Referência não possuímos plano de remuneração baseado em ações.

8.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatuária

Não aplicável, pois até a data do presente Formulário de Referência não possuímos plano de remuneração baseado em ações.

8.8 - Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, pois até a data do presente Formulário de Referência não possuímos plano de remuneração baseado em ações.

8.9 - Remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, pois até a data do presente Formulário de Referência não possuímos plano de remuneração baseado em ações.

8.10 - Outorga de ações

Não aplicável, pois até a data do presente Formulário de Referência não possuímos plano de remuneração baseado em ações.

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	6,67	2,00	3,00
N° de membros remunerados	5,67	2,00	3,00
N° de ações	0	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento			

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	6,67	2,00	3,00
N° de membros remunerados	5,67	2,00	3,00
N° de ações	0	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento			

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	6,00	2,00	3,00
N° de membros remunerados	5,00	2,00	3,00
N° de ações	0	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento			

8.12 - Precificação das ações/opções

Não aplicável, pois até a data do presente Formulário de Referência não possuímos plano de remuneração baseado em ações.

8.13 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

	Acionista	Tipo de Valor Mobiliário	Quantidade	% do capital social
Conselho de Administração	Companhia	Ação	19.191.189	9,7125%
Diretoria Estatutária	Companhia	Ação	0	0,0000%
Conselho Fiscal	Companhia	Ação	2.571	0,0013%
Total			19.193.760	9,7138%
Conselho de Administração	NL Participações S.A.	Ação	20.905.639	10,5801%
Diretoria Estatutária	NL Participações S.A.	N/A	0	0,0000%
Conselho Fiscal	NL Participações S.A.	N/A	0	0,0000%
Total			20.905.639	10,5801%
Conselho de Administração	Quirino dos Santos Administração e Participação Ltda	N/A	0	0,0000%
Diretoria Estatutária	Quirino dos Santos Administração e Participação Ltda	N/A	0	0,0000%
Conselho Fiscal	Quirino dos Santos Administração e Participação Ltda	Ação	24.304.114	12,3000%
Total			24.304.114	12,3000%

8.14 - Planos de Previdência

Não aplicável, pois a Companhia não possui planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e diretores estatutários.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº de membros	2	2	2	6,67	6,67	6	3	3	3
Nº de membros remunerados	2	2	2	5,67	5,67	5	3	3	3
Valor da maior remuneraçãoReal	3.248.062,95	2.896.039,96	2.770.201,18	479.558,94	438.034,23	490.657,18	195.508,26	239.322,22	228.208,69
Valor da menor remuneraçãoReal	2.530.146,16	2.255.592,03	2.156.935,93	439.925,97	348.224,88	245.343,24	195.508,26	239.322,22	228.208,69
Valor médio da remuneraçãoReal	2.889.104,56	2.575.816,00	2.463.568,56	472.798,02	407.920,27	335.358,76	195.508,26	239.322,22	228.208,69

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.	
31/12/2024	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.	
31/12/2023	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.	

	Conselho de Administração	
	Observação	**Esclarecimento**
31/12/2025	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A apuração da menor remuneração exclui os membros que não exerceram a função durante os 12 meses do exercício findo em 2025. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.	
31/12/2024	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A apuração da maior e da menor remuneração exclui os membros que não exerceram a função durante os 12 meses do exercício findo em 2024. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.	
31/12/2023	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A apuração da maior e da menor remuneração exclui os membros que não exerceram a função durante os 12 meses do exercício findo em 2023. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.	

	Conselho Fiscal	
	Observação	**Esclarecimento**
31/12/2025	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021.	
31/12/2024	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021.	
31/12/2023	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021.	

8.16 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não aplicável, pois não possuímos mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Exercício social 31/12/2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração total do órgão (R$)	2.679.188,79	5.778.209,11	586.524,78
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R$)	1.399.043,85	3.248.062,95	152.061,82
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	52,2%	56,2%	25,9%

Exercício social 31/12/2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração total do órgão (R$)	2.311.548,22	5.151.631,99	717.966,66
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R$)	1.129.835,12	2.896.039,96	239.322,22
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	48,9%	56,2%	33,3%

Exercício social 31/12/2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração total do órgão (R$)	1.676.793,90	4.927.137,11	684.626,07
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R$)	736.029,72	2.770.201,18	228.208,69
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	43,9%	56,2%	33,3%

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois não há remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável.

8.20 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que julguemos relevantes a esta seção que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	003859	
Razão Social	**Tipo Auditor**	**CPF/CNPJ**
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	49.928.567/0001-11
Data de contratação do serviço	**Data de início da prestação de serviço**	
02/03/2026	02/03/2026	

Descrição dos serviços prestados

Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício a Findar-se em 31 de Dezembro de 2026 e Revisão das Informações Financeiras Intermediárias Referentes aos Trimestres a Findarem-se em 31 de Março de 2026, 30 de Junho de 2026 e 30 de Setembro de 2026.

Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social

920.618,00

Justificativa da substituição

Rodízio de 5 anos - regra instituída pela CVM

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa

A substituição dos auditores independentes decorreu da contratação da Deloitte para prestação dos serviços de auditoria independente da Companhia, conforme aprovado pelos órgãos competentes da Companhia. Não houve discordância apresentada pelo auditor substituído.

Código CVM do Auditor	004189	
Razão Social	**Tipo Auditor**	**CPF/CNPJ**
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	57.755.217/0001-29
Data de contratação do serviço	**Data de início da prestação de serviço**	
16/04/2025	16/04/2025	

Descrição dos serviços prestados

Os serviços contratados compreendem: (i) auditoria independente das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025; (ii) revisão das Informações Trimestrais (ITR) individuais e consolidadas em 31 de março de 2025, 30 de junho de 2025 e 30 de setembro de 2025 preparados de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social

O valor dos honorários cobrados pelos serviços prestados à Companhia, líquido de impostos, referente ao último exercício social, foi de R$ 1.200.000.

Justificativa da substituição

Não houve substituição dos auditores

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa

Não aplicável

9.3 - Independência e conflito de interesses dos auditores

A atuação da Companhia na contratação de auditores independentes para prestação de serviços não relacionados à auditoria externa está fundamentada nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios se baseiam no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais ou ainda advogar para o seu cliente. Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, os auditores independentes da Companhia não foram contratados para serviços adicionais aos constantes da seção 9.1/9.2.

9.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que julguemos relevantes a esta seção que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	223	173	0	0	0
Não-liderança	6570	1848	0	0	0
TOTAL = 8.814	**6793**	**2021**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	2	215	22	147	4	0	6
Não-liderança	63	2842	1103	4267	54	0	89
TOTAL = 8.814	**65**	**3057**	**1125**	**4414**	**58**	**0**	**95**

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	12	292	92
Não-liderança	3059	4296	1063
TOTAL = 8.814	**3071**	**4588**	**1155**

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Liderança	4	392	0
Não-liderança	436	7982	0
TOTAL = 8.814	**440**	**8374**	**0**

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	153	0	243	0	0
Não-liderança	0	4044	0	4374	0	0
TOTAL = 8.814	**0**	**4197**	**0**	**4617**	**0**	**0**

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	3020	1177	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	3773	844	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 8.814	**6793**	**2021**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	40	585	582	2843	52	0	95
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	25	2472	543	1571	6	0	0
Sul	0	0	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 8.814	**65**	**3057**	**1125**	**4414**	**58**	**0**	**95**

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	1679	2.179	339
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	1392	2.409	816
Sul	0	0	0
Exterior	0	0	0
TOTAL = 8.814	**3071**	**4588**	**1155**

10. Recursos humanos

10.1 - Descrições dos recursos humanos

Nº de empregados	Categoria	Localização
51	Comercial Lupo	Hotel Fazenda Salto Grande
5	Comercial Lupo	Matriz - Araraquara
5	Comercial Lupo	Suporte Tecnológico - Araraquara
1	Comercial Lupo	Shopping Lupo
20	Lupo Lojas Ltda	Loja Araraquara
11	Lupo Lojas Ltda	Loja Pacatuba
8	Lupo Lojas Ltda	Loja Imigrantes
8	Lupo Lojas Ltda	Loja Cravinhos
8	Lupo Lojas Ltda	Loja Sport - Araraquara
8	Lupo Lojas Ltda	Loja Iguatemi
5	Lupo Lojas Ltda	Loja Camaçari
5	Lupo Lojas Ltda	Loja Paraíso
4	Lupo Lojas Ltda	Loja Americanas
4	Lupo Lojas Ltda	Loja Scala Araraquara
2.036	Lupo Nordeste Ltda	Itabuna
1.843	Lupo Nordeste Ltda	Pacatuba
4.422	Lupo S/A	Araraquara
59	Lupo S/A	APAE - Araraquara
2	Lupo S/A	São Paulo
307	Scalina Ltda	Maracanaú
2	Scalina Ltda	Araraquara
8.814		

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Exercício social – 31/12/2025			
Empresa	**Categoria**	**Localização**	**Número de funcionários**
Lupo S.A.	Alimentação e Restaurante	Araraquara	37
Lupo S.A.	Limpeza	Araraquara	80
Lupo Nordeste Ltda.	Alimentação e Restaurante	Itabuna	10
Lupo Nordeste Ltda.	Alimentação e Restaurante	Pacatuba	20
Lupo Nordeste Ltda.	Segurança Patrimonial	Pacatuba	11
Lupo Nordeste Ltda.	Portaria	Pacatuba	2
Scalina Ltda.	Alimentação e Restaurante	Maracanaú	4

(c) índice de rotatividade

O índice de rotatividade da Companhia em 2025 foi de **4,69%**

10.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 deste Formulário de Referência.

10.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

(a) política de salários e remuneração variável

A Política de Remuneração dos Administradores da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 23 de setembro de 2021, e está disponível no site da CVM e no site de RI da Companhia (ri.lupo.com.br).

A remuneração global de nossos empregados é determinada com base nas condições de mercado e nas convenções trabalhistas dos sindicatos aplicáveis, sendo constituída pelos seguintes componentes: (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável; (iii) benefícios; e (iv) para determinados empregados, remuneração baseada ou referenciada em ações.

A política de remuneração dos Conselheiros inclui uma remuneração fixa a título de pró-labore, balizada nas práticas de mercado e visando reconhecer o valor dos conselheiros, interna e externamente, sendo que a remuneração de cada conselheiro poderá ser diferenciada, proporcional e em decorrência de responsabilidades adicionais assumidas. Os membros do Conselho de Administração não fazem jus ao recebimento de remuneração variável.

A remuneração da Diretoria Estatutária é determinada de acordo com (i) suas funções e responsabilidades e com base em pesquisas de mercado realizadas com empresas de mesmo porte, de diferentes setores, atuantes no Brasil; e (ii) o desempenho coletivo da equipe de gestão executiva para atingir o nosso objetivo de aumentar o valor de nossas ações. Assim, a remuneração dos diretores estatutários inclui: (i) uma remuneração fixa; (ii) uma remuneração variável, representada pelo incentivo decorrente da participação nos lucros e resultados da Companhia; e (iii) benefícios.

A remuneração dos diretores não-estatutários é baseada nas práticas de mercado, podendo ser atrelada aos resultados da Companhia. A política de remuneração da Diretoria é estabelecida segundo a legislação existente (todos são contratados em regime CLT). A remuneração dos diretores não-estatutários inclui: (i) uma remuneração fixa balizada nas práticas de mercado e visando reconhecer o valor dos diretores; (ii) uma remuneração variável, em forma de bônus, decorrente de sua capacidade e geração de resultados da Companhia; e (iii) benefícios.

A Companhia estabelece como remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, o valor mínimo exigido pela legislação. A Lei das Sociedades por Ações exige que os membros do Conselho Fiscal recebam remuneração de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor médio pago anualmente aos diretores (remuneração fixa, não computando benefícios, verbas de representação e participação nos lucros). Dentro dos limites estabelecidos pela legislação, os membros do Conselho Fiscal recebem apenas remuneração fixa mensal e não fazem jus ao plano de benefícios.

Os membros de nossos comitês, inclusive os membros de nosso Comitê de Auditoria Estatutário, quando são prestadores de serviços contínuos remunerados pelo Grupo Lupo, não receberão remuneração específica por sua atuação no referido comitê. Quando os membros dos nossos comitês não estiverem contidos nessa hipótese, a Diretoria Estatutária poderá estabelecer uma remuneração fixa balizada nas práticas de mercado.

(b) política de benefícios

Nossos empregados, a depender de seus cargos, contam com os seguintes benefícios que complementam os benefícios da assistência social e a aposentadoria, quais sejam: (i) restaurante interno ou vale-refeição; (ii) vale-alimentação; (iii) desjejum; (iv) plano de saúde ; (v) plano odontológico (livre adesão); (vi) ambulatório interno; (vii) convênio farmácia; (viii) terapias; (ix) participação nos lucros e resultados; (x) creche interna; (xi) seguro de vida; (xii) abono casamento; (xiii) abono nascimento; (xiv) compra loja com descontos; (xv) empréstimo consignado; (xvi) banco interno; (xvii) totalpass; (xviii) parcerias com universidades; e (xix) programas de estágio.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano:

Não aplicável, pois não possuímos planos de remuneração baseados em ações para os empregados não administradores.

(d) razão entre a maior remuneração individual reconhecida no resultado da Companhia no último exercício social e a mediana da remuneração individual dos empregados da Companhia no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida no resultado da Companhia no último exercício social:

Maior Remuneração Individual	Mediana da remuneração individual	Razão:
58.544	2.076,80	28,19

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
58.544,00	2.076,80	28,19
Esclarecimento		

10.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

Mantemos um bom relacionamento com a referida entidade sindical, e divulgamos aos seus colaboradores as principais convenções coletivas e outras ações promovida pelas entidades sindicais.

Nos últimos três exercícios sociais não tivemos qualquer tipo de greve ou paralisação envolvendo nossos empregados.

Empresa LUPO S/A:

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Têxteis de Araraquara – SP.

Sindicato dos Mestres e Contramestres e Pessoal do Escritório e Cargos de Chefia do Estado de São Paulo.

Empresa LUPO NORDESTE LTDA – ITABUNA - BA

SINTRATEC – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Têxteis, Fabricação, Produção Montagem, Acabamento, Calçados em geral, produção de Couro do Estado da Bahia.

Empresa LUPO NORDESTE LTDA – PACATUBA - CE

Federação dos Trabalhadores das Indústrias Têxteis do Estado do Ceará.

Empresa SCALNA – MARACANAÚ – CE

Sindicato Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado do Ceará.

Sindicato dos Mestres e Contramestres, Pessoal do Escritório e Cargos de Chefia do Estado do Ceará.

Empresa SCALA – ARARAQUARA:

Sindicato dos Empregados no Comércio de Araraquara – SP

Sindicato dos Empregados no Comércio de Americana – SP

Sindicato dos Empregados no Comércio de Ribeirão Preto – SP

Sindicato dos Empregados no Comércio de São Paulo – SP

Sindicato dos Empregados no Comércio de Maracanaú – CE

Sindicato dos Empregados no Comércio de Camaçari - BA

O Grupo Lupo mantém bom relacionamento com as entidades sindicais acima.

Fazemos anualmente a renovação dos Acordos Coletivos mediante negociações entre a Empresa e o Sindicato que representa a categoria de forma direta, ou seja, elaboramos os acordos especificamente entre as partes.

10.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que julguemos relevantes a esta seção que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

11. Transações com partes relacionadas

11.1 - Regras, políticas e práticas

Nós adotamos uma Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada por nosso Conselho de Administração em 20 de março de 2026, que tem por objetivo estabelecer diretrizes, responsabilidades e procedimentos para assegurar que tais transações sejam conduzidas de forma ética, transparente e em conformidade com os interesses da Companhia e de seus acionistas, respeitando condições de mercado e as melhores práticas de governança corporativa. Esta política, disponível em nosso site (www.ri.lupo.com.br), no site da CVM (www.gov.br/cvm) e no site da B3 (www.b3.com.br), deve ser interpretada em consonância com: i) o Estatuto Social, o Código de Conduta e as Políticas de Governança, Compliance e Integridade do Grupo Lupo; ii) a Lei nº 6.404/1976 (“Lei das Sociedades por Ações”); iii) as normas e regulamentos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM); e iv) o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 S.A.

Nos termos da Política, em consonância com as recomendações do Código Brasileiro de Governança Corporativa, as transações com partes relacionadas devem ser realizadas em condições de mercado, com preços e condições equivalentes aos praticados com partes independentes, devidamente formalizadas e suportadas por documentação que permita a análise de sua razoabilidade, necessidade e adequação. Adicionalmente, tais transações devem observar os princípios de transparência, equidade e prestação de contas, assegurando tratamento equitativo aos acionistas. Os acionistas e o pessoal-chave da administração devem comunicar à Área de Governança quaisquer transações identificadas ou de que tenham conhecimento, as quais serão submetidas à análise técnica da Área de Governança, à apreciação do Comitê de Partes Relacionadas, enquanto instância de assessoramento, e à deliberação final do Conselho de Administração.

O conjunto das operações e negócios da Companhia com partes relacionadas, mencionados no item 11.2 deste Formulário de Referência, segue os padrões usuais de mercado e é amparado pelo estrito interesse da Companhia em sua realização, levando em consideração critérios de melhor preço, prazo, sinergia e melhor capacitação técnica.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Comercial Lupo S/A	31/12/2025	111.000,00	111.000,00	100%	Indeterminado	N/A
Relação com o emissor	Empresa é afiliada da Companhia, pois possui sócios em comum					
Objeto contrato	Saldo refere-se, principalmente, a reembolso de despesas diversas, incluindo gastos com cartão corporativo, telefone e energia elétrica.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Reembolso de despesas diversas					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Comercial Lupo S/A	31/12/2025	970.000,00	105.000,00	100%	Indeterminado	N/A
Relação com o emissor	Empresa é afiliada da Companhia, pois possui sócios em comum					
Objeto contrato	Não há contrato formalizado, pois trata-se de transações recorrentes entre as partes reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia. O objeto da transação são aluguéis e serviços de hotelaria fornecidos pela parte relacionada. O valor inserido no campo “Montante envolvido no negócio” refere-se à receita auferida pela parte relacionada no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. O valor inserido no campo “Saldo existente” demonstra o saldo decorrente de faturas em aberto.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Aluguéis e serviços de hotelaria realizados pela Companhia junto à Comercial Lupo S.A.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Diversos Acionistas	31/12/2025	125.787.000,00	12.999.000,00	100%	Indeterminado	N/A
Relação com o emissor	Acionistas, familiares de acionistas e contratados da Companhia.					
Objeto contrato	Não há contrato formalizado, pois trata-se de transações recorrentes entre as partes relacionadas, reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia. O objeto da transação é a comercialização de produtos diversos como meias, cuecas, lingeries, entre outros, conforme necessidade da demanda, para as lojas franqueadas de propriedade dos acionistas, familiares de acionistas e contratados da Companhia. Essas transações respeitam todas as regras e condições comerciais de franquias, incluindo a de concentração, na qual é definido que o máximo de lojas por franqueado não pode ultrapassar 5% em quantidade de lojas ou valor de faturamento em reais, o que ocorrer primeiro. A participação do grupo familiar pode alcançar, no máximo, 28% do faturamento da rede de franquias do Grupo Lupo, reservando-se 2% para entrantes, totalizando 30%.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Operação comercial de venda de produtos diversos para as lojas franqueadas de propriedade dos acionistas, familiares e contratados da Companhia.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Lupo ADM e Participações Ltda	31/12/2025	6.544.000,00	41.495.000,00	100%	Indeterminado	N/A
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Contrato de aluguel dos prédios nos quais a Lupo S.A. e a Lupo Nordeste Ltda. mantêm suas operações industriais. Contrato firmado com a Lupo Administração e Participações Ltda., reajustado anualmente pelo índice IGP-M. Tendo em vista que se trata de um contrato de prazo indeterminado, não é possível auferir o valor envolvido, de modo que o valor indicado no item “montante envolvido no negócio” considera o valor da despesa com aluguel no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. O valor “Saldo existente” demonstra o contas a pagar com a Lupo Administração e Participações Ltda.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Aluguéis dos prédios nos quais a Lupo S.A. e a Lupo Nordeste Ltda mantêm suas operações industriais.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Daniela Lupo Stella	31/12/2025	84.000,00	0	100%	INDETERMINADO	N/A
Relação com o emissor	Acionista					
Objeto contrato	Não há contrato formalizado, pois trata-se de transações recorrentes entre as partes relacionadas, reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia. O objeto da transação é o serviço de assessoria da gestão do Espaço Lupo.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Prestação de serviço de assessoria da gestão do Espaço Lupo.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
YToara - Engenharia e Comercio Ltda	31/12/2025	496.000,00	0	100%	INDETERMINADO	N/A
Relação com o emissor	O acionista Alisson Oliveira Gadelha é funcionário da YToara - Engenharia e Comercio Ltda.					
Objeto contrato	Não há contrato formalizado, pois trata-se de transações recorrentes entre as partes relacionadas, reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia. O objeto da transação são serviços de manutenção civil.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Prestação de serviços de manutenção civil.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Conselheiros de administração / Diretoria	31/12/2025	4.647.000,00	441.000,00	100%	INDETERMINADO	N/A
Relação com o emissor	Conselheiros de administração / Diretoria					
Objeto contrato	Remuneração, aprovada em Assembleia, dos acionistas: i) Carlos Dinucci, Elvio Lupo Júnior e Ricardo Lupo, que integram o Conselho de Administração; ii) Liliana Aufiero, que é membro do conselho de administração e diretora-presidente, embora não receba remuneração para atividade exercida como membro do Conselho de Administração. Adicionalmente, existem transações referentes a: i) contratação de seguros, que são intermediadas pela corretora Building Corretora de Seguros Ltda, administrada pelo acionista Aldo Lupo Medina; ii) retirada de parte dos resíduos de produção, sem valor comercial, pela Wolf Reciclagens Ltda-EPP, de propriedade do acionista Alessandro Oliveira Gadelha.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Remuneração dos integrantes do Conselho de Administração, prestação de serviços de intermediação de contratação de seguros, e retirada de resíduos de produção.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Dividendos e Juros sobre capital próprio	31/12/2025	70.888,00	70.888,00	100%	INDETERMINADO	N/A
Relação com o emissor	Acionistas					
Objeto contrato	Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio a acionsitas.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio a acionistas.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

(n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses

A Companhia adota procedimentos formais que visam assegurar que situações envolvendo partes potencialmente conflitadas sejam devidamente identificadas, comunicadas e avaliadas à luz dos interesses da Companhia. Nesse contexto, a Política de Transações com Partes Relacionadas estabelece obrigações e procedimentos que exigem a comunicação tempestiva de tais situações à Área de Governança, bem como sua análise e submissão às instâncias competentes de governança, assegurando que as decisões sejam tomadas de forma independente, transparente e fundamentada. Tais práticas contribuem para a mitigação de riscos associados a conflitos de interesses e para a proteção dos interesses da Companhia e de seus acionistas.

(o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

O conjunto das operações e negócios da Companhia com partes relacionadas segue os padrões usuais de mercado e é amparado pelo estrito interesse da Companhia em sua realização, levando em consideração critérios de melhor preço, prazo, sinergia e melhor capacitação técnica.

As operações descritas foram celebradas em condições de mercado, por valores em linha com aqueles praticados pela Companhia junto a terceiros.

Abaixo, apresentamos o caráter comutativo observado em referidas transações:

Prestação de serviço de hotelaria pela Comercial Lupo S.A.

Tratam-se transações recorrentes entre as partes reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia. Referidas transações observaram as práticas de mercado e seguem os preços cobrados por hotéis com serviços semelhantes aos prestados à Companhia. Dessa forma, a Companhia entende que a operação está de acordo com as práticas de mercado e alinhada com as políticas internas da Companhia, sem qualquer evidência de conflito de interesses.

Operações comerciais de compra e venda de produtos, como meias, cuecas, lingeries com acionistas, familiares de acionistas e contratados da Companhia

Tratam-se de transações recorrentes entre as partes reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia. Referidas transações seguiram as políticas de preço da Companhia e observaram os preços praticados no mercado e que são aplicáveis a terceiros não relacionados à Companhia. Não são estabelecidas condições diversas para a venda de produtos aos demais franqueados não relacionados à Companhia. Dessa forma, a Companhia entende que a operação está de acordo com as práticas de mercado e alinhada com as políticas internas da Companhia, sem qualquer evidência de conflito de interesses.

Prestação de serviço de assessoria da gestão do Espaço Lupo por Daniela Lupo Stella

Trata-se de transação recorrente entre as partes reconhecida nas demonstrações financeiras da Companhia. Referida transação observou as práticas de mercado e segue a remuneração aplicável a profissionais com qualificação e escopo de atuação equivalentes aos prestados à Companhia. Dessa forma, a Companhia entende que a operação está de acordo com as práticas de mercado e alinhada com as políticas internas da Companhia, sem qualquer evidência de conflito de interesses.

Prestação de serviços de manutenção civil por YToara - Engenharia e Comercio Ltda

Trata-se de transação recorrente entre as partes reconhecida nas demonstrações financeiras da Companhia. Referida transação observou as práticas de mercado e segue os preços cobrados por empresas prestadoras de serviços de manutenção civil com escopo e porte equivalentes aos contratados pela Companhia. A YToara – Engenharia e Comércio Ltda. é caracterizada como parte relacionada em razão de um funcionário deter participação societária na Companhia. Dessa forma, a Companhia entende que a operação está de acordo com as práticas de mercado e alinhada com as políticas internas da Companhia, sem qualquer evidência de conflito de interesses.

Conselheiros de Administração / Diretoria

Tratam-se de transações recorrentes entre as partes reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia. A remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria é deliberada e aprovada em Assembleia Geral de Acionistas, em conformidade com a legislação societária vigente, sendo que Liliana Aufiero, que acumula as funções de membro do Conselho de Administração e de Diretora-Presidente, recebe remuneração exclusivamente pelo exercício da função executiva, sem contraprestação adicional pela atividade no Conselho. A Building Corretora de Seguros Ltda., administrada pelo acionista Aldo Lupo Medina, intermediou a contratação de seguros em condições compatíveis com as praticadas no mercado para coberturas de natureza semelhante. A Wolf Reciclagens Ltda-EPP, de propriedade do acionista Alessandro Oliveira Gadelha, realiza a retirada de resíduos de produção mediante remuneração compatível com os preços praticados no mercado para serviços de coleta de natureza semelhante. Dessa forma, a Companhia entende que todas as operações estão de acordo com as práticas de mercado e alinhadas com as políticas internas da Companhia, sem qualquer evidência de conflito de interesses.

Contratos de aluguel com a Lupo Administrações e Participações Ltda

Os valores dos contratos de aluguel foram estipulados considerando o valor de mercado, em comparação com imóveis semelhantes em localidades próximas à época da contratação. Adicionalmente, os contratos de locação são reajustados anualmente pela variação do IGPM-FGV, o que demonstra as condições de mercado dos contratos de locação. Dessa forma, a Companhia entende que a operação está de acordo com as práticas de mercado e alinhada com as políticas internas da Companhia, sem qualquer evidência de conflito de interesses.

11.3 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que julguemos relevantes a esta seção que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
29/04/2026	Totalmente integralizado	1.168.150.661,00
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
197.593.686	0	197.593.686

Tipo Capital	Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
29/04/2026	Totalmente integralizado	1.168.150.661,00
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
197.593.686	0	197.593.686

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
29/04/2026	Totalmente integralizado	1.168.150.661,00
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
197.593.686	0	197.593.686

Tipo Capital	Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
16/08/2021		1.500.000.000,00
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
0	0	0

12.2 – Emissores estrangeiros – Direitos e regras

Não aplicável, pois até a data de divulgação deste Formulário de Referência, não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data de divulgação deste Formulário de Referência, não existiam ou existem outros valores mobiliários emitidos no Brasil além das ações de sua emissão.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data de divulgação deste Formulário de Referência, não existiam ou existem outros valores mobiliários emitidos no Brasil além das ações de sua emissão.

12.5 – Mercados de Negociação No Brasil

Nós obtivemos o registro de emissor categoria “A” perante a CVM em 17 de dezembro de 2021, e, até a data de divulgação deste Formulário de Referência, não possuímos valores mobiliários admitidos à negociação.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data de divulgação deste Formulário de Referência, não possuímos valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data de divulgação deste Formulário de Referência, não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

12.8 – Destinação de recursos de ofertas públicas

Item não aplicável, dado que não realizamos quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

12.9 – Outras informações relevantes

Não há outras informações que julguemos relevantes a esta seção que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Carlos Alberto Mazzeu	Diretor de Relações com Investidores	Registrado	
Liliana Aufiero	Diretor Presidente	Registrado	

DECLARAÇÃO

Liliana Aufiero, brasileira, engenheira, solteira, portadora da cédula de identidade nº 3.060.099-6, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Fazenda ("CPF") sob o nº 068.947.558-68, na qualidade de Diretora Presidente da **Lupo S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Araraquara, Estado São Paulo, na Rodovia Washington Luís, Km 276,5, Bairro Recreio Campestre Idanorma, CEP 14803-900, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("CNPJ") sob o nº 43.948.405/0001-69, ("Companhia"), para fins do item 13 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: **(i)** reviu o formulário de referência; **(ii)** todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos artigos 15 a 20; e **(iii)** o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

_____

Liliana Aufiero

Diretora Presidente

DECLARAÇÃO

Carlos Alberto Mazzeu, brasileiro, administrador, casado sob regime de comunhão parcial de bens, nascido em 12 de julho de 1964, no município de Araraquara/SP, portador da cédula de identidade nº 18.986.341-9, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Fazenda ("CPF") sob o nº 078.049.378-81, na qualidade de Vice-Presidente e Diretor de Relações com Investidores da **Lupo S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Araraquara, Estado São Paulo, na Rodovia Washington Luís, Km 276,5, Bairro Recreio Campestre Idanorma, CEP 14803-900, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("CNPJ") sob o nº 43.948.405/0001-69, ("Companhia"), para fins do item 13 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: **(i)** reviu o formulário de referência; **(ii)** todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos artigos 15 a 20; e **(iii)** o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

_____

Carlos Alberto Mazzeu

Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual - Documento não preenchido.